



DA CIDADE E SUAS POSSIBILIDADES DE ~~SER~~ CIDADE

Considerações sobre os projetos
contemporâneos de revitalização
de áreas centrais

Samuel Thomas Jaenisch

SAMUEL THOMAS JAENISCH

DA CIDADE E SUAS POSSIBILIDADES DE SER CIDADE

Considerações sobre os projetos contemporâneos de revitalização de áreas centrais

Tese apresentada ao Curso de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de Doutor em Planejamento Urbano e Regional.

Orientador: Prof. Dr. Frederico Guilherme Bandeira de Araújo

Rio de Janeiro
2017

CIP - Catalogação na Publicação

J22c Jaenisch, Samuel Thomas
Da cidade e suas possibilidades de ser cidade.
Considerações sobre os projetos contemporâneos de
revitalização de áreas centrais / Samuel Thomas
Jaenisch. -- Rio de Janeiro, 2017.
233 f.

Orientador: Frederico Guilherme Bandeira Araujo.
Tese (doutorado) - Universidade Federal do Rio
de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento
Urbano e Regional, Programa de Pós-Graduação em
Planejamento Urbano e Regional, 2017.

1. Renovação Urbana - Rio de Janeiro (RJ). 2.
Planejamento urbano - Rio de Janeiro (RJ). 3. Rio
de Janeiro (RJ) - Centro - Revitalização. I. Araujo,
Frederico Guilherme Bandeira, orient. II. Título.

SAMUEL THOMAS JAENISCH

DA CIDADE E SUAS POSSIBILIDADES DE SER CIDADE

Considerações sobre os projetos contemporâneos de revitalização de áreas centrais

Tese apresentada ao Curso de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de Doutor em Planejamento Urbano e Regional.

Aprovada em: 27 de novembro de 2017

BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Frederico Guilherme Bandeira de Araújo (orientador)
Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional - UFRJ



Prof. Dr. Adauto Lucio Cardoso
Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional - UFRJ



Prof. Dr. Pedro de Novais Lima Junior
Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional - UFRJ



Profa. Dra. Luciana da Silva Andrade
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo - UFRJ



Profa. Dra. Lilian Fessler Vaz
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo - UFRJ

Esta tese é dedicada a todos aqueles que lutam para que as universidades públicas brasileiras sigam sendo espaços de resistência e formação de um pensamento crítico.

AGRADECIMENTOS

São inúmeras as pessoas que fizeram parte desta trajetória e gostaria de manifestar meu profundo agradecimento a todos e todas que contribuíram para a concretização deste trabalho.

Aos técnicos e professores do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano da Universidade Federal do Rio de Janeiro, pela qualidade dos serviços prestados e pela excelente formação acadêmica que me foi proporcionada. Devo nomear aqui os professores com os quais tive a oportunidade de debater em sala de aula e demais espaços institucionais: Carlos Vainer, Orlando Santos Junior, Luiz Cesar Ribeiro, Luciana Lago, Helion Póvoa, Adauto Cardoso, Hipólita Siqueira, Hermes Magalhães, Cecília Mello, Soraya Simões e Frederico Guilherme Bandeira de Araújo. Além dos técnicos que sempre atenderam minhas solicitações da melhor forma possível.

Aos amigos e amigas da Turma de Doutorado de 2012 pela parceria dentro e fora da sala de aula.

Ao Grupo de Pesquisa Modernidade e Cultura, por ter me acolhido em minha chegada ao Rio de Janeiro e me envolvido em uma intensidade afetiva e intelectual, que foi de fundamental importância para a realização deste trabalho e me proporcionou momentos de muita alegria durante os últimos cinco anos. Devo reforçar meu agradecimento ao Fred por sua orientação cuidadosa e instigante e estender esse agradecimento a todos os grandes amigos e amigas que compartilham este espaço único.

Ao Observatório das Metrôpoles por ter me proporcionado uma série de aprendizados e contribuído de forma significativa para a minha formação enquanto pesquisador. Devo agradecer especialmente ao Prof. Adauto Lucio Cardoso por todas as oportunidades que me foram dadas desde meu ingresso no curso de doutorado. Certamente minha trajetória acadêmica não teria sido a mesma se nossos caminhos não tivessem se cruzado. Devo agradecer também ao Prof. Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro pelo diálogo mantido ao longo dos últimos dois anos, que muito me ajudaram a compreender as dinâmicas do capitalismo

contemporâneo. Fica meu agradecimento também a todos os demais pesquisadores e pesquisadoras.

À Prof^a Catherine Bidou-Zachariassen, por ter me recebido durante minha estadia em Paris e prestado contribuições fundamentais sobre os temas discutidos neste trabalho. Agradeço também aos colegas do *Institut de Recherche Interdisciplinaire en Sciences Sociales* da Universidade Paris-Dauphine, que me acolheram muito bem.

Aos professores Aduino Lucio Cardoso, Pedro de Novais Lima Junior, Luciana da Silva Andrade e Lilian Fessler Vaz que aceitaram compor as bancas de qualificação e defesa.

Às agências de fomento pelo apoio financeiro oferecido.

Aos meus pais Ewerton e Anemarie e minhas irmãs Tatiana e Luciana, que acompanharam essa trajetória à distância mas sempre me oferecendo o apoio necessário.

À Damiana pela alegria de estar junto, sempre me oferecendo a acolhida e o carinho necessário para seguir em frente.

Por fim um agradecimento especial à querida Ilha de Paquetá, cuja beleza foi de fundamental importância para superar todas as tensões que envolveram a escrita desta tese.

RESUMO

Este trabalho discute a emergência no campo do planejamento urbano, de um modelo de desenvolvimento urbano que reúne uma grande variedade de programas e projetos que podem ser resumidos sob a expressão: “revitalização de áreas centrais”. Um modelo que surge de forma pontual em algumas cidades dos países centrais do capitalismo nas décadas seguintes à Segunda Guerra Mundial, se disseminando em seguida de forma generalizada pelo mundo. É feita uma retomada histórica para discutir o surgimento desse modelo e mostrar que ele é resultado de um arranjo complexo entre forças de diversas ordens (políticas, econômicas, sociológicas) que se constituiu principalmente entre as décadas de 1970 e 1990 em países com contextos sociais favoráveis. Em seguida são discutidos possíveis desdobramentos desse fenômeno no Brasil, tendo como base a cidade do Rio de Janeiro e seu “projeto olímpico”. Toda a discussão é orientada por uma abordagem teórico-metodológica que dialoga com a filosofia francesa contemporânea e tem o discurso como objeto central de análise.

Palavras-Chave: Áreas Centrais, Revitalização, Rio de Janeiro

ABSTRACT

This work discuss the emergence in the urban planning field, of a urban development model that involve a large diversity of projects that could be resumed under the expression: "urban regeneration". A model that started in some cities of the main capitalist countries after de Second World War and disseminate to rest of the world during the next decades. A historical pathway of this process is made to investigate and discuss the origins of this model as a result of an complex arrangement of social forces from several orders (political, economical, sociological) the took place between the 1970's and the 1990' in favorable social contexts. Following that is discussed some reflections of this process in Brazil, using as reference the city of Rio de Janeiro and its "olympic project". The discussion is guided by an theoretical-methodological framework that dialogue with the contemporary French philosophy and have the discourse as a central object of analysis.

Keywords: Central Areas, Urban Regeneration, Rio de Janeiro

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Cais Mauá (Porto Alegre) e Porto Maravilha (Rio de Janeiro)	23
Figura 2 – Esboço de um modelo de análise	34
Figura 3 – "Errar é urbano"	63
Figura 4 – Pelo Simulacro	68
Figura 5 – Área revitalizada de Puerto Madero em Bueno Aires.....	72
Figura 6 – Exemplo de uma das inúmeras “barras” que foram erguidas periferia norte da cidade de Paris entre as décadas de 1950 e 1970, como parte dos grandes conjuntos habitacionais modernistas projetados pelo Estado.	93
Figura 7 – Parte de um dos maiores conjuntos habitacionais da cidade de Amsterdam, construído na região de Zuidoost nas décadas de 1960 e 1970.....	94
Figura 8 – Vista da Cité Paul-Eluard, construída como parte das grandes obras de renovação realizadas na área central da cidade Bobigny durante as décadas de 1950 e 1960.	96
Figura 9 – Fragmentos da área central da cidade de Bobigny, renovada nas décadas de 1960 e 1970.....	100
Figura 10 – Parte da <i>Cité des 4000</i> em La Courneuve, construída nas décadas de 1950 e 1960	102
Figura 11 – Demolição da <i>Cité Karl Marx</i> , como parte das obras de reabilitação da área central da cidade de Bobigny	107
Figura 12 – Avenue Karl Marx e Boulevard Lénine (Bobigny – França).....	109
Figura 13 – Intervenções realizadas durante a década de 2000 como parte dos programas de revitalização da área central de Bobigny.....	116
Figura 14 – O revitalizado <i>waterfront</i> da cidade de Amsterdam.....	118
Figura 15 – Arena Amsterdam (inaugurada em 1996) e seu entorno: estádio multiuso, espaço público generoso, terciário avançado, parceria público-privada e âncora para um grande programa de revitalização da zona sul da cidade.	118

Figura 16 – Fachada do edifício-sede da Fundação Louis Vuitton em Paris. Projeto de Frank Gehry inaugurado em 2014	123
Figura 17 – Área “revitalizada” nos arredores do <i>London Bridge Station</i> , área central da cidade de Londres	132
Figura 18 – Lloyd's Buiding (Richard Rogers), 30 St Mary Axe (Norman Foster), The Shard (Renzo Piano).....	134
Figura 19 – "Reclaim your city"	146
Figura 20 – "Stop Gentrification"	155
Figura 21 – EXPO'98 Lisboa – Mapa Geral	168
Figura 22 – Arredores da estação Magalhães Bastos da Supervia.....	203
Figura 23 – Rio 2016/Boulervard Olímpico	213

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
TEXTO N.º1:	
POR UM MODO DE DIZER AQUILO QUE DESEJO DIZER	20
Construindo um contexto	21
Delineando uma forma de aproximação	35
Cidade-Imagem / Urbanismo-Skyline.....	43
Cidade-Diagnóstico / Urbanismo-Ciência	53
Pelo Simulacro	63
TEXTO N.º2:	
NOVA VIDA PARA AS ÁREAS CENTRAIS OU ÁREAS CENTRAIS PARA UMA NOVA VIDA?	69
A potência da palavra cidade	70
Por uma cidade que se diga estratégica	79
Em busca da cidade perdida.....	137
O “novo consenso urbanístico” e sua força	158
TEXTO N.º3:	
RELATO DE (ALGUM) MEGAEVENTO	161
TEXTO N.º4:	
RIO DE JANEIRO: DA CIDADE QUE SE DIZ ESTRATÉGIA ÀS ESTRATÉGIAS QUE DIZEM CIDADE.....	170
Rio de Janeiro cidade global?	171
Um ou muitos neoliberalismos?	190
A cidade olímpica e suas marcas.....	199
CONSIDERAÇÕES FINAIS	216
REFERÊNCIAS.....	221

INTRODUÇÃO

Resumir cinco anos em pouco mais de duas centenas de páginas, está longe de ser uma tarefa fácil. Devo confessar que ao longo do processo de escrita que resultou nesta “tese de doutorado”, foram muitos os momentos em que me vi perdido em meio a uma infinidade de obstáculos que me faziam retornar, avançar, parar, seguir, apagar, refazer. Sempre mais dúvidas do que certezas, mais erros do que acertos, mais sinuosidades do que linhas retas. Claro que em alguns momentos me envaidecia com as soluções encontradas, em um regozijo digno de quem encontra a métrica perfeita para aquela tão desejada rima. Mas muito padeci em frente a pilhas de rascunhos e anotações que insistiam em nada me dizer. Em uma entrevista recente, perguntaram a Luiz Fernando Veríssimo se ele julgava o escrever um ato prazeroso. Ele respondeu que não. Porém considerava muito recompensador ler o resultado final de suas produções e gostar daquilo que estava lendo. Eu devo concordar com isso. Produzir um texto nunca me pareceu uma tarefa fácil. Muito menos leve ou agradável. Escrever para mim sempre há de soar como um grande desafio. Mas também como uma importante (e motivadora) necessidade frente ao momento presente.

Em tempo de análises cada vez mais rasas e rasteiras tomando conta do debate público, dedicar aproximadamente um ano para escrever um único texto pode parecer um anacronismo frente à exigência de oferecer respostas rápidas para questões cada vez mais mecânicas. Principalmente se for uma “tese” com todo o peso acadêmico que ela resguarda. Por isso considero um trabalho desta natureza também um ato de resistência. Uma resistência contra o produtivismo, a mercantilização, a simplificação, ou qualquer outra forma de pressão por mais resultados e menos reflexões. Uma resistência política, de alguém que segue acreditando que o debate intelectual ainda pode ser uma ferramenta importante para enfrentar um mundo que insiste em ser apresentado por muitos como algo dado e inelutável. Com isso, já adianto que os escritos que compõem esta tese

expressam uma preocupação minha em discutir os temas propostos sempre como processos. Como resultado de forças que disputam para instituir um mundo que lhes interessa ser instituído. Nada pode ser tido como dado. Tudo é fruto de construções sociais, arranjos políticos, conjunturas econômicas... Que quase sempre se desdobram de maneira imprevisível.

O mesmo pode ser dito sobre esta tese. O projeto original que deu início a este processo de pesquisa e reflexão foi escrito no ano de 2012. Desde então muitas das questões pelas quais eu tinha um grande apreço foram deixadas para trás. Em muitos casos com justificativas plausíveis para tal. Em outros, por uma completa incapacidade minha para articular um argumento convincente ou pela escassez de tempo hábil para desenvolver a discussão com a profundidade devida. Mas também fui levado a incorporar elementos que não estavam previstos e se impuseram. Como escrever uma tese na área do planejamento urbano durante estes últimos anos – estando no Rio de Janeiro – sem falar dos Jogos Olímpicos de 2016? Difícil. Além disso, cabe reconhecer que muita coisa mudou entre 2012 e 2017. O cenário global agora parece cada vez mais obscuro em meio ao acirramento do radicalismo político por todos os lados, da repressão brutal sobre os contraditórios, do cinismo daqueles que seguem tentando preservar um modelo econômico visivelmente produtor de desigualdades cruéis. Já o cenário nacional também impressiona pela rapidez com que desabou o projeto político do Partido dos Trabalhadores, que (apesar dos seus muitos defeitos) parecia ter conseguido constituir um arranjo conciliador e duradouro. Será que alguém imaginava em 2012, que entraríamos entrando em 2018 com Lula ameaçado de ser preso e as eleições presidenciais sob risco? Eu não imaginava. Além de tudo isso, não custa lembrar que este autor também não é mais o mesmo.

Em meio a esse cenário conturbado, a escrita da tese inevitavelmente se constituiu em uma experiência que envolveu atravessamentos de diversas ordens. Alguns transparecem naquilo que está dito. Outros talvez possam ser lidos nas estrelinhas. Muitos se esvaíram ao longo do processo. Por isso achei importante começar esta introdução recuperando um pouco da *mise-en-scène* que precedeu o resultado final que está aqui apresentado. Esta tese acabou se

tornando uma expressão da minha trajetória ao longo dos últimos cinco anos. Procurei dar conta de uma série de aprendizados vividos e marcar alguns posicionamentos meus enquanto alguém que se interessa pela questão urbana, pela arquitetura, pelo urbanismo, pelo planejamento. Se o objetivo de um curso de doutorado é formar pesquisadores, então porque não valorizar esse processo de formação e tentar desdobrar isso sobre a escrita da tese? Essa foi uma questão central para mim e algo que procurei explorar ao longo do trabalho.

Minha intenção original era fazer uma reflexão sobre algo que denominei de **projetos contemporâneos de revitalização de áreas centrais**. O objetivo era compreender em que momento começaram a ser desenvolvidas essas intervenções voltadas para transformar ou readequar o uso de regiões portuárias, distritos industriais, bairros históricos e afins. Pretendia falar do caso brasileiro e usar o exemplo de algumas cidades para embasar a discussão. Como pano de fundo, tinha uma dimensão econômica centrada na emergência do capitalismo pós-industrial ou pós-fordista ocorrida a partir da década de 1970. Em grande medida a tese seguiu falando disso, mas essa proposta acabou sofrendo algumas reformulações e tomando alguns contornos teóricos específicos.

Minha inserção no Grupo de Pesquisa Modernidade e Cultura do IPPUR/UFRJ – sob coordenação do Prof. Frederico Guilherme Bandeira de Araújo – me levou a uma aproximação com a filosofia pós-estruturalista francesa, que acabou definido o escopo teórico que foi adotado para propor as questões que me interessavam. Após dois anos de diálogos profícuos e instigantes, foi definida uma abordagem influenciada por uma leitura despreziosa e pouco ortodoxa das proposições de Gilles Deleuze, Felix Guattari e Jacques Derrida. Ela pode ser situada como algo próximo da “filosofia da linguagem”. Mas não me preocupei em fazer uma revisão sistemática ou dialogar extensivamente com os cânones desses campos. O aporte teórico foi usado apenas para constituir de maneira instrumental uma chave de análise, que tinha como preocupação central compreender aquilo que é dito através da palavra “cidade”. Não o que a cidade “é” ou “deixa de ser” no sentido ontológico assumido por esses termos. Me interessava refletir sobre os sentidos que são dados ao fenômeno urbano em cada contexto específico.

Essa abordagem foi desdobrada sobre o tema de pesquisa apresentado acima. Nunca tive a pretensão de escrever uma tese sobre filosofia ou epistemologia. Meu interesse sempre esteve centrado na questão urbana e é sobre isso que estes escritos tratam. Mas em vários momentos são acionadas discussões de caráter filosófico, para explorar algumas possibilidades pertinentes para explicitar as questões que estavam postas. Em alguns momentos faço reflexões sobre o caráter metafísico do pensamento ocidental e as implicações disso sobre os campos do conhecimento que se dedicam ao urbano. Também são feitas considerações sobre a linguagem enquanto potência que institui um mundo, que só passa a existir à medida que é dito. Isso me fez discutir também a questão da autoria e meu papel enquanto autor. Grande parte da tese está escrita em primeira pessoa para deixar claro que as reflexões e considerações feitas são resultado de escolhas deliberadas de um sujeito (no sentido “gramatical” do termo) interessado em dizer algo.

Há com isso o propósito de problematizar a suposta impessoalidade que na maioria das vezes marca os escritos acadêmicos. Mas não com o objetivo de desmerecer ou negar a importância de quem prefere utilizar esse recurso discursivo. Minha intenção foi apenas deixar claro que eu estava produzindo uma narrativa e acionando intencionalmente uma série de elementos (referências acadêmicas, dados secundários, registros de campo) que me ajudariam a fortalecer meus argumentos e compor minhas formulações. Quando discuto o surgimento desse modelo de intervenção urbana, manifesto com força nos países centrais do capitalismo entre as décadas de 1970 e 1990, faço a partir de escolhas deliberadas. E acho importante deixar isso em evidência. Estive sempre preocupado em me posicionar abertamente sobre as questões que foram colocadas e discutidas. Em vários momentos eu reitero minha condição de autor do texto. Faço também algumas reflexões mais livres e ensaísticas. Às vezes o texto assume uma forma mais fluida e descompromissada. Chego inclusive a acionar experiências pessoais para enriquecer a discussão.

Assumir a primeira pessoa foi um recurso narrativo que me pareceu interessante para tentar dar conta de duas dimensões que considero de indissociáveis a qualquer dizer: a subjetividade e a política. Citar David Harvey

para discutir o surgimento do “empreendedorismo urbano”, por exemplo, foi uma opção minha. Opção que revela muitas coisas. Ao acionar essa referência, eu sinalizo minha aproximação com um campo de discussão que se propõe crítico em relação ao capitalismo, evidencio meu interesse pela dimensão econômica e política dos fenômenos urbanos, indico uma determinada filiação institucional onde essa discussão se faz presente e é bem aceita. O autor (desta tese e de qualquer outra) nunca está sozinho. Ele é sempre envolvido por um “meio” que vai incidir diretamente sobre os caminhos seguidos. Há um dialogismo em que ambos vão se constituindo e reconstituindo à medida que as questões vão sendo colocadas. Acho esse tipo de compreensão interessante, pois permite que o sentido apresentado para determinado fenômeno seja desconstruído a partir de um olhar que busque entender quais as forças que o sustentam. O dizer é sempre um ato político. O que me levou a dizer “empreendedorismo urbano” da forma como foi dito? Trata-se de uma expressão cujo sentido não está dado em si mesmo. Eu cito David Harvey mas poderia ter citado Hernando de Soto. Escolhi o primeiro porque queria marcar uma posição crítica que atendesse aos meus desejos e dissesse aquilo que me interessava dizer.

Essa compreensão foi usada para discutir os projetos de intervenção dos quais me interessava falar. Nos textos que compõem esta tese, procurei analisar que forças sustentaram esse movimento de “redescoberta” das áreas centrais (ocorrido inicialmente e com mais força nos países da Europa Ocidental) e como elas se articularam de forma a criar um arranjo discursivo que serviu de base para legitimar esse tipo de intervenção. Como sociólogo de formação, minha tendência foi sempre tentar trazer essas discussões para o âmbito do mundo social e suas dinâmicas. Meu envolvimento ao longo dos últimos anos junto ao Observatório das Metrópoles (IPPUR/UFRJ) e ao *Institut de Recherche Interdisciplinaire en Sciences Sociales* (Universidade Paris-Dauphine) ofereceu contribuições importantes para isso. O primeiro me levando a considerar a importâncias das dimensões política e econômica para a compreensão dos processos de urbanização. O segundo me fazendo adotar um olhar mais atento à dimensão sociológica. Estive ao longo da tese procurando dialogar constantemente com esses três campos do conhecimento para compreender o que levou ao surgimento desses novos modelos de intervenção sobre a cidade e de política

urbana. Também falo muito de arquitetura, urbanismo, planejamento. Mas sempre tentando articular as transformações que ocorreram no interior desses campos com um conjunto mais amplo de considerações.

O resultado disso foi uma tese que deve ser tida com um compêndio de quatro textos independentes entre si e que podem ser acessados sem a necessidade prévia da leitura dos demais. Todos tratam da mesma questão e partem do mesmo referencial teórico e metodológico. Porém cada qual interage com esse substrato comum à sua maneira. Diria que eles devem ser lidos como “crônicas” que buscam fazer reflexões situadas no âmbito acadêmico e científico, mas sem abrir mão da possibilidade de propor algumas reflexões mais livres e exploratórias. O meu interesse nisso foi deixar explícito a dimensão processual que esteve envolvida ao longo da escrita e do trabalho de pesquisa como um todo. Cada texto representa momentos diferentes da minha formação como pesquisador ao longo dos últimos cinco anos. Todos pretendem falar sobre a mesma coisa. Mas falam a partir de contextos discursivos diferentes. Diria que a problemática que orienta todos eles é a mesma. Mas ela é colocada de forma particular em cada um dos textos e reconstruída a partir das narrativas que foram constituídas. Mas ao mesmo tempo, devo assumir que a sequência apresentada não foi aleatória. Ela foi definida de forma a orientar uma leitura que potencializasse aquilo que estava colocado em cada texto.

O primeiro texto – **Por um modo de dizer aquilo que desejo dizer** – pode ser qualificado com um texto “teórico”. Ele foi escrito basicamente no ano de 2014 e posteriormente revisado para compor o conjunto de textos que formam esta tese, refletindo muito do esforço que estava sendo feito na época para constituir as chaves de abordagem que foram brevemente comentadas acima. É um texto que possui uma densidade teórica maior que os demais e se propõe a ser mais especulativo e ensaístico. Muitas das reflexões que lá estão colocadas são retomadas nos demais textos (porém com menos intensidade) e algumas não. Mas elas foram mantidas para explicitar ao leitor qual o esforço analítico que estava sendo feito naquele momento.

O segundo texto – **Nova vida para as áreas centrais ou áreas centrais para uma nova vida?** – é o mais longo dos quatro e foi escrito entre 2016 e

2017. Eu o classificaria como um texto “histórico”. Seu objetivo é discutir um amplo conjunto de transformações políticas/econômicas/sociológicas que ocorreram entre as décadas de 1970 e 1990 nos países centrais do capitalismo, principalmente na Europa Ocidental. Esse contexto foi recuperado para discutir quais as bases que permitiram a constituição desses novos modelos de intervenção sobre a cidade, apresentando algumas considerações sobre porque esses discursos em torno da “revitalização” se tornaram hegemônicos. Devo assumir que este texto acabou se tornando a *raison d’être* da tese. É nele que eu me proponho a explorar o tema que deu origem a todo este processo reflexivo. Para usar os termos que estão colocados no texto: é onde tento caracterizar esse “Dizer-Cidade” e as forças que estiveram envolvidas em sua constituição.

O terceiro texto – **Relato de (algum) megaevento** – é o mais sucinto e pode ser classificado de “autobiográfico”. Trata-se de um relato pessoal onde descrevo, a partir de algumas impressões pessoais, as manifestações concretas de algumas intervenções urbanas realizadas em cidades que foram palco de grandes eventos. Ele começou a ser escrito há muito tempo atrás e foi finalizado em meados de 2017. O quarto e último texto – **Rio de Janeiro: da cidade que se diz estratégia às estratégias que dizem cidade** – discute o “estudo de caso” que foi tomado para analisar com mais detalhes os processos que constam no segundo texto, desdobrados sobre a cidade do Rio de Janeiro. Ele foi escrito ao longo do ano de 2017 e busca reproduzir muitas das discussões que marcaram o campo do planejamento no Brasil ao longo dos últimos anos. O foco da discussão está colocado no “projeto olímpico” ligado à realização dos Jogos Olímpicos de 2016 e no “projeto de cidade” constituído em um longo ciclo iniciado na década de 1990. Uma atenção especial foi dada ao Projeto Porto Maravilha enquanto manifestação emblemática dessa tentativa de reproduzir na área central da cidade do Rio de Janeiro o que já vinha sendo feito em outras partes do mundo há algumas décadas.

Cada texto possuiu a sua própria cronologia. Mas elas se sobrepõem e se potencializam entre si. Todos fazem reflexões sobre “projetos de revitalização”, todos têm a “filosofia da linguagem” como base teórica, todos falam de um “período histórico” que começa nas décadas de 1960 e 1970 e segue até os dias

de hoje. Mas cada um instituiu suas próprias narrativas para falar disso. Assumir essa fragmentação foi um recurso narrativo que me pareceu interessante para reforçar a idéia de que “uma tese” são sempre “muitas teses”. E para assumir isso metodologicamente como parte das reflexões que foram feitas ao longo da pesquisa e do processo de escrita.

Já devo adiantar que não tenho a pretensão de apresentar textos acabados ou definitivos sobre nada. Esta tese deve ser lida como um grande exercício acadêmico, que procurou refletir sobre alguns temas que me interessavam e apresentar considerações que acredito serem de alguma valia para às áreas do conhecimento em que estou envolvido.

TEXTO N.º1:

POR UM MODO DE DIZER AQUILO QUE DESEJO DIZER

CONSTRUINDO UM CONTEXTO

O rio que fazia uma volta atrás de nossa casa era a imagem de um vidro mole que fazia uma volta atrás de casa.

Passou um homem e disse: Essa volta que o rio faz atrás de sua casa se chama enseada.

Não era mais a imagem de uma cobra de vidro que fazia uma volta atrás de casa.

Era uma enseada.

Acho que o nome empobreceu a imagem
(Manuel de Barros – O Livro das Ignorâncias)

São inúmeras as administrações municipais brasileiras, que ao longo das últimas décadas vêm apostando e investindo em políticas públicas voltadas para a transformação de grandes parcelas daquilo que denominam de suas áreas centrais e adjacências. Algo que vem resultando nas incontáveis propostas para renovar e dar novos usos a áreas portuárias e distritos industriais que perderam suas funções originais com o passar dos anos, ou nas tantas intervenções para criar novas frentes expansão imobiliária e comercial através da renovação completa de grandes áreas institucionais sucateadas e abandonadas por desinteresses diversos, ou nas investidas cada vez mais recorrentes (e quase nunca amistosas) sobre enclaves étnicos ou populares cobiçados por seu suposto

caráter histórico e cultural, ou em incontáveis outras possibilidades que poderiam ser citadas¹.

Não seria um exagero afirmar que esse tipo de intervenção vem se tornando o grande *leitmotiv* das políticas públicas urbanas nesta última virada de século. Por todos os lados vemos uma parcela significativa dos agentes envolvidos nos debates sobre planejamento urbano e gestão pública, defendendo propostas para “revitalizar” áreas ditas degradadas e colocando-as como “a nova grande solução” para resolver problemas estruturais que historicamente sempre permearam os processos de urbanização no Brasil².

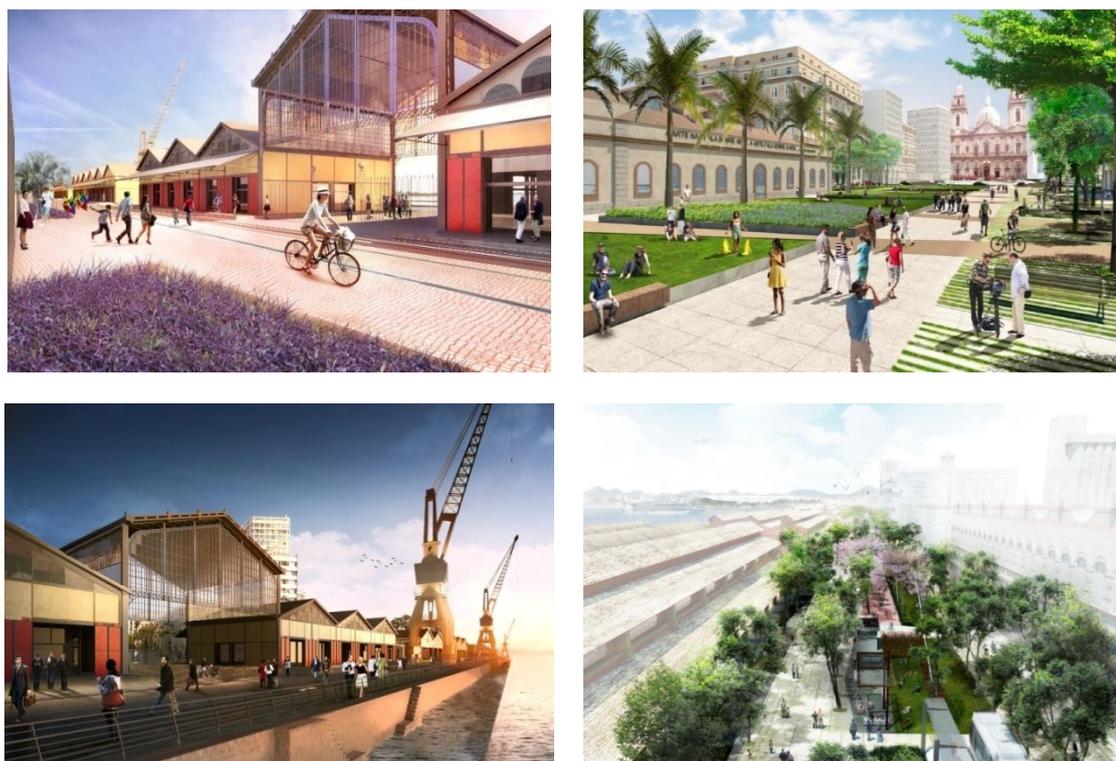
Discursos que costumam destacar o potencial dessas intervenções para superar o quadro de desinvestimentos deixado pelas retrações econômicas e fiscais ocorridas ao longo das décadas passadas, apontando-as como uma excelente saída para reverter indicadores socioeconômicos desfavoráveis, diminuir as desigualdades sociais existentes, reduzir índices de violência presentes nas áreas escolhidas e, sobretudo, para renovar a imagem da cidade e aumentar sua atratividade frente a potenciais investidores. Proposições que não economizam no uso de termos em voga no urbanismo contemporâneo – tais como eficiência, sustentabilidade, criatividade, participação, comunidade,

¹ Não é uma tarefa fácil delimitar de forma precisa o que seriam essas áreas que estou aqui denominado de “áreas centrais”. Grande parte das cidades brasileiras possui em suas divisões administrativas bairros ou regiões compostas por mais de um bairro que são denominadas dessa forma, em geral correspondentes aos núcleos onde se iniciaram os respectivos processos de povoamento e que já contaram com sucessivas camadas de urbanização sobrepostas e justapostas. Mas essas iniciativas que estão aqui sendo abordadas, em geral, reconfiguram esses limites em suas formulações. Tratam da Região Portuária no Rio de Janeiro, da Região da Luz em São Paulo, do Pelourinho em Salvador e assim por diante. Por isso a expressão “área central” será utilizado apenas enquanto uma referência que pretende dar conta dos diferentes recortes empíricos instituídos discursivamente enquanto tal, a partir dos critérios definidos em cada uma dessas iniciativas propostas pelo poder público.

² O termo “revitalização” está sendo empregado para nomear esse modelo de intervenção interessado em transformar determinadas áreas da cidade qualificadas enquanto degradadas pelos agentes públicos envolvidos, preservando e valorizando (mesmo que apenas parcialmente) suas características arquitetônicas e urbanísticas originais. Em muitos casos, como no Projeto Porto Maravilha, por exemplo, essas propostas de revitalização até podem envolver a remodelação e demolição de determinadas áreas para possibilitar a construção de grandes projetos-âncora e para liberar espaço para a atuação do capital imobiliário. Mas tratam-se de demolições colocadas enquanto procedimentos necessários para a efetivação dessas operações de revitalização, ou seja, que estão inseridas dentro de um projeto maior que utiliza as dimensões históricas e vernaculares como estratégia discursiva para se legitimar frente à sociedade como um todo. Mesmo que na prática isso acabe se resumindo em muitos casos a preservações circunscritas ou a constituição de cenografias que apenas remetem às dimensões que deveriam estar sendo efetivamente preservadas.

autenticidade, cultura, patrimônio, competitividade, resiliência – e outros floreios disseminados pelos decálogos das agências de fomento ou vendidos mundo a fora por um seleto grupo de consultores internacionais. Defendem que as cidades precisam ser capazes de explorar suas potencialidades de forma a criar espaços inovadores. Insistem que os gestores públicos devem investir em programas e ações que valorizem elementos como identidades locais, características particulares de cada lugar, aspectos pitorescos da vida urbana, paisagens, capital humano existente, potencial turístico e assim por diante. Um fenômeno que não se restringe ao Brasil e pode ser identificado em diferentes contextos nacionais, transitando pela escala planetária como parte de um novo “senso comum urbanístico”.

Figura 1 - Cais Mauá (Porto Alegre) e Porto Maravilha (Rio de Janeiro)



Fonte: Páginas oficiais de divulgação dos respectivos projetos (2016).

O tom dominante nessas formulações transita entre a importância de redescobrir a vida urbana naquilo que seriam as suas formas mais autênticas e a valorização daquilo que cada cidade teria de único e excepcional. Discursos que em muitos casos trazem implícito a necessidade de superar os supostos

equívocos cometidos durante anos por aquele planejamento dito estéril e sombrio de matriz modernista, que teria criado de forma autoritária cidades supostamente sem graça, frias, mecânicas e repetitivas. Para eles o momento seria de fazer renascer os espaços urbanos a partir novos paradigmas de planejamento e gestão menos burocráticos e mais dinâmicos. De tornar cada cidade um lugar agradável para um público (morador ou não) cada vez mais interessado em consumir – de forma quase predatória – espaços urbanos diferenciados e singulares.

Muitos desses elementos podem ser identificados, por exemplo, nas iniciativas postas em prática pelos municípios de Belém, Vitória ou Recife, que nos últimos vinte anos investiram em grandes projetos para transformar o entorno de suas áreas portuárias a partir da criação de pólos gastronômicos, museus, galerias de arte e centros de artesanato. Intervenções associadas a programas para recuperar imóveis classificados como parte do patrimônio histórico dessas respectivas cidades e a investimentos diretos das administrações municipais para renovar os espaços públicos e instalar novos equipamentos culturais. Temos também o caso da cidade de Porto Alegre, que há mais de quinze anos vem tentando deslanchar diferentes propostas para transformar seu antigo cais do porto em uma área sofisticada de comércio e lazer, e a partir dele voltar a atrair o interesse dos grandes investidores privados para a sua área central. Cabendo citar ainda o Projeto Porto Maravilha, operação urbana de grandes proporções em curso na cidade do Rio de Janeiro, com seu pretensioso objetivo de transformar cerca de cinco milhões de metros quadrados da antiga área portuária em um novo pólo para atividades culturais e expansão do mercado imobiliário. Um projeto articulado a obras vultuosas no sistema viário da região, diversas demolições e remoções forçadas, construção de museus espetaculares, instalação de equipamentos públicos, além de inúmeras campanhas publicitárias para exaltar “a nova cidade” que estaria surgindo a partir das intervenções realizadas. Do outro lado da Baía da Guanabara a cidade de Niterói também tentou seguir por um caminho similar, com o projeto de uma grande Operação Urbana Consorciada para renovar parte da sua orla não-oceânica e alguns bairros adjacentes. Intervenção que pretendia reformular e qualificar espaços públicos, renovar redes de infra-estrutura, atrair novas residências e comércios, recuperar edifícios

históricos, melhorar o transporte público através de soluções modernas e cosmopolitas (como ciclovias e afins), além explorar sem nenhum pudor o *marketing* decorrente do legado deixado pelo arquiteto Oscar Niemeyer na cidade.

Esse tipo de intervenção urbana pode ser compreendido como resultado da articulação entre três movimentos³. O primeiro deles foi a emergência do Planejamento Estratégico enquanto modelo de planejamento e gestão urbana. Desenvolvido inicialmente durante a década de 1960 como um modelo de gestão voltado para a empresa privada⁴, ele foi progressivamente ganhando espaço nas administrações municipais das cidades norte-americanas nas décadas seguintes e rapidamente se disseminado com o trânsito internacional de seus formuladores. A sua incorporação ao léxico das agências internacionais de fomento e organismos multilaterais contribuiu de forma significativa para essa difusão. Em linhas gerais, suas formulações defendem um modelo de gestão voltado para formas de organização e ação que favoreçam e privilegiem a eficiência e a competitividade da cidade. Ela deve se organizar e se estruturar internamente de forma a minimizar seus pontos fracos e maximizar seus pontos fortes, para responder e se adequar da melhor forma possível às oportunidades e ameaças que o mundo contemporâneo globalizado – no qual ela supostamente está inserida – teria a oferecer. Algo que pressupõe uma forma de operar sustentada por um conhecimento técnico capaz de analisar o contexto, definir alvos e áreas de investimento prioritário a serem perseguidos pela gestão, além de desenvolver planos e programas de ação para atingir os objetivos definidos (Novais, 2003).

Nesse contexto discursivo, a questão urbana passa a ser formulada enquanto a necessidade de unir a cidade em torno de um projeto objetivo e consensual (e preferencialmente acima de qualquer disputa política ou ideológica interna), que a fortaleça enquanto um ator político que precisa e deve disputar a

³ Falo aqui de “movimentos” enquanto grandes tendências que operam instituindo um campo de possibilidades que permite que determinadas concepções de cidade sejam enunciadas discursivamente. Trata-se um grande substrato que vêm passando – nem sempre de forma organizada e consciente – as decisões tomadas em termos de política urbana.

⁴ A abordagem estratégica foi formulada inicialmente por um grupo da Harvard Business School liderado por Michael Porter, que também foi um de seus principais divulgadores e difusores através de suas publicações que se tornaram Best-Sellers e de seu trânsito internacional enquanto consultor junto ao setor público e privado.

atração de capitais com outras cidades num contexto global (Vainer, 2000). Seus formuladores concebem o mundo contemporâneo como uma arena de disputas, onde cada cidade precisa focar suas políticas públicas em estratégias que aumentem sua competitividade e sua capacidade de atrair os fluxos de capital de diversas ordens, desde investimentos financeiros ao trânsito de turistas. As intervenções urbanas são concebidas nesse modelo enquanto estratégias fundamentais, tanto para criar bases materiais e simbólicas que possam favorecer a atração de investimentos, quanto para promover a visibilidade e o prestígio de cada cidade nessa disputa. A cidade é constituída enquanto uma *brand*. Um produto *sui generis* que precisa ser promovido para um público em potencial específico, cujos gestores devem constituir enquanto consumidores em busca de localizações privilegiadas para desenvolver as suas supostas práticas sociais.

Esse tipo de formulação envolve a valorização da “grande arquitetura”, a partir da elaboração de projetos-âncora concebidos como elementos capazes de potencializar estes processos. São exemplos disso o projeto de Frank Ghery para o Museu *Guggenheim* de Bilbao ou o projeto de Santiago Calatrava para o Museu do Amanhã no Rio de Janeiro⁵. Mas que pode envolver também iniciativas de recomposição da “pequena arquitetura”, principalmente aquela capaz de agregar valor histórico, cultural, étnico, identitário, vernacular ou pitoresco à cidade que está sendo promovida. Cabe citar o pioneiro exemplo da cidade de Baltimore, que promoveu no âmbito de seus projetos de renovação de sua área central, políticas de incentivo a ocupação de *town houses* abandonadas que ocupavam um bairro adjacente à região portuária da cidade (Del Rio, 2001). Ou o Projeto Porto Maravilha, cuja formulação envolve a incorporação e a valorização “arquitetônica” e “cultural” de áreas como o Morro da Conceição (com seu casario de traços coloniais e suas heranças africanas) ou a Favela da Providência (recentemente fetichizada pela administração municipal e pela grande mídia enquanto primeira favela da cidade).

5 Frank Ghery e Santiago Calatrava compõem um panteão de arquitetos de reconhecimento e trânsito internacional que se consolidou a partir da década de 1970, grande parte em função de grandes projetos associados a estas propostas contemporâneas de intervenção sobre a cidade, geralmente caracterizados por um arrojo estético e complexidade construtiva. A eles poderiam ser somados outros nomes como Norman Foster, Rem Koolhaas, Richard Rogers, Zaha Hadid, Renzo Piano, Aldo Rossi ou Jean Nouvel.

A apropriação da arquitetura “vernacular” pode ser posta em relação com o segundo movimento que também se consolida nesse mesmo contexto: a ascensão (de uma noção ampla e multiforme) de “cultura” enquanto uma categoria êmica central para aqueles que teorizam sobre a cidade e suas práticas de gestão. Otilia Arantes coloca que durante as últimas décadas do século XX, a “cultura” foi progressivamente assumindo uma centralidade inédita nos processos de reprodução do capital, constituindo e consolidando um amplo mercado de bens culturais – que passa pela arte erudita, pela cultura popular, pela cultura de massas, pelos grandes eventos (bienais, festivais, exposições), pela estética *underground*, pelo turismo – e influenciando as estratégias governamentais em seus vários níveis de atuação (Arantes O. , 1998).

Uma ampla gama de intervenções sobre a cidade passou a compor suas estratégias de atuação a partir de uma gramática de ações nomeadas com termos como “animação urbana” ou “renascimento urbano”, cuja significação remete a uma multiplicidade de elementos ditos culturais que vão da diversidade étnica do lugar à presença de museus de arte contemporânea. Ou seja: a cidade passa a ser concebida enquanto *locus* privilegiado da realização da “cultura”, sendo que esta também passa a ser instituída como um elemento fundamental para a realização da cidade. Uma articulação onde os dois termos operam potencializando-se mutuamente em um *continuum* Cidade-Cultura, efetivado a partir dessas propostas ditas de “revitalização”. O Plano Estratégico Rio-Sempre-Rio de 1996 apresenta essa articulação na formulação de um dos objetivos propostos, que coloca a importância de tornar a região central da cidade “um pólo cultural e centro de atração nacional e internacional (...) apoiado na riqueza da sua vida cultural” e de “aproveitar as intervenções que se realizam no Centro para convertê-lo num núcleo de alta densidade cultural, e elemento formador básico da identidade do carioca” (Rio de Janeiro, 1996, p. 28); e segue sua narrativa acionando termos como “memória cultural”, “representação dos costumes”, “mostras de arte internacional”, “focos de animação” e “reanimação do Centro”. Índícios da bricolagem de elementos discursivos envolvida na produção da cidade que estes modelos de gestão urbana empreendedora concebem enquanto produto de seus programas de ação.

Otilia Arantes assume uma postura crítica e relutante frente a esse processo, por considerar que essa animada “volta à cidade” nada mais é do que uma manifestação das novas formas de organização de um capitalismo em reestruturação, que precisava desenvolver novas formas para administrar suas contradições e camuflar os antagonismos e conflitos sociais que também se renovaram na segunda metade do século XX (Arantes O. , 1998). Outros interpretes também seguem nessa mesma direção, apontando para uma série de processos que teriam transformado de forma significativa as estratégias de acumulação de um sistema econômico cada vez mais centrado na flexibilização das estruturas produtivas e na precarização das relações de trabalho (Harvey, 2010). Além de ter gerado reconfigurações na geografia dos processos de segregação social e na organização espacial das cidades (Soja, 1998), ou favorecido novas articulações entre estado, território e identidades nacionais (Comaroff & Comaroff, 2001).

Arrisco dizer que todos esses processos estavam atravessados por uma disputa ainda mais contundente em torno do direito de instituir uma interpretação legítima sobre esse momento de reestruturação, iniciado em meados da década de 1960. Não por acaso, a “redescoberta” da “cidade” e da “cultura” pelos formuladores dessas novas políticas de intervenção orientadas pelo Planejamento Estratégico ocorreu em um período onde esses dois temas também estavam estruturando os modos de ação de uma série de movimentos contestatórios e contra-hegemônicos, desde as lutas contra a segregação racial nos Estados Unidos da América, passando pela emergência dos novos movimentos sociais no Brasil, ou pela questão pós-colonial e os movimentos de *squatting* nos países da Europa central e do norte. A formulação e re-formulação de categorias para falar sobre esse “novo mundo” (que para existir precisava ser dito) é parte fundamental dessas disputas.

Nesse sentido, cabe deixar claro que não estou considerando essas categorias (cidade, cultura, estratégia, revitalização) enquanto representações de uma determinada compreensão da realidade que apenas usa a linguagem para expressar as suas visões de mundo. Estou considerando-as enquanto tramas discursivas que instituem elas mesmas as possibilidades de enunciação desse

real. Arranjos complexos entre discursos que se presentificam de forma semelhante àquilo que Gilles Deleuze e Feliz Guattari nomearam de *hecceidades* (Deleuze & Guattari, 2012a). Inspiração que me leva a considerar essas categorias não como **conceitos** definidos e fechados sobre si mesmos, mas enquanto um modo que estou aqui nomeando de **conceituações**. Algo que se constitui em relações de movimento, enquanto uma trama de agenciamentos⁶ que con-formam e de-formam simultaneamente categorias concretas que não pré-existiam a esse emaranhado de forças que as instituiu. Ressaltando que a constituição dessa trama se dá a partir de atravessamentos múltiplos e heterogêneos em termos forma, conteúdo, abrangência, potência ou estabilidade. Só conseguimos nos aproximar de uma conceituação específica – a exemplo de “cultura” ou “estratégia” no âmbito destas formulações contemporâneas de intervenção sobre a cidade que estão sendo aqui tratadas – se tentarmos seguir essas forças que se cruzaram na sua constituição, que podem passar por elementos como paradigmas teóricos, disputas políticas, convicções ideológicas, inserções em determinadas áreas do conhecimento. Mas também pela cidade enquanto materialidade, pela forma arquitetônica enquanto valor estético, pela paisagem. Conforme proposto por Tim Ingold: a análise dessas conceituações deve sempre focar nos processos vitais que envolvem a sua produção, seguindo fluxos que são sempre criativos em uma aproximação que não deve “olhar para trás” em busca de objetos acabados ou relações entre conceitos estanques (Ingold, 2012).

Seguindo nessa perspectiva, cabe colocar essa articulação entre “estratégia” e “cultura” (que aqui está sendo conceituada) em relação a um terceiro movimento, que começou a se manifestar com mais evidência a partir da década de 1960 no âmbito das teorias críticas desenvolvidas no campo da arquitetura e do urbanismo. Otília Arantes coloca que desde o pós-guerra já vinha sendo formulado um conjunto de novas concepções que aos poucos foram se afirmando enquanto alternativas aos modelos totalizadores, autoritários e abstratos formulados no âmbito do até então hegemônico Movimento Moderno.

6 Também tomado nos termos propostos de Gilles Deleuze e Feliz Guattari, sintetizado por François Zourabichvili como “todas as vezes em que pudermos identificar e descrever o acoplamento de um conjunto de relações materiais e um regime de signos correspondente” (Zourabichvili, 2004, p. 8)

Concepções que de uma maneira geral criticavam a frieza e aridez das cidades que estavam sendo produzidas, em defesa de outras possibilidades de arquitetura que fossem capazes de propiciar aos moradores o reavivamento das interações sociais que estariam sendo perdidas e a restauração do espaço público (Arantes O. , 1998). Espírito que já estava presente nas formulações de muitos arquitetos dissidentes dos Congressos Internacionais de Arquitetura Moderna (CIAM's) – particularmente os integrantes do TEAM X⁷ – que na década de 1950 já apresentavam em suas propostas preocupações com a restauração “do sentido de comunidade”, da “interação humana”, ou dos “centros vitais das cidades” (Davi, 2009).

Otilia Arantes coloca que o amadurecimento desse debate levou ao surgimento de correntes teóricas que passaram a conceber a arquitetura da cidade no âmbito de um contexto discursivo por ela denominado de “teorias do lugar”: um conjunto de proposições que se articulavam em torno de uma vontade explícita de seus formuladores em superar o Movimento Moderno e suas “teorias do plano” a partir da valorização do cotidiano, da cidade ordinária, do contexto ou das formas vernaculares (Arantes O. , 2015). Um movimento múltiplo e heterogêneo (em geral enquadrado sob a ampla classificação de pós-modernismo) interessado em produzir um pensamento crítico e reflexivo. Um pensamento que fosse capaz de configurar um novo léxico de questões que desse conta tanto das limitações e insucessos que estavam sendo amplamente apontados sobre os modelos de intervenção urbana então vigentes, quanto das novas problematizações que se constituíam permeadas pelas transformações sociais, econômicas e políticas que estavam ocorrendo naquele período. A crença no modelo progressista de uma arquitetura que seria capaz de criar uma cidade moderna, igualitária e funcional em consonância com os avanços de sociedade industrial (Choay, 2013), se esvaia à medida que os conflitos sociais continuavam eclodindo e os processos de segregação social se intensificando. Algo que se materializou na progressiva demolição dos grandes conjuntos habitacionais modernistas, que começou com a implosão icônica das 33 torres de 11 andares

7 Grupo de Arquitetos que se organizou após o último Congresso Internacional de Arquitetura Moderna em 1956, formado principalmente por Jaap Bakema, Georges Candilis, Aldo van Eyck, Giancarlo De Carlo, Alison e Peter Smithson e Shadrach Woods.

do complexo de *Pruitt-Igoe* na cidade americana de St. Louis em 1972. Processo que seguiu se intensificando ao longo das décadas seguintes, a exemplo da destruição recente de parte dos conjuntos conhecidos como *Cité des 4000 Logements* localizados na cidade de La Courneuve nos arredores de Paris, da demolição completa do *Heygate State* em Londres, além da demolição de parte de complexo de *Bijlmermeer* na periferia sul da cidade de Amsterdam⁸.

Sob a poeira levantada pelas implosões, os debates se multiplicavam acionado temas que passavam por problematizações sobre o sentido da arquitetura e as possibilidades do projetar, por novas concepções sobre a história da cidade, pela redescoberta do lugar e suas relações com a experiência do indivíduo no mundo, pela ressemantização de categorias como corpo e natureza, além da formulação de uma nova agenda ética e política para o fazer arquitetônico. Questões permeadas por uma variedade de paradigmas incorporados de outras áreas do conhecimento, a exemplo da fenomenologia, estética, semiótica, estruturalismo, marxismo, pós-estruturalismo, desconstrução ou do feminismo. Temas que circulavam pelo grande número de publicações especializadas que surgiram nesse mesmo período, além das exposições e concursos que amplificavam sua visibilidade (Nesbitt, 2014)

E nesse contexto a questão do “lugar” aparece formulada de forma mais explícita pelos membros da Escola de Veneza. Segundo Otília Arantes, a obra de Aldo Rossi se propõe a resgatar essa categoria do urbanismo pré-moderno para enfatizar a **dimensão simbólica** da arquitetura, defendendo que a individualidade de determinada construção é definida pelo vínculo com o seu local de inserção, considerado como algo impregnado por camadas de significação (histórica, psicológica, etc.) que transcendem sua materialidade e são em grande parte construções coletivas e sociais. Concepção presente também na obra de Vittorio Gregotti, que define “lugar” como algo que vai muito além de um simples entorno físico, constituindo-se enquanto um contexto delimitado pela atividade

8 O primeiro começou a ser construído em 1950 para abrigar a população que residia nos cortiços e favelas próximos ao centro da cidade, e logo após o início de sua ocupação ele se transformou em dos principais focos conflito social e de resistência aos processos de marginalização e segregação da população negra da cidade. Os outros foram construídos durante as décadas de 1960 e 1970 e na década de 1990 foram foco de importantes conflitos sociais em suas cidades, decorrentes de processos de marginalização e segregação da população de imigrantes das ex-colônias de ambos os países.

simbolizadora do homem e sempre implicado pela memória ou pelos valores de uma determinada coletividade (Arantes O. , 2015). Vittorio Gregotti coloca que seu trabalho procura explorar as implicações “do desenvolvimento de uma arquitetura do contexto (p.375)”. Concepção que concebe a “modificação” como princípio para pensar a elaboração de qualquer projeto de intervenção, que deve partir da consciência de que ele faz parte de um todo pré-existente e ser capaz de fazer a conexão desse todo com a dimensão concreta do projeto. Uma arquitetura concebida como um sistema de relações e distâncias (e não como um conjunto de objetos isolados), na qual a especificidade das soluções adotadas deve estar diretamente relacionada com as particularidades existentes entre cada situação, contexto, ou ambiente (Gregotti, 2014). Perspectiva que sugere também uma **dimensão fragmentária** da cidade, onde não cabem planos totalizantes ou abstratos no modelo tábula rasa, visto que o espaço não deve ser concebido como uma extensão uniforme “mas formado por diferenças, descontinuidades entendidas como valor e como experiência” (Gregotti, 2014, p. 374). Ressaltando que para ambos os arquitetos, o “lugar” é acima tudo um contexto ao qual devem se circunscrever as intervenções propostas⁹.

A teoria da Cidade-Colagem elaborada pelos arquitetos norte-americanos Colin Rowe e Fred Koetter na década de 1970 também opera de forma semelhante com as categorias de “contexto” e “fragmento”. Apesar de menos preocupados com as dimensões simbólicas do contexto, suas concepções partem do princípio de que é possível conciliar os processos de transformação e modernização da cidade sem precisar destruir o tecido urbano pré-existente. O arquiteto deve ser capaz de compreender a organização geométrica e volumétrica do tecido urbano onde vai ser implantado o projeto, mantendo as características do contexto e adaptando o projeto ao ambiente empírico, numa verdadeira “colagem” de fragmentos sobrepostos. É importante ressaltar que esta concepção envolve também uma problematização da relação forma-função (um dos princípios estruturante da arquitetura do Movimento Moderno) na qual a forma

⁹ Cabe apontar aqui que essas concepções também permeavam os debates daquela época em torno da questão da patrimonialização dos sítios urbanos considerados históricos. Algo que estava presente na Carta de Veneza de 1964 (Carta Internacional sobre Conservação e Restauração de Monumentos e Sítios) e no processo de preservação do centro histórico da cidade de Bolonha na Itália, iniciado em 1963 e que foi transformado em modelo de referência nos anos seguintes.

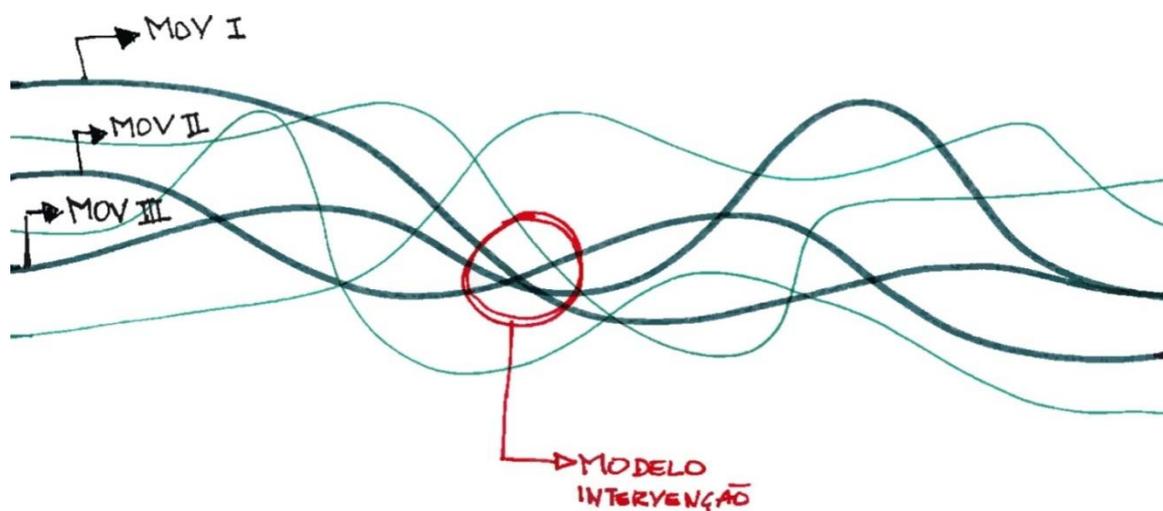
deixa de estar subordinada à sua função, o que confere uma relativa autonomia da edificação em relação à sua finalidade original ou ao próprio contexto em que foi projetado (Shumacher, 2014). Algo que também estava presente na obra de Aldo Rossi ao conceber a possibilidade das mudanças de significado sempre que o contexto que envolvesse a edificação se modificasse, reconhecendo assim que a cidade também envolve uma **dimensão processual**.

Cabe aqui fazer referência também à obra de Robert Venturi e Denise Scott Brown, com sua concepção de que o fazer arquitetônico deve acima de tudo ser capaz de realçar o que existe em determinado lugar ao invés de ficar propondo mudanças radicais (Nesbitt, 2014). Diferente dos seus contemporâneos da Escola de Veneza ou da Cidade-Colagem, que voltaram suas atenções para as formas urbanas pré-modernas européias, a inusitada inspiração dos autores vem da *Main Street* comercial das cidades norte-americanas, da arquitetura de beira-de-estrada das rodovias, dos letreiros luminosos da cidade de Las Vegas. Interessados principalmente em ressaltar a **dimensão comunicacional** da cidade, os autores defendem uma arquitetura “que seja mais comunicação do que espaço” e que seja capaz de criar elementos “que estabeleçam conexões verbais e simbólicas através do espaço, comunicando à distância uma complexidade de elementos em poucos segundos”. Formulação que envolve uma relativização da relação forma-conteúdo em nome de uma relação imagem-conteúdo, pois para eles “as relações espaciais são feitas mais por símbolos do que por formas, a arquitetura nessa paisagem se torna símbolo no espaço antes de forma no espaço” (Venturi & Brown, 2014).

As quatro dimensões elencadas sugerem algumas possibilidades de articulação entre essas teorias formuladas no âmbito do campo da arquitetura e do urbanismo com os outros dois movimentos anteriormente descritos. As concepções formuladas a partir do “lugar” – enquanto categoria essencialmente simbólica – dependem para sua efetivação de outras formulações discursivas que instituem esse conteúdo e a própria possibilidade de conceber esse lugar enquanto “diferença” ou “particularidade”. Algo que a emergência da categoria “cultura” e todo o amplo léxico de elementos discursivos associados a ela certamente favoreceu. Ao mesmo tempo, a constituição desses elementos ditos

“culturais” também se articulou a esses “lugares” para materializar e potencializar muitas das suas nuances. Há como conceber bairros boêmios sem artistas e intelectuais? Ou centros históricos sem história? Ou mercados de “comidas típicas” sem identidades étnicas? Por outro lado, um modelo de gestão baseado na competitividade e no diferencial de cada cidade, precisa desses “lugares” para agregar valor ao seu projeto. Afinal, uma cidade reconhecidamente “histórica” sempre potencializa suas possibilidades de projeção enquanto um “produto exclusivo”. Ao mesmo tempo, uma cidade concebida enquanto “fragmentos” ou que contemple a sua transformação enquanto um processo diacrônico, autoriza um modelo de gestão baseado em intervenções circunstanciais, que por sua vez também pode potencializar as possibilidades de efetivação da “cultura” a partir de renovações no uso das edificações em função do seu novo “contexto”. Sem contar que uma cidade concebida enquanto comunicação, pode ser essencial para a efetivação das estratégias de gestão interessadas em explorar o poder cenográfico e imagético criado por esses novos “lugares”.

Figura 2 - Esboço de um modelo de análise



Fonte: Do Autor (2014)

O tom labiríntico do parágrafo anterior indica que esses três movimentos estão sendo postos em relação, enquanto uma trama onde eles se potencializam mutuamente em arranjos discursivos que se constituem principalmente enquanto agenciamentos que não operam a partir de relações causais. Não é meu objetivo demonstrar se foi a emergência da categoria “cultura” que gerou o debate em torno da categoria “lugar” ou se foi o planejamento estratégico que causou a

emergência do conceito de “cultura”. Prefiro dizer que cada elemento envolvido em cada desses três movimentos (lugar, contexto, estratégia, cultura, preservação, consenso, etc.) criou diferentes possibilidades de enunciação para algo dito “cidade”. Possibilidades que vêm se articulando de inúmeras formas ao longo dos últimos trinta anos e compondo as estratégias discursivas expressas em formulações como o Plano Estratégico do Rio de Janeiro Rio-Sempre-Rio, o Projeto Porto Maravilha, ou de tantas outras.

Nesse sentido, meu objetivo aqui também foi construir um ~~con~~ contexto (ou um campo de possibilidades) que permitisse enunciar essas propostas contemporâneas de intervenção. Algo que foi feito a partir da articulação estabelecida entre a consolidação do Planejamento Estratégico enquanto um modelo de gestão urbana, a emergência da categoria “cultura” no âmbito das políticas públicas, e as correntes pós-modernas no campo da arquitetura e do urbanismo. Reconhecendo que inúmeros outros movimentos também atravessam essas propostas de intervenção e poderiam ser acionados, a exemplo das forças do mercado, das transformações nas estratégias de acumulação da economia capitalista, das orientações políticas dos gestores públicos envolvidos, de mudanças na estrutura social, dentre tantas outras. Irei discutir melhor esses temas no texto seguinte. Ressaltando também que a articulação entre esses três movimentos é sempre tênue e instável, afinal cada um deles está em permanente transformação em função das contaminações geradas pelos atravessamentos múltiplos a que estão sujeitos. O Planejamento Estratégico da década de 1970 não o mesmo dos dias de hoje. O mesmo pode ser dito sobre as teorias críticas que começaram a surgir no campo da arquitetura no final da década de 1950 ou sobre a forma como o conceito de “cultura” é acionado pelo poder público.

DELINEANDO UMA FORMA DE APROXIMAÇÃO

A maneira como venho me aproximando desses modelos contemporâneos de intervenção sobre a cidade indica que estou interessado em **processos**. Principalmente processos que instituem possibilidades do **dizer**. O fio condutor que vem sendo seguido até este momento procurou colocar em evidência que os “projetos de revitalização” ou os “planos estratégicos” de determinada cidade, só

podem **ser ditos** da maneira como são, porque se entremeiam em um arranjo específico de forças que lhes confere um sentido que está sempre em devir. Seguindo as proposições de Gilles Deleuze e Félix Guattari, isso pode ser compreendido enquanto um processo em três momentos que ocorrem simultaneamente: em meio a um substrato de forças relativamente autônomas e a-ordenadas que se manifestam enquanto possibilidades de uma potência latente, um evento específico agencia um determinado arranjo entre algumas dessas forças, criando uma configuração que não pré-existia a essa confluência. Essa configuração em um instante sem espessura, se estratifica em uma quase-estabilidade em que as “forças dos caos são mantidas no exterior tanto quanto possível, e o espaço interior protege as forças germinativas” (p.122). Configuração que nesse mesmo instante irrompe enquanto uma nova força que “abre-se para um futuro” (p.123) agora de volta a um substrato que não é mais o mesmo que a originou (Deleuze & Guattari, 2012a). Ou me aproximando do tema que aqui está sendo discutido, posso dizer que cada “plano estratégico”, “projeto de revitalização” ou “novo centro cultural” que emerge em uma determinada confluência de forças, já é uma força que irá compor em outras confluências de forças envolvidas por um substrato que já deixou de ser o mesmo, tanto em função da presença dessa nova força quanto pelas contaminações mútuas ocorridas dentre as demais que também já se modificaram nesse processo. Ressaltando que não se trata de um processo que se desenvolve em uma sequência positiva de estágios onde cada força supera dialeticamente as precedentes.

Essa relação entre **força** e **sentido** está aqui sendo conceituada principalmente a partir da leitura que Gilles Deleuze faz da obra de Friedrich Nietzsche, quando ressalta que só é possível especular sobre o sentido de qualquer tipo de fenômeno se direcionarmos a nossa análise para as forças que o instituíram (Deleuze, 1976). Concepção em que não cabe falar do “Morro da Conceição”, da “Favela da Providência”, do “Centro da Cidade do Rio de Janeiro”, da “Identidade Carioca” ou da “Cidade Contemporânea”, senão enquanto um complexo de sucessões e coexistências de forças em disputa, onde há uma multiplicidade de sentidos sempre em movimentos de aproximação, sobreposição ou afastamento. Articulações que apesar de não determinadas de forma

apriorística também não são fortuitas. Para Friedrich Nietzsche o fenômeno não é um objeto inerte que apenas se deixa apropriar por determinada força: ele também se institui enquanto uma força a confluir com as demais. Nesse sentido não há fenômeno que não seja força, e uma “nova força” só pode se articular pondo-se em relação com as forças predecessoras. Algo que para Nietzsche envolve uma dimensão política, pois para ele toda a força é concebida sempre como uma “vontade de poder” (Deleuze, 1976, p. 7). E nesse sentido trata-se uma vontade que se exerce necessariamente sobre outras vontades onde todas querem afirmar-se enquanto diferença, reconhecendo que o grau de potência, incidência e abrangência varia significativamente entre elas.

Abordagem que coloca a multiplicidade inerente a constituição dos sentidos enquanto uma questão chave, e aponta para um processo investigativo onde não cabe perguntar “**o que é** a Região Portuária do Rio de Janeiro” ou “**o que é** o Mercado Público da Cidade de Porto Alegre”. A resposta a um questionamento dessa natureza inevitavelmente recairia sobre um suposto estatuto ontológico do objeto em questão, no qual o sentido remeteria a ele mesmo enquanto manifestação do ser-em-si. Mas o que está sendo proposto aqui é uma relativização da unidade do fenômeno em nome das forças que o atravessam e da sua constituição enquanto vontade. Algo que nos leva a questionar por um lado “**o que a faz** Região Portuária do Rio de Janeiro?” e por outro “**o que se quer dizer** como Mercado Público da cidade de Porto Alegre?”. O foco da análise volta-se para as dimensões do **fazer** e do **querer** enquanto expressão das forças em disputa. Não há fenômeno que exista por si mesmo e nem sentido que seja constituído fora de uma confluência específica de forças. Dizer que a “área central da cidade do Rio de Janeiro está degradada” ou que “a região portuária da cidade está subutilizada” não é uma constatação de algo tangível que apenas precisa ser apreendido enquanto manifestação de uma realidade que está dada. Ambas as formulações são expressão de uma vontade que **quer dizer algo**. Ressaltando que não se trata de um “dizer sobre algo” pois a preposição “sobre” sugere que esse dizer se refere a algo que está dado no mundo.

Sigo aqui em outra direção ao considerar que são esses dizeres que instituem as possibilidades de enunciação desse “mundo real”. Suely Rolnik coloca que não cabe falar em mundo social sem que ele seja concebido enquanto um conjunto de “investimentos de desejo nesta ou naquela direção” (p.58), correspondentes a estratégias que formam “cristalizações existenciais” (p.58) que vão criando novas conceituações e configurações de sentido. Reciprocamente, esses desejos e vontades também só existem enquanto atualização constante dessas conceituações e configurações a partir dos afetos que estejam em jogo (Rolnik, 2014). Nesse sentido tratam-se sempre de forças que **fazem** um “centro histórico degradado” por que **querem** uma determinada área central que seja histórica e esteja degradada; que fazem um “Rio Cidade Olímpica” por que querem um Rio de Janeiro que seja Cidade Olímpica; que fazem um “Morro da Conceição Patrimônio da Cidade” por que querem um determinado Morro da Conceição que seja patrimônio histórico e cultural da cidade. Afinal, só é possível revitalizar algo que está degradado; ou realizar grandes obras de mobilidade e remoção de áreas de favela em uma cidade que precisa se preparar para receber um grande evento esportivo; ou criar estratégias de valorização turística em áreas que possuem algum tipo de diferencial para isso. Algo que redundaria na consideração de que “o desejo é a própria produção do real social” (Rolnik, 2014, p. 58).

É assim também que estou operando ao **dizer** os projetos contemporâneos de revitalização de áreas centrais como um fenômeno composto pelos três movimentos anteriormente referidos. Um dizer que também é resultado de uma determinada confluência de forças (que poderia ser outra) e que instituiu esse fenômeno com um sentido específico. Sentido que já é uma força e que possivelmente também já está se aproximando, sobrepondo ou afastando de outras vontades de dizer esses projetos de intervenção que atravessam os leitores deste texto. Ressaltando que a definição desses três movimentos foi apenas um recurso heurístico utilizado para agrupar forças que considero expressarem vontades semelhantes e facilitar minhas possibilidades de aproximação desse fenômeno. Evidentemente não há apenas um único planejamento estratégico, sequer as teorias sobre arquitetura pós-moderna formam um conjunto homogêneo, muito menos há consensos sobre o que seria o

uso político dessa dimensão cultural da cidade. Algo que por um lado evidencia que há uma certa arbitrariedade que envolve o **fazer** de qualquer dizer (e esta tese também é um dizer) e por outro expressa uma vontade minha em **querer** dizer esses processos de intervenção a partir dessa forma e não de outra.

Essa ponderação sobre minha condição de sujeito-autor foi aqui acionada para evidenciar que a constituição do sentido de qualquer fenômeno que esteja em questão deve ser sempre tratada como um processo emergente. É por isso que digo que as reflexões produzidas neste trabalho estão interessadas em explorar os processos de **produção** e de **instituição** das possibilidades de dizer estes fenômenos, até o momento reunidos sob algo que nomeie de “projetos contemporâneos de revitalização de áreas centrais”. E ao deslocar o meu “objeto de pesquisa” de uma análise do fenômeno em si para uma especulação sobre a constituição do seu sentido, pretendo colocar em evidência a dimensão artesanal que envolve a produção desses dizeres, onde a forma final é sempre resultado de uma confluência de forças que são articuladas em função do que elas são capazes de **fazer** e não em função do que elas **são** (Ingold, 2013). Coloco como possibilidade uma compreensão que se abra para esses agenciamentos e arranjos entre forças. Perspectiva que permita colocar em evidência que ao dizer Projeto Porto Maravilha está sendo dito: Cidade Global, Santiago Calatrava, Museu de Arte do Rio, Prefeitura Municipal, Teleférico, Desenvolvimento, Barcelona, Planejamento Estratégico, Revitalização, Veículo Leve Sobre Trilhos, Parceria Público-Privada, Reurbanização... Ou que ao dizer Projeto Porto Maravilha também está sendo dito: Violência, Especulação Imobiliária, Planejamento Estratégico, Segregação Social, Remoções, Prefeitura Municipal, Gentrificação, Teleférico, Pereira Passos... Ou que pode estar sendo dito qualquer outra coisa. Colocar no centro da discussão que o sentido de qualquer fenômeno é sempre uma confluência de forças potencializando-se umas às outras e que autorizam a sua enunciação. É esse processo que estou interessado em discutir.

Então cabe dizer que cada um desses elementos é anterior a essas confluências específicas que dizem Projeto Porto Maravilha? É possível afirmar que Barcelona, Parceria Público Privada, Prefeitura Municipal (ou qualquer um

dos outros acima citados) já “existiam” enquanto “materialidade” ou enquanto “conceito”? A resposta é sim e não ao mesmo tempo. Sem querer escapar do paradoxo, cabe dizer que essas forças sempre estiveram lá enquanto potência latente de um determinado substrato, mas enquanto sentido elas só passaram a existir porque foram agenciadas em uma confluência específica. Ou seja, são essas forças que criam as possibilidades de dizer um determinado fenômeno, mas é só dizendo esse fenômeno que essas forças também passam a ser ditas.

O processo de renovação urbana do *Port Vell* implementado na cidade de Barcelona em função da preparação da cidade para os Jogos Olímpicos de 1992, constitui-se como uma força potente que vem confluindo em inúmeros arranjos que compõem outros projetos de intervenção em áreas portuárias por cidades mundo afora. Ele pode ser delimitado no tempo e no espaço e definido em suas características físicas, econômicas, sociais, políticas ou simbólicas. O mesmo pode ser dito do conceito de Parreira-Público-Privada, que também tem suas definições jurídicas e seu histórico de utilização nas políticas públicas brasileiras. Mas a suposta estabilidade desses fenômenos (ou de qualquer outro) está aqui sendo tensionada ao concebê-los enquanto forças, que permitem dizer e instituir enquanto sentido um outro fenômeno (afinal o projeto desenvolvido para a região portuária da cidade do Rio de Janeiro não é algo diferente do projeto da realizado na cidade de Barcelona), que por sua vez não pode ser tomado como algo em si mesmo, pois seu sentido em última instância não lhe pertence. Da mesma forma, tampouco o sentido do “caso de Barcelona” ou do “caso de Puerto Madero” existe como algo em-si e por-si. Para eles se efetivarem enquanto forças, precisam ser agenciados por formulações como os projetos para a Região Portuária da cidade do Rio de Janeiro, da reforma do Cais do Porto da cidade de Porto Alegre ou do Mercado Ver-o-Peso em Belém.

É por isso que o sentido é algo que está sempre em devir. Que está aqui sendo considerado como algo que **acontece** e não como algo que **é**. Para François Zourabichvili o conceito de “acontecimento” em Gilles Deleuze designa aquilo que do mundo só subsiste como tal ao se envolver na linguagem que ele torna possível (Zourabichvili, 2004). Mas o acontecimento não deve ser compreendido a partir de uma temporalidade causal e cronológica, que ordena a

gênese e o desenvolvimento de determinado fenômeno em uma sequência linear, na qual é possível delimitar um presente que confira sentido ao seu antes e ao seu depois. O acontecimento nunca se presentifica porque se institui em uma temporalidade que o projeta simultaneamente enquanto um futuro ainda por vir mas já passado, ou como algo que já foi mesmo sem ainda ter sido (Deleuze, 2011). Trata-se sempre de um “entre-tempos” que afeta as condições de possibilidade da cronologia porque marca um corte em que o tempo se interrompe a si mesmo para ser retomado em outro plano (Zourabichvili, 2004). Enquanto uma descontinuidade que coloca a efetivação do sentido sempre enquanto uma relação que se estabelece com o outro. E é somente o agenciamento dessa relação que permite dizer ambos.

Eduardo Viveiros de Castro ressalta que a multiplicidade é um meta-conceito que atravessa toda a obra de Gilles Deleuze e Felix Guattari. Ele marca a aposta dos autores em uma filosofia que pretende problematizar a noção metafísica clássica de essência e propor um outro modo de pensamento que escape à necessidade de reconhecer, classificar ou julgar as coisas em função do que elas são ou deixam de ser. As coisas não se constituem como “entidades”, que podem ser delimitadas enquanto totalidades absolutas com suas propriedades materiais ou imateriais, nem suas relações categorizadas a partir de sínteses sejam elas por semelhança ou contradição. A multiplicidade opera sempre a partir de “sínteses disjuntivas” no qual os heterogêneos se afirmam positivamente. Tratam-se sempre de relações intensivas entre singularidades que se articulam em um sistema “cuja complexidade é lateral, refratária à hierarquia ou qualquer outra forma de unificação transcendente – uma complexidade **de aliança** antes que de descendência (Viveiros de Castro, 2007).

Em outras palavras cabe dizer que um fenômeno é sempre muitos ao mesmo tempo. Mas não muitos que se superam e passam a compor um só. Ao dizer Porto Maravilha digo inevitavelmente outras forças que se articularam nesse arranjo específico enquanto devires que juntas constroem um sentido. Mas essa multiplicidade não se deixa reconduzir a uma unidade. O fenômeno não é considerado como um resultado composto por uma soma de unidades que se superam, mas por um conjunto de movimentos que se articulam. “Ele não tem

começo nem fim, mas sempre um meio pelo qual ele cresce e transborda” (Deleuze & Guattari, 2012, p. 43). Seguindo as proposições de Jacques Derrida cabe dizer que **há** Projeto Porto Maravilha mas o Projeto Porto Maravilha **não existe**. Não existe enquanto um ente que remeta ao ser enquanto essência. Trata-se de algo que recebe as forças que o instituem para colocá-las no mundo, mas sem possuir nenhuma delas como propriedade sua. Que apenas deixa-se emprestar (Derrida, 1995).

No limite estou tratando aqui de processos que operam no âmbito do dizer, compreendido em todas as suas possibilidades de enunciação (fonético, gráfico, imagético, etc). Reforço que o sentido de qualquer elemento discursivo empregado não está aqui sendo considerado como capaz de expressar algo em si mesmo. Mas como o resultado de uma trama que cria um mundo, sem qualquer razão transcendente capaz de definir o que quer que seja para além dos engajamentos concretos que estejam em jogo (Araujo et alli, 2014). O Plano Estratégico do Rio de Janeiro Rio-Sempre-Rio nomeia um agenciamento específico cujo entremeio pode ser exposto a partir dos termos, categorias, exemplos, imagens, adjetivos, predicados que nele e com ele são ditos. O mesmo pode ser dito sobre casos como o Projeto Nova Luz na cidade de São Paulo, por exemplo. Reafirmando o pressuposto de que todo o dizer é sempre um querer. Forças que querem algo e com isso o fazem em um arranjo específico. Arranjo que institui um sentido e permite nomear algo. Algo que por sua vez nada é além daquilo que o institui mas que somente ele pode permitir que aconteça.

Por isso reforço que o sentido de qualquer fenômeno não está aqui sendo tomado como algo em-si e por-si. Sua instituição sempre depende de uma articulação entre forças, que por sua vez também são resultado de outras articulações entre forças, e assim consecutivamente em um processo onde a origem sempre se perde. Seguindo os termos de Jacques Derrida cabe dizer que o sentido é sempre um rastro. Uma marca de algo que nunca esteve presente enquanto manifestação do ser-em-si e por isso não pode ter a sua origem determinada enquanto algo dado (Derrida, 2004). O corte a ser feito para determinar onde esse processo começa é sempre arbitrário e intencional.

Inclusive por parte do investigador interessado em explorar os meandros que envolvem a instituição do sentido de qualquer fenômeno.

CIDADE-IMAGEM / URBANISMO-SKYLINE

Se voltarmos ao primeiro movimento citado no primeiro tópico deste texto, há indicações que as forças ligadas à disseminação do Planejamento Estratégico enquanto modelo de gestão urbana, já estavam confluindo e instituindo planos e programas produzidos para cidades da Europa Ocidental e dos Estados Unidos da América desde a década de 1970. Em geral as referências tomam o *San Francisco Strategic Plan: Making a Great City Greater* de 1983 como a primeira grande experiência do gênero (Novais, 2003). Conforme esse fluxo de concepções e ideias foi se consolidando durante as décadas de 1980 e 1990, as experiências locais de determinadas cidades também começaram a se instituir enquanto forças importantes na difusão desse modelo de gestão. Desde então vem se constituindo um repertório de práticas de gestão e intervenções urbanas ditas enquanto bem sucedidas em seus contextos originais e transformadas em “modelos” a serem reproduzidos. É o caso das já muito discutidas experiências de Barcelona ou Bilbao. Dinâmica reforçada pela ação de várias instâncias de legitimação (organismos supranacionais, grande mídia, governos locais, universidades) que atuam potencializando esse léxico de “casos exemplares”.

Mas em que consistem essas “cidades-modelo”? Inicialmente cabe apontar que a qualificação de qualquer experiência particular de gestão ou intervenção urbana enquanto “modelo” não está sendo considerada como uma consagração natural ou evidente em função de seus bons resultados (Sánchez & Moura, 1999). Tampouco elas resultam apenas de um suposto bom desempenho das administrações locais que conseguem se destacar por suas ações urbanísticas, ambientais, sociais ou de gestão (Sánchez, 2001). Elas efluem de um engajamento específico de forças, que envolve um conjunto de agentes interessados em instituí-las enquanto tal no âmbito dos contextos que estejam em jogo. Forças essas que envolvem arranjos políticos presentes no âmbito local, grupos econômicos com interesses específicos que dependem da cidade para suas estratégias de reprodução do capital, ou ainda agências multilaterais de

cooperação e fomento (Banco Mundial, Banco Interamericano de Desenvolvimento, Organização das Nações Unidas, União Européia, dentre outros) que vêm financiando muitos desses projetos de intervenção.

A sua constituição deve ser compreendida como parte das estratégias discursivas de agentes hegemônicos que atuam em diferentes escalas de ação política (local, nacional, global). Agentes que vêm adotando como elemento estruturador de seus discursos, os supostos imperativos gerados pelos processos de reestruturação da economia capitalista e a consequente necessidade de definir uma nova agenda para as cidades e seus modelos de gestão (Sánchez, 2001). A globalização é assumida enquanto um pressuposto inexorável, que exige que as cidades desenvolvam a partir da escala local possibilidades de inserção em um suposto mercado altamente competitivo, implementando políticas públicas capazes de torná-las atrativas aos investimentos nacionais e internacionais (Sánchez & Moura, 1999). Muitas dessas formulações estão presentes nas obras de Jordi Borja e Manuel Castells¹⁰ – talvez dois dos principais formuladores e promotores do Planejamento Estratégico no âmbito das políticas públicas urbanas – que não apresentam este modelo de gestão apenas como um caminho possível e sim enquanto uma necessidade frente a um mundo em transformação (Castells, 1990) Caberia então às cidades colocarem-se como protagonistas deste processo, a partir da adoção de novas formas de gestão supostamente capazes de promover seu desenvolvimento econômico e social (Castells & Borja, 1996). Uma estratégia discursiva que também esteve presente na transposição desse modelo de gestão do âmbito empresarial para a esfera pública. Seus idealizadores instituíram enquanto pressuposto dessa passagem as (por eles diagnosticadas) transformações ocorridas na economia mundial, na demografia, na geopolítica, no papel do Estado, com a necessidade consequente de adequar o modelo de gestão para escapar das incertezas e possibilidades de crise (Novais, 2003). Formulações que justificam a adoção dessa “nova agenda para as cidades” a partir de uma lógica denominada por Isabelle Stengers e Philippe Pignarre de “alternativas infernais”. Como uma construção discursiva que coloca as ações propostas enquanto soluções técnicas naturais e evidentes para manter

10 Para uma análise mais detalhada sobre a obra de Jordi Borja e Manuel Castells ver as considerações de Carlos Vainer (Vainer, 2000)

a estabilidade e evitar uma catástrofe iminente, apresentando conseqüentemente as decisões tomadas como se não fossem opções políticas e nem movidas por interesses específicos (Stengers & Pignarre, 2011).

Carlos Vainer ressalta que essa concepção que valoriza o “protagonismo das cidades” e que as concebe como uma “mercadoria a ser vendida”, também institui um “público-alvo” específico a ser atraído. Ações que em geral visam esferas associadas ao grande capital – através do incentivo à atração de unidades administrativas/produtivas/comerciais de grandes empresas; de centros de inovação, criação e pesquisa; de profissionais de alto capital econômico/cultural/político; ou ainda de um turismo qualificado – que por sua vez demandam uma série de insumos específicos. É o caso de elementos como segurança, centros de convenções, equipamentos culturais e esportivos, áreas sofisticadas de comércio/consumo/lazer, hotéis de luxo, redes de telecomunicação de alta tecnologia, empreendimentos imobiliário de alto padrão, aeroportos internacionais, dentre inúmeras outras possibilidades (Vainer, 2000). Elementos na maioria das vezes reunidos e justapostos em *skylines* cenográficos que podem surgir tanto das propostas preservacionistas pós-modernas que atravessam as intervenções contemporâneas sobre as áreas centrais “revitalizadas”, quanto da construção de novos condomínios, complexos comerciais, centros de negócios e afins em antigos distritos industriais “renovados” ou outras áreas de expansão (Jacques, 2005).

Fernanda Sánchez ressalta que esse “mercado mundial de cidades” é movido e ao mesmo tempo movimentada alguns outros mercados associados a determinados agentes ou grupos econômicos que instituem e são instituídos por essas demandas. É o caso de empresas e corporações cujas possibilidades de ganho variam em função de aspectos locais – sejam eles em função da disponibilidade de mão de obra especializada, mercado consumidor específico, redes de transporte e logística, infraestrutura e serviços de informação – que podem, inclusive, utilizar essas localizações para agregar valor à sua marca em função da exclusividade que elas possam oferecer. De forma semelhante o mercado imobiliário também viabiliza muitas intervenções urbanas a partir de investimentos diretos nessas áreas “revitalizadas” ou “renovadas”, ao mesmo

tempo em que se serve dessas novas localizações e de seus elementos para constituir a exclusividade de seus produtos. Algo que ocorre também com o mercado do turismo que se apóia na projeção internacional das cidades para segmentar o seu mercado por grupos de interesse (turismo jovem, turismo de negócios, turismo cultural, turismo de compras) ao mesmo tempo que legitima esses projetos de cidade ao reconhecê-las enquanto destinos privilegiados para o seu público consumidor (Sánchez, 2001). Por fim cabe citar também o mercado dos grandes escritórios de arquitetura que participam ativamente da elaboração de muitas dessas propostas de intervenção, conferindo-lhes a projeção internacional decorrente do prestígio dos arquitetos envolvidos, que por sua vez também dependem dessas intervenções para compor o seu *portfólio* e serem reconhecidos por ele.

Mas é o caso também de alguns mercados específicos relacionados ao reconhecimento e difusão desses modelos de gestão associados ao Planejamento Estratégico. Há o mercado das chamadas *Best Practices* que é operado pelas agências multilaterais de cooperação e fomento que vêm difundindo em larga escala (e com a força de seu poder político e econômico) a importância dos governos locais assumirem um compromisso com “administrações urbanas competentes” ou com as “gestões competitivas” (Sánchez, 2001; Vainer, 2000). Algo que está intimamente ligado com o mercado das consultorias em planejamento e políticas públicas, que envolve um trânsito de agentes locais que são projetados a nível nacional ou internacional enquanto porta-vozes desses modelos de gestão, que são instituídos enquanto legítimos por essas mesmas agências (Sánchez, 2001).

Podem ser citados exemplos como o do ex-prefeito de Barcelona Pasqual Maragall, que foi presidente do Conselho de Municípios e Regiões da Europa e do Comitê de Regiões da União Européia; ou do sociólogo/urbanista Jordi Borja que participou do projeto de preparação da cidade de Barcelona para os Jogos Olímpicos de 1992 e desde então vem prestando uma série de consultorias para a elaboração de planos estratégicos em cidades como Rio de Janeiro, Bogotá e Medellín. É também o caso do ex-prefeito/arquiteto Jaime Lerner da cidade de Curitiba, que em função dos prêmios internacionais recebidos por sua gestão

também vem prestando consultorias e elaborando projetos de renovação urbana, a exemplo do mais recente projeto voltado para o antigo Cais do Porto da cidade de Porto Alegre. Ou ainda da participação de Jordi Borja e Manuel Castells em muitos estudos e publicações oficiais organizadas pelo Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos (ONU-HABITAT).

Essa promiscuidade entre gestores públicos locais, intelectuais e instâncias internacionais de legitimação opera criando um léxico, que permite enunciar os discursos que instituem esses modelos de gestão e intervenção sobre a cidade a partir de experiências concretas. Essas experiências passam então a ser instituídas como “modelos”. Como “exemplos bem sucedidos” que devem ser seguidos pelos demais governos locais para atender às necessidades exigidas pela consolidação dos processos de globalização da economia, ou pela iminência da crise urbana, ou pela degradação ambiental, ou por qualquer outra premissa que seja constituída. São operadas como “respostas prontas” a problemas na maioria das vezes instituídos pelos mesmos contextos discursivos que incentivam a aplicação dessas respostas. O “Caso de Barcelona” passa a ser colocado como uma “solução” a ser empregada por outras cidades interessadas em promover grandes projetos de renovação urbana e dinamização de antigas áreas portuárias ou industriais, o “Caso de Curitiba” passa a servir de inspiração para outras cidades que queiram tornar-se ambientalmente sustentáveis, o “Caso do Rio de Janeiro” passa a ser difundido para outras cidades que também se interessem em urbanizar as suas favelas. Mas frente a isso cabe questionar: o que determina que outras cidades precisem renovar o uso de suas áreas portuárias, tornarem-se sustentáveis ou urbanizar as suas favelas? Ou então: o que define os parâmetros para mensurar o sucesso que Barcelona, Curitiba e Rio de Janeiro tiveram nessas áreas de atuação?

Essas questões novamente reforçam que a instituição do sentido é sempre um processo que envolve uma disputa entre forças que querem instituir as possibilidades de enunciação de determinado fenômeno. E aqui estamos falando de uma disputa desigual entre esses dizeres. Por um lado as articulações entre os discursos produzidos pelas grandes corporações, pelo mercado imobiliário, pela indústria cultural, pelo poder público, pelos escritórios dos

*starchitetcs*¹¹, pelas agências de fomento, pela grande mídia ou forças congêneres, são altamente potentes em decorrência da posição hegemônica ocupada por esses agentes no espaço social. E por outro lado eles desejam explicitamente produzir dizeres que se apresentem enquanto únicos, hegemônicos e inquestionáveis.

Fernanda Sánchez enfatiza que tratam-se de processos que operam no âmbito do simbólico. Dimensão da vida social considerada como fundamental para a efetivação dessas lutas políticas em torno da imposição de uma determinada “leitura da cidade”¹² sobre outras que também estejam na disputa. As transformações materiais que ocorrem na cidade dependem para sua efetivação de estratégias discursivas que legitimem as intervenções propostas (Sánchez, 2001). Não pode existir um “processo de revitalização” ou uma crítica a um processo de “esvaziamento da região central” se não houver a constituição de um contexto discursivo que lhe confira sentido. E essa operação é sempre movida por desejos e intencionalidades. A autora ressalta que os discursos hegemônicos operam produzindo **imagens-síntese** oficiais que são impostas também como hegemônicas, e não pretendem deixar margem para interpretações diversas sobre a informação que estão interessadas em veicular. Costumam ser mostradas com objetividade e apresentando os fenômenos que estejam em jogo como inquestionáveis. Mas “seu aparente realismo é, em essência, ideológico, pois passa como natural aquilo que é um fato cultural” (Sánchez, 2001, p. 35). Não existem enunciações ou dizeres que sejam neutros. Eles sempre são construídos a partir de uma determinada posição no espaço social. Cada dizer opera sempre construindo “mundos parciais” que vão variar em função da intencionalidade dos agentes que estejam em jogo. Eles “visam a produção de efeitos na realidade social. Assim a produção de imagens opera necessariamente com sínteses,

11 Neologismo criado para fazer referência aos arquitetos de renome internacional que devem o seu prestígio à grandes e arrojados projetos de espaços urbanos ou edificações, na maioria das vezes associados aos projetos de renovação urbana. Muitos deles já foram citados ao longo deste texto.

12 A utilização do termo “leitura” adotado pela autora está em desalinho com a construção teórica que está sendo adotada neste trabalho de tese, por sugerir que existe uma cidade dada no mundo e que apenas é representada por agentes com diferentes visões de mundo. Eu prefiro a utilização do termo “enunicação” por ressaltar que não há possibilidade de existir nada além daquilo seja dito enquanto discurso. Mas apesar dessa diferença epistemológica a linha argumentativa da autora segue sendo considerada como de extrema relevância para a discussão proposta.

seletivas e parciais, que dão relevância a alguns aspectos e omitem outros, respondendo ao universo especial de interesses dos sujeitos que a constroem e aos objetivos que se pretendem” (Sánchez, 2001, p. 35).

Um exemplo que cabe ser citado é a constituição do “Rio Cidade Olímpica” enquanto imagem-síntese oficial que foi amplamente produzida pela prefeitura da cidade do Rio de Janeiro nos últimos anos. O material oficial de divulgação e o Plano de Políticas Públicas do Município apresentam um conjunto de quatorze projetos urbanos¹³ divididos entre as áreas de Mobilidade, Meio Ambiente, Renovação Urbana e Desenvolvimento Social. A linha mestra da argumentação utilizada para justificar as intervenções, articula-se em torno da construção de um objetivo comum, centrado na importância do legado olímpico para o desenvolvimento urbano, econômico, social e ambiental da cidade do Rio de Janeiro. Isso aparece sintetizado no slogan “O RIO GANHA, VOCÊ TAMBÉM” ou na *hashtag* de divulgação “#ÉTUDONOSSO”, mas também em inúmeros outros elementos que são acionados para instituir essa imagem-síntese. Os textos de apresentação das obras que estão sendo realizadas falam de “um novo padrão de qualidade de vida no Rio de Janeiro”, do “resgate do patrimônio histórico e arqueológico”, em uma “revolução no conceito de integração social”, de “reurbanizar áreas até então degradadas”, dentre tantos outros exemplos que poderiam ser citados.

E não se trata apenas de propaganda ou de retórica. Cada uma das conceituações que atravessam esse agenciamento específico vão compondo uma trama de sentidos que permite enunciar essa imagem-síntese. Imagem que por sua vez autoriza enquanto possibilidade todas as intervenções que estão sendo propostas em nome desse “Rio Cidade Olímpica”. E ao seguirmos as linhas que atravessam cada um desses elementos, torna-se possível expor os entremeios envolvidos na sua instituição e nos aproximarmos das dimensões do querer que

13 Projetos que são apresentados como complementares aos projetos de equipamentos esportivos voltados para realização dos Jogos Olímpicos de Verão de 2016. Os quatorze projetos envolvem: VLT do Porto, BRT Transolímpica, BRT Transoeste, Duplicação do elevador do Joá, Viário da Barra (duplicação da Salvador Allende e Abelardo Bueno), Reabilitação ambiental de Jacarepaguá, Saneamento da Zona Oeste, Projeto Porto Maravilha, Controle de Enchentes na Tijuca, Requalificação Urbana do Entorno do Estádio João Havelange, além da construção de quatro escolas.

envolvem esses dizeres. E a partir disso podemos especular, por exemplo, sobre o porquê da utilização do termo “resgate” para falar de patrimônio, ou das motivações que levam a falar em “patrimônio histórico e arqueológico” nessa formulação do Rio Cidade Olímpica, além de tensionar sobre o que está sendo dito ao falar em “histórico” nesse caso específico. Algo que possivelmente nos conduzirá a outros elementos como a valorização da dimensão turística, a pressão do mercado imobiliário local por novas frentes de expansão, o interesse do poder público em invisibilizar desigualdades sociais e projetos de cidade dissonantes, o desejo de transformar o Rio de Janeiro em uma “cidade-global”, ou a projeção política que esse tipo de formulação pode propiciar aos agentes envolvidos na sua implementação. Nesse sentido não há como separar a dimensão discursiva da práxis, pois a “reelaboração simbólica que um discurso efetiva é parte integral da realidade social e, por essa razão, tal realidade é também constituída ou determinada pela própria atividade de simbolização” (Sánchez, 2001, p. 35).

Para a imagem-síntese atingir os objetivos aos quais se propõem, ela precisa se instituir enquanto totalizante e totalizadora. É assim que operou o “Rio Cidade Olímpica”. Sua formulação recorreu a uma série de estratégias discursivas que não apresentam outro caminho possível para o desenvolvimento da cidade que não seja o que está sendo enunciado. Esse pressuposto pode ser encontrado também na maneira como o Plano Rio-Sempre-Rio justifica a necessidade de adotar o Planejamento Estratégico na cidade: “As mudanças que ocorrem no mundo tendem a se intensificar” (...) “O século XXI será o século de uma nova sociedade, apoiada sobre novos modelos de organização e espaços políticos” (...). Ou ainda na sequência: “Essas perspectivas são motivações importantes para a elaboração de planos estratégicos urbanos, pois as cidades são o local para a produção das respostas aos desafios econômicos, políticos e sociais impostos por essa nova conjuntura” (Rio de Janeiro, 1996)

A univocidade que perpassa o encadeamento dessas duas formulações é característica da instituição das imagens-síntese e está diretamente relacionada a um dos principais elementos que caracterizam o Planejamento Estratégico enquanto modelo de planejamento e gestão urbana: a instituição de um consenso

em torno de um projeto único de cidade (Vainer, 2000; Sánchez, 2001; Novais, 2003). Seus formuladores colocam que a cidade deve estar unida e isenta de conflitos internos para se fortalecer frente às disputas que caracterizam esse suposto mundo contemporâneo. Algo que envolve por um lado uma despolitização da questão urbana e uma conseqüente negação do dissenso enquanto possibilidade de ação política. E por outro, a necessidade de instituir determinados discursos que estejam centrados em objetivos delimitados e parciais mas que ao mesmo tempo se postulem enquanto universais para a cidade como um todo¹⁴.

É essa imagem-síntese que deve ser promovida. É ela que deve ser projetada nesse suposto “mercado mundial de cidades” para atrair os fluxos de capital que estejam em busca de localizações privilegiadas e adequadas ao seu perfil. É ela que vai agenciar e ser agenciada pelos investidores internacionais, pelas grandes corporações pelo turismo, pela indústria do entretenimento, pelos centros de inovação ou por qualquer outro agente do mundo social que seja atravessado por ela. Essas imagens-síntese tornam-se forças e passam a compor as possibilidades de enunciação e de instituição do sentido de outros fenômenos. Quando o Projeto Porto Maravilha (ou qualquer outro exemplo similar) aciona o “caso de Barcelona” ou o “caso de Bilbao” em sua formulação, ele está acionando uma Barcelona e uma Bilbao que foram instituídas por determinadas imagens-sínteses (que poderiam ser outras), que conseqüentemente partem de uma enunciação que quis dizer essas cidades de uma forma particular e não de outra. Nesse sentido o Projeto Porto Maravilha está acionando algo que já é uma construção discursiva particular e resultante de interesses específicos. Como diria Jaques Derrida: sempre rastros de outros rastros.

Mas cabe ressaltar que essas imagens-síntese e seu sentido também estão sempre em devir. Em cada novo agenciamento elas são ressignificadas a partir de outras construções discursivas atravessadas por um contexto político,

14 Mas isso não quer dizer que os conflitos deixem de acontecer. A preparação da cidade do Rio de Janeiro para os Jogos Olímpicos de 2016 colocou enquanto necessidade para atingir os seus objetivos a remoção de uma série de favelas, principalmente no entorno de áreas ligadas à construção dos equipamentos esportivos ou dos projetos urbanos a eles relacionados (Brum, 2013; Nunes, 2012). Algo que vem gerando a insurgência de uma série de outros discursos que também passam a querer disputar o direito de instituir outras possibilidades de sentido para esse fenômeno que a imagem-síntese pretende absolutizar.

econômico, social ou urbanístico diferente daquele em que ela foi constituída. A Barcelona que surge ao ser acionada pelo Plano Estratégico Rio Sempre Rio pode ser diferente daquela que surge do Projeto de Requalificação do Centro de Niterói. Algo que reforça minha preocupação em explicitar os meios de propagação dos sentidos e em tensionar os limites do fenômeno enquanto algo dado. Esses arranjos são sempre *sui generis* e circunstanciados pelos engajamentos concretos que estejam em jogo. Entretanto, não há como negar que o grau de potência e incidência dessas imagens lhes garanta certa estabilidade e as leve a produzir efeitos similares nos diferentes contextos em que são acionadas. O Planejamento Estratégico efetivamente vem se afirmando ao longo das últimas décadas como um discurso potente e hegemônico no âmbito das políticas de planejamento e gestão urbana. O mesmo pode ser dito das imagens-síntese que são projetadas enquanto cidade-modelo associadas a esse modelo de gestão pelas instâncias de legitimação.

Por um lado, temos como consequência direta disso um planejamento urbano que passa a operar com essas imagens. Os agentes responsáveis pela formulação das políticas públicas, assumem em suas propostas o desejo de reproduzir nos diferentes contextos locais os mesmos resultados que são projetados pelas imagens-síntese que eles estão acionando. Eles querem que o Rio de Janeiro seja Barcelona e instauram essa possibilidade discursivamente ao acionar o caso da cidade catalã como um modelo a ser seguido. E esse querer consequentemente se desdobra no desejo (mas também na exigência) de adotar todo um léxico de elementos que são projetados por essa imagem-síntese. Afinal não há como “ser Barcelona” sem organizar um grande evento esportivo, sem revitalizar a região portuária, sem modernizar a gestão pública e assim por diante.

Essa dinâmica instaura também entre os formuladores das políticas públicas o desejo de que as suas intervenções também possam ser projetadas a nível nacional e internacional, para que elas também possam tornar-se modelos a serem seguidos por outras cidades. É por isso que o *marketing* urbano assume nesse contexto contemporâneo um papel fundamental nos processos de produção das imagens-síntese. Otília Arantes diz que o Planejamento Estratégico é antes de tudo um empreendimento de comunicação e promoção (Arantes O. ,

2002). O que está em jogo para esse modelo de gestão é a capacidade de se projetar nessa nova “geopolítica das redes internacionais” (Jacques, 2005, p. 18). E uma das formas de fazer isso é constituindo espaços na cidade que sejam reconhecidos nesse circuito por sua exclusividade e distinção. Seja acionando o patrimônio histórico, a paisagem, a vida cosmopolita, os ícones da arquitetura contemporânea, os empreendimentos corporativos sofisticados, os teleféricos ou qualquer outro elemento que as imagens-síntese reificadas enquanto modelos instauram e propagam. Espaços que paradoxalmente vem se tornando cada vez mais homogêneos e pasteurizados pois em geral vêm se constituindo a partir dos mesmos elementos, que são instituídos como demandas pelos mesmos discursos hegemônicos (Jacques, 2005)

Os três movimentos que foram colocados no primeiro item deste texto vêm favorecendo o desenvolvimento de um urbanismo interessado em projetar *skylines* e produzir imagens. Uma consequência direta da propagação do Planejamento Estratégico com seus pressupostos de internacionalização e competitividade. Mas também do fim da “era dos grandes planos” decretada por muitas das correntes críticas à arquitetura modernista, assim como da emergência dos movimentos de valorização da cultura enquanto vetor de desenvolvimento urbano. Movimentos que em suas possibilidades de articulação vêm produzindo imagens que irrompem enquanto forças a serem agenciadas e articuladas em outros engajamentos interessados em dizer cidade. Forças que emanam cidade enquanto possibilidade de ser-cidade.

CIDADE-DIAGNÓSTICO / URBANISMO-CIÊNCIA

Nas páginas anteriores procurei sintetizar um primeiro elemento considerado central em minhas reflexões sobre os projetos contemporâneos de revitalização das áreas centrais: a potência das imagens-sínteses. Elas operam enquanto forças importantes na constituição de uma gramática de ações e intervenções a serem implementadas pelas administrações municipais que porventura tenham sido agenciadas por alguma dessas imagens. Um exemplo que cabe ser citado

para ilustrar esse processo é o caso do Projeto de Requalificação do Centro de Niterói¹⁵.

Ele aciona explicitamente enquanto “bons exemplos” a serem reproduzidos os casos do *Port Vell* em Barcelona, do *Puerto Madero* em Buenos Aires e do novo bairro de *Kop van Zuid* criado às margens do *Rio Mass* em Rotterdam. Imagens que operam colocando enquanto questões a serem resolvidas por esse projeto: a adoção de novos modelos de gestão pública, a recuperação dos espaços públicos, a valorização das edificações consideradas históricas, a criação de atrações para incentivar o trânsito de turistas, a retomada da relação com a Baía da Guanabara ou a atração de novos investimentos e capital privados. A formulação dessa proposta de intervenção parte do pressuposto de que a Cidade de Niterói precisa implementar um determinado conjunto de ações para superar uma condição qualificada enquanto insatisfatória. E nesse sentido cabe dizer que essa formulação institui a cidade em questão como algo não realizado em sua forma plena. Como uma Niterói que ainda não se realizou como uma Barcelona/Buenos Aires/Rotterdam, mas que tem essa realização sendo colocada como possibilidade. Que pode superar as imperfeições de sua situação presente, caso siga o caminho apontado por esses modelos e efetive as transformações enunciadas pelo projeto proposto. Uma teleologia que coloca a realização dessas imagens-síntese enquanto o fim último de um encadeamento, cujas premissas foram estabelecidas dentro de um campo de possibilidades instituído por essas mesmas imagens. Elas sugerem as respostas mas também colocam os problemas. São as imagem-síntese de Buenos Aires, Barcelona e Rotterdam que colocam a implementação desses projetos de revitalização de áreas portuárias como um procedimento necessário, seja para conseguir uma inserção privilegiada em um mercado mundial de cidades ou garantir o desenvolvimento econômico e social da cidade. É isso que elas comunicam ao serem divulgadas e promovidas enquanto cidades-modelo pelos canais e instâncias de legitimação já citados. E com isso instauram também uma Niterói que deve investir nesse modelo de intervenção caso queira compartilhar dos benefícios que essas inserções ou esse desenvolvimento podem trazer. Ou

15 A descrição das ações previstas pelo projeto está disponível no site oficial: <<http://centro.niteroi.rj.gov.br/>>

sofrer as consequências de não se adequar às demandas que esse suposto mundo contemporâneo impele à gestão e ao planejamento das cidades.

Mas essas imagens-síntese não fazem isso sozinhas. Elas têm um papel decisivo nesse processo ao fornecerem elementos que permitem enunciar a Cidade de Niterói como algo que ela ainda não é. Mas como é definida a situação presente? O que autoriza que ela seja classificada enquanto insatisfatória ou imperfeita e que as questões a serem resolvidas sejam reconhecidas pelos demais agentes do mundo social por sua plausibilidade? O que determina que a região central da cidade de Niterói “precisa resgatar o prestígio perdido nas últimas décadas” ou que é preciso melhorar “as condições de vida de seus moradores e da população que circula por ali?”¹⁶ Que forças atuam fornecendo elementos e subsídios, que ao se articularem com outras forças em jogo neste engajamento específico, permitem dizer que o centro da cidade de Niterói deve ser revitalizado nos termos que são apresentados por este projeto?

Aqui cabe acionar outro elemento tão potente quanto as imagens-síntese: as etapas de diagnóstico que em geral estão presentes na formulação desses projetos. São elas que instituem os recortes espaço-temporais envolvidos na realização das intervenções previstas. E o fazem a partir de uma série de estratégias produzidas por diferentes áreas do conhecimento que quantificam e qualificam esse recorte, constituindo áreas de risco, bairros degradados, regiões subutilizadas, zonas de investimento, áreas de valorização cultural, dentre tantas outras nomeações possíveis em um inesgotável léxico de possibilidades. Também caracterizam esses recortes a partir das taxas de natalidade dos demógrafos, do Produto Interno Bruto dos economistas, das áreas de proteção ambiental dos ecologistas, dos índices de criminalidade dos sociólogos, dos riscos de epidemia dos médicos, da cultura local dos antropólogos, do patrimônio e memória dos historiadores ou dos fluxos de veículos por minuto dos engenheiros. Em suma: operam enquanto forças que também participam da instituição do sentido de um fenômeno específico, delimitando-o em sua geografia, história, sociologia, economia, ecologia ou evolução urbana.

16 Conforme descrito no site: <<http://centro.niteroi.rj.gov.br/>>

E o fazem instituindo esse sentido a partir da autoridade e do reconhecimento social conferido por essas ou outras áreas do conhecimento que estejam envolvidas. E com isso definem objetivamente os limites desse recorte espaço-temporal, estabelecendo suas genealogias, identificando suas estruturas, definindo suas funções, ou traçando suas leis gerais. Desta forma, podemos ter um fenômeno dito “zona portuária” ou “área central” ou “centro histórico”, cuja instituição do seu sentido poderá envolver uma descrição de suas características materiais e imateriais (importância histórica e cultural, valor arquitetônico, parte da identidade da cidade, boa acessibilidade), sua identificação enquanto um lugar no mundo (parte do processo de desindustrialização, centro da metrópole, antiga capital do Estado da Guanabara), além das possibilidades de efetivar seu novo papel (pólo para o terciário avançado, cidade criativa, cidade do entretenimento) a partir da proposta de intervenção que esteja em jogo.

O diagnóstico e as imagens operam na formulação desses projetos contemporâneos de revitalização potencializando-se mutuamente. Enquanto uma define o ponto de chegada o outro define o ponto de partida. E ambos constituem um contexto discursivo que permite enunciar o caminho entre esses dois pontos a partir de uma intervenção urbana específica. Em suma trata-se de um encadeamento auto-evidente onde todos os termos já estão articulados *a priori*. Uma equação que se resolve em si mesma ao instituir as premissas que autorizam a sua própria resolução. Mas frente a isso cabe questionar: é o diagnóstico que define a intervenção ou é a intervenção que define o diagnóstico? Ou será que ambos não estão constituídos enquanto parte de uma mesma formulação que pressupõem uma ontologia que confere sentido ao fenômeno enquanto totalidade? Colocando em outros termos: é a caracterização de uma área enquanto degradada que define sua possibilidade de ser revitalizada, ou é a possibilidade dela ser revitalizada que a leva a ser diagnosticada enquanto degradada? Ou será que o par degradada/revitalizada só é possível porque se constitui enquanto significante de uma alteridade (Barcelona, Bilbao, Buenos Aires) que lhe confere sentido?

Antes de resolver essas questões cabe apontar que o diagnosticar implica em reconhecer a possibilidade de que existe algo que pode ser diagnosticado.

Esse pressuposto está sendo aqui considerado enquanto o liame que atravessa essas propostas de diagnóstico produzidas no âmbito das diferentes áreas do conhecimento ditas científicas, presentes em boa parte desses projetos de revitalização. Enquanto herdeiras e plenamente imiscuídas em uma das mais consagradas instâncias da tradição ocidental moderna – a Ciência – elas operam a partir da possibilidade da episteme e da distinção entre um **sujeito** capaz de conhecer e um **objeto** possível de ser conhecido.

São marcadas por um dos principais pressupostos da constituição do pensamento moderno – que coloca de um lado o “mundo das coisas-em-si” e de outro o “mundo dos homens-entre-eles” (Latour, 2011) – e assim permite conceber a cidade como objeto, passível de ser acessado enquanto uma realidade concreta por um sujeito centrado e dotado de capacidades cognitivas. Ou seguindo o que está sendo discutido aqui: permite que um sujeito do conhecimento constituído em um âmbito particular dito científico, constitua a cidade como objeto de análise e faça um diagnóstico que recupere o seu passado, avalie sua condição presente e projete seus desdobramentos futuros. Autoriza que seja instituído um determinado recorte espaço-temporal enquanto algo que pode ser apreendido objetivamente através dos aparatos técnicos de cada área do conhecimento. Algo que pode ser interpretado ou explicado sob os cânones teóricos vigentes, tidos como supostos instrumentos de desvelamento de uma verdade sobre o fenômeno em questão.

Ressaltando que esse encontro entre a Ciência Moderna e um determinado objeto dito por ela enquanto Cidade está longe de ser uma novidade. Françoise Choay indica que desde o final do século XIX já existiam movimentos que pretendiam criar uma área do conhecimento autônoma, que se diferencia por sua pretensão científica dos outros campos que também tinham a cidade como objeto de suas reflexões (Choay, 2013). Esses movimentos se consolidaram com a institucionalização do Urbanismo enquanto disciplina a partir das primeiras décadas do século XX. Algo que estava presente, por exemplo, nas obras de Marcel Poète e Patrick Geddes que elaboraram e defenderam um urbanismo baseado na aplicação de métodos rigorosos de pesquisa e investigação científica (Choay, 2013). Patrick Geddes foi um dos primeiros a acionar a figura conceitual

do diagnóstico como instrumento prévio à elaboração de qualquer plano urbanístico (De Biase, 2012). Na mesma direção, o urbanista francês Donat Alfred Agache também participou ativamente desse processo, colocando o urbanismo como uma ciência voltada para a compreensão da cidade enquanto uma manifestação física de todas as dimensões da atividade humana, cuja compreensão demandava uma série de análises precisas e minuciosas, capazes de orientar possíveis intervenções futuras para corrigir os seus problemas (Bruant, 1996). Algo presente no plano urbanístico por ele elaborado para a cidade do Rio de Janeiro no início do século XX, que já acionava em sua formulação uma preocupação com a “anatomia da cidade e suas funções” (p.6) e com a importância de se desenvolver uma ciência voltada para a análise da cidade enquanto um fenômeno passível de ser investigado (Agache, 1930).

Essa possibilidade de investigar e conceber a cidade como um objeto de pesquisa científica, instaura um campo agonístico de disputas no qual os sujeitos envolvidos não medirão esforços para confirmar e refutar entre seus interlocutores os meios mais adequados para precisar essa verdade. Sejam eles instrumentos de pesquisa, delimitações disciplinares, paradigmas teóricos ou métodos de diagnóstico e proposição. E estou me referindo a disputas em seus vários níveis de possibilidade. Desde as disputas “entre pares” no interior de cada tradição disciplinar, passando por disputas entre as diferentes áreas do conhecimento que instituem a cidade enquanto objeto de suas investigações (arquitetura, demografia, urbanismo, administração pública, planejamento urbano, economia, geografia, medicina social, sociologia), além da relação com outros âmbitos do mundo social (mundo cooperativo, movimentos sociais, órgãos governamentais, imprensa) que também se posicionam nesses embates. Ressaltando que se trata de um campo disforme e instável – marcado por articulações, atravessamentos, disjunções – que permanentemente reconfiguram os termos e as possibilidades dessa disputa. Há que considerar também as relações de poder envolvidas que hierarquizam esses diferentes dizeres.

Mas até aí seguimos no âmbito da epistemologia. O que torna estas disputas possíveis é o reconhecimento dessa divisão fundamental entre o sujeito indagativo e o objeto inerte, que autoriza a concepção do conhecimento enquanto

possibilidade e a própria realização da ciência enquanto forma privilegiada de efetivá-lo. Mas o que está em jogo nestas disputas? Ou colocando a questão de outra forma: o que está em jogo quando é apresentado um diagnóstico que institui um determinado recorte espaço-temporal e o quantifica e qualifica de determinada forma e não de outra? O que pressupõem afirmar em um plano de “revitalização” que determinada “área central está degradada”? Seria esta uma formulação destituída de desejos e intencionalidades que apenas diz algo sobre um mundo tangível? O que pode um dizer dito científico nos arranjos que compõem esses projetos contemporâneos de revitalização de áreas centrais?

A produção das imagens-síntese e a elaboração dos diagnósticos operam enquanto dizeres que se apresentam e se pretendem unívocos. O primeiro deles instituindo (de forma arbitrária e atravessado por uma série de interesses específicos) uma **cidade idílica**, apresentada como o suposto resultado de “gestões competentes” e da implementação de “boas práticas” adequadas às exigências “de um mundo em transformação”. Um dizer que se impõe como hegemônico e apaga todos os conflitos, disputas e tensões que o processo de construção dessas imagens inevitavelmente envolve. O segundo institui (de forma não menos arbitrária e parcial) uma **cidade real** acessada pelo conhecimento científico, dito enquanto uma poderosa ferramenta para desvelar o mundo em sua complexidade. Um dizer mais humilde e apto para reconhecer suas contradições, seus contra-sensos, suas limitações e seus conflitos internos, mas que em geral também não abre mão de se instituir enquanto possibilidade de dizer uma verdade sobre o mundo. Principalmente quando ele está articulado ao Estado e é utilizado como força para potencializar outros discursos oficiais¹⁷.

Cabe lembrar que meu objetivo aqui é discutir os meandros que envolvem a formulação desses projetos contemporâneos de intervenção sobre a cidade, explicitando seus pressupostos e expondo suas formas de operar. O que

17 Paul Rabinow descreve de forma pertinente como essa aliança entre Ciência e Estado não pode ser dissociada do desenvolvimento das disciplinas que se dedicaram a pensar o espaço urbano. O autor ressalta que o desenvolvimento do urbanismo modernista francês no início do século XX, esteve diretamente associado ao processo de colonização, particularmente a partir da implantação de novas cidades em Marrocos, Vietnam e Madagascar, onde o desenho urbano era parte importante do processo de dominação. Além de uma oportunidade para os urbanistas “testarem” novos conceitos de desenho e planejamento, o desenho urbano servia também como um instrumento para impor aos nativos os modelos de cidade de tradição européia, reificando assim a crença dos colonizadores franceses na sua superioridade cultural (Rabinow, 2003).

está em jogo não é uma cruzada contra a Ciência, o Planejamento Estratégico, o Estado ou qualquer outra dessas conceituações, em nome de alguma outra coisa que eu considere mais válida do que elas para dizer o mundo. Mas o desejo de um sujeito-autor em tensionar com os limites desses dizeres e explicitar as suas implicações. De refletir sobre os processos que instituem os fenômenos e lhes conferem um determinado sentido e não outro.

Uma última questão sobre a articulação desse par imagem|diagnóstico cabe ser apontada. De forma geral esse par estabelece que há uma cidade-modelo caracterizada por experiências bem sucedidas que podem e devem ser reproduzidas por outras cidades. Ao desdobrar essa assertiva podemos dizer que:

1) as imagens-síntese (instituídas através dos processos que foram discutidos no tópico anterior) vão participar ativamente da constituição e definição das propostas de intervenção formuladas por outras cidades, interessadas em reproduzir os supostos bons resultados que foram difundidos;

2) com isso podemos dizer que são essas imagem-síntese que vão definir o resultado final esperado após a realização das intervenções propostas;

3) conseqüentemente, são essas imagens-síntese que vão definir como as outras cidades que estão reproduzindo suas experiências devem ficar ao final desse processo;

4) algo que ao mesmo tempo define que a condição presente dessas cidades é insatisfatória e precisa ser superada;

5) determinando assim, que a possibilidade de realização dessas outras cidades em sua forma plena, consiste na realização daquelas premissas que foram instituídas pela imagem-síntese.

Com isso estou sugerindo que essas formulações são atravessadas por vontade que as faz operar instituindo uma lógica de caráter metafísico. Instituindo um dizer que se estrutura a partir do par Ideia/Cópia e com isso sugere que há

uma plenitude a ser desvelada sobre o fenômeno em questão¹⁸. É o que ocorre quando uma proposta de intervenção afirma que determinada região portuária está “degradada” ou “subutilizada” e oferece o caminho possível para a superação desse estado. Mas superar em nome de quê? Em nome daquilo que estiver sendo instituído como o “uso ideal” que deve ser dado àquela área para se adequar ao novo contexto social/econômico/político/ambiental/cultural que esteja em questão. Seja esse “uso ideal” um “novo espaço residencial e empresarial globalizado e cosmopolita”, um “centro sofisticado de compras e lazer”, “uma área de preservação ambiental” ou qualquer outro elemento instituído pela imagem-síntese que foi acionada nesse arranjo específico de forças.

Nesse sentido, o diagnóstico apenas reconhece o estado imperfeito do Ente. Mas de um **Ente** que está autorizado a falar em nome do **Ser**. De uma aparência que permite que se reconheça nela a ligação vital que mantém com a essência. De uma Niterói que permite que se reconheça nela uma Barcelona. Uma Barcelona ainda imperfeita mas que pode ser acessada a partir da implementação do projeto de intervenção proposto. Ressaltando que o que está sendo instaurado por uma formulação desta natureza não é “tornar-se Barcelona” apenas como uma possibilidade ou uma escolha. Mas “tornar-se Barcelona” como imperativo para que a cidade de Niterói (ou qualquer outra) possa ser o que ela efetivamente deve ser. Para que ela deixe de ser uma cópia imperfeita. Para que ela se torne a “verdadeira Niterói” cujo sentido remete a um *eidos* que já se realizou no plano do inteligível. Remete a uma Niterói que já é, mesmo ainda não sendo.

Com esta construção teórica, estou sugerindo que esse par imagem/diagnóstico opera nessas formulações tentando enclausurar o fenômeno

18Ao falar em metafísica estou me referindo aqui a um modelo de pensamento que opera a partir de uma oposição fundante que coloca de um lado o mundo enquanto absoluto (ou domínio das coisas-em-si) e de outro o mundo das aparências. Esse modelo teve várias interpretações ao longo da história da filosofia mas nunca deixou de ser estruturante para o pensamento ocidental. Aqui ele estará sendo discutido a partir da leitura crítica que Jacques Derrida e Gilles Deleuze fazem de sua instauração pela filosofia de Platão. A Teoria das Ideias de Platão consiste basicamente em um esquema que concebe por um lado o “mundo das Ideias” que opera no âmbito do inteligível e é constituído de conceitos e formas enquanto absolutos que definem cada coisa perceptível. E por outro, um tangível e fenomenológico “mundo das coisas” enquanto cópias ou manifestações aparentes daquelas formas e Ideias. E nesse sistema, o processo de conhecimento constitui-se numa ascensão ao “mundo das Ideias” possibilitada a partir do contato com a forma aparente através da qual esses absolutos se manifestam no mundo sensível.

em uma enunciação que não pretende deixá-lo aberto a outras possibilidades de sentido. Elas tentam instaurar uma ontologia que define de forma peremptória e absoluta o que esse fenômeno é. Esse tipo de estratégia discursiva também pode ser identificada no Plano Estratégico da Prefeitura do Rio de Janeiro Pós-2016 (Rio de Janeiro, 2014). Ele formula em uma das suas “iniciativas estratégicas” que “a cidade do Rio de Janeiro vem sofrendo nos últimos anos com a ocupação desordenada dos espaços públicos”, e frente a isso cabe investir no “fortalecimento das ações de fiscalização e monitoramento da ordem pública e do controle urbano”, para enfim obter enquanto resultado esperado a “restauração da ordem pública na cidade, fomentando a cultura de civilidade e o combate à ilegalidade”.

Eis como esta formulação concebe a realização da cidade do Rio de Janeiro em sua “forma ideal”: “ordem pública”, “civilidade”, “legalidade”. Mas na condição presente diagnosticada por esse plano, ela é enunciada com uma cópia imperfeita daquilo que ela verdadeiramente deveria ser. Ela ainda é: “ocupação desordenada” e “ilegalidade”. Condição que evidentemente pode ser superada caso sejam seguidas as ações propostas pelo plano formulado, em uma ascensão rumo à plenitude do *eídos*. Mas aqui cabe uma pergunta: há nesta formulação a possibilidade do Rio de Janeiro ser Rio de Janeiro sem seguir essas as ações propostas? Ou ainda: há como o Rio de Janeiro ser algo que não o Rio de Janeiro que essa mesma formulação instituiu?

A redundância destes questionamentos remete à univocidade presente neste tipo de formulação. Elas se constituem enquanto um sistema fechado, uma totalização que não autoriza qualquer outra possibilidade em nome da autoridade do Ser constituído enquanto verdade. E é esse o fim último que perpassa todas essas formulações: **a vontade de afirmar uma verdade sobre algo**. De uma verdade sobre a Zona Portuária da Cidade do Rio de Janeiro, sobre a região central da Cidade de Niterói, sobre o Mercado Público da Cidade de Porto Alegre ou sobre qualquer outro recorte espaço-temporal que seja instituído. Há uma totalização implícita, que restringe as possibilidades de realização do fenômeno à manifestação de algo que já está dado e apenas precisa ser revelado.

Figura 3 - "Errar é urbano"



Fonte: Acervo do Autor (2014)

PELO SIMULACRO

Comecei o segundo item deste texto acionando uma reflexão teórica que coloca a instituição do sentido de qualquer fenômeno como um processo emergente, resultado de uma confluência específica de forças interessadas em dizer algo. Uma perspectiva que problematizou um tipo de compreensão que concebe o fenômeno como algo em-sí, em nome de uma perspectiva interessada em colocar em evidência a instabilidade e fugacidade dos sentidos que estão sempre em disputa. Em seguida instituo duas figuras conceituais – a cidade-imagem e a cidade-diagnóstico – para explorar os modos de operar dos projetos contemporâneos de intervenção sobre a cidade que me interessam discutir. E encerro sugerindo que essas duas figuras operam negando aquela formulação teórica inicial centrada na multiplicidade e no devir para instituir uma metafísica que concebe a relação fenômeno/sentido a partir do par cópia/Ideia.

Esse caminho foi sendo traçado para ressaltar que os dizeres que instituem essas formulações têm (dentre outros) um propósito e um desejo específico: afirmar uma verdade sobre algo. Mas também para refletir sobre os limites dessa “verdade” e as implicações desse tipo de dizer em um mundo onde os sentidos estão sempre em disputa. Por um lado questionar o que motiva essa vontade em totalizar e enclausurar os fenômenos em um sentido dito como absoluto, e por outro problematizar essa metafísica a partir de uma construção

teórica que também a concebe como um dizer que cria determinadas possibilidades de enunciação e que também precisa se afirmar enquanto tal.

Para desenvolver essa discussão cabe recorrer a algumas reflexões que Gilles Deleuze faz sobre o projeto nietzschiano de reverter o platonismo. O autor coloca que em termos gerais, o modelo platônico (que atravessa toda a constituição do pensamento ocidental) está centrado em um princípio de seleção¹⁹. Trata-se inicialmente de distinguir o original da cópia. Mas além disso, estaria em jogo principalmente um interesse em selecionar aquelas que seriam as “boas cópias” para diferenciá-las das “más cópias”. Em outras palavras, o processo de conhecimento deve ser capaz de selecionar quais as cópias que são descendentes legítimas da Ideia e quais são simulacros. E essa diferença entre **cópia** e **simulacro** é central para o pensamento de Platão. Ela coloca de um lado as cópias que guardam uma relação direta com a Ideia e com isso tornam-se suas descendentes legítimas, e do outro os simulacros tidos como falsos pretendentes que não guardam semelhanças com a Ideia mas simulam essa relação e motivam falsos caminhos a serem seguidos. Nesse sentido essa diferenciação entre cópia e simulacro é fundamental para assegurar o triunfo da verdade enquanto realização da ideia (Deleuze, 2011)

Essa distinção é explorada também por Jacques Derrida nas problematizações que faz à tradição metafísica ocidental em suas discussões sobre a linguagem. O autor recupera no texto platônico a preferência que é dada à **fala** em detrimento da **escritura**. Para Platão a fala é colocada como expressão primeira do *eidos*. Como tradução imediata e natural do *logos*. A fala guardaria uma ligação essencial com o mundo das Ideias e seria a sua manifestação legítima. E essa é a sua diferença em relação a escritura. A escritura estaria operando no âmbito do simulacro. Ela é qualificada no pensamento platônico

¹⁹ O platonismo pode ser considerado o marco inaugural de uma forma de pensamento que opera a partir de oposições centradas no par essência/aparência e que vem se desdobrando em uma série de outros pares ao longo da história do pensamento ocidental (sensível/inteligível, imanente/transcendente, significado/significante, sujeito/objeto, natureza/cultura, etc.). Movimentos muitas vezes críticos mas que em última instância não deixam de se remeter aos fundamentos do platonismo. É o caso do aristotelismo, ao defender que a essência não corresponderia a uma “Ideia” transcendente ao mundo físico, e sim à estrutura interna das coisas, que se manifesta em uma forma aparente que pode ser apreendida pelos sentidos. Algo que serviu de base para toda a epistemologia moderna – tanto em suas vertentes racionalistas quanto empiristas – que reconhece a existência de um objeto e da possibilidade de se produzir um conhecimento sobre ele (Araujo, 2007). Conhecimento capaz de revelar o que esse objeto é em sua essência.

apenas como uma representação da fala, portanto, uma cópia que já estaria repetindo uma outra cópia. Algo produzido na não-presença da Ideia e que não guarda nenhuma relação essencial com a origem e conseqüentemente com a verdade (Derrida, 2005).

Mas Jacques Derrida ressalta que para Platão a escritura está longe de ser inofensiva. Ela é considerada perigosa porque pode levar ao descaminho. A condenação da escritura passa pelo reconhecimento do seu poder de simular sua condição de cópia, mesmo na ausência de qualquer ligação essencial com a verdade. E com isso ela contém o risco de produzir um não-conhecimento. Opera com a possibilidade de multiplicar o significante sem a necessidade de resguardar o significado enquanto manifestação da essência. De reproduzir algo que ela mesma simula como passível de ser reproduzido (Derrida, 2005)

A projeção desse modelo sobre os projetos de revitalização que aqui estão sendo tratadas, resultaria no seguinte esquema: a proposta concreta de intervenção (com o diagnóstico que institui determinado recorte espaço-temporal e o respectivo plano de ação a incidir sobre ele) estaria sendo instituída nessas formulações enquanto a boa cópia. Como aquela que guarda uma descendência direta com a Ideia e portanto pode ser considerada como uma representante legítima da verdade. Ela é o significante primeiro do *eidos* e manifestação imanente de algo que já se realizou em sua plenitude em um outro plano de transcendência.

Já a Ideia consistiria nas imagens-síntese das cidades-modelo amplamente difundidas no âmbito desses três movimentos que foram descritos na primeira parte deste texto. São os casos de Bilbao, Barcelona, Buenos Aires e tantos outros que poderiam ser citados. Elas são instituídas enquanto essência, enquanto verdade, enquanto aquilo que confere sentido às cópias. É a imagem-síntese do Puerto Madero de Buenos Aires que se institui enquanto a essência do projeto de revitalização do antigo Cais do Porto da cidade de Porto Alegre. E o projeto em questão opera enquanto a boa cópia que guarda uma relação direta com a Ideia. Nesse sentido, Puerto Madero torna-se o cais do porto de Porto Alegre enquanto possibilidade de ser o cais do porto de Porto Alegre em sua realização plena.

Complementando o que já foi dito anteriormente, cabe dizer que as experiências tidas como exemplares e difundidas como imagens-síntese assumem o lugar do Ser enquanto essência. As propostas de intervenção ocupam o lugar do Ente enquanto manifestação imperfeita desse Ser. Elas são a boa cópia que guarda uma relação essencial de descendência com a Ideia e permite acessá-la. Mas cabe ressaltar que o que estou considerando como cópia não é o recorte espaço-temporal definido por essas propostas de intervenção. Não é o cais do porto, a área central, a área portuária, ou qualquer outra coisa enquanto algo dado no mundo. Eu sigo tratando de dizeres, afinal esses elementos só existem porque são enunciados. Dizeres que, no caso das reflexões que aqui estão sendo feitas, correspondem às formulações nomeadas na forma de planos, projetos, programas e assim por diante. Esse é o *corpus* de minhas reflexões. São essas formulações que digo operarem enquanto cópias.

Mas em que consiste o simulacro nesta projeção que aqui está sendo feita? O simulacro é tudo aquilo que se institui enquanto possibilidade de desestruturar esse modelo. Ele é uma imagem sem semelhança que pretende se afirmar sem passar pela Ideia (Deleuze, 2011). Ele nega a semelhança enquanto princípio, pois é sempre instauração da diferença. Diferença em relação a uma alteridade que ele mesmo institui, pois “o observador faz parte do próprio simulacro, que se transforma e se deforma com seu ponto de vista” (Deleuze, 2011, p. 264). O simulacro opera instaurando-se a si mesmo enquanto devir. Enquanto potencia criativa que não depende de nenhuma razão transcendente para se efetivar. Ele não precisa se remeter a nenhum absoluto. Ele não faz questão de provar a sua descendência direta com a Ideia, pois se instaura a si mesmo como algo que não possui nenhuma relação metafísica que vai determinar *a priori* o que ele deve ser.

O simulacro problematiza a dependência existente entre as imagens-sínteses instituídas como modelos a serem seguidos e as propostas de intervenção que devem corresponder a elas. Mas ele questiona principalmente a relação de subserviência que é imposta ao sentido dos fenômenos em questão. Ele recusa-se a ser uma mera representação de algo que já está dado em outro plano e que apenas precisa ser revelado. Reverter o platonismo, no sentido dado

por Gilles Deleuze, consiste em trazer para a superfície esses simulacros e afirmar o seu direito perante o mundo das cópias (Deleuze, 2011). Com isso desestabilizar esses discursos hegemônicos que se impõem como absolutos, e se escondem atrás da suposta univocidade do par modelo/cópia que eles mesmos instituem. Mas fazê-lo, não para dizer que eles estão errados. E sim para provocá-los. Para expor seus desejos e vontades em se instituir dessa forma e não de outra. Para mostrar que a sua legitimidade ou não “situa-se no domínio das tramas sociais cuja tessitura é discursiva” (Araujo, 2007, p. 17). Para lembrá-los de que sua posição hegemônica não é nada além do resultado de um arranjo específico entre forças. Mas isso não faria deles também um simulacro?

O simulacro pode ser definido como aquilo capaz de simular ser algo que não é. Mas há como ser algo que não seja simulado? A vontade de se afirmar enquanto um discurso uno e unívoco exige que essas formulações se institua a partir dessa metafísica que foi descrita nas páginas anteriores. Esse modelo é necessário para que elas possam operar instituindo a necessidade de selecionar as forças interessadas em conferir sentido aos fenômenos em questão, em nome de uma suposta verdade sobre eles. Mas o que os leva a operar dessa forma? Digo que fazem isso porque temem aquilo que eles classificam enquanto “má cópia”. Assim como Platão temia a escritura, as propostas contemporâneas de revitalização também temem o simulacro. E temem porque reconhecem a sua potência. Essas formulações sabem que nada são além de um dizer, que precisa se resguardar de uma alteridade que elas mesmas instituíram e que as ameaça incessantemente.

Formulações que denunciam enquanto não-verdades de um determinado recorte espaço-temporal seu caráter de “degradado”, “obsoleto”, “poluído”, “miserável”, “insalubre”, “em ruínas”, “desordenado”. O fazem deslegitimando e acusando-as por dissimular ser algo que não estão autorizadas a ser. Por ser o descaminho. Por ser aquilo que não fala em nome da Ideia e que não permite que se alcance a plenitude. Condenam essas não-verdades por não ser uma representação legítima do modelo “sofisticado”, “cosmopolita”, “desenvolvido”, “globalizado” ou “sustentável” que foi instituído pela imagem-síntese acionada. Mas só passam a existir não-verdades no momento em que algo passa a ser

instituído enquanto verdade. Só faz sentido defender o papel da boa-cópia por que existem os simulacros que ameaçam o suposto conhecimento verdadeiro. Mas essa forma de operar não é algo que está dado. É uma construção discursiva que envolve interesses específicos e uma vontade de poder. E com isso coloca no centro da discussão o caráter pragmático e a dimensão política envolvida nesses embates pelo direito de instituir as possibilidades do dizer.

Figura 4 – Pelo Simulacro



Fonte: Acervo do Autor (2017 e 2014)

Nenhum dizer é inocente. Mas nem todos devem ser acusados da mesma coisa. As formulações que caracterizam esse projeto de revitalização que aqui estão sendo discutidos também simulam. Simulam ser algo que está autorizado a Ser em nome de alguma razão transcendente que lhe confere um sentido que dizem já estar dado. Mas o fazem justamente negando essa simulação enquanto possibilidade. Instauram uma ontologia em nome da estabilidade do sentido e da limitação do fenômeno em questão. Paradoxalmente é sob a égide desse dizer que se pretende único e consensual que insurgem outros dizeres, que também passam a querer disputar o direito de instituir outras possibilidades de sentido desses mesmos fenômenos. Disputas ora organizadas e incisivas em nome de outro modelo de cidade, às vezes difusas mas conscientes de seu querer, mas quase sempre etéreas e inconstantes resistindo a algo que nem fazem questão de ser.

TEXTO N.º2:

NOVA VIDA PARA AS ÁREAS CENTRAIS
OU ÁREAS CENTRAIS PARA UMA NOVA VIDA?

A POTÊNCIA DA PALAVRA CIDADE

Desde meados da década de 1990, os projetos de revitalização de áreas centrais vêm se tornando uma prática corrente e amplamente defendida por administrações locais de inúmeras cidades espalhadas pelo mundo²⁰. Um movimento que começou a tomar forma com intervenções pontuais realizadas por cidades norte-americanas – a exemplo de Boston e Baltimore – nas décadas de 1950 e 1960, que buscaram conjugar investimentos públicos e privados em áreas que tinham sido esvaziadas de suas funcionalidades originais e vinham (conforme os diagnósticos oficiais) sendo supostamente marcadas pela degradação física do ambiente construído e subaproveitadas em suas potencialidades econômicas e urbanísticas. Iniciativas que reconstituíram as paisagens urbanas e renovaram a potência simbólica das cidades frente a uma conjuntura econômica, política, sociológica, sinalizando para as reestruturações que iriam ocorrer de forma intensa no mundo capitalista a partir da década de 1970.

As escolhas projetuais adotadas deixaram de lado as normatizações do cânone modernista, passando a investir em escalas voltadas para as interações cotidianas e as relações de proximidade. A valorização do espaço público e da diversidade foram colocadas como pressupostos indiscutíveis e a densidade

²⁰ Sobre o uso do termo 'Revitalização' ver a nota nº02 que consta no texto anterior.

(cultural, imagética, arquitetônica) da vida urbana instituída enquanto força motriz de um novo modelo de urbanidade a ser buscado. Correntes teóricas emergentes no campo da arquitetura e do urbanismo – como as críticas de Jane Jacobs aos grandes conjuntos habitacionais de Nova York, o apelo comunitário do *New Urbanism*²¹ e tantas outras – se encarregaram de conferir os aportes teóricos necessários para embasar essa virada. No plano institucional foram introduzidas novas estratégias de governança e criados novos instrumentos para possibilitar uma maior participação do capital privado no financiamento e na condução das intervenções propostas. Os discursos em torno da “crise urbana” eram cada vez mais presentes e defendiam alternativas que fossem capazes de instituir novas possibilidades de sentido para o fenômeno urbano. Ganhava força o sentimento de que uma “nova cidade” precisava surgir para anunciar a chegada de uma nova e promissora fase de desenvolvimento para o mundo capitalista. Ao menos era o que defendiam os ideólogos que alçavam voz e impunham suas posições em meio ao esgotamento (ainda que apenas parcial) das narrativas ligadas ao regime fordista e ao ímpeto modernizador que se seguiu à Segunda Guerra Mundial.

O protagonismo das cidades norte-americanas logo se imiscuiu em meio a uma multiplicação generalizada e generalizante dessas propostas de revitalização por contextos diversos. Nas décadas de 1980 e 1990 essas intervenções começam a se disseminar pelas cidades europeias (onde encontraram um contexto social bastante propício) e foram adaptando as linhas mestras desse modelo aos arranjos e demandas políticas locais, consolidando elementos que passariam a figurar nas décadas seguintes em um repertório de possibilidades, a ser acionado quase como uma fórmula pronta para os administradores que quisessem “dar uma nova vida” às suas respectivas cidades. Dentre os elementos recorrentes que ganharam destaque, cabe citar como exemplo a construção de grandes equipamentos culturais ou a transformações de antigos armazéns portuários em áreas de lazer e consumo. Cabe citar também a

²¹ “Nas últimas décadas do século XX, o Novo Urbanismo surgiu como um movimento em defesa de projetos urbanos caracterizados pela criação de bairros com uso misto do solo, níveis de renda variados, diversidade social, alta densidade e respeito pelo pedestre, com projetos sustentáveis e específicos. O Novo Urbanismo, que tem como foco a criação de comunidades em torno de um centro estruturado de maneira tradicional, rejeita a dispersão humana e os danos ambientais causados pelo alastramento para os subúrbios e pela dependência do automóvel” (Sykes, 2013). O movimento foi fundado em 1993 no “Congresso para um Novo Urbanismo”.

implantação de sistemas de transporte com apelo sustentável como trens de superfície e redes cicloviárias, além da adoção de modelos de gestão ditos “eficientes” ou “estratégicos”. Os formadores de opinião não mediram esforços para exaltar em seus editoriais as benesses dessas novas formas de pensar o planejamento dos centros urbanos e as agências multilaterais incorporaram essa lógica em seus manuais de *Best Practices* e suas prioridades de financiamento. Ao final da década de 1990 já era possível identificar cidades iniciando processos de revitalização de suas áreas centrais por toda a América Latina e pelo Leste Europeu pós-socialista²². Durante a década de 2000 foi a vez das emergentes cidades (e economias) asiáticas investirem pesado em intervenções urbanas desta natureza.

Figura 5 - Área revitalizada de Puerto Madero em Buenos Aires.



Fonte: do autor (2009)

Esse retrospecto indica a dimensão e a proeminência assumida por esse modelo de intervenção ao longo das últimas décadas, com sua disseminação pelos quatro cantos do planeta e sua ampla aceitação por parte dos setores hegemônicos responsáveis por conduzir as políticas públicas. Não há como compreender a gênese desse processo sem considerar as transformações

²² Sobre o uso do termo ‘áreas centrais’ ver a nota nº01 que consta no texto anterior.

políticas e econômicas que ocorreram a partir da década de 1970 (inicialmente nos países centrais do capitalismo e depois nos países periféricos de forma mais ampla) e o papel desempenhado pela escala urbana para viabilizar os ajustes estruturais que tomaram forma. Ajustes que se referem às novas formas de gestão que surgiram influenciadas pelo ideário neoliberal ou as renovadas estratégias de acumulação alinhadas aos interesses do capital financeiro e das grandes corporações multinacionais. Mas, com isso, não estou dizendo que a emergência desses novos modelos de planejamento deva ser compreendida apenas como um “reflexo” ou “consequência” dessas transformações estruturais. Prefiro considerá-los como um elemento ativo e intrínseco a um novo ciclo de valorização (econômica, política, simbólica, identitária) da Cidade enquanto estratégia de reprodução social. Ou seja: eles são parte de um movimento de ressignificação do fenômeno urbano, resultante de um arranjo complexo entre forças que precisavam, naquele momento, emplacar um novo Dizer-Cidade²³ para se efetivar e disputar o seu espaço.

Ao dizer isso, já indico que estarei realizando minhas reflexões sobre a formação de uma nova tendência global em termos de política urbana, a partir de um campo que considero imprescindível para compreender a emergência deste e qualquer outro fenômeno social: as construções discursivas através das quais os agentes envolvidos buscam instituir sentido. Defendo que a emergência dessas novas (ou renovadas) formas de conceber o fenômeno urbano são parte de um processo mais amplo, no qual o Dizer-Cidade foi progressivamente renovando sua importância para a produção e reprodução de discursos de ordem econômica, política e sociológica. Concordo com Catherine Bidou-Zachariassen quando afirma que a “idade de ouro das cidades voltou²⁴”. Na segunda metade do século XX o Dizer-Cidade reforçou o seu protagonismo em uma profusão de discursos, que passaram a instituí-lo enquanto detentor de uma série de valores de ordem material e imaterial, sem os quais a efetivação dos processos sociais inerentes a

²³ A expressão “Dizer-Cidade” será aqui usada como uma referência às tramas discursivas que buscam instituir sentido para algo dito “Cidade”. Não se trata de um conceito nem de uma definição. Apenas um recurso lingüístico adotado para expressar desejos e vontades que criam campos de possibilidade para o dizer.

²⁴ Extraído da introdução do livro “De volta à cidade. Dos processos de gentrificação às políticas de ‘revitalização’ dos centros urbanos”, no qual são abordados processos e gentrificação em diferentes cidades da Europa e América do Sul (Bidou-Zachariassen, 2006).

esses próprios discursos não seria possível. Ele estabeleceu uma gramática de elementos discursivos, colocada à disposição dos agentes para orientar tomadas de posição e compor estratégias de ação efetivadas em seus engajamentos nos diferentes campos do mundo social onde pudessem atuar. Isso equivale dizer que o Dizer-Cidade operou (e vem operando) como um grande campo de possibilidades para instituir sentidos que interessem aos agentes para enfrentar as suas demandas. Sentidos que façam jus aos anseios e às motivações que estejam atravessando cada agenciamento específico, no qual tenha emergido a necessidade de acionar esse Dizer enquanto estratégia para se legitimar e disputar o direito de poder dizer aquilo que se deseja dizer. Digo que esse recurso vem se tornando cada vez mais presente e proeminente nas últimas décadas. Ao dizer política fala-se cada vez mais Cidade, ao dizer economia aciona-se cada vez mais Cidade, ao dizer identidades envolve-se cada vez mais Cidade, ao dizer cultura fica cada vez mais difícil escapar de Cidade.

Cabe reforçar que nesta minha formulação estou considerando (e instituindo conceitualmente) Cidade apenas como uma palavra²⁵. Condição em que ela não pode ser nada além daquilo que se quer que ela seja. E não creio que isso seja pouca coisa. Jaques Derrida, em um determinado momento de sua obra, recupera do diálogo entre Sócrates e Timeu o termo *Khôra*²⁶. Na interpretação do autor, o termo opera no texto original como um recurso discursivo que desestabiliza a dicotomia fundadora do próprio modelo ontológico estabelecido por Platão (Derrida, 1995). *Khôra* é colocada como algo que recebe mas que não retém para si nenhuma propriedade daquilo que nela se deposita.

²⁵ Aqui cabe um esclarecimento quanto à escolha por escrever a palavra Cidade com letra maiúscula, conforme vem sendo feito desde o início deste tópico. Minha inspiração parte de uma discussão feita por Gilles Deleuze e Feliz Guattari sobre o uso dos nomes próprios enquanto possibilidade para desestabilizar classificações ou denominações genéricas e ressaltar a dimensão criativa que está diretamente envolvida em cada ato de nomeação (Deleuze & Guattari, 2012a). Nesse sentido “cidade” enquanto substantivo refere-se a qualquer cidade enquanto algo que em sua generalidade nada pode ser além daquilo que esse vocábulo significa no léxico formal de nosso idioma. Mas “Cidade” enquanto um nome próprio (e sem ser precedida pelo artigo definido) refere-se a uma cidade única como trama discursiva, instituída a partir dos agentes que estiverem envolvidos em cada agenciamento em que esse ato de nomear insurja enquanto algo necessário. Com isso a grafia “Cidade” é mais potente no sentido de evidenciar que o seu sentido não é estável e nem está dado *a priori*. Cada “Cidade” é única pois é sempre resultado de um entrecruzar de devires enquanto fluxos de intensidades.

²⁶ Essa discussão é feita particularmente no texto *Khôra* (Derrida, 1995). Mas a obra compõe com os textos “Paixões” e “Salvo o Nome” uma trilogia onde o autor faz uma densa discussão sobre o ato de nomear e suas implicações. Foram publicadas originalmente na França em 1987.

Nesse sentido trata-se de algo que não se qualifica enquanto um *ente* por não manter nenhuma relação essencial de descendência com algum *ser* pré-determinado. Não é a *imagem* depositada de um *eidos*. Ao mesmo tempo, também não é enquadrada como algo que seja da ordem do mundo das idéias por não ser em si mesma a realização plena de nada.

Rodolfo Lopes assinala que, ao longo do texto, ela tende a assumir uma dimensão espacial por ser acionada por Timeu sempre como referência a um suporte para alguma coisa. Os termos “lugar”, “local”, “receptáculo”, “aquilo em que” ou mesmo “mãe” revezam-se nesse propósito (Lopes, 2011). Mas em que consistiria esse suporte? Jacques Derrida segue sua especulação colocando que essa indefinição quanto ao estatuto ontológico de *Khôra*, deixa-a livre para poder assumir-se enquanto algo que ela não precisa *ser*. Não precisa *ser*, por não estar presa ontologicamente a nenhum valor absoluto que a defina enquanto algo que é. Nesse sentido, cabe apenas dizer que *há Khôra*. Mas o que *há* nunca *está* lá (Derrida, 1995). Esse jogo de palavras indica que estamos tratando de algo que não possui um sentido estável definido *a priori* e que possa ser acessado de fato. Ele pode apenas ser qualificado a partir de aproximações que levem em consideração as forças que em cada contexto instituem esse sentido, mas sem garantia nenhuma que ele irá permanecer enquanto tal caso esse arranjo se modifique. Nessa mesma direção, Frederico Araujo diz que *Khôra* se constitui em um território que nunca se presentifica. Que é mais situante do que situado, pois sua principal propriedade seria acolher os sentidos que lhe são atribuídos. Como o sertão de Guimarães Rosa, que nunca se fecha sobre si mesmo pois está sempre aberto às múltiplas interpretações que o atravessam. Um lugar sem *essência* pré-determinada que nesse movimento de deixar-se emprestar vai agenciando acontecimentos discursivos (Araujo, 2011).

Essa pequena digressão pelo campo da crítica à metafísica foi acionada para marcar que (neste texto) digo Cidade enquanto *Khôra*, ou seja, como uma palavra que está sempre aberta aos que a desejam para com ela poder dizer. Ela permite que sentidos sejam construídos e com isso ela também se constrói, mas sempre de forma aberta e instável pois é inevitavelmente dependente dos arranjos discursivos em que está envolvida. E com isso digo que *há* um Dizer-

Cidade. Não digo que a cidade é ou deixa de ser, conforme o sentido ontológico que em geral marca esse tipo de formulação. Essa consideração é importante pois me leva a discutir os processos que envolvem as possibilidades de dizer determinados fenômenos e não os fenômenos em si. A pergunta que acredito que deve ser feita é: que forças vêm permitindo que determinado Dizer-Cidade tenha se constituído ao longo das últimas décadas? Ou desdobrando a questão para os temas que foram acionados no início deste texto: Que forças vem permitindo que Área Central ou Região Portuária ou Centro Histórico venham sendo ditos, da forma como estão sendo ditos, nos arranjos discursivos que se tornaram hegemônicos em termos de política urbana? E o que levou esses arranjos a se tornarem hegemônicos? Lembrando que essas próprias forças (econômicas, políticas, sociológicas) dependem desse mesmo Dizer-Cidade para se efetivar. Elas acontecem juntas. Elas são acontecimento (para seguir os termos propostos por Gilles Deleuze e Felix Guattari²⁷). Nem poderia ser diferente, pois não há nada que escape ao dizer. É no dizer que os sentidos se efetivam e é ele que permite que os fenômenos possam acontecer da forma como acontecem.

Com isso coloco minha análise em um plano intermediário, que toma as construções discursivas como um espaço de inventividade constante onde se imbricam os desejos e suas possibilidades pragmáticas de efetivação. Defendo que os dizeres resultam de motivações específicas que levam os agentes a querer dizer tal coisa. Mas cabe apontar que essas motivações – manifestas no plano da micro-sociologia – são sempre fruto de agenciamentos entre forças diversas, que guardam certo grau de instabilidade e inconstância, que extrapola os indivíduos e restringe as suas potências criativas ao colocá-las em permanente dialogismo com uma alteridade que lhes escapa. Não cabe reduzir determinado discurso a um impulso individual centrado em si mesmo e plenamente livre de constrangimentos externos a ele. Mas tampouco ao reflexo puro e simples de um conjunto determinante de leis estáveis que transcendam aos indivíduos e já estejam dadas *a priori*. Prefiro considerar o dizer como uma atualização permanente de algo (que até pode ser enquadrado no plano da macro-sociologia desde que não seja dado o peso que os estruturalistas costumam lhe dar)

²⁷ Sobre a discussão deste conceito, ver o texto precedente.

presente enquanto um conjunto de condicionantes, que possibilitam a existência de sentidos compartilhados por indivíduos únicos em suas experiências individuais mas inevitavelmente conectados com as tramas econômicas/políticas/sociais à que fazem parte. Se fosse nomear esse plano de análise no qual pretendo me localizar, acompanharia a proposição de Isabelle Stengers e chamaria de “meso-política”. Um lugar de permanente invenção onde é impossível separar aquele que se move do meio onde está se movendo. Um lugar onde é preciso operar moldando e sendo moldado pelos elementos acionados, sem que o resultado final desse procedimento possa ser previsto *a priori*. Um plano de análise que valoriza aquilo que se rompe e a forma como as fissuras se propagam e ganham forma (Stengers, 2009).

Os dizeres são parte do mundo e com isso possibilitam posições discursivas que estão sempre enredadas e enredando elementos de ordem sociológica. Isso me leva a compreender o dizer como parte de uma trama de relações que inevitavelmente leva ao surgimento de regularidades no âmbito da produção de sentidos. Regularidades que se tornam mais evidentes quando o desejo em dizer encontra-se exacerbado em meio a disputas discursivas atravessadas por períodos de agitação social ou de quebras de paradigma, nos quais as tomadas de posição costumam ser mais marcadas e agregar aqueles, que à sua maneira, se vêem levados a querer dizer a mesma coisa. Nesta minha narrativa irei perseguir algumas dessas regularidades que considero pertinentes para discutir a emergência dos modelos de intervenção urbana que estão aqui sendo tratados.

Começo defendendo que as décadas de 1960 e 1970 foram marcadas por uma confluência de forças de diversas ordens, que abriram caminhos para agenciamentos discursivos que resultaram nas décadas seguintes nessa nebulosa de programas voltados para a revitalização de áreas centrais. Forças dispostas a quebrar (para o bem e para o mal) com a hegemonia do Movimento Moderno e da Cidade Industrial e se libertar do peso tecnocrático que tinha tomado conta do pensamento urbanístico e do campo do planejamento urbano nas décadas que se seguiram à Segunda Guerra Mundial. Período em que disputas discursivas se acirraram em diversos planos – não apenas no âmbito das

questões urbanas – e a necessidade de instituir novos sentidos era premente para diversos grupos e agentes. Na geopolítica dos dizeres havia um desejo de transformação que precisava ser dito. Nesse contexto, os devaneios neoliberais marcaram sua posição bramindo por mais liberdade para as forças de mercado e atacando sem nenhum pudor as estruturas políticas e econômicas formadas nas décadas anteriores. Mas a contracultura também mostrou sua força renovando os anseios de uma juventude que não parecia mais interessada em se subjugar à determinadas hierarquias e modos de vida estabelecidos. O mesmo pode ser dito para inúmeros grupos contestatórios que demarcaram suas posições de luta. Lembrando também de todos os intelectuais emergentes que não mediram esforços para desestabilizar grandes paradigmas e formulações teóricas sedimentadas sob a égide dos cânones acadêmicos constituídos.

Os desdobramentos dessas disputas foram manifestos de diversas formas e o desejo de mudar o que era dito Cidade foi uma delas. Essa é principal questão que orienta este texto. Diria que houve a necessidade premente de um Dizer-Cidade que desconstruísse e desafiasse os dizeres que tinham se tornado hegemônicos nas décadas que se seguiram ao pós-guerra. Ao longo das décadas de 1980 e 1990 muitas dessas vontades – que começaram de forma relativamente espontâneas e difusas em meio à movimentos de vanguarda nas décadas de 1960 e 1970 – foram capitalizadas por inúmeros programas políticos de caráter progressista e/ou liberal (em especial da dita “nova esquerda européia”) e cristalizadas nas propostas de revitalização urbana que foram adotadas em larga escala como carro-chefe de suas agendas de desenvolvimento econômico e social. Bom exemplo disso foram as reformas urbanas realizadas por François Mitterrand para Paris durante as décadas de 1980 e 1990, amparadas por um modelo de desenvolvimento que teceu uma trama bem articulada entre Cidade-Cultura-Arquitetura-Consumo-Turismo-Patrimônio e sintonizada com os interesses das classes médias progressistas francesas que estavam se consolidando nesse mesmo período. Novos museus dotados de uma arquitetura sofisticada foram construídos, eventos culturais de grande porte passaram a ocupar os espaços públicos da cidade, grandes conjuntos modernistas começaram a ser reformados, a mistura de classes sociais nos bairros centrais passou a ser incentivada... Iniciativas semelhantes estiveram

presentes em inúmeras cidades da Península Ibérica após a entrada de Portugal e Espanha na União Europeia na década de 1980, também foram postas em prática pelo governo trabalhista de Tony Blair na Inglaterra em suas políticas de “Renascimento Urbano” na década de 1990, além de terem permeado as transformações urbanas ocorridas em Berlim após o processo de reunificação. Movimento que ganhou corpo e passou a compor nas décadas seguintes uma espécie de novo senso comum urbanístico, já completamente desconectado de muitas das motivações contestatórias que deram início a esse processo.

Ao longo das páginas seguintes irei apresentar algumas considerações sobre esses processos políticos/econômicos/sociológicos, que digo terem marcado esse movimento iniciado na década de 1960, que teve seu auge nos países da Europa Ocidental na década de 1990, mas segue se desdobrando no mundo inteiro até os dias de hoje. Para explicitar meus argumentos, resolvi adotar um recurso heurístico que organizou as reflexões feitas a partir de algo que estou chamando de dois arranjos discursivos comunicantes. Um primeiro que diz da emergência de determinadas formulações centradas na figura da “gestão urbana empreendedora” e um segundo que diz do fortalecimento de um sentimento de “revalorização das áreas centrais”. O foco de minha narrativa estará centrado nas experiências ocorridas nos países centrais do capitalismo, onde esses processos se manifestaram de forma pioneira e mais intensa, com grande parte delas tendo sido transformadas em modelos a serem reproduzidos para o restante do mundo nas décadas seguintes. O caso francês receberá destaque pois sua trajetória deixa bem evidente alguns elementos-chave que acredito terem marcado essa “virada urbanística” e considerados de extrema pertinência para as questões que me interessam discutir. Os desdobramentos desta discussão para o caso de países periféricos do capitalismo como o Brasil (ou outros da América Latina) será feita em outro momento.

POR UMA CIDADE QUE SE DIGA ESTRATÉGICA

O primeiro desses arranjos discursivos diz respeito a formulações de ordem política e econômica centradas nas figuras da “gestão urbana empreendedora” e do “planejamento estratégico”, que começaram a ganhar força em meio ao

esgotamento do modelo fordista/keynesiano ocorrido nos países centrais do capitalismo na década de 1970²⁸. David Harvey (em um texto bem conhecido sobre esse tema e publicado quando ele ainda não mobilizava o meio acadêmico da forma como faz hoje) aponta que diversas cidades estavam passando naquele período por uma reformulação de suas estratégias de gestão, em que a estabelecida “abordagem administrativa” estava dando lugar a uma emergente “abordagem empreendedora”²⁹. Uma virada acompanhada por uma retórica que defendia a necessidade de “modernizar” a gestão pública, tornando-a mais eficiente e adequada às novas demandas que estariam sendo colocadas pela economia capitalista (Harvey, 1989).

O autor aponta que essa virada deve ser compreendida como parte de uma conjuntura mais ampla, na qual a economia capitalista vinha enfrentando desafios de diversas ordens devido à recessão iniciada em 1973 – com aumento das taxas de desemprego, surtos de desindustrialização, crises fiscais agudas – e crescia o apelo de discursos que defendiam as lógicas do mercado e a prevalência do setor privado sobre as regulações exercidas pelo setor público (Harvey, 1989). Posição que coaduna com inúmeras interpretações que costumam colocar a década de 1970 como um período de inflexão importante, marcado pelo início de um processo de reestruturação que modificou muitas das bases institucionais que tinham sido estabelecidas pelos países centrais como resposta à crise econômica de 1929 e durante a reconstrução que se seguiu à Segunda Guerra Mundial. Álvaro Pereira aponta que essa reestruturação pôde ser verificada em diferentes esferas. Na esfera econômica as rupturas mais evidentes dizem respeito ao colapso do sistema Bretton-Woods³⁰, com o

²⁸ Minha principal referência para conceituar o modelo fordista são os trabalhos de Alain Lipietz, ligado a uma corrente do pensamento econômico conhecida como Escola Francesa da Regulação. Para ele o capitalismo é um sistema sujeito a crises cíclicas que precisa desenvolver soluções temporárias para conseguir se reproduzir de forma estável por um determinado período. Essas soluções são denominadas de modelo de desenvolvimento. Cada modelo – a exemplo do fordista – envolve três dimensões: 1) um “*paradigme technologique*”, referente às formas de organização do trabalho; 2) um “*régime d’accumulation*”, enquanto estrutura macroeconômica; 3) um “*mode de régulation*”, como um sistema de regras responsável por manter a coesão social (Lipietz, 1997; Lipietz & Leborgne, 1988).

²⁹ Os termos usados originalmente pelo autor em seu texto são, respectivamente, “*managerial*” e “*entrepreneurial*” (Harvey, 1989)

³⁰ Acordo firmado entre as principais potências industrializadas em 1944 para regular as relações comerciais e financeiras. De maneira geral, determinava que cada país deveria adotar uma política

consequente abandono do padrão ouro-dólar, da substituição do regime de câmbio fixo pelo de câmbio flutuante, da internacionalização dos mercados de capitais, além da crescente influência exercida pelas instituições financeiras sobre o processo de acumulação (em um fenômeno também chamado de financeirização).

Na esfera política o destaque coube à ascensão da ideologia e dos governos neoliberais e aos programas de ajuste estrutural que se espalharam pelo mundo, marcando a retração das políticas redistributivas até então existentes. Processo acompanhado pela substituição de diretrizes econômicas de caráter *keynesiano* por outras de inspiração *schumpeterianas*³¹, além de tentativas para promover a desarticulação das organizações coletivas da classe operária e seu poder político. No plano cultural é ressaltada a onda contestatória que buscou afrontar os padrões comportamentais estabelecidos (Pereira, 2015). Este último elemento – em geral pouco valorizado pela bibliografia crítica que se dedica ao tema – tem como uma de suas manifestações mais lembradas as revoltas estudantis ocorridas na França em maio de 1968, mas sua amplitude foi além disso e merece ser reconhecida. As universidades estadunidenses também foram palco de rebeliões e ocupações organizadas por movimentos estudantis e grupos de esquerda entre os anos de 1969 e 1971, que levantaram uma série de pautas progressistas e buscaram se contrapor ao conservadorismo da sociedade norte-americana e às hierarquias sociais existentes. Manifestações ocorreram a favor dos direitos civis, contra a segregação racial, questionando a rigidez do sistema universitário, defendendo maiores liberdades individuais na vida cotidiana e criticando as intervenções militares no Vietnã e outros países (Purdy, 2008). No bloco socialista, movimentos como a Primavera de Praga (ocorrida na antiga Tchecoslováquia em 1969) desafiaram o autoritarismo repressor dos governos stalinistas e abriram precedente para os movimentos reformistas que começaram a tomar forma na década de 1980 em quase todos os países do leste europeu. E cabe citar ainda a vasta onda contra-cultural que trouxe novos horizontes estéticos (e políticos) para uma juventude que passou a constituir suas

monetária de cambio fixo indexado ao Dólar que tinha sua cotação atrelada ao preço do ouro. Em 1971 ele foi rompido pelos Estados Unidos da América.

³¹ Voltadas para a inovação tecnológica e organizacional.

identidades em meio a filmes da *Nouvelle Vague*, romances da geração *Beat* e de festivais como *Woodstock* e *Isle of Whigt*.

Esses acontecimentos indicam que as décadas de 1960 e 1970 foram atravessadas por forças de cunho político que desestabilizaram, em vários planos, a suposta coesão social forjada nas décadas anteriores em meio ao sisudo e estandardizado mundo fordista do pós-guerra. Grupos contestatórios de diversas ordens passaram a se organizar em torno de agendas novas ou renovadas (meio ambiente, inclusão social, multiculturalismo, terceiro mundo, anticolonialismo, associativismo comunitário, feminismo) e grupos hegemônicos também tentavam emplacar suas novas pautas centradas na defesa de maiores liberdades para o plano econômico. Uma multiplicidade de interesses que transitavam por campos heterogêneos e muitas vezes conflitantes em suas concepções de mundo, mas que em diversos momentos se sobrepunham e se articulavam mesmo que de forma involuntária.

Michel Thiollent, falando a partir do caso francês, coloca que em meio aos movimentos estudantis da década de 1960 surgiram novas formas de sensibilidade e de politização, observadas tanto no plano da política tradicional quanto na vida cotidiana em geral. Algo marcado por uma rejeição aos padrões culturais dominantes e por uma crítica às normas autoritárias da sociedade industrial. No mundo acadêmico isso representou um ataque ao estruturalismo e à presunção de cientificidade que estava presente no meio intelectual, abrindo caminhos para inúmeras correntes de pensamento que buscaram superar e desconstruir as heranças positivistas e funcionalistas que seguiam entranhadas no sistema universitário francês. No âmbito político marcou a quebra da hegemonia do tradicional Partido Comunista Francês e seu marxismo ortodoxo para pautar as estratégias de ação da esquerda. O autor ressalta que o partido desprezou o Maio de 1968 e não mediu esforços para menosprezar as suas lideranças e a força do movimento como um todo. Restou aos social-democratas abraçar a causa e incorporar parte das pautas defendidas, em um movimento que abriu caminho para os governos do Partido Socialista nas décadas de 1980 e 1990. Cabe citar também as inovações ocorridas no campo artístico, onde

entraram em cena diversas vanguardas que passaram a adotar posturas libertárias em seus processos estéticos e criativos (Thiollent, 1998).

Foi um momento histórico de intensas rupturas discursivas, evidentes nas nomenclaturas adotadas para dar conta desses movimentos emergentes: “nova esquerda”, “novos movimentos sociais”, “novo sindicalismo”, “nova filosofia” e assim por diante. Michel Thiollent reconhece que muitos conceitos e formulações surgidas nesse período transitavam com facilidade entre as bandeiras da esquerda progressista e as pautas alinhadas com a direita liberal. São exemplos disso a centralidade dada ao indivíduo e suas subjetividades (Thiollent, 1998) ou a defesa incontestada ao direito de liberdade de escolha (Harvey, 2007). Isso indica que a complexidade envolvida em momentos de agitação social é difícil de ser reduzida à categorias esquemáticas, pois essas mesmas categorias também encontram-se em disputa e sendo constantemente dobradas e redobradas sobre si mesmas. As fissuras, quando se abrem, sempre são difíceis de serem controladas. O interesse renovado pelas áreas centrais deixa isso evidente e irei explorar essa questão com mais afinco adiante. Meu interesse neste momento é apenas ressaltar que as décadas de 1960 e 1970 ficaram marcadas por uma geração que acreditava que o mundo precisava mudar e que essa transformação precisava ser dita de alguma forma. Fredric Jameson coloca que é difícil reunir todas as manifestações culturais e intelectuais que surgiram nesse período sob um único rótulo ou um enquadrá-las como um movimento coeso e coerente. A única coisa que elas teriam tido em comum foi sua vontade de superar as formas canônicas de modernidade presentes na literatura, arquitetura, música, cinema e tantos outros campos do mundo artístico e além dele. Tratou-se de um impulso fundado em relação àquilo que eles definiam enquanto modernismo³². E essa seria a única unidade possível de ser identificada (Jameson, 1985).

No plano econômico um impulso semelhante resultou nas diversas iniciativas tomadas para desestruturar os marcos institucionais que tinham sido criados pelo par fordismo/keynesianismo. A crise da década de 1970 se desdobrou na emergência de um novo regime de acumulação flexível, que

³² Ressaltando que aqui não se trata apenas do Movimento Moderno na arquitetura e sim de um conjunto mais amplo de expressões culturais ligadas a um período específico do desenvolvimento da sociedade capitalista.

renovou as formas de reprodução do capital a partir de uma série de ajustes ligados às suas possibilidades de mobilidade pelo espaço (Harvey, 2010). Isso resultou em uma descentralização da atividade produtiva através da incorporação de mercados de trabalho nos países periféricos pelas grandes corporações, que procuravam diminuir os custos com a mão-de-obra – através da transferência de unidades produtivas para países com legislações trabalhistas mais flexíveis – e escapar das rígidas regulações ambientais dos países centrais (Harvey, 2010). Processo favorecido pelos avanços tecnológicos e intensificado pela diminuição dos custos de transporte, que proporcionaram uma conseqüente redução das barreiras espaciais para a circulação de bens e produtos (mercadorias, serviços, pessoas, dinheiro). Algo que teria relegado para segundo plano as necessidades locais baseadas na proximidade de insumos primários ou de mercados consumidores – importante em momentos anteriores do desenvolvimento da economia capitalista – e levado o capital a valorizar os locais mais dispostos a oferecer condições que lhes fossem explicitamente favoráveis para desenvolver cada uma das etapas do processo produtivo (Harvey, 1989).

Essa mobilidade do capital levou à formação de um cenário global onde a competição por investimentos se acirrou, relativizando a autonomia dos governos locais por estarem cada vez mais dependentes dos fluxos internacionais de capital para implementarem seus projetos de desenvolvimento. A primazia passou a ser colocada nos imperativos do setor privado e com isso os gestores públicos foram levados a subjugar os interesses de cada localidade às necessidades postas por fatores externos. Essa relação de dependência se fortaleceu com a adesão dos grandes organismos multilaterais, que incorporaram essa lógica e passaram a condicionar a oferta de crédito (em um contexto de crise fiscal generalizada) à implementação de reformas administrativas que viabilizassem a implementação desse modelo flexível e competitivo (Arantes P. F., 2006).

Nesse sentido, David Harvey coloca a emergência da “abordagem empreendedora” como parte integrante e fundamental para o funcionamento do novo regime de acumulação flexível que se conformava (Harvey, 1989). Essa relação envolveu mudanças escalares que reforçaram o protagonismo da escala local no processo de acumulação e criaram novas funções para os governos

locais, levados (muitas vezes sem grandes possibilidades de escolha) a negociar a atração de recursos diretamente com investidores que passaram a operar na esfera global e sem grandes restrições de mobilidade. Aos governos nacionais coube o papel de diminuir a sua participação direta na produção de riqueza, flexibilizar os marcos jurídicos que restringissem o trânsito de capitais, acabar com barreiras protecionistas e estabelecer novas bases institucionais que dessem suporte a esse processo.

O autor aponta que no âmbito das políticas urbanas, isso tomou forma em um conjunto de iniciativas que podem ser resumidas em quatro grandes linhas de ação. A primeira refere-se ao investimento em melhorias na infraestrutura e formação de recursos humanos para criar vantagens locais que tornem a cidade mais atraente aos investidores. Algo que pode ser combinado com incentivos por parte do poder público para o uso de tecnologias de ponta, para o desenvolvimento de novos produtos, ou mesmo para a provisão de capital de risco para empresas inovadoras. Associado a isso estão também os subsídios e isenções fiscais oferecidos para reduzir os custos de instalação das empresas e estratégias para diminuir o custo da mão-de-obra. A segunda corresponde à promoção da cidade enquanto um destino turístico capaz de atrair um público seletivo e interessado em investir seus recursos pessoais em experiências diferenciadas. Para tal, muitas administrações locais passaram a apostar em intervenções para renovar áreas da cidade com o objetivo de criar espaços excitantes, criativos, seguros e repletos de equipamentos públicos ou privados voltados para o consumo e entretenimento. Sejam eles pólos gastronômicos, centros comerciais, arenas esportivas, museus de arte ou mesmo eventos musicais e artísticos de grande porte. A terceira diz respeito ao interesse em atrair postos de comando ligados ao mercado financeiro internacional, terciário avançado, altas esferas de governo, processamento de dados e produção de informação. Algo que exige investimentos públicos consideráveis para criar espaços bem dotados de redes de comunicação e infraestrutura condizentes com as demandas desses setores. A quarta envolve a busca pela participação em contratos realizados com os governos nacionais para o desenvolvimento de áreas estratégicas (produção de armamento, indústria aeroespacial, petroquímica) e a aposta em seus efeitos multiplicadores sobre as economias locais (Harvey, 1989).

Essas quatro linhas de ação indicam que a criação de espaços voltados para o desenvolvimento de determinados setores da economia se configurou como uma questão central para a “abordagem empreendedora”. Um imperativo que passou a conferir às municipalidades o papel de abrir novas frentes de expansão para o capital e criar espaços que fossem capazes de disputar investimentos limitados com outras cidades que também possuem esse mesmo interesse. Essas determinações envolveram também uma crítica subjacente ao papel do poder público e aos modelos de planejamento urbano que vinham sendo adotados pelos países centrais desde as primeiras décadas do século XX. A emergência dessa “abordagem empreendedora” esteve atravessada por uma virada discursiva que buscou estabelecer um “novo consenso urbanístico” que desse conta das transformações políticas e econômicas que estavam sendo diagnosticadas (e em muitos casos abertamente defendidas) naquele momento por diversos analistas. Essa postura esteve presente nas obras de Manuel Castells e Jordi Borja, dois importantes intelectuais que costumam ser associados a esta abordagem e que obtiveram grande projeção internacional ao conceituar e difundir essas novas modalidades de planejamento e gestão durante a década de 1990³³. Uma rápida retomada dos argumentos utilizados pelos autores facilitará a compreensão dos termos a partir dos quais essa virada estava sendo posta.

Manuel Castells³⁴ também reconhece que os países industrializados estavam passando por significativas transformações estruturais (de ordem

³³ O primeiro enquanto um intelectual de perfil mais acadêmico e militante, o segundo transitando sem grandes pudores entre a universidade e sua empresa de consultoria que rodou o mundo (inclusive a América Latina) vendendo a implantação desses novos modelos de planejamento e gestão por eles defendidos.

³⁴ Manuel Castells é um sociólogo espanhol que fez parte na década de 1970 de um importante grupo de pesquisadores de orientação marxista, sediado na Universidade de Nanterre, que dedicava seus estudos às transformações urbanas e à atuação dos movimentos sociais. Em texto publicado em 1970, o grupo faz uma crítica contundente às grandes intervenções que estavam sendo realizadas na cidade de Paris desde a década de 1950 para demolir edificações tradicionais (tidas como insalubres e degradadas pelo poder público) e substituí-las por grandes conjuntos de inspiração modernista. Processo que era denunciado por promover a expulsão de famílias de origem operária, a desestruturação do comércio local e prejuízos aos pequenos artesãos (Groupe de Sociologie Urbaine de Nanterre, 1970). Esse tipo de crítica foi muito presente entre os militantes e o meio intelectual francês nas décadas de 1960 e 1970 e, segundo Catherine Bidou-Zachariassen, é um elemento importante para compreender os movimentos de defesa do patrimônio e valorização das áreas centrais que começaram a ganhar forma nesse mesmo período (Bidou-Zachariassen, 2016). Manuel Castells, ao longo da década de 1990, passou a discutir as transformações da economia capitalista com ênfase em temas como a “sociedade pós-industrial” e a “era da informação”. É nesta segunda fase da sua produção que estão as pontes mais evidentes com a abordagem “empreendedora” que está aqui sendo tratada.

política, econômica, tecnológica, cultural) nas décadas de 1980 e 1990. Mas diferente do tom crítico adotado por David Harvey e outros intérpretes desse processo, o autor assume essa transformação como algo inevitável e defende que as teorias do campo do planejamento urbano deveriam se reformular para acompanhar esse movimento. Um primeiro elemento ressaltado é a importância simbólica representada pela queda dos regimes socialistas na Europa do Leste, que teriam levado ao encerramento de um ciclo histórico para os grupos de esquerda que defendiam um modelo de Estado centralizador das decisões políticas e econômicas. Com isso é anunciada sua desconfiança em relação à rigidez excessiva – tanto no plano econômico quanto político – expressa por esses regimes e sua falta de plausibilidade frente às exigências que supostamente estavam surgindo com o novo e fluido arranjo econômico e geopolítico que se conformava (Castells, 1990). Posicionamento crítico recorrente na década de 1980, tendo marcado a atuação de vários outros políticos e intelectuais que se aproximaram e sustentaram a ascensão da Terceira Via na Europa³⁵.

O autor assume que a flexibilidade e os fluxos estavam progressivamente se impondo enquanto elementos estruturantes para o desenvolvimento de relações econômicas/políticas/sociais, desafiando modelos de planejamento excessivamente duros e autoritários. A dicotomia entre global e local também é acionada para ressaltar os efeitos que o enfraquecimento das fronteiras tradicionais (nacionais, territoriais, identitárias) e o avanço que as tecnologias da informação vinham gerando sobre a força apresentada pelos poderes locais para definir os rumos de suas estratégias de desenvolvimento. Processo que envolveria riscos atrelados a uma possível e conflituosa desagregação entre os interesses imiscuídos às forças do grande capital com seus modelos descontextualizados – culturais, imagéticos, arquitetônicos – e as práticas urbanas cotidianas. Estas últimas permeadas por uma territorialidade (mais

³⁵ A Terceira Via foi uma corrente política que procurou articular políticas sociais de caráter redistributivo com o liberalismo econômico. Foi muito difundida nos países da Europa Ocidental durante a década de 1990, particularmente a partir da atuação de partidos historicamente alinhados com a centro-esquerda.

autêntica?) conectada com a vida da cidade e de seus moradores³⁶. Mas Manuel Castells é claro e otimista ao afirmar que as transformações estruturais por ele identificadas poderiam trazer boas oportunidades. Para isso os agentes envolvidos precisariam compreender as mudanças em curso e se engajar coletivamente em estratégias de ação articuladas às novas demandas e que evitassem anacronismos prejudiciais ao desenvolvimento econômico e social de cada localidade (Castells, 1990). O autor usa esse argumento como um ensejo para problematizar os fundamentos teóricos que vinham orientando a forma como o planejamento das cidades vinha sendo dito e feito até então.

O principal ponto a ser questionado diz respeito ao “plano” enquanto figura emblemática de uma forma de pensar a produção e uso do espaço que caracterizou a “abordagem administrativa” citada por Harvey, tendo dominado o campo do planejamento urbano desde a sua formulação moderna no século XIX e se difundido com a conformação do urbanismo modernista nas primeiras décadas do século XX. Manuel Castells assinala que um dos fundamentos desse modelo de planejamento foi tomar a intervenção do poder público como uma necessidade para compensar os desequilíbrios sociais gerados pelo processo de industrialização capitalista e pelas lógicas de funcionamento do mercado (Castells, 1990). Ao Estado era atribuído o papel de portador da racionalidade. Ele era tido como responsável por evitar disfunções no âmbito do trabalho (regulamentando as relações patrão/empregado e promovendo políticas sociais para evitar o desemprego), regular a economia (produzindo insumos para a produção e regulando preços), além de garantir a manutenção de níveis satisfatórios de desenvolvimento e bem-estar (Maricato, 2000). Para Manuel Castells isso estava associado, no âmbito das políticas urbanas, a práticas normativas e prescritivas de regulação do uso do solo – com destaque para a figura do zoneamento como forma de seccionar a cidade a partir de funções pré-determinadas – e a um pensamento utópico e altruísta que acreditava ser possível produzir uma sociedade melhor através da transformação e da organização do espaço (Castells, 1990).

³⁶ “The major danger in such a new spatial dichotomy is the breakdown of communication between power and people, thus between cities and citizens, and ultimately between technocratic instrumentalism and localistic fundamentalism” (Castells, 1990, p. 8).

Vários analistas concordam que essa forma de conceber a ação territorializante do Estado, teve seu desenvolvimento associado ao avanço do processo de urbanização ocorrido nos países centrais do capitalismo após a Revolução Industrial. Vale fazer uma menção ao histórico desse processo para compreender o que estava sendo criticado por analistas como Castells nas décadas de 1980 e 1990.

As potências que tomaram a frente da Revolução Industrial na Europa (Inglaterra, França, Alemanha), registraram um crescimento demográfico exponencial em todas as suas grandes cidades – a exemplo de Londres que quintuplicou sua população entre 1801 e 1891 – e isso foi acompanhado por uma atuação por parte do poder público, que operou de forma a estabelecer uma nova ordem urbana que estivesse em consonância com as configurações econômicas e sociais que vinham se estruturando desde meados do século XVIII (Choay, 2013). Aos poucos a Cidade Barroca – com toda a sua simbologia representativa do poder absolutista do *Ancient Régime* europeu (Brandão, 1999) – foi sendo superada para dar lugar à Cidade Burguesa. A modernidade expressava-se através das grandes reformas que tiveram na Paris de Napoleão III e Georges-Eugène Haussmann um de seus exemplos mais emblemáticos: abertura de grandes avenidas e vias de circulação, especialização de determinadas áreas da cidade (quarteirões de negócios agrupados ao redor da bolsa de valores, bairros residenciais exclusivos), monumentais lojas de departamentos, grandes hotéis, cafés e restaurantes, novas salas de concerto... Um conjunto de elementos urbanísticos que serviam para a emergente burguesia industrial e comercial se fortalecer enquanto classe dominante (Choay, 2013).

Uma classe que soube de forma primorosa se instituir discursivamente ao dizer Cidade. A suntuosidade da Ópera de Paris projetada por Charles Garnier e a grandiosidade da *Place de l'Étoile* com suas doze avenidas convergentes não deixam dúvidas sobre isso. Paris foi tomada por aqueles que dependiam dela para legitimar um estilo de vida que ainda estava em vias de se tornar hegemônico. A modernidade também precisava ser dita e as reformas urbanas que varreram o continente europeu no século XIX foram uma maneira muito eficiente de fazê-lo.

Outros casos significativos que ilustram esse mesmo processo foram as reformas feitas em Lisboa sob o comando de Marquês do Pombal após o terremoto de 1755, o plano de Ildefonso Cerdà para a expansão de Barcelona apresentado na década de 1850, ou a construção do Ringstraße em Viena após a derrubada das antigas muralhas medievais da cidade entre 1860 e 1890. Françoise Choay ressalta que obra de Cerdà – particularmente com a publicação da *Teoría General de l'Urbanización* – foi um marco importante por ter proposto a criação de uma “teoria geral” de caráter científico e universal sobre os processos de urbanização. Para Cerdà, o urbanismo deveria ser capaz de produzir teorias e modelos espaciais que pudessem ser reproduzidos de forma indiscriminada, dotados de uma autoridade garantida pelos insumos oferecidos pelos diferentes campos do conhecimento que pudessem ser acionados (Choay, 1988). Essa visão universalista e positivista foi a primeira manifestação concisa de um processo que, na virada do século XIX para o século XX, resultou no surgimento das primeiras disciplinas autônomas dedicadas à questão urbana e interessadas em instituir a cidade enquanto objeto passível de ser analisado de forma racional e objetiva: *Urbanisme* na França, *Town Planning* na Inglaterra, *Städtebau* na Alemanha³⁷.

A inquietude intelectual que emergiu com a cidade industrial extrapolava os círculos acadêmicos e alimentava desde reflexões filosóficas mais amplas sobre a condição humana e a modernidade – as obras de Walter Benjamin, Georg Simmel e Franz Kafka são bons exemplos disso – até denúncias mais explícitas que se voltavam para a degradação física e moral que estaria presente nos cortiços e arrabaldes habitados pela classe operária europeia e estadunidense. Para muitos analistas da segunda metade do século XIX, a urbanização tinha se tornado um processo patológico e as observações feitas continham um teor extremamente crítico em relação às condições de vida do proletariado. Françoise Choay aponta que parte desses analistas era movida por sentimentos de teor “humanitário” e composto por dirigentes municipais, homens da igreja, médicos e filantropos. É sob influência deles que foram nomeadas na Inglaterra as primeiras

³⁷ Para uma análise mais detalhada do contexto histórico e institucional em que se deu o surgimento do urbanismo enquanto disciplina na França – e sua intensa relação com as ciências sociais da época – ver o texto de Catherine Bruant (Bruant, 1996).

Comissões Reais voltadas para investigar e discutir as questões sanitárias e habitacionais (Choay, 2013). O sentimento de medo em relação à desordem e à violência se generalizaram entre a burguesia e a classe média das grandes cidades industriais, que não conseguiam mais evitar o contato com os milhões de pobres e indigentes que superlotavam as poucas e precárias habitações coletivas existentes. Obviamente que a pobreza estava longe de ser uma novidade no mundo europeu, mas a concentração populacional gerada pela urbanização acelerada ocorrida no século XIX tornou-a mais intensa e cada vez mais difícil de ser ocultada (Hall, 1988).

O incomodo da burguesia e do poder público frente às condições morais e sanitárias da classe trabalhadora levaram à criação das primeiras políticas de assistência social e dos primeiros órgãos voltados para a resolução dessas mazelas, tidas pelos reformadores como uma degeneração inaceitável da condição humana. Mas a questão política também assombrava, pois as insurreições e sublevações vinham se tornando cada vez mais frequentes entre os operários e a massa de desempregados (Hall, 1988). O medo do avanço dos ideais socialistas e anarquistas operou de forma a reforçar a necessidade e a urgência em oferecer respostas, que fossem capazes tanto de garantir melhorias objetivas nas condições de vida quanto acalmar e subjugar as massas. A famosa frase de Le Corbusier – “Arquitetura ou Revolução!” – cunhada no início do século XX, sintetiza bem esse papel desempenhado pelos reformadores do século XIX e que permaneceu na cabeça de muitos arquitetos e urbanistas por um longo tempo³⁸.

Esse retrospecto indica que na segunda metade do século XIX o Dizer-Cidade era algo imprescindível para as forças sociais que estavam lutando para consolidar suas posições. A burguesia emergente se constituía através das políticas de embelezamento, que criavam espaços com determinados elementos (arquitetônicos, estéticos, simbólicos) que permitiam a ela instituir-se como parte de um mundo que podia ser dito como moderno. O Estado se consolidava

³⁸ Lembrando que parte importante dos críticos aos processos de urbanização que atingiam as cidades européias no século XIX diz respeito aos pensadores “políticos”, que denunciavam em suas obras as desigualdades da cidade industrial como parte de uma crítica social revolucionária mais ampla e voltada aos regimes políticos e econômicos vigentes. São exemplos disso as obras de Engels, Proudhon e Fourier (Choay, 2013)

enquanto agente da modernidade ao promover a racionalização das políticas de urbanização e se colocar como responsável por moralizar a vida da classe trabalhadora, que se encontrava – aos olhos dos diagnósticos oficiais e dos vigilantes da opinião pública – em sério desalinho com toda a prosperidade e os auspícios prometidos pelo processo de industrialização. Os urbanistas se conformavam em um campo intelectual e profissional que passou a assumir a linha de frente na construção de uma modernidade que deveria inevitavelmente passar por uma ordem urbana condizente. Mesmo os revolucionários precisavam da Cidade Industrial para constituir discursivamente a figura das massas operárias exploradas por um sistema econômico altamente desigual e opressor. Construções discursivas que se potencializavam entre si nas convergências e divergências geradas pelas alianças estabelecidas. É difícil, por exemplo, conceber o avanço do urbanismo como disciplina sem considerar a intensidade das relações efetivadas entre ele e o poder público em suas várias instâncias e possibilidades.

Nas primeiras décadas do século XX esses arranjos discursivos – Urbanismo-Estado, Industrialização-Cidade, Urbanismo-Modernidade, Urbanismo-Industrialização, Cidade-Modernidade – se fortalecem, em grande parte, devido à força conquistada pelo Movimento Moderno e sua incorporação pelos formuladores das políticas de habitação e planejamento urbano na maioria dos países centrais. Ermínia Maricato ressalta que os primeiros Congressos Internacionais de Arquitetura Moderna (CIAM's) – particularmente aqueles ocorridos entre 1928 e 1933 – concentraram seus debates na busca por soluções para os ditos “problemas urbanos” que vinham sendo discutidos pelos intelectuais e agentes públicos desde a segunda metade do século XIX, em especial a questão da moradia que chegou a ser tema do congresso realizado em Frankfurt em 1929. Uma série de inovações construtivas foram desenvolvidas buscando diminuir os custos de produção e garantir um padrão mínimo de qualidade para as moradias da classe trabalhadora (Maricato, 2000). Françoise Choay ressalta que era intenso o diálogo dos arquitetos com os movimentos de vanguardas da época e grande o interesse em instaurar de uma vez por todas a modernidade e acabar com os anacronismos que, segundo eles, ainda permaneciam presentes nas

idades europeias³⁹. Para os modernistas (que a autora reúne sob a categoria “urbanismo progressista”) a Revolução Industrial era tida como uma ruptura histórica radical. E a cidade do século XX precisava não apenas se adaptar às inovações tecnológicas que permitiam novas escalas e tipologias, mas também incorporar em seu desenho a eficiência moderna representada pelos métodos de estandardização e mecanização usados na indústria (Choay, 2013).

Figura 6 – Exemplo de uma das inúmeras “barras” que foram erguidas periferia norte da cidade de Paris entre as décadas de 1950 e 1970, como parte dos grandes conjuntos habitacionais modernistas projetados pelo Estado.



Fonte: Do autor (2015)

Foi um período de muitas demolições em que bairros e subúrbios inteiros foram derrubados para dar lugar a imensos canteiros de obra que ergueram gigantes de concreto armado por toda a Europa. O Movimento Moderno não guardava nenhum sentimentalismo em relação ao passado ou às paisagens pitorescas da vida urbana. As ruas – sinônimo das turbas e da promiscuidade moral que tanto assombraram os reformistas do século XIX – foram eliminadas

³⁹ O diálogo com as vanguardas artísticas européias fica evidente nas aproximações de Le Corbusier com o Cubismo, na atuação de membros da *Bauhaus* nos Congressos Internacionais de Arquitetura Moderna, do diálogo dos arquitetos holandeses com o movimento *De Stijl*, ou dos arquitetos soviéticos com o Construtivismo Russo.

em nome de unidades de vizinhança com seus módulos comerciais e centros cívicos, racionalmente planejados para abrigar espaços adequados de moradia e sociabilidade. A densidade característica dos traçados urbanos herdados de momentos históricos anteriores – com construções irregulares e improvisadas, mal distribuídas e espremidas entre ruelas ditas insalubres – foi suprimida para dar lugar a grandes edificações dispersas em meio a gramados ajardinados e projetadas para garantir níveis satisfatórios de higiene e bem-estar (Choay, 1988).

Figura 7- Parte de um dos maiores conjuntos habitacionais da cidade de Amsterdam, construído na região de Zuidoost nas décadas de 1960 e 1970



Fonte: Do autor (2013)

O “planejar” e o “projetar” eram regidos por princípios rígidos que seccionavam os espaços da cidade a partir de um número limitado de funções que deveriam atender a um abstrato conjunto de “necessidades humanas universais”: habitar, trabalhar, circular, cultivar o corpo e o espírito⁴⁰ (Choay, 2013). O Movimento Moderno operava com base em modelos e protótipos universais: havia o “homem-tipo” com suas métricas e práticas cotidianas bem

⁴⁰ Estas funções encontram-se descritas e desenvolvidas teoricamente na “Carta de Atenas”, manifesto lançado ao final do IV CIAM realizado na cidade de Atenas em 1933 e posteriormente reeditado por Le Corbusier. É considerado até hoje um dos principais documentos que resume a doutrina do Movimento Moderno. (CIAM - Congresso Internacional de Arquitetura Moderna, 1933)

delimitadas⁴¹, o “apartamento-tipo” com suas dimensões mínimas e ordenamento interno rígido, o “bloco-tipo” com seus níveis adequados de insolação e sua geometria imutável⁴² e assim por diante. Sendo que tudo era passível de ser reproduzido de forma ilimitada em um espaço planetário tido como homogêneo, não importando contexto, topografia, cultura ou qualquer tipo de heterogeneidade que porventura pudesse estar presente. Ao arquiteto cabia um papel próximo à figura de um demiurgo: aquele que cria o universo em meio ao caos, organizando a matéria em suas formas perfeitas e etéreas.

Os princípios estéticos do Movimento Moderno tinham na geometria e na pureza das formas o seu apanágio. Sua linguagem partia de um repertório de elementos arquitetônicos formado essencialmente por formas elementares (cubos, paralelepípedos, cilindros, trapézios), ordenadas em estratégias de composição que privilegiavam linhas retas e angulações perfeitas. Algo que era válido tanto para as edificações quanto para o ordenamento do espaço urbano que tinha na ortogonalidade a regra de ouro para determinar a relação dos blocos entre si e com as vias de circulação (Choay, 2013)⁴³. Esses preceitos fizeram com que grande parte dos bairros modernistas erguidos na Europa durante esse período tenha se resumido a repetições seriadas de blocos residenciais dispostos em esquemas geométricos monumentais, que pairavam em meio a áreas verdes (às vezes nem tão verdes e reduzidas a vagas de estacionamento ou grandes áreas de concreto para pedestres) e vias de circulação de alta velocidade.

⁴¹ O sistema de proporções elaborado por Le Corbusier – o Modulor – é a expressão máxima disso.

⁴² Novamente cabe citar como referência Le Corbusier e sua *Unite d’Habitation*, construída pela primeira vez em Marselha (1952) e depois replicada em Berlim (1957).

⁴³ Claro que a enorme abrangência do Movimento Moderno também permitia seus desvios e mesmo alguns experimentalismos em termos de composição e implantação que fugiam desses princípios. Um bom exemplo disso foi o Pavilhão Philips de Le Corbusier e Iannis Xenákis (montado para Exposição Mundial de 1958 em Bruxelas), composto por uma grande tenda de três pontas, coberta por uma fina cobertura de concreto suspensa por uma estrutura de cabos de aço que abrigava em seu interior uma futurista instalação de luzes e som associada a uma peça eletrônica do compositor Edgar Varèse. No plano dos grandes conjuntos habitacionais, a construção do *Parc des Courtilières* na cidade de Pantin na *banlieue* parisiense – formado por um sinuoso edifício em fita de mais de um quilometro de comprimento (apelidado de “serpente”) e disposto no entorno de um parque público de quatro hectares – demonstra que o modernismo não se resumiu a formas quadrangulares e ângulos retos. Algo presente também nos demais conjuntos habitacionais projetados pelo arquiteto Émile Aillaud (que atuou ativamente à serviço do Estado francês entre as décadas de 1950 e 1970) em cidades como Nanterre ou Bobigny.

A Segunda Guerra Mundial deu ao Movimento Moderno um impulso significativo, com seus princípios tendo servido de base para a construção de inúmeros conjuntos habitacionais de grande porte e da renovação de grandes áreas urbanas por toda a Europa após o fim do conflito. Por um lado era preciso reconstruir as cidades que tinham sido atingidas pelos bombardeios, por outro crescia a demanda por habitação gerada pelo crescimento demográfico e por fluxos migratórios (tanto internos quanto externos) que também passaram a se acentuar nesse período. Os países centrais do capitalismo engrenavam em um novo ciclo de industrialização que apostou na indústria pesada e na produção em grande escala de bens duráveis, concentrando a produção nos grandes centros que já vinham desenvolvendo sua vocação industrial desde o século XIX. Foi quando o modelo fordista/keynesiano entrou em sua fase mais promissora (período que costuma ser chamado de Trinta Gloriosos pela bibliografia especializada) tendo conseguido atingir bons níveis de produtividade e estabilidade econômica, que durariam por aproximadamente três décadas até as crises que começaram a se manifestar na década de 1970.

Figura 8 - Vista da Cité Paul-Eluard, construída como parte das grandes obras de renovação realizadas na área central da cidade Bobigny durante as décadas de 1950 e 1960.



Fonte: Do autor (2015)

Para Ermínia Maricato, um dos grandes méritos do arranjo institucional formatado nesse período foi ter conseguido adequar o processo de acumulação capitalista a avanços significativos na qualidade de vida da classe operária, com participação imprescindível das políticas de bem-estar promovidas por um Estado atuante nos campos econômico e social (Maricato, 2000). Álvaro Pereira segue na mesma direção e coloca que diversos mecanismos foram criados para garantir a provisão subsidiada de meios de consumo coletivo (hospitais, escolas, lazer, cultura, infraestrutura, saneamento) e a regulação de bens e serviços com impacto significativo nos custos de vida da população (moradia, transporte), mobilizando o processo de urbanização como parte integrante do arranjo formado pelo pacto fordista. Sistema em que essas políticas de caráter redistributivo operavam reduzindo o custo de vida da classe trabalhadora (e assim contendo pressões por aumento nos salários) e ampliando as possibilidades de consumo, algo fundamental em um regime de acumulação no qual o capital dependia da produção industrial e do consumo de massa para se reproduzir (Pereira, 2015).

O pacto fordista foi um grande acordo entre forças hegemônicas que conseguiram demarcar suas posições e impor um modelo compartilhado de desenvolvimento para o mundo capitalista. Forças que se resumiam à burguesia industrial interessada em altos níveis de produtividade, a governos paternalistas que centralizavam as tomadas de decisão e reforçavam seu capital político, além das centrais sindicais que buscavam assegurar garantias para a classe operária. Usando os termos que Ermínia Maricato recupera de David Harvey: o “grande capital” convivendo com o “grande governo” e com o “grande trabalho” (Maricato, 2000). Foi em meio a esse contexto que a “abordagem administrativa” se consolidou como a principal estratégia de gestão adotada pela maioria dos países centrais do capitalismo. Modelo no qual os governos impunham grandes programas de desenvolvimento que pensavam o território de forma integrada, ao passo que as burocracias estatais detinham um poder significativo na formatação e condução das políticas públicas, com a racionalidade técnica operando como critério central para a tomada de decisões. Tudo isso permeado por altas doses de voluntarismo por parte de lideranças nacionais personalistas, que no rescaldo da Segunda Guerra buscavam reconstruir suas nações e reposicioná-las no contexto geopolítico que emergiu após o conflito.

O período em que a França esteve sob os governos de Charles de Gaulle (1959-1969) e Georges Pompidou (1969-1974) foi bem representativo desse ímpeto desenvolvimentista que incidiu diretamente sobre a organização das médias e grandes cidades do país. Catherine Bidou-Zachariasen aponta que o governo criou entre as décadas de 1950 e 1970 uma série de instituições e instrumentos jurídicos de planejamento territorial, que tinham como objetivo controlar as variações no preço da terra (que vinha alimentando processos especulativos e conflitos fundiários) e delimitar os parâmetros de uso e ocupação para áreas que deveriam ser destinadas a fins específicos sob tutela do Estado. Essa ocupação deveria ocorrer conforme as necessidades geradas pelo desenvolvimento do setor produtivo e pelo processo de expansão urbana. Algo marcado pela rigidez funcionalista que foi característica do planejamento urbano nesse período e envolvendo ações grandiosas de renovação urbana⁴⁴, como a construção de grandes conjuntos habitacionais, criação de zonas voltadas para o desenvolvimento do setor produtivo e da atividade industrial, formação de pólos para o terciário avançado, construção de entrepostos comerciais em áreas periféricas, além de redes de transporte urbano e metropolitano de alta capacidade (Bidou-Zachariasen, 1996; Alduy, 1979).

No caso da capital francesa, essas iniciativas foram consolidadas em grandes esquemas de planejamento como o *Plan d'Organization Générale de La Région Parisienne* (1960) e o *Schéma Directeur d'Aménagement et d'Urbanisme de La Région Parisienne* (1965). Jean-Paul Alduy coloca que o primeiro reforçou alguns temas centrais nas discussões que vinham sendo feitas pelos técnicos ligados ao campo do planejamento urbano desde a década de 1930, como o interesse em estabilizar a população das grandes cidades, descentralizar a concentração de empregos, oferecer moradia em massa para a classe operária ou a implantação e modernização de redes de infraestrutura. Também já era explícito o interesse em enfraquecer as autoridades locais em nome de instâncias

⁴⁴ Cabe ressaltar que o termo “renovação urbana” está sendo utilizado conforme a acepção corrente no debate francês sobre a questão, que o utiliza para fazer referência às grandes intervenções urbanas feitas, principalmente entre as décadas de 1950 e 1970, em que grandes áreas eram totalmente arrasadas para dar lugar aos “*grands ensembles*” modernistas. Nesse sentido, o termo opera em oposição ao termo “revitalização urbana” (ou “reabilitação urbana” e outras variações), utilizado para os casos em que há o interesse em preservar as características do tecido urbano original.

superiores controladas pelas burocracias estatais. Mas o autor ressalta que foi no segundo onde ficou mais evidente o projeto político de Charles de Gaulle, que pretendia usar esse novo instrumento de planejamento como uma estratégia para consolidar e vangloriar o poder interventor e racionalizador desempenhado pela elite dirigente francesa. Sua elaboração foi acompanhada por uma grande campanha publicitária que explorava a necessidade de transformar as estruturas de gestão em nome de um projeto que prometia viabilizar o desenvolvimento do país. Premissa justificada por inúmeros diagnósticos (demográficos, econômicos, sociais) elaborados por um corpo técnico que não se mostrava disposto em abrir o debate às autoridades locais e à sociedade civil organizada. O plano partia de esquemas abstratos (grandes eixos de expansão urbana) e tinha como objetivo produzir um modelo de urbanização mais equilibrado e igualitário para a aglomeração parisiense e seus arredores, reproduzindo o altruísmo característico das utopias modernistas que orientavam a ação dos técnicos de planejamento nesse período (Alduy, 1979).

Em termos concretos, esse voluntarismo resultou em grandes intervenções como a construção do aeroporto internacional *Paris-Nord* (atualmente Charles de Gaulle); a instalação do mercado de *Rungis* para centralizar as atividades comerciais que eram desenvolvidas nos inúmeros mercados, entrepostos e abatedouros dispersos nas áreas centrais; a instalação do imponente bairro de *La Defense* em Nanterre para formar o novo pólo financeiro e corporativo da cidade; ou a instalação da *Reseaux Express Régional* (RER) expandindo as conexões ferroviárias de Paris com sua periferia. Outro bom exemplo do planejamento tecnocrático desse período foram as *Zones à Urbaniser en Priorité (ZUP)*, instrumento criado pelo governo francês em 1957 para viabilizar a construção de grandes complexos residenciais voltados para atender a crescente demanda por moradia. Através dele, foram construídos bairros inteiros (conhecidos como *grands ensembles*) no entorno dos principais centros urbanos – Paris, Lyon, Marseille, Bordeaux, dentre outros – muitas vezes suprimindo os povoados originais e alterando radicalmente a forma e as dinâmicas urbanas pré-existentes. Instrumento também utilizado para viabilizar a renovação de áreas de urbanização consolidada, tidas como insalubres ou inadequadas frente aos critérios técnicos adotados pela burocracia que conduzia as políticas urbanas.

Figura 9 – Fragmentos da área central da cidade de Bobigny, renovada nas décadas de 1960 e 1970



Fonte: Do autor (2015)

Catherine Bidou-Zachariasen coloca que a opção por esse modelo de urbanização – de caráter funcionalista e baseado na figura do zoneamento – era tida por seus defensores como “lógica”, pois tratava-se de organizar de forma racional as diferentes atividades necessárias para garantir uma urbanização equilibrada em um país que passava por um processo de recuperação de suas forças produtivas e estava, supostamente, em vias de se modernizar de forma plena (Bidou-Zachariasen, 1996). Os recenseamentos realizados na década de 1950 mostravam uma permanência do cenário de penúria habitacional, com a maioria das habitações sem instalações sanitárias adequadas e quase metade delas sem acesso regular à água corrente (Fourcaut, 2007). Os casos mais extremos encontravam-se nos inúmeros assentamentos informais que se multiplicavam nos arredores de Paris – em áreas que ficaram conhecidas como *La Zone Parisienne* – trazendo novamente à tona as mesmas formulações discursivas que eram proferidas pelos reformadores assistencialistas do século XIX, preocupados com a degradação física e moral presente nesses espaços.

O governo assume a responsabilidade de resolver a questão habitacional e começa uma série de investimentos pesados⁴⁵. Algo que ocorreu baseado em formulações compartilhadas entre os técnicos que defendiam a produção massiva de novas moradias, dentre elas a impossibilidade de recuperar os bairros tradicionais degradados que vinham agravando essa condição desde o século XIX, a necessidade de separar radicalmente as áreas residenciais das produtivas, além do medo dos processos de “favelização” que se multiplicavam nos arredores das grandes cidades. Entre 1946 e 1975 o parque imobiliário francês passou de 12,7 milhões de residências para 21 milhões, sendo que 80% desse aumento foi construído com o apoio de recursos do Estado (Fourcaut, 2007). A autora ressalta ainda que 197 áreas foram demarcadas como *Zones à Urbaniser en Priorité (ZUP)* entre 1957 e 1967 e resultaram na construção de cerca de 2,2 milhões de unidades habitacionais em toda a França (Fourcaut, 2008).

Esse ímpeto urbanizador deve ser compreendido como parte de um projeto modernizador mais amplo, que concebia o acesso à moradia também enquanto uma estratégia civilizatória voltada para a normatização das práticas sociais de seus moradores e sua inserção em uma lógica econômica totalmente ligada ao modelo de desenvolvimento em jogo nesse período (Bidou-Zachariasen, 1996). Ao lado da necessidade em construir moradias tidas como adequadas em termos sanitários e de salubridade, havia o interesse implícito de inserir as classes populares e os migrantes que chegavam às grandes cidades – em sua maioria saídos das áreas rurais ou de países que compunham o antigo império colonial francês – em lógicas econômicas que envolviam o pagamento de taxas regulares de serviços públicos e contratos de aluguel subsidiados pelo Estado, além dos circuitos de consumo necessários para equipar e mobiliar os apartamentos construídos (Bidou-Zachariasen, 1996). Algo que evidencia a promiscuidade existente entre as políticas de bem-estar desenvolvidas pelos órgãos estatais e a manutenção do modelo fordista, mas chama a atenção

⁴⁵ Conforme Annie Fourcaut : "*Avec la construction des grands ensembles, les anciens objectifs des réformateurs sociaux deviennent une politique publique nationale : sortir les classes populaires des taudis, faire bénéficier l'ensemble des salariés des bienfaits de l'hygiène et de la modernité, contrôler l'usage prévisionnel du sol urbain, donner à tous les enfants air, lumière et soleil*" (Fourcaut, 2007).

também para a dureza como o Estado exercia seu papel paternalista e interventor nesse período.

Essa dureza deve ser posta em relação com a presunção de racionalidade e objetividade presente no Movimento Moderno e defendida pela elite dirigente que conduzia as políticas de planejamento urbano. Período em que foram postas em prática inúmeras normatizações, limitadoras de possibilidades-outras que não estivessem enquadradas nas planificações determinadas unilateralmente por aqueles que detivessem o poder para dizê-las enquanto algo inquestionável frente aos modelos de desenvolvimento que estavam postos. Em termos de efeitos sobre a forma urbana, isso resultou em uma série de intervenções autoritárias e unilaterais, através das quais foram implantadas cidades espartanas que pronunciavam a realização da eficácia e da modernidade desejadas pelas utopias que marcaram o início do século XX. Se Paris teve a sorte não ver realizadas as fantasias de Le Corbuier e seu *Plan Voisin* na década de 1920, o mesmo não pode ser dito por grande parte das cidades existentes para além dos antigos muros que circundavam a capital francesa. Bagnolet, Bobigny, La Courneuve, Saint-Denis, Nanterre, Ivry-Sur-Seine ou Sarcelles, tiveram grandes parcelas de sua área urbana renovadas entre as décadas de 1950 e 1970 como parte desse voluntarismo estatal permeado por altas doses de tecnocracia.

Figura 10 - Parte da *Cité des 4000* em La Courneuve, construída nas décadas de 1950 e 1960



Fonte: Do autor (2015)

Mesmo na capital francesa, alguns arruobos modernizadores deixaram as suas marcas na paisagem urbana. O *Italie 13* e o *Front de Seine* são bons exemplos disso. O primeiro caso composto por um vasto complexo de empreendimentos habitacionais e centros comerciais (erguidos com muito concreto e muitas normatizações funcionalistas), construídos no 13º *Arrondissement* após a derrubada de uma série de quarteirões que desde o século XIX vinham sendo condenados pelo poder público por suas condições habitacionais. O segundo envolvendo a demolição de um antigo complexo industrial da Citroën às margens do Rio Sena, que deu lugar a um aglomerado de quinze torres de grande altura em concreto e vidro, que exibiam o melhor que a arquitetura brutalista de pretensões futuristas da época tinha a oferecer e cuja construção seguiu à risca muitos dos princípios urbanísticos propostos pelo cânone modernista. Dentre eles o chamado “*ubanisme sur dalle*”, forma de implantação que tornou-se muito comum na França nas décadas de 1960 e 1970, consistindo na construção de grandes esplanadas de concreto que encobriam as áreas de garagem e trânsito de veículos, deixando o espaço livre para os pedestres transitarem entre blocos de apartamentos, áreas de lazer ou núcleos comerciais. Sem ruas, sem esquinas, sem multidão. E se estas duas intervenções em particular procuraram agradar e atrair a classe média e alta – algo que efetivamente nunca aconteceu e ainda serviram de combustível para os movimentos contrários a esse modelo de urbanização que estavam se organizando desde a década de 1960 – inúmeros outros conjuntos habitacionais voltados para a classe operária também foram erguidos nas bordas de Paris nesse mesmo período, principalmente no arco formado entre o 18º *Arrondissement* e o 20º *Arrondissement*. Marcas de um período que chegou ao ponto de ser tachado, nas décadas seguintes, de “idade da feiúra” por muitos críticos do campo da arquitetura (Arantes O. , 2015).

Hoje sabemos que a grande maioria dessas áreas renovadas foram condenadas por sua suposta “pobreza arquitetônica” e devido aos inúmeros “problemas sociais” que acabaram se concentrando nos grandes conjuntos habitacionais franceses (e europeus em geral) logo após os primeiros anos de ocupação. Tampouco os grandes esquemas de planejamento adotados para a região parisiense nos anos 1950 e 1960 não resolveram os desequilíbrios

espaciais e muito menos as polarizações sociais existentes (Alduy, 1979). Críticas ao Movimento Moderno não faltam, mas me interessa ressaltar que sua condenação (assim como as categorias acionadas para tal) foi parte das disputas que tomaram corpo em diversas esferas da vida social durante as décadas de 1960 e 1970. Essas disputas também impactaram nas diretrizes assumidas pelos órgãos oficiais de planejamento. O governo francês interrompeu a demarcação das *Zones à Urbaniser en Priorité (ZUP)* em 1967. Nos anos seguintes elas foram substituídas pelas *Zones d'Aménagement Concerté (ZAC)*, menos rígidas em termos formais e voltadas para projetos em menor escala (Bidou-Zachariasen, 1996). Em 1973 a construção de grandes conjuntos habitacionais – que em alguns casos chegaram a atingir mais de 10.000 unidades construídas de forma completamente alheia aos tecidos urbanos pré-existentes – foi suspensa para dar lugar a projetos que propiciassem um mínimo de diálogo e continuidade com os locais onde estavam sendo implantados (Fourcaut, 2007).

Ao longo das décadas de 1970 e 1980 as críticas aos modelos de urbanização adotados nos anos seguintes à Segunda Guerra Mundial seguiram sendo reforçadas e os novos arranjos políticos promoveram mudanças significativas no âmbito das políticas urbanas. Em 1977 o governo de Valéry Giscard d'Estaing (1974-1981) lança as primeiras operações voltadas para a reabilitação dos *grands ensembles* e interrompe a construção de edifícios de grande altura na cidade de Paris, motivado pela polêmica em torno da construção da *Tour Montparnasse*⁴⁶ (Jaillet, 2004). No mesmo ano passa a ser implementado um pacote de reformas administrativas (conhecidas como “*Loi Barre*”) visando transformar os grandes sistemas de financiamento voltados para a promoção da construção civil (“*aides à la pierre*”) em oferta de crédito voltado para a aquisição de imóveis particulares (“*aides à la personne*”), com o objetivo de enfraquecer a centralização que vinha sendo exercida pelo Estado na produção de moradia e incentivar a participação do capital privado nesse setor (Tissot, 2007). O caráter conservador de seu governo refletiu também em políticas urbanas de teor contextualista e preservacionista. Essa posição foi acompanhada

⁴⁶ A torre consiste em um edifício de 58 andares e 210 metros de altura. Sua construção foi parte de um projeto de Charles de Gaulle para modernizar a região sul da cidade a partir da oferta de novos espaços comerciais e corporativos na cidade, resultando na destruição de inúmeros quarteirões e ruas consideradas insalubres pelos órgãos de planejamento.

por uma nova e engajada geração de arquitetos, que nutriam um respeito maior (diferente de seus colegas ditos progressistas) pelos elementos presentes na arquitetura tradicional parisiense e se recusavam a reproduzir o modelo “tábula rasa” das grandes renovações urbanas que vinham sendo conduzidas pelo Estado entre as décadas de 1950 e 1970 (Arantes O. , 2015).

Em 1981 inicia-se o governo de François Mitterrand (1981-1995) e passam a ser implementados diversos mecanismos de inclusão social direcionados para os bairros modernistas construídos nas décadas anteriores, que passaram a ser classificados como “*quartier sensibles*” em função dos inúmeros conflitos que vinham sendo identificados pelos círculos acadêmicos e técnicos do poder público ⁴⁷ . Sylvie Tyssot aponta que os debates ocorridos na época (particularmente em torno da aprovação da “*Loi d’orientation sur la ville*” em 1991) consolidaram diversos elementos que vinham sendo colocados pelas críticas feitas ao Movimento Moderno desde a década de 1960. As intervenções modernistas foram condenadas por sua homogeneidade funcional e por sua escala monumental, que teriam resultado em um modelo de urbanização desumano e desagregador das relações sociais. Foi apontado também o aumento da segregação social favorecida pela parca integração dos novos bairros com os centros urbanos mais dinâmicos e a falta de atrativos para os moradores, que teria levado à formação de enclaves dispersos na periferia das grandes cidades. Algo intensificado pela presença cada vez maior de famílias em situação de vulnerabilidade social e o abandono progressivo das famílias de classe média que passaram a negar esses espaços enquanto possibilidade de moradia.

Elementos como “desagregação familiar”, “delinquência juvenil”, “guetos”, “formação de gangues”, “desemprego” ou “problemas de integração” passaram a marcar os diagnósticos e a orientar as intervenções feitas pelo poder público. Ações que eram pautadas pelo imperativo da “*mixité sociale*”, pretendendo promover uma maior integração e inclusão das populações ditas marginalizadas e reverter os efeitos negativos largamente creditados às opções arquitetônicas e urbanísticas adotadas após a Segunda Guerra Mundial (Tissot, 2007). Um

⁴⁷ Esse tipo de qualificação tornou-se muito presente nos discursos oficiais e na grande mídia francesa, principalmente após as inúmeras revoltas populares ocorridas nas décadas de 1980 e 1990 em bairros das periferias de grandes cidades como Lyon (como nos incidentes de Minguettes e Vaulx-en-Velin) ou Paris (como nos casos de La Courneuve e Sarcelles).

período que foi marcado por uma série de experimentações institucionais que procuraram descentralizar as ações do poder público a partir do fortalecimento das instâncias municipais e das redes comunitárias. As políticas urbanas passam a ser pensadas a partir de uma figura discursiva que renasce nesse contexto – o *quartier*⁴⁸ – e procurando implicar a população local nas tomadas de decisão (Donzelot & Estébe, 1994).

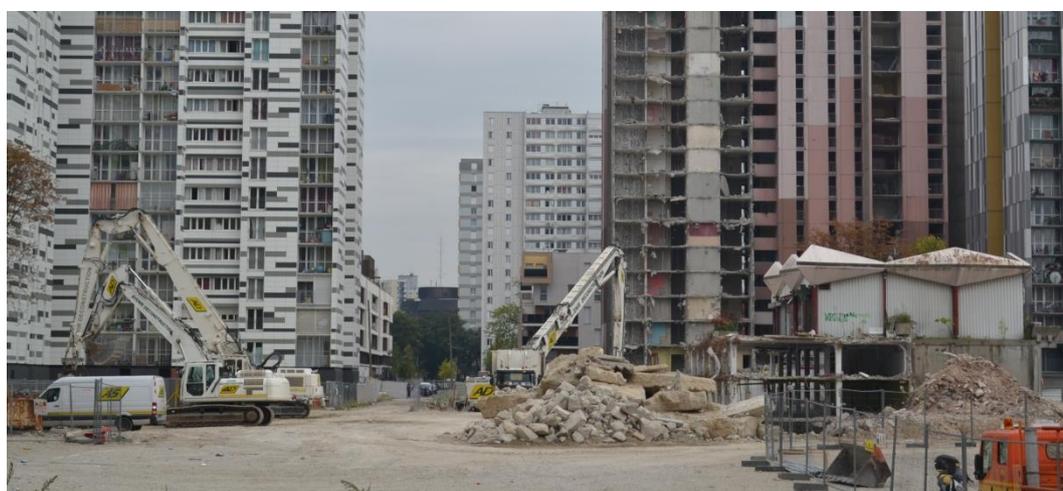
A nova abordagem sobre a questão urbana que tomou forma nas décadas de 1980 e 1990 entre os órgãos de planejamento e dos setores formadores de opinião, esteve relacionada com um novo aporte conceitual desenvolvido por parte da sociologia urbana francesa da época (Tissot, 2007). Muitas interpretações passaram a ser pautada pelo paradigma da “exclusão social” que propunha uma compreensão horizontalizada das desigualdades urbanas e defendiam a necessidade de promover a integração econômica e social dos grupos marginalizados ou minoritários, além de aumentar os mecanismos de participação e cidadania. Isso enfraqueceu as análises centradas na “luta de classes” hegemônicas até a década de 1970. Esse processo foi favorecido (e em grande medida institucionalizado) pela chegada ao poder da esquerda não-marxista alinhada com o Partido Socialista e pelas inúmeras crises internas enfrentadas pelo Partido Comunista Francês que vinha progressivamente perdendo sua importância política. Essa nova relação de forças alimentou novas formas de conceber as políticas públicas e novas estratégias de ação sobre o território. Algo que em meados da década de 1990 encontrava resistência cada vez menor advinda das poucas vozes remanescentes do período *gaulista*, que ainda procuravam defender o desenvolvimentismo tecnocrático que marcou o período de reconstrução que se seguiu à Segunda Guerra (Tissot, 2007).

Na outra frente desse processo iniciou-se a era das políticas de “animação cultural” e das operações de “revitalização urbana” ancoradas em grandes museus e equipamentos culturais. Algo que foi ao longo das décadas de 1980 e 1990 assumindo um protagonismo irreversível e operando de forma a reconstruir a imagem de Paris enquanto a nova “capital européia da cultura”. Processo que ajudou a consolidar uma nova matriz produtiva alinhada com o

⁴⁸ Termo que pode ser traduzido de forma aproximada por bairro.

capitalismo flexível que se conformava, formatando novas prioridades que deixaram de lado a produção em massa de moradia para a classe operária e de grandes esquemas para racionalizar o uso do território. Em 2003 o governo de Jacques Chirac (1995-2007) cria a *Agence Nationale pour la Rénovation Urbaine*, que vai protagonizar a demolição definitiva de diversos *grands ensembles* e outras intervenções urbanas que tinham sido realizadas entre as décadas de 1950 e 1970, marcando o fim de uma era que começou promissora mas durou menos de meio século (Jaillet, 2004). Ao que parece, a redenção prometida pelas utopias do Movimento Moderno não se realizou. Mas utopias não são nada além de discursos que devem ser compreendidos como parte das tramas em que são acionadas. Seja para defendê-las ou atacá-las.

Figura 11 - Demolição da *Cité Karl Marx*, como parte das obras de reabilitação da área central da cidade de Bobigny



Fonte: Do autor (2015)

Entre as décadas de 1950 e 1970, as intervenções urbanas realizadas pelo Estado francês seguiam resguardadas como parte de um modelo de desenvolvimento que lhes garantia certa plausibilidade frente às forças econômicas/políticas/sociais que eram hegemônicas nesse período, particularmente a potência do regime fordista e a significativa influência política exercida pelo nacionalismo gaulista e pela esquerda marxista. Cabe lembrar que a maioria das cidades da *banlieue* parisiense que investiram pesado nas renovações urbanas de caráter modernista, foram governadas durante décadas pelo Partido Comunista Francês que tinha um compromisso efetivo com (o que eles compreendiam enquanto) classe trabalhadora, tendo durante um longo período se esforçado para construir uma identidade operária associada a esse projeto modernizador⁴⁹.

Ao transitar pela cidade de Bobigny – que foi administrada de forma ininterrupta pelos comunistas entre 1946 e 2006 – ficam evidentes as marcas deixadas por esse processo em meios às áreas renovadas entre as décadas de 1950 e 1970: Avenida Karl Marx, Avenida de Stalingrado, Boulevard Lenin, Rua Salvador Allende, Teatro Pablo Nerruda, Cité Pablo Picasso, Cité Paul Éluard, além das inúmeras referências ao realismo socialista e ao construtivismo russo presentes nos espaços públicos. Esse exemplo ilustra que o planejamento tecnocrático não foi exclusividade da direita nacionalista, mas ressalta também a importância de considerar o Dizer-Cidade sempre como parte de tramas discursivas, que instituem os sentidos que interessam ser instituídos por aqueles que julgam deter o direito de fazê-lo. Todo o dizer é sempre um ato político e indica o desejo de afirmar algo enquanto Verdade. Verdade essa, que está sempre em disputa e possui uma geometria variável que se modifica em função das forças que estejam em jogo.

⁴⁹ Esse fenômeno ficou conhecido como “*Banlieue Rouge*”. Começou a tomar forma após a Primeira Guerra Mundial, quando as cidades industriais localizadas na periferia da cidade de Paris elegeram uma série de prefeitos e deputados ligados ao Partido Comunista Francês, com o apoio de uma densa rede de militantes e da classe operária local. Annie Fourcault coloca que a contínua organização de festas cívicas e a politização dos espaços públicos da cidade através da implantação de símbolos ligados às lutas operárias, conseguiu criar nessas cidades um patriotismo local e uma identidade de classe consistente, que visava fazer frente aos estigmas ligados às cidades que compunham a periferia de Paris. Algo que começou a se enfraquecer apenas na década de 1980 (Fourcault, 2007). Para uma boa análise sobre esse fenômeno político e social, ver a tese de doutorado de Lina Raad (Raad, 2014)

Figura 12 - Avenue Karl Marx e Boulevard Lénine (Bobigny – França)



Fonte: do autor (2015)

Entre meados do século XIX e a segunda metade do século XX, constituiu-se um Dizer-Cidade que articulou uma série de elementos discursivos associados à potência assumida pelo processo de industrialização que tomou forma nos países centrais do capitalismo. Claro que há diferenças consideráveis entre os *boulevards* abertos no início desse período por Haussmann e os *grands ensembles* construídos por De Gaulle nas décadas de 1950 e 1960. Porém muitas permanências que vão além do resultado concreto dessas intervenções podem ser identificadas. Entre elas o desejo por uma modernidade que talvez nunca tenha chegado, a vontade de impor uma forma urbana abstrata e tida como ideal, a força disciplinadora que procurava estabelecer uma determinada ordem social a qualquer custo, o ímpeto transformador que não media esforços para derrubar aquilo que escapava aos modelos impostos, além da mão forte de um Estado interventor e paternalista que conduzia esses processos de forma autoritária e muitas vezes violenta.

No entanto, diria que após a Segunda Guerra Mundial foi se conformando um Dizer-Cidade cada vez mais opaco e diluído em meio aos devaneios tecnocráticos que se tornaram hegemônicos, se afastando radicalmente dos “projetos de embelezamento” do século XIX. O racionalismo excessivo através do qual o planejamento urbano passou a ser dito por uma elite dirigente enclausurada em suas estruturas de poder, parece ter esvaziado muitos dos desejos que em grande medida sustentaram o Dizer-Cidade presente quando a nascente burguesia comercial e industrial ainda era uma força social em busca de

seu espaço. Ao propor uma cidade mecânica que estivesse acima de suas multiplicidades, dissidências, impurezas, dissensos ou contrassensos, o Movimento Moderno talvez tenha se encurralado em meio ao seu desejo de produzir um Dizer-Cidade que não foi capaz de sustentar a dureza de suas formas e o peso de seu racionalismo.

A desestabilização do modelo fordista/keynesiano operou como um fator importante nesse processo. As transformações ocorridas no âmbito da economia nesse mesmo período levaram ao enfraquecimento do setor produtivo e a processos de desindustrialização e desemprego, que atingiram grande parte dos grandes centros urbanos industriais que tinham se consolidado após a Revolução Industrial no continente europeu. Isso acirrou o “sentimento de crise”, usado largamente como um recurso discursivo para defender mudanças – sejam elas quais forem – necessárias para reverter os quadros econômicos e sociais apontados como desfavoráveis (Sánchez et alli, 2004). Mas diria que esse sentimento por si só não explica a virada que começou a tomar forma na década de 1970. Ao lado dos ajustes estruturais que estavam sendo implementados nas formas de reprodução do capital⁵⁰, entrou em cena um conjunto de agentes que resolveu se manifestar contra a dureza de um modelo de desenvolvimento que não lhes interessava, articulando novas possibilidades de dizer um mundo que estivesse em consonância com seus desejos.

Como parte desse processo, começaram a ser defendidos novos Dizer-Cidade que procuraram desestabilizar a frieza presente nos modelos de planejamento urbano que se impunham enquanto hegemônicos até aquele período. Dentre alguns dos elementos acionados para efetivar as disputas discursivas que tomaram forma, cabe citar o desejo por práticas econômicas menos rígidas, mais flexibilidade e participação nos instrumentos de gestão, mais densidade simbólica nas intervenções urbanas, um olhar mais atento aos detalhes da vida cotidiana e à riqueza das relações ditas “comunitárias”, uma consciência mais plena em relação à questão ambiental, além da valorização de formas mais “criativas” e “inovadoras” de ocupação dos espaços produtivos.

⁵⁰ Que vinha desenvolvendo novas estratégias de exploração da classe trabalhadora, migrando para o setor terciário, desenvolvendo renovadas formas de imperialismo, além de inúmeros mecanismos financeiros para aumentar as possibilidades de lucro.

Com isso chegamos à crítica feita por Manuel Castells ao “Plano”. Ela é parte desse contexto e reproduz muito desse desejo de mudança, expresso nos elementos que ele aciona para defender a necessidade desse “novo consenso urbanístico”. De partida o autor aciona uma figura que se tornou, nas décadas de 1990 e 2000, quase um senso comum entre parte significativa dos técnicos e especialistas ligados a esse “espírito empreendedor” e envolvidos com o debate sobre a questão urbana: a necessidade de abandonar praticas ditas “tradicionais” (ou aquelas de caráter tecnocrático e normativo) e implementar um planejamento que fosse “estratégico”. Modalidade que deveria envolver uma metodologia de trabalho capaz de se adaptar constantemente às variações decorrentes da complexidade presente nas novas estruturas produtivas. Em um mundo flexível e globalizado, não haveria mais espaço para uma “economia militarizada” que estivesse acima das dinâmicas do mercado, nem para intervencionismos estatais ou reformismos sociais exagerados, sequer para políticas de regulação do uso do solo que não fossem capazes de se abrir para um mundo onde o local vinha sendo transformado por forças globais (Castells, 1990). Formulação que problematiza (pelo menos no plano teórico) a capacidade do Estado em regular o funcionamento da economia ou determinar os rumos seguidos pelo setor produtivo, mas ataca também a sua legitimidade para racionalizar as dinâmicas sociais de forma mais ampla.

O modelo de governança adotado pelo “grande governo” fordista e sua “abordagem administrativa” estava sendo posto em cheque. O autor segue suas proposições, sugerindo que o crescente triunfo da economia de mercado demandaria um novo modelo de *welfare state* que resumisse sua atuação à geração do “bem-estar comum” e à promoção de “habilidades educacionais” (ou de qualificação da mão-obra especializada) em larga escala para a população. E por fim ressalta a importância do desenvolvimento de estruturas locais de tomada de decisão, que pudessem atuar de forma ativa frente aos fluxos desse mundo globalizado que vinha tomando forma (Castells, 1990)⁵¹. Ermínia Maricato coloca

⁵¹ “A new world is always a land of opportunity. But only if the actors of such opportunity understand the transformation and have the wit of acting upon themselves. Planning can, indeed must, have a new historical departure if, and only if, the field as such and ourselves as its subjects, are able to engage in a redefinition of the intellectual foundations of our activity according to the new epoch we are entering.” (Castells, 1990, p. 14)

que o debate sobre essas questões ao final da década de 1970 – inclusive em grandes instâncias internacionais como as Nações Unidas (ONU), União Européia (UE), Organização de Cooperação para o Desenvolvimento Econômico (OCDE) – tinha como uma de suas diretrizes a importância da descentralização do poder político, em nome de um protagonismo maior para as municipalidades e organismos da sociedade civil frente aos Estados Nacionais. Sendo que isso já vinha sendo reivindicado pela esquerda européia há algum tempo (Maricato, 2000).

Manuel Castells e Jordi Borja seguem nessa mesma linha e não medem esforços para exaltar a importância política e econômica assumida pela esfera local frente aos arranjos que estavam tomando forma nas décadas de 1980 e 1990. Citam exemplos de cidades da Europa do Norte que conseguiram se reestruturar para fazer frente aos processos de desindustrialização, além de cidades da Europa do Leste que tiveram atuação marcante na superação dos regimes stalinistas, ou de cidades da América do Norte que tomaram iniciativas próprias pra reverter os excessos neoliberais promovidos pelos governos de Ronald Reagan e George Bush. E ressaltam que em todos esses casos, isso só foi possível através da elaboração de “planos estratégicos” consistentes e da formação de um grande consenso – com força para mobilizar tanto o setor público quanto o setor privado – em torno de um renovado “projeto de cidade”, capaz de apaziguar as forças internas e se articular às novas dinâmicas presentes no cenário internacional (Castells & Borja, 1996).

Um primeiro elemento necessário, segundo eles, para gerar esse consenso seria a abertura das estruturas de gestão para a sociedade civil e para o setor privado. Não haveria mais espaço para uma burocracia estatal tomando decisões de forma autônoma e unilateral (seja em nome de grandes planos de desenvolvimento ou de voluntarismos modernizadores) desconectadas das demandas presentes em cada localidade. Os autores defendem que o poder público deveria incorporar novos modelos de gestão e modernizar suas estruturas administrativas, com mais autonomia para tomar decisões e mais disposto a adotar iniciativas inovadoras. E seguem sugerindo que os governos deveriam assumir o papel de “promotores” dos processos de desenvolvimento econômico e

social, ou seja, de atuar criando condições concretas (infraestrutura, qualidade de vida, recursos humanos) para estimular a atração de investidores⁵² (Castells & Borja, 1996) e favorecer os processos de acumulação capitalista (Arantes P. F., 2006). Perspectiva que redundava naquelas quatro linhas de ação características da “abordagem empreendedora”, descritas por David Harvey e apresentadas nas primeiras páginas deste tópico. Saí de cena o altruísmo dos “reformadores” do século XIX para dar espaço ao pragmatismo dos “gestores” do século XX.

Manuel Castells e Jordi Borja defendem também a importância de organizar fóruns e estruturas participativas que permitam um diálogo permanente entre as várias forças econômicas e sociais presentes em cada cidade, apostam na urgência de fomentar um novo “patriotismo local” capaz de criar um sentimento de pertencimento e confiança entre os moradores, defendem a necessidade de projetar cada cidade para o mundo cada vez mais fluido e aberto para experiências urbanas diferenciadas (Castells & Borja, 1996). Posição muito bem sintetizada nas figuras que Carlos Vainer aciona em sua contundente crítica a esse modelo de planejamento e gestão urbana: Cidade-Empresa, Cidade-Pátria, Cidade-Mercadoria (Vainer, 2000). O mesmo autor ressalta também a insistência dos ideólogos do “planejamento estratégico” em negar a eficácia da dita “política tradicional”, em nome da construção de um projeto político unificado que esteja essencialmente voltado para aumentar a competitividade da cidade no cenário internacional. Modelo em que não haveria mais espaço para disputas ideológicas internas ou ranços políticos de caráter partidário, nem para formalismos ou normatizações excessivas que pudessem servir de empecilho frente as intervenções colocadas como necessárias para atingir os objetivos que estivessem postos. Isso abriria espaço para iniciativas autorizadas a romper, quando necessário, com os aparatos legais estabelecidos (principalmente os Planos Diretores e suas restrições) e travestidas pela necessidade de “unificar os interesses” em nome de um “projeto de cidade” que supostamente traria

⁵² “O governo local deve promover a cidade para o exterior, desenvolvendo uma imagem forte e positiva apoiada numa oferta de infra-estruturas e de serviços (comunicações, serviços econômicos, oferta cultural, segurança etc.) que exerçam a atração de investidores, visitantes e usuários solventes à cidade e que facilitem suas “exportações” (de bens e serviços, de seus profissionais etc.). Esta oferta não tem por que ser financiada, executada ou gerida em sua totalidade pelo governo local. O papel de promotor é, precisamente, o de criar as condições que facilitem sua realização por agentes públicos ou privados (via planejamento, campanhas políticas, compensações econômicas etc.)” (Castells & Borja, 1996, p. 160)

benefícios para a população como um todo (Vainer, 2016)⁵³. Isso ressalta a força que as figuras do “consenso” e da “flexibilidade” vinham assumindo nessas formulações.

Uma das conseqüências da adoção desse modelo de planejamento foi a modificação da escala das intervenções realizadas no espaço urbano – com o abandono progressivo dos grandes esquemas de planejamento – e a aposta crescente em projetos localizados e de grande impacto econômico, resumidos à intervenções delimitadas em áreas consideradas estratégicas para promover a cidade e atrair novos investidores (Sánchez et alli, 2004). Com isso tomaram forma os inúmeros programas de “revitalização” e “reabilitação” de áreas centrais que vêm se multiplicando pelo mundo desde a década de 1980. Intervenções que se propõem a criar novas dinâmicas urbanas nesses espaços, através de ações voltadas para a abertura de frentes para o mercado imobiliário (seja ele residencial ou corporativo), da formação de pólos de consumo e entretenimento, além de espaços de lazer e cultura voltados para o turismo. Ou ainda de áreas voltadas para o desenvolvimento de atividades econômicas ligadas à setores produtivos emergentes do capitalismo, particularmente o terciário avançado e aquelas capazes de produzir bens e serviços de alto valor agregado. Estas últimas largamente inspiradas nos “tecnopólos” do *Silicon Valley* californiano (com suas empresas de tecnologia e inovação) mas que também tinham como referência o “desenvolvimento endógeno” característico dos distritos industriais da Terceira Itália⁵⁴.

Contexto em que estaria tomando forma um “urbanismo de resultados”, como alternativa ao “urbanismo regulador” de matriz funcionalista e hegemônico até meados da década de 1970 (Sánchez et alli, 2004). Resultados mensurados a partir das potencialidades econômicas de cada proposta de intervenção, mas também de sua força para criar novas marcas no *skyline* de suas respectivas

⁵³ Cabe ressaltar que os defensores do “planejamento estratégico” – a exemplo de Jordi Borja e Manuel Castells – não abrem mão e postulam a importância de instituir lideranças carismáticas e aglutinadoras capazes de capitanear a constituição desses consensos. Com isso saem os grandes líderes nacionalistas e paternalistas que se consolidaram após a Segunda Guerra e entram em cena as lideranças “empreendedoras” locais. E conseqüentemente, o poder de decisão passa das grandes estruturas burocráticas para os grupos de interesse articulados em torno do “projeto de cidade” que esteja em jogo.

⁵⁴ Sobre esse tema ver as análises de Georges Benko (Benko, 1996) e Giacomo Becattini (Becattini, 1994).

idades e gerar efeitos multiplicadores sobre o território. Algo que levou a uma corrida – talvez sem precedentes na história da urbanização moderna – pela construção de novos ícones arquitetônicos, capazes de se destacar em um mundo globalizado e cada vez mais agonístico em sua busca por novas referências. As “máquinas de morar” de Le Corbusier e as “caixas de vidro e aço” de Mies Van Der Rohe, aos poucos, foram perdendo a sua eficácia discursiva. O desejo por um urbanismo seriado e funcional passa a ser suplantado pela busca por um urbanismo centrado na exclusividade. Algo expresso através da produção de obras arquitetônicas pretensamente excepcionais em seus conceitos e formas (mas não necessariamente em seu conteúdo), dotadas de uma potência imagética capaz de atrair os olhares e os investimentos de agentes econômicos/políticos/sociais, que também passaram a incorporar a exclusividade dessa arquitetura enquanto elemento definidor para suas tomadas de decisão. É quando ganha força uma nova geração de arquitetos e teóricos (Norman Foster, Jean Nouvel, Santiago Calatrava, Bernard Tschumi, Richard Rogers, Frank Gehry, Renzo Piano, Peter Eisenman, Rem Koolhaas, Kenneth Frampton, Colin Rowe, Anthony Vidler) dispostos a problematizar o campo da arquitetura em diálogo com as novas perspectivas teóricas e epistemológicas constituídas na agitação intelectual e cultural que marcou as décadas de 1960 e 1970 (Nesbitt, 2014)

Através da atuação (muitas vezes militante) desse renovado corpo de arquitetos e urbanistas, entraram em cena projetos que passam a fazer uso de um novo (e inesgotável) repertório de elementos arquitetônicos que procuraram ir muito além da justaposição de formas elementares que caracterizou grande parte do Movimento Moderno. As estratégias de composição começaram a valorizar formas fragmentárias e desconstruídas; apostar em projetos híbridos e fluídos em suas possibilidades de incorporação de estruturas vernaculares ou pré-existentes; investir em materiais inovadores com alta tecnologia; apostar na utilização de revestimentos em cores ou texturas vibrantes para diferenciar-se na paisagem; experimentar novas possibilidades de implantação voltadas para a criação de cenografias espetaculares e assim por diante. Diria que a arquitetura e o urbanismo tentaram se rebelar contra a uniformidade e o princípio da funcionalidade que marcou a primeira metade do século XX, para tratar cada

projeto como algo único em si mesmo e em sua relação com um entorno também compreendido enquanto único. Desejo atravessado pela pretensão de abandonar o rigor formalista, em busca de uma liberdade projetual que não precisasse se sujeitar a formas ou funções pré-definidas.

Figura 13 - Intervenções realizadas durante a década de 2000 como parte dos programas de revitalização da área central de Bobigny



Fonte: Do autor (2015)

Esse movimento foi favorecido por um contexto em que essas intervenções urbanas passaram a ser colocadas e concebidas como um imperativo para recuperar a “vitalidade econômica”, abalada pela suposta falência do modelo fordista e pelas crises fiscais que vinham acachapando os orçamentos municipais. Mas também para restaurar a “vitalidade urbana” apagada pelas intervenções monótonas de caráter modernista, além de renovar a “vitalidade política” necessária após a agitação popular que tomou forma ao final da década de 1960. E a solução para tudo isso estava dada a partir de medidas que buscavam reestruturar a escala local em suas possibilidades de conexão com a escala global, mas também reconstituir o que era dito enquanto

Economia/Política/Sociedade a partir de um novo campo de possibilidades discursivas que adotou – semelhante ao ocorrido no início da Era Moderna – o Dizer-Cidade como uma de suas principais referências. Não por acaso, nomeações como “renascimento urbano” e suas variações (revitalização, reabilitação, regeneração, retomada e assim por diante) passaram a se tornar cada vez mais freqüentes em meio aos debates que tomaram forma a partir desse período, tanto por parte do poder público quanto dos setores formadores de opinião. Havia um sentimento compartilhado de que as cidades precisavam recuperar uma condição perdida e renascer frente a um “novo mundo” que se conformava. Lembrando que esse “novo mundo” também precisava desse “renascimento” para se efetivar em suas formas políticas e econômicas.

Parte das estratégias para promover esse “renascimento” apostavam na força da arquitetura de ponta para criar novos marcos na paisagem e projetar as cidades no cenário internacional. Mas é importante ressaltar que ao lado desse furor projetual, as iniciativas de revitalização também passaram a incorporar a valorização (em alguns casos até a reconstituição) das paisagens seculares tão pouco apreciadas pelas intervenções dos arquitetos modernistas. Esse movimento que resultou em uma retomada de áreas históricas e vernaculares, através de ações diversas que procuraram ressignificar o suposto patrimônio existente enquanto um bem único e tirar partido de seu potencial. Contando inclusive com a chancela de agências internacionais como UNESCO e BIRD que passaram a financiar programas dessa natureza. Lembrando que conceituações como “contexto” e “espaço público” também já vinham se tornando moeda corrente desde a década de 1960 e foram devidamente incorporadas a estas formulações. Vários programas de revitalização passaram recuperar os tecidos urbanos ditos tradicionais, reconstituir elementos arquitetônicos e urbanísticos que tinham sido condenados nas décadas anteriores (a figura da rua-corredor é uma das mais evidentes), incentivar a retomada de atividades econômicas de pequeno porte (artesanato, cafés, mercearias, comércio), criar roteiros turísticos que tivessem o urbano como atração, ou transformar praças e largos em espaços de convívio e atividades a céu aberto.

Como parte desse processo foram tomando forma os dois caminhos seguidos pela arquitetura contemporânea nas décadas de 1980 e 1990, dos quais fala Otilia Arantes em suas reflexões feitas a partir da análise do caso parisiense e que podem (creio eu) ser devidamente generalizados: a implementação dos “grandes projetos” e o “retorno contextualista à cidade”. (Arantes O. , 2002; Arantes O. , 2015). Dois caminhos que se potencializavam mutuamente e se entrecruzavam de diferentes maneiras e intensidades nas formulações e contextos em que eram acionados.

Figura 14 - O revitalizado *waterfront* da cidade de Amsterdam



Fonte: Do autor (2013)

Figura 15 - Arena Amsterdam (inaugurada em 1996) e seu entorno: estádio multiuso, espaço público generoso, terciário avançado, parceria público-privada e âncora para um grande programa de revitalização da zona sul da cidade.



Fonte: Do autor (2013)

As cidades que apostaram nesse modelo, tiveram que desenvolvê-lo levando em conta as coalizões de interesse existentes nos âmbitos locais e suas

possibilidades de viabilização política. A formação desse “novo consenso urbanístico” – envolvido na passagem da “abordagem administrativa” para a “abordagem empreendedora” que aqui está sendo discutida – ocorreu com temporalidades distintas e a partir de leituras específicas desse arcabouço de possibilidades de intervenção sobre a cidade, que fizeram com ele se manifestasse com formatações variadas. Falo aqui de um processo que pode ser caracterizado como global em sua abrangência, mas fragmentado e diversificado em suas formas de efetivação em cada contexto local no qual ele tenha se manifestado.

Algumas cidades apostaram mais na valorização do patrimônio histórico, outras na construção de grandes equipamentos culturais ou esportivos, várias tentaram emplacar a realização de grandes eventos internacionais, outras tantas preferiram criar novas frentes de expansão para o terciário avançado. O mesmo pode ser dito sobre os aparatos jurídicos e institucionais criados. É possível falar em recorrências – as parcerias público-privadas, a concessão de serviços públicos ao setor privado, a criação de autarquias de economia mista para gerir os projetos de revitalização, a elaboração de planos estratégicos – mas sempre considerando os arranjos locais que apresentavam diferentes graus de adesão aos imperativos da flexibilidade e da desregulação que estavam postos. Além de uma maior ou menor participação dos governos nacionais ou do próprio setor privado que nem sempre demonstrava o “interesse” esperado pelas possibilidades de investimento que lhes eram oferecidas.

Um dos casos mais emblemáticos e amplamente difundidos desse modelo de intervenção “empreendedora” e “catalisadora” foi a revitalização da região de Abandoibarra em Bilbao, com a marcante inauguração da filial do Museu Guggenheim em 1997⁵⁵. Uma extravagância arquitetônica – projetada por Frank Gehry a partir de complexos algoritmos matemáticos e muito titânio (proposta que chegou a ser refutada inicialmente pela poderosa Walt Disney em

⁵⁵ Conforme colocam Eric Swyngedouw, Frank Moulaert e Arantxa Rodriguez: “*The project aims to create a new directional center to lead economic regeneration in a declining industrial region/city; promote a postindustrial and international city, create a new economic structure, foster diversification of the urban sectoral mix, and support job creation in new and presumably dynamic and growth-oriented sectors such as culture and leisure*” (Swyngedouw, Moulaert, & Rodriguez, 2002).

Los Angeles⁵⁶) – capaz de lançar para o mundo e para as páginas dos livros e revistas especializadas, uma decadente e até então obscura cidade industrial encravada no nacionalista País Basco. Intervenção em que fica evidente a instrumentalização da cultura enquanto uma estratégia urbana global, ferramenta de *marketing* territorial voltada para a instituição de uma cidade tida como “dinâmica” e “criativa”. Um modelo de intervenção em que grandes equipamentos culturais são inscritos em projetos de desenvolvimento urbano e econômico, que muitas vezes passam ao largo das necessidades concretas das populações locais. Algo que reflete também uma mudança no papel desempenhado pelos próprios museus, que deixam de ser espaços apenas de exposição e ensino de práticas artísticas, para se transformarem em espaços para o desenvolvimento da cultura de massa e do espetáculo. Função em muitos casos otimizada pela criação de *clusters* de museus para facilitar a apropriação desses espaços pelo turismo e potencializar as modificações desejadas no entorno (Vivant, 2007).

O caso parisiense pode ser tomado como outro exemplo bastante profícuo do uso de grandes equipamentos culturais enquanto projetos “catalisadores” voltados para o desenvolvimento urbano/econômico/social da cidade. Os primeiros passos desse movimento foram dados no final da década de 1960 – de forma um tanto involuntária e desavisada – pelo governo de Georges Pompidou, com a idealização de um grande equipamento cultural a ser erguido no *Plateau Beaubourg*. A intervenção oficializada no ano de 1969 (logo após as revoltas estudantis ocorridas no ano anterior) pretendia inicialmente construir um novo centro cívico para promover a produção cultural francesa contemporânea e abrigar uma biblioteca pública para os moradores da cidade. Um reflexo do nacionalismo paternalista que foi marca de seu governo e realizado sob a batuta da mesma tecnocracia modernizadora que vinha transformando outras áreas da

⁵⁶ Conforme coloca Pedro Arantes: “A primeira grande tentativa de Frank Gehry de realizar uma fusão entre arquitetura e marketing deu-se no projeto do Walt Disney Concert Hall, no centro de Los Angeles. O projeto de Gehry, datado de 1988, pretendia se destacar radicalmente de seu entorno, cercado por imensas torres de escritório. Era uma dobradura irregular, em placas reluzentes de aço, como uma caixa encouraçada que fosse explodida pelo impacto de um bólido. O paradoxo visual residia na fluidez completa das formas recobertas por uma superfície dura, típica de blindagem militar. As junções complexas entre volumes e suas curvaturas dissimuladas eram, entretanto, um desafio construtivo que punha à prova o conhecimento da engenharia. O projeto foi considerado inexecutável pelas construtoras consultadas pela Disney, que suspendeu sua execução” (Arantes P. F., 2008)

cidade⁵⁷. No mesmo período foi realizada também a remoção do mercado de *Les Halles* (maior entreposto de alimentos frescos da cidade) para o novo mercado de *Rungis* na periferia, resultando na demolição completa de seus dez pavilhões de ferro fundido construídos no século XIX. Remoção que abriu espaço para a construção de um misto de jardim e centro comercial subterrâneo, associado a uma grande estação intermodal que reunia várias linhas de metrô e da nova rede de trens metropolitanos que estava sendo implantada (Bidou-Zachariasen, 2016). *Beaubourg* e *Les Halles* eram partes de um mesmo projeto que pretendia renovar a área central da cidade. Ambos foram amplamente atacados durante a sua construção por vários setores da sociedade civil, que já vinham se posicionando a favor de políticas preservacionistas e contra as grandes operações de renovação urbana recorrentes entre as décadas de 1950 e 1970 (Bidou-Zachariasen, 2016).

Mas enquanto a segunda intervenção seguiu sendo duramente criticada por décadas devido ao seu suposto “fracasso” arquitetônico e urbanístico – chegando ao ponto de ser demolida em um grande projeto de revitalização iniciado pela Prefeitura em 2011 – a primeira despertou o interesse da crítica especializada e em pouco tempo tornou-se uma das atrações mais visitadas da cidade e marca inconfundível em seu secular *skyline*. Para Otilia Arantes, muito de seu sucesso deve-se à potência assumida por seu desenho e decisões projetuais (inegavelmente revolucionárias frente aos padrões da então hegemônica arquitetura modernista francesa e de qualquer outra intervenção urbana que tenha sido feita nesse período), que conseguiram expressar em sua fachada pós-moderna e provocadora muitos dos desejos que tinham eclodido com as agitações culturais do final da década de 1960⁵⁸. Mas ele foi além disso. O Centro Pompidou foi projetado de forma a despertar a curiosidade do público sobre o que se passava em seu interior. Praticamente um chamariz de caráter

⁵⁷ Como os já citados exemplos de *La Defense*, *Front de Seine*, *Italie 13* ou da *Tour Montparnasse*.

⁵⁸ Ponto também ressaltado por Renzo Piano, um dos responsáveis pelo projeto ao lado de Richard Rogers e do engenheiro Peter Rice: “À Paris, le Centre Pompidou reste un bâtiment assez acrobatique, bon représentant de l’idée d’urbanité au début des années 1970. Nous n’avons utilisé que La moitié du site pour libérer une grande place publique et, surtout, l’architecture abandonne le terrain de l’intimidation pour préférer susciter l’émotion et la curiosité. En parodiant la technologie, le bâtiment donne à la culture une enveloppe moins traditionnelle, presque provocatrice. Beaubourg a su faire l’interprète d’un nouvel état d’esprit, canaliser l’appétit culturel de deux dernières décennies, en quoi nous avons gagné notre pari !” (Piano, 2005)

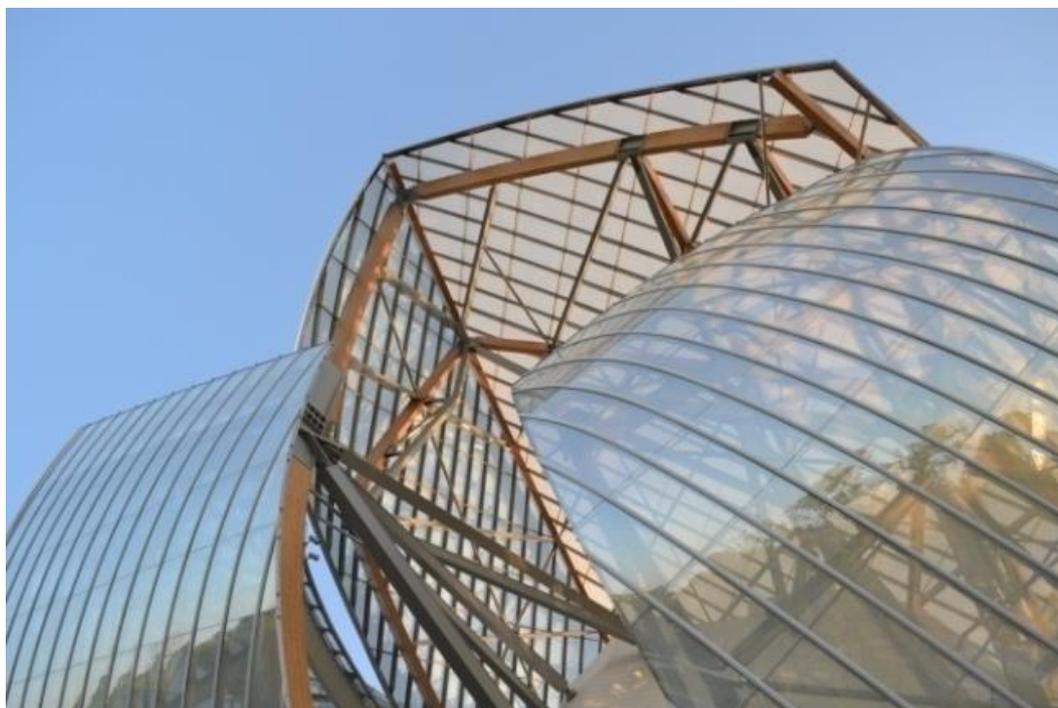
publicitário que tinha na excepcionalidade de seu projeto arquitetônico sua grande virtude (Arantes O., 2015). Ele passou a ser tratado como uma obra-de-arte em si mesma. Uma grande celebração à “alta cultura” que se encontrava depositada em suas galerias, mas com força suficiente para transcendê-la e ganhar vida própria em meio a um contexto econômico/político/social que estava em busca de novas referências estéticas e políticas. Uma edificação que talvez tenha mostrado ao mundo que a arquitetura podia ser uma boa ferramenta para efetivar o desejo de mudança que estava posto.

O governo de Giscard inaugurou a obra em 1977 e em seguida anunciou a construção de um novo grande museu para abrigar parte da coleção de arte moderna que se encontrava no Museu do Louvre. A inovação em relação ao projeto do *Beaubourg* ficou por conta do local escolhido para a implantação. Giscard se recusou a demolir a praticamente desativada *Gare d’Orsay*, determinando que o concurso deveria contemplar a renovação completa da edificação construída no final do século XIX. O resultado foi uma cenografia museológica monumental que fez uso da antiga ambiência ferroviária – mantendo o grande átrio onde estavam as plataformas de embarque enquanto principal área de circulação do museu – e da opulência de sua fachada preservada em todos os seus elementos originais. Essa iniciativa afirmou a viabilidade de renovar o uso de grandes equipamentos ou estruturas urbanas obsoletas para novos fins, inserindo-as nos novos fluxos econômicos e criando novas possibilidades de sentido. Incluindo-se nisso a apropriação da experiência museológica pelas lógicas do consumo e do entretenimento, em que as telas e esculturas dispostas nas galerias passaram a conviver com bistrôs sofisticados, livrarias especializadas, lojas com reproduções e itens exclusivos, além de terraços panorâmicos para observar a paisagem circundante quase como uma obra de arte à parte... Tudo isso ao lado da própria arquitetura do museu, que passa a ser concebida como um atrativo em si mesma.

Otilia Arantes coloca (talvez de forma um pouco exagerada) que a partir desse período deixou de ser tão óbvia a diferença entre um museu e um *shopping center* (Arantes O. , 2015). Mas não há dúvidas que a cidade e a arquitetura também se transformaram definitivamente em objetos de consumo,

potencializados pelo renovado interesse de determinados agentes pelas “experiências urbanas” que esse tipo de espaço passou a oferecer e proporcionar.

Figura 16 - Fachada do edifício-sede da Fundação Louis Vuitton em Paris. Projeto de Frank Gehry inaugurado em 2014



Fonte: Do autor (2015)

François Mitterrand entregou o museu em 1986 e ao longo de seus quatorze anos de governo investiu cifras significativas para dar prosseguimento à construção de inúmeros outros equipamentos culturais de grande porte, que intencionavam reproduzir a grandeza e o sucesso das experiências realizadas no Centro Pompidou e Museu d’Orsay. Iniciativas que procuravam inscrever no território as marcas de um projeto político que se pretendia progressista e transformador (fazendo jus ao primeiro governo socialista da Vª República Francesa) e apontava para a emergência de um projeto de desenvolvimento em que Economia, Cultura e Arquitetura (ou talvez Capital, Consumo e Espetáculo?) encontravam-se totalmente imbricados. Algo explícito pela emblemática frase – “A cultura é nosso petróleo!” – atribuída ao então Ministro da Cultura Jack Lang.

Esse movimento teve continuidade com a inauguração do Parque La Villette em 1987. Área verde construída sobre a região onde ficavam os antigos abatedouros da cidade, incorporando algumas das estruturas remanescentes e

envolvendo os canais de navegação que serviam as antigas fábricas dos arredores, contando com um projeto inovador do arquiteto e teórico Bernard Tschumi. O parque foi acompanhado por um grande museu voltado para a ciência e tecnologia, escolas de música, salas de espetáculo e salas de cinema. Em 1995 o projeto foi ampliado e inaugurada a Cidade da Música, sala de concerto projetada por Christian de Portzamparc. Nos anos seguintes foram entregues ainda o Instituto do Mundo Árabe (1989), a Ópera da Bastilha (1989), o Grande Arco de La Defense (1989) e o Grand Louvre (1993). Todas intervenções de destaque mas que procuravam se integrar à paisagem parisiense sem as destruições padrão “tábula rasa” que estiveram presente nas intervenções de caráter modernista ocorridas entre as décadas de 1950 e 1970, em geral se apropriando de espaços intersticiais deixados por áreas institucionais desativadas e fazendo com que os equipamentos construídos favorecessem novas dinâmicas econômicas e urbanas para recuperar o seu entorno e dinamizar a cidade como um todo⁵⁹.

Nos governos seguintes (independe das viradas ideológicas ocorridas) a construção de grandes equipamentos culturais seguiu sendo realizada. Em 1996 foi inaugurada por Jacques Chirac a nova sede da Biblioteca Nacional da França, projeto grandioso iniciado por François Mitterrand e articulado a um amplo processo para reurbanizar parte da região leste da cidade que até hoje ainda segue em curso⁶⁰. Em 2006 é inaugurado o museu etnográfico do Quai Branly e

⁵⁹ Algo que inevitavelmente potencializou processos de gentrificação e levou a expulsão direta e indireta da população de baixa renda devido à conseqüente valorização desses espaços. Anne Clerval cita o exemplo do *Faubourg Saint-Antoine*, importante pólo de oficinas de carpintaria e produção de móveis, que até a década de 1960 reunia grande quantidade de artesãos em edificações de baixa qualidade construídas nos séculos XVIII e XIX, que conjugavam moradia nos andares superiores e espaços de trabalho nos andares térreos e pátios internos. Ao longo da década de 1980 e 1990, os artesãos foram progressivamente sendo substituídos por arquitetos e artistas que se apropriaram e reformaram esses espaços para a instalação de seus ateliês. Com a inauguração da nova sede da Ópera de Paris em 1989, o *Faubourg Saint-Antoine* foi incorporado pelo novo *Quartier Bastille*, que seguiu nos anos seguintes se transformando em um bairro cada vez mais sofisticado e repleto de grifes, galerias de arte, editoras e livrarias (Clerval, 2008).

⁶⁰ O local escolhido para o projeto foi região de Bercy, que tornou-se no início do século XIX um importante entreposto comercial (principalmente de bebidas alcoólicas) da cidade de Paris, associado às várias linhas ferroviárias que cruzavam a região e ao cais localizado às margens do Rio Sena que corta a região. A reurbanização da margem direita começou a ser realizada na década de 1980 com a implantação de grandes equipamentos públicos como o Palácio Poliesportivo de Bercy (1984), Ministério da Economia e Finanças (1990) e o Parque de Bercy (1993). Desde então intervenções seguem sendo feitas nas redes de transporte público e uma série de investimentos privados foram ocorrendo ao longo dos anos, com a construção de hotéis de redes internacionais, lojas de departamentos, um centro comercial que se apropriou dos

em 2015 a nova sede da Filarmônica de Paris junto ao Parque La Villette, ambas com projetos sofisticados de projeção internacional e assinados pelo arquiteto Jean Nouvel⁶¹. As fundações privadas também entraram nesse jogo e não mediram esforços para reforçar sua presença na cidade (e conseqüentemente no cenário global) através de projetos arquitetônicos que dessem destaque para seus centros culturais. Foi o caso da sede da Fundação Cartier inaugurada em 1994 e projetada por Jean Nouvel, além da sede da Fundação Louis Vuitton que abriu as portas em 2014 em um belo e imponente edifício projetado por Frank Ghery junto ao *Bois de Boulogne*.

Esse retrospecto ilustra a formação de uma série de arranjos discursivos – Cidade-Cultura, Cidade-Empreendimento, Arquitetura-Cultura, Globalização-Cidade, Inovação-Arquitetura, Cultura-Desenvolvimento – que foram dando forma a um novo Dizer-Cidade, alinhado ao regime de acumulação flexível e às forças políticas que se consolidavam nas décadas de 1980 e 1990, servindo também para demarcar posições discursivas em um contexto social que se dizia em transição. Qualquer semelhança com o ocorrido no início da Era Moderna não me parecem mera coincidência. Diria que é esse o cerne do processo que procurei nomear no início deste texto como um “novo ciclo de valorização da cidade enquanto estratégia de reprodução social”. Nos tempos de Haussmann tratava-se de produzir cenografias urbanas para uma emergente burguesia industrial se realizar enquanto classe hegemônica. Nos tempos de François Mitterrand na França ou de Tony Blair na Inglaterra foi a vez de uma nova classe média dita

antigos armazéns portuários, além da nova sede da icônica Cinemateca Francesa. Em 1991 é aprovada *ZAC Rive Gauche*, segunda maior operação urbana da história da cidade de Paris, voltada para a reurbanização da margem esquerda da região. Desde então vem sendo feitas inúmeras intervenções no sistema viário, reformas nas estações de trem e metrô, a implantação do campus da Universidade Paris VII (2006) com a incorporação das estruturas fabris remanescentes, a inauguração da Cidade da Moda e do Design (2012), além de inúmeras empreendimentos comerciais e residenciais, alguns com assinatura de arquitetos como Norman Foster e Christian de Portzamparc. Ressaltando que as novas edificações procuraram seguir os gabaritos do bairro e reproduzir uma urbanidade tida como “tradicional” (com comércio nos andares térreos, diversidade de usos, praças e largos, etc) com uma roupagem pós-moderna expressa nas fachadas extravagantes.

⁶¹ Ao lado das grandes intervenções implementadas pelo Estado Francês, a Prefeitura de Paris também promoveu uma série de políticas complementares com esse mesmo perfil, particularmente durante os governos socialistas de Bertrand Delanoë (2001-2014) e Anne Hidalgo (2014-atual). Cabe citar a criação da *Nuit Blanche* (grande evento anual de arte pública), a gratuidade dos museus municipais, o sistema de aluguel público de bicicletas Velib', linhas de trem de superfície, medidas antipoluição, além de duas candidaturas para sediar os Jogos Olímpicos de Verão.

pós-industrial usar Cidade enquanto estratégia para afirmar suas aspirações sociais.

Esse processo que envolveu a incorporação contemporânea de elementos arquitetônicos e urbanísticos resgatados dos séculos XVIII e XIX, agora reconstituídos e ressignificados frente aos novos desejos e reinseridos em novas dinâmicas econômicas e sociais. Elementos que passaram a ser utilizados para recompor paisagens urbanas que acionavam como referência uma espécie de urbanidade – considerada mais legítima, originária, orgânica, humana – supostamente apagada pela frieza projetual do Movimento Moderno que reinou no ínterim entre esses dois momentos.

Para Otilia Arantes, a implementação dessa “máquina cultural de crescimento” (desenvolvida com muita consistência pelo governo socialista francês mas também por tantos outros) aos poucos foi deixando evidente o processo de substituição do “Estado Social” característico do período fordista por um “Estado Empresário” associado ao novo regime. Processo em que o segundo se alimentava da inevitável corrosão do primeiro (Arantes O. , 2002). Essa passagem teve inúmeras implicações. Uma das mais significativas foi a transformação qualitativa na relação entre Estado e Capital. O Estado deixa de operar reconhecendo as contradições inerentes ao processo de acumulação e estabelecendo mecanismos (mesmo que de forma limitada) para distribuir os ganhos sob a forma de políticas redistributivas, para passar a estimular a atuação das forças do mercado sob condições que favoreçam apenas aqueles que têm a possibilidade de se engajar nesses processos de forma direta ou indireta. Os efeitos multiplicadores gerados por essas intervenções até podem ajudar a dinamizar as áreas onde são implementadas. Mas cabe reconhecer que esse dinamismo atrai mas também afasta, além de não possuir força suficiente para disseminar seus efeitos para as áreas que estejam além do perímetro estabelecido para as intervenções.

Esses investimentos “localizados” e “catalisadores” capitalizaram as possibilidades de ação de certos segmentos da estrutura social, mas também precarizaram (muitas vezes de forma premeditada) grande parte da classe operária que já vinha sendo atingida diretamente pelos processos de

desindustrialização que marcaram as décadas de 1970 e 1980 nos países centrais. Como ressalta David Harvey, o capitalismo contemporâneo – mesmo com todas as promessas de prosperidade contidas no ideário neoliberal que alimentou grande parte desses processos – seguiu produzindo desigualdades e dependendo delas para se reproduzir (Harvey, 2007).

Por isso é importante ressaltar que a vontade de superar o Movimento Moderno – algo contido na nova arquitetura que ganhou força nesse período – não deve ser compreendida apenas como um desejo estético ou algo circunscrito ao campo da arquitetura, do urbanismo ou do planejamento urbano. Ela é parte de um arranjo mais complexo onde estava prenunciada a afirmação de uma nova relação de forças econômicas/políticas/sociológicas, que começou a se organizar de forma relativamente espontânea e transgressora, mas acabou institucionalizada de forma bastante efetiva durante as décadas de 1980 e 1990. Como bem coloca Pedro Arantes, a arquitetura nunca procurou disfarçar as suas alianças com os setores dominantes e os pólos mais dinâmicos e prósperos da economia (Arantes, P. F., 2008)⁶². O grande capital estava em busca de novas possibilidades para se reproduzir e encontrou nesse “novo consenso urbanístico” um terreno fértil para reverter a crise de sobre-acumulação que tinha se conformado na década de 1970. Essa é a tese defendida por autores como David Harvey e Neil Smith. Contexto em que o uso da Arquitetura e da Cultura – transmutadas como parte desse novo Dizer-Cidade – se apresentava enquanto uma estratégia revolucionária em suas propostas de intervenção sobre o espaço urbano, mas ao mesmo tempo não fazia muita questão de disfarçar os imperativos políticos e econômicos aos quais tinha escolhido se subjugar.

O caso londrino é outro exemplo significativo para compreender a relação desse novo “consenso urbanístico” com as dinâmicas econômicas e políticas

⁶² Creio pertinente reproduzir as considerações de Pedro Arantes sobre a relação da arquitetura contemporânea com as formas de reprodução do capital: “(...) a associação histórica da arquitetura sempre foi com os donos do poder e do dinheiro, sobretudo com a propriedade privada, da terra e do capital. Existe uma tendência da arquitetura em se apegar às rendas e não aos lucros, dada sua fixidez e seu custo elevado. É quase uma “fatalidade” da sua natureza: ela reitera o fundiário e o financeiro, mesmo que não o faça voluntariamente. Por ser um bem único, sempre detém alguma renda de monopólio. Na arquitetura moderna, havia uma contratendência que procurava minimizar o poder da renda e das finanças, associando-se aos setores produtivos e governos nacionais modernizadores, mas na era da mundialização financeira não há mais nenhuma força que contrarie esse poder” (Arantes P. F., 2008, p. 177).

presentes no cenário global nas décadas de 1980 e 1990. O primeiro grande marco desse processo no outro lado do Canal da Mancha foi o projeto de reurbanização proposto para a região das *Docklands*, durante o governo conservador de Margaret Thatcher (1979-1990). Uma área de urbanização secular, ocupada até meados do século XX pelas estruturas portuárias da cidade e suas atividades complementares. O processo de revitalização começou a ser realizado pela região da *Isle of Dogs* em 1988, que se transformou rapidamente no principal distrito financeiro do continente europeu, abrigando sedes de grandes conglomerados como *HSBC*, *Citigroup*, *Barclays*, *JP Morgan*, *Credit Suisse*, *Merrill Lynch*, *Morgan Stanley*, *MasterCard*, *Lehman Brothers* e tantos outros. Uma dinâmica de ocupação que esteve diretamente articulada à centralidade assumida pela capital inglesa (e pelo projeto neoliberal de Margaret Thatcher) na condução do processo de expansão do capitalismo financeiro e globalizado a partir da década 1970⁶³.

As edificações não precisavam seguir nenhum padrão construtivo ou tipológico determinado previamente – devido ao interesse em se afastar de qualquer planejamento normativo que lembrasse as intervenções estatais realizadas no pós-guerra – e os incorporadores tinham plena liberdade para projetar cada empreendimento sem se preocupar com o conjunto urbanístico formado ou com as implicações sociais das escolhas que estavam sendo tomadas (Butler, 2007). Um urbanismo que apostava na racionalidade do mercado e tinha as escolhas individuais de seus possíveis consumidores como referência.

O resultado obtido por esse “urbanismo liberal” na região, ironicamente, resultou em uma monótona uniformidade que procurava reproduzir a arquitetura “afluente” de outros espaços globalizados ligados ao emergente capital financeiro. Os prédios corporativos se resumiram a grandes torres envidraçadas (as três maiores do Reino Unido na época foram construídas lá) implantadas principalmente em *Canary Wharf*, constituindo um imponente conjunto arquitetônico que passou a se destacar no *skyline* da cidade. Os prédios

⁶³ Para uma discussão mais detalhada sobre tema ver as discussões de Rosa Marques e Paulo Nakatani (Marques & Nakatani, 2009) e de François Chesnais (Chesnais, 2005) sobre os processos de financeirização da economia capitalista.

residenciais adotaram a forma de condomínios fechados, que resguardavam a privacidade de seus moradores através de barreiras físicas (grades, portões, câmeras de segurança, portarias vigiadas, etc) e incorporavam as margens do Rio Tâmisa e a paisagem envolvente como atrativo diferencial. Nas regiões de *Surrey Quays* e *Royal Docks* (cuja urbanização começou em seguida e ocorreu de forma mais lenta) os condomínios residenciais seguiram esse mesmo padrão centrado na exclusividade, mas apostando em densidades menores que buscavam reproduzir a atmosfera bucólica e a arquitetura das pequenas cidades britânicas em meio à uma das maiores metrópoles do continente europeu (Butler, 2007; Butler & Robson, 2003)⁶⁴. Pouco foi efetivamente preservado das edificações pré-existentes ao projeto de revitalização da área. Mas no plano simbólico foram incorporadas uma série de marcas à cenografia urbana criada e apropriados pelos novos usos lá foram instalados. As reminiscências da antiga atividade portuária ficaram presentes na nomenclatura dos logradouros (*docks, wharf, quays*) e na preservação de alguns elementos arquitetônicos cuidadosamente integrados ao paisagismo dos novos empreendimentos. São exemplos disso as guas portuárias transformadas em mobiliário urbano, os píeres de atracação incorporados aos passeios públicos, além dos canais de navegação que passaram a ser usados para a prática de esportes náuticos.

O projeto de reurbanização das *Docklands* foi representativo das diretrizes assumidas pelas políticas urbanas implementadas durante os governos conservadores de Margaret Thatcher (1979-1990) e John Major (1990-1997). Ambos defendiam o protagonismo do setor privado e apostavam na sua capacidade para criar novas dinâmicas urbanas através dos efeitos multiplicadores gerados pelos novos empreendimentos sobre a economia local. Com isso as questões urbanas eram tratadas unicamente sob o ponto de vista econômico e fundiário (Colomb, 2006). A preferência dada ao setor privado levou também à privatização de grande parte do parque de habitação social controlado pelo governo, contribuindo para a degradação dos bairros populares da cidade e

⁶⁴ Vale ressaltar que as *Docklands* receberam vários investimentos públicos e privados importantes, que mantiveram a região como uma das principais frentes de expansão para o capital imobiliário na cidade. Como exemplo temos a construção do *Millennium Dome* (1999) projetado por Richard Rogers e que se tornou um dos principais centros de eventos e espetáculos da cidade, além da *Royal Victoria Dock Bridge* (1998) e da recente *Emirates Air Line* (2012) fazendo a conexão via teleférico entre as duas margens do Rio Tamisa.

sua crescente estigmatização. Algo que parecia não incomodar os conservadores, que por motivações ideológicas se recusavam a promover qualquer tipo de assistencialismo voltado para a classe trabalhadora urbana e se mostravam mais interessados em investir no interior do país (Colomb, 2006)⁶⁵.

Com o início do governo trabalhista de Tony Blair (1997-2007) vieram novas perspectivas que representaram uma virada importante no âmbito das políticas urbanas e sociais. Claire Colomb aponta que o governo trabalhista construiu uma agenda em que as metrópoles foram colocadas como protagonistas de um novo projeto de desenvolvimento, centrado na ampliação da competitividade do país e sua inserção em uma economia globalizada dominada pelo terciário avançado e pela indústria do conhecimento. O governo instituiu uma série de medidas que visavam atrair a população para os grandes centros, revitalizar os bairros populares como forma de luta contra a exclusão social, criar novas alternativas econômicas ligadas a áreas emergentes do capitalismo, reforçar as instâncias locais e comunitárias de decisão, além de promover uma renovação física e estética ampla das cidades a partir de intervenções urbanísticas inovadoras. Esse projeto reflete a postura ideológica adotada pelo “*New Labour*” de Tony Blair, tendo como princípios a transformação das políticas tradicionais de assistência social (*welfare state*) em políticas de incentivo ao trabalho (*welfare to work*) e o empoderamento dos cidadãos em diversos domínios (Colomb, 2006). Em suma, uma política de Estado que se colocava como atuante na diminuição da exclusão social e na inserção da economia país em um mundo globalizado e competitivo, sem negar as forças do mercado.

No caso do Reino Unido isso resultou na proposta de uma ampla política de desenvolvimento econômico e social nomeada de “Renascimento Urbano”. Essa iniciativa deixa evidente a centralidade assumida pelo Dizer-Cidade no projeto político e econômico que estava sendo defendido. Talvez (em uma interpretação bastante especulativa sobre essa centralidade) seja possível conjectura que o Dizer-Cidade foi tomado como uma inevitável necessidade frente ao cenário econômico que vinha tomando forma. Mas uma necessidade que era o

⁶⁵ Na área central, uma das poucas obras arquitetônicas de destaque construídas nesse período foi *Lloyd's Building* (1986), projetado por Richard Rogers a partir dos mesmos conceitos que tinham sido adotados na construção Centro George Pompidou na década anterior.

desejo de muitos e possivelmente tenha sido envolvida pelo sentimento de mudança provocado pelo fim de quase vinte anos de governos conservadores. Algo semelhante ao ocorrido na França com a ascensão de François Mitterrand. Com isso o velho provérbio medieval – “O ar da cidade liberta” – talvez tenha ganhado uma nova roupagem que procurou assumir a Cidade em todas as suas possibilidades de potência e colocá-la na linha de frente de um projeto de “revitalização” que pretendia ir muito além da dimensão urbanística. Em 1998 o governo nomeou um grupo de trabalho presidido pelo influente arquiteto Richard Rogers (praticamente em uma reedição das Comissões Reais que dedicavam aos problemas urbanos do século XIX) que apresentou no ano seguinte um relatório intitulado “*Towards an Urban Renaissance*”, buscando identificar as “causas do declínio urbano na Inglaterra” e recomendar soluções práticas para reverter esse quadro (Urban Task Force, 1999). O tom adotado por Richard Rogers e sua equipe ecoa muitas das considerações feitas por teóricos como Manuel Castels e Jordi Borja e estava plenamente alinhado aos debates travados nas décadas de 1980 e 1990.

O relatório apresentado pela *Urban Task Force* começa com suas críticas (nem sempre explícitas) ao urbanismo funcionalista que teria “espoliado” as cidades inglesas, a partir de um desenho urbano pobre, dispersão econômica e polarização social. As soluções para reverter esse quadro davam uma grande importância ao desenho urbano como ferramenta de transformação. São feitas recomendações a favor da integração dos novos empreendimentos com o seu entorno, de uma ocupação que incentivasse a diversidade e a presença de diferentes usos nas edificações, da promoção da diversidade e da mistura de grupos sociais no território, do resguardo e respeito às tradições locais, além da criação de espaços de encontro e de um sistema de transporte público eficiente (Urban Task Force, 1999). Em vários momentos é feita menção à necessidade de mudar a “cultura do planejamento” de forma a estabelecer regimes urbanos mais flexíveis – ressaltando a importância de produzir espaços que facilitem usos variados e que possam ser adaptados às novas funcionalidades sempre que necessário – e envolver a participação da população local nos processos de

tomada de decisão⁶⁶. Associado a isso é defendida também a criação de “áreas prioritárias” para investimento a serem repassadas para a iniciativa privada. Ao falar da necessidade de rever as formas de financiamento, as recomendações da *Urban Task Force* citam a importância de integrar os investimentos públicos e privados, criando fundos públicos que favoreçam a manutenção dos investimentos à longo prazo e a adoção de iniciativas que facilitem a atuação dos empreendedores (incentivos fiscais, aquisição de terras) ou a formação das Parcerias Público-Privadas para desenvolver os projetos propostos (Urban Task Force, 1999).

Figura 17 - Área “revitalizada” nos arredores do *London Bridge Station*, área central da cidade de Londres



Fonte: Do autor (2015)

É importante reconhecer que essas propostas representaram avanços significativos em relação ao início do processo de urbanização das *Docklands*,

⁶⁶ O seguinte trecho reforça a desconfiança em relação à “dureza” do planejamento tradicional: “*The land use planning system could play a vital part in securing positive change in our towns and cities. At present, it is not attuned to the complexity and diversity of the urban condition. It often takes too long to reach decisions and there is too great an emphasis on controlling development. We need urban planning arrangements that are more coherent, more streamlined and more actively committed to making things happen*” (Urban Task Force, 1999).

onde o individualismo exacerbado dos conservadores passou a ser contrabalanceado no plano discursivo pelos ideais da “comunidade local”, do “espaço público” ou da “vida cultural”. Mas isso não evitou que intervenções similares seguissem sendo realizadas em diversas regiões da cidade como *Vauxhall*, *Battersea* ou *Elephant and Castell*. Esta última envolvendo, em 2011, a demolição do imponente conjunto habitacional modernista de *Heygate State* – e a conseqüente expulsão de seus mais de 3000 moradores de baixa renda – em uma operação repleta de polêmicas e claramente marcada pelo interesse do poder público em gentrificar a área. Tim Butler ressalta que até o prefeito trabalhista Ken Livingstone (2000-2008) – tido com um representante da ala mais ortodoxa de seu partido – posicionou-se a favor de intervenções similares às *Docklands* como a única forma sustentável para manter o crescimento da cidade e assegurar a sua posição no cenário global (Butler, 2007). Esse tipo de posicionamento fez com que Londres seguisse reforçando seu posto de “pólo financeiro global” e ficasse marcada nos últimos trinta anos pela abertura de inúmeras frentes para a atuação do setor imobiliário e a conseqüente multiplicação de novos redutos residenciais e corporativos voltados tanto para a classe média quanto para a classe alta⁶⁷.

As intervenções associadas aos fluxos do grande capital corporativo também foram acompanhadas pela “revitalização” de diversos espaços da região central da cidade. Exemplos conhecidos são as áreas do *Soho* e de *Convent Garden*, transformadas em pólos de consumo e entretenimento e ocupadas por profissionais liberais de classe média desde a década de 1970. Outro bom exemplo desse processo foram as inúmeras intervenções realizadas entre 1990 e 2000 no entorno da *London Bridge Station*. Em 1997 houve a reconstrução do *Globe Theater* de William Shakespeare, em 2000 a inauguração da galeria de arte *Tate Modern* em uma antiga usina de força e com projeto de Herzog & Meuren, além da construção em 2012 da nova sede da Prefeitura de Londres projetada por Norman Foster. Nos últimos anos houve também a transformação do *Borough Market* em um pólo gastronômico sofisticado, além da construção do

⁶⁷ Processo intensificado por mudanças que foram sendo realizadas nas normas urbanísticas desde a década de 2000, para flexibilizar as restrições à construção de edifícios de grande altura. Manuel Appert ressalta que entre 2007 e 2008 foram aprovadas a construção de 44 torres com mais de 100 metros de altura na cidade (Appert, 2008).

The Shard – o atual edifício mais alto da Europa – projetado por Renzo Piano e integrado a uma grande estação multimodal de transporte público. Ao lado dessas intervenções foram preservadas inúmeras edificações que serviam a antiga atividade portuária desenvolvida na área, agora transformadas numa asséptica cenografia urbana – rústica porém sofisticada – voltada para a indústria do turismo. Esse exemplo demonstra que a cidade seguiu reproduzindo as mesmas tendências que já vinham sendo verificadas em inúmeros outros países da Europa e reproduzindo os mesmo elementos arquitetônicos que passaram a fazer parte do arcabouço do “novo consenso urbanístico” que se constituía. O exemplo da cidade de Londres permite também agregar alguns outros arranjos discursivos – Cidade-Finança, Arquitetura-Mercado, Cidade-Neoliberalismo, Revitalização-Globalização, Cidade-Skyline, Mercado-Revitalização – que também passaram a compor as possibilidades desse novo Dizer-Cidade.

Figura 18 - Lloyd's Buiding (Richard Rogers), 30 St Mary Axe (Norman Foster), The Shard (Renzo Piano)



Fonte: Do autor (2015)

Os casos de Londres e Paris são relevantes, pois ilustram diferentes facetas desse “ímpeto empreendedor” que tomou conta dos gestores públicos dos países centrais durante as décadas de 1980 e 1990. A primeira apostando na força do capital privado para assumir o seu protagonismo como “capital europeia das finanças”, a segunda dispensando cifras consideráveis dos orçamentos públicos na construção de museus e centros culturais para consolidar sua posição

como “capital européia da cultura”. Em ambas fica evidente o uso consciente da Cidade enquanto estratégia para se projetar no cenário internacional e consolidar uma posição de destaque em meio aos fluxos de capital e investimento. Mas o teor das intervenções urbanas realizadas deixa transparecer também o desejo de superar uma condição urbana que não interessava às forças políticas que tomaram a frente dessa virada ocorrida nas décadas de 1980 e 1990.

É importante lembrar que nos dois casos esse processo teve início com intervenções experimentais realizadas por governos conservadores (o Centro George Pompidou e as Docklands) mas só foi atingir o seu ápice durante governos de partidos de centro-esquerda que exploraram ao máximo esse modelo de intervenção. Isso ressalta a importância de considerar a dimensão política que esteve envolvida na constituição desse “novo consenso urbanístico” e os ajustes que foram transformando a “abordagem empreendedora” ao longo do tempo. Nesse processo há que reconhecer avanços importantes, particularmente no que tange ao reconhecimento da exclusão social e da segregação urbana como problemas a serem combatidos, ou da valorização de formas coletivas de ação e das estruturas locais de decisão. Algo que sempre foi negado pelos conservadores. Mas cabe lembrar que tanto o Partido Socialista na França e quanto o Partido Trabalhista na Inglaterra, não fizeram nenhuma questão de se contrapor ao avanço das forças econômicas e do ideário neoliberal que sustentavam o “regime de acumulação flexível” do qual fala David Harvey. O mesmo pode ser dito sobre o suporte dado pelo Partido Socialista da Catalunha às intervenções urbanas realizadas para os Jogos Olímpicos de Verão de 1992 em Barcelona, pelo Partido Socialista português à organização da Exposição Mundial de 1998 em Lisboa e assim por diante. Intervenções que estiveram marcadas por processos (em muitos casos violentos) de gentrificação que promoveram a expulsão de um grande número de famílias de baixa renda desses espaços “revitalizados” e sua crescente elitização.

Essa relação entre a “nova esquerda européia” e o avanço de “regime de acumulação flexível” pode soar conflituosa para muitos, mas a superação dessa (aparente) contradição deve ser compreendida como a formação de um novo arranjo entre forças hegemônicas, que souberam articular seus interesses e impor

um novo modelo de desenvolvimento para o mundo capitalista. Um arranjo inegavelmente mais frágil em termos de estabilidade econômica e social que o “pacto fordista”, mas marcado por muitas promessas. Uma das expressões mais bem acabadas desse processo foi o conjunto de intervenções urbanas que tomou conta da Europa Ocidental durante a década de 1990. Uma época marcada por uma mescla de delírio e desatino, motivado pelo avanço tecnológico sem precedentes, da mobilidade aparentemente ilimitada gerada pela globalização, da possibilidade de multiplicação instantânea de capital no mercado financeiro, por cidades coloridas e festivas, por um novo mundo do trabalho mais flexível e cosmopolita, ou pelo espetáculo da cultura de massas e dos grandes eventos internacionais. Um contexto em que os governos da “terceira via” socialdemocrata conseguiram fortalecer suas bases, ao direcionar os fluxos de capital – que contavam com uma liquidez sem precedentes gerada pelo processo de financeirização da economia capitalista – para a produção de espaços e experiências que atendessem aos anseios por mudança manifestos pela classe média que tomou as ruas nas décadas de 1960 e 1970. Uma hegemonia que se concretizou atravessada e possibilitada por esse “novo consenso urbanístico” e a pela gramática de elementos discursivos que se constituiu com ele.

Esse processo resultou em um novo ciclo de reurbanização que transformou de forma significativa o uso dos espaços das grandes cidades européias durante as últimas décadas do século XX, acompanhado por inovações importantes em termos de desenho urbano e da forma arquitetônica. Mudanças realizadas a partir da adoção de modelos de planejamento “catalisadores”, “flexíveis”, “empreendedores”, “estratégicos”... Conforme bem ilustrado pelos exemplos de Paris e Londres. Hoje é possível encontrar antigas áreas centrais “revitalizadas” em cidades como Londres, Paris, Bilbao, Rotterdam, Lisboa, Barcelona, Sevilha, Dublin, Amsterdam, Liverpool, Helsinki, Berlim, Cardiff e assim por diante. A abrangência desses novos modelos de planejamento urbano é inegável, mas a complexidade das forças econômicas/políticas/sociais que estiveram envolvidas não pode ser esquecida. Neil Smith nos diz que essas políticas de “regeneração urbanas” sempre deixaram bem claro o tipo de atividade e o perfil dos moradores que deveriam “voltar” para dar uma “nova vida” para as áreas centrais, zonas portuárias, bairros históricos e afins: a classe média e a

classe alta (Smith, 2006). Frente a isso cabe fazer uma rápida reflexão sobre os segmentos sociais que deram suporte a esse processo.

EM BUSCA DA CIDADE PERDIDA

Até o momento minha discussão procurou mostrar que o surgimento desse “novo consenso urbanístico” esteve diretamente atravessado por forças de ordem política e econômica. A passagem da “abordagem administrativa” para a “abordagem empreendedora” envolveu a necessidade de ajustar o papel do poder público e das instâncias de planejamento urbano frente a um regime de acumulação que se reestruturava e a um cenário político que se renovava. Havia uma nova economia e uma nova política que precisavam ser ditas e um novo Dizer-Cidade foi se constituindo como parte desse processo. Mas gostaria de colocar um terceiro aspecto ao lado dessas duas dimensões, que considero de suma importância para compreender a potência assumida por essa virada. Me refiro à dimensão sociológica e às transformações ocorridas na estrutura social dos países centrais do capitalismo ao longo da segunda metade do século XX.

Diversos autores defendem que esse período ficou marcado pela emergência de um novo segmento social, que parecia não se encaixar em nenhum dos dois pólos hegemônicos – a classe operária e a classe dirigente – formados durante o processo de industrialização que marcou a consolidação da modernidade no mundo capitalista. Eles foram nomeados – em diferentes momentos e com diferentes aportes conceituais – pela sociologia inglesa de *service class*, pela sociologia francesa de *nouvelle classe moyenne*, pela sociologia americana de *creative class*⁶⁸. Um grupo diverso em termos de sua origem social mas que mantinha algumas regularidades em termos de inserção no mundo do trabalho, motivações políticas, estilos de vida, práticas de sociabilidade, além de uma relação *sui generis* com o fenômeno urbano.

Essa relação com o fenômeno urbano foi a base sobre a qual se constituiu o segundo arranjo discursivo que pretendo acionar para compreender a força assumida por esse “novo consenso urbanístico” do qual falei anteriormente.

⁶⁸ Como autores de referência, posso citar John Goldthorpe e Mike Savage para o caso inglês, Catherine Bidou-Zachariasen e Jean Yves-Authier para o caso francês, Richard Florida e David Ley para o caso da América do Norte.

Falo da emergência de um sentimento de “revalorização das áreas centrais”, que esteve presente na constituição das estratégias de ação de um conjunto amplo e diverso de agentes, que buscavam reconstituir suas identidades em meio a um contexto de agitação cultural e transformação social. Diria que eles se mobilizaram em um primeiro momento (a referida geração que tomou as ruas nas décadas de 1960 e 1970) para criar novas possibilidades de sentido, permitindo enunciações-outras que desestabilizassem a dureza do regime fordista e suas normatizações através de uma inserção diferenciada na vida pública e no espaço urbano. Esse fenômeno foi complexo e seu reconhecimento segue até os dias de hoje repleto de controvérsias. A mais pertinente delas talvez se refira ao teor das reverberações que resultaram dos movimentos contraculturais desse período.

Quem ganhou com a revolução cultural do Movimento Hippie ou com a desobediência civil do Maio de 1968? Não pretendo responder diretamente a essa pergunta, mas é importante que ela esteja posta. Posso adiantar que ambos os eventos estiveram associados ao surgimento de um novo protagonismo (inclusive demográfico) de setores da classe média, que procuraram reconstituir as hierarquias sociais herdadas do processo de industrialização e consolidadas das décadas que seguiram ao pós-guerra. Com isso a classe operária organizada perdeu muito do espaço (econômico, político, simbólico) que tinha sido conquistado à duras penas desde meados do século XIX. O mesmo pode ser dito sobre a elite burocrática do Estado que teve sua tecnocracia e seu racionalismo amplamente questionados por esses movimentos emergentes. Ressaltando que os “patrões da indústria” também diminuíram a sua importância devido às reestruturações que abriram espaço para uma nova elite econômica associada ao terciário avançado. Muitos desses questionamentos dirigidos às instâncias formadoras do pacto fordista, estiveram atravessados por iniciativas que buscaram experimentar novos modos de vida e produzir novas formulações discursivas, que envolviam o desejo por uma nova forma urbana e por uma nova vida urbana. Esses desejos contribuíram de forma significativa para a constituição desse novo Dizer-Cidade que está sendo discutido.

A França foi um país onde esse fenômeno se manifestou de forma bastante evidente. Catherine Bidou-Zachariasen foi uma das primeiras

pesquisadoras a estudá-lo de forma sistemática e a partir de um viés sociológico que procurou enfatizar sua relação com transformações ocorridas na estrutura social e não apenas nas estratégias de reprodução do capital. A consolidação do *Welfare State* ocorrida após o fim da Segunda Guerra Mundial permitiu uma melhora generalizada na qualidade de vida das famílias e um aumento no nível médio de escolaridade da população. Isso foi acompanhado por transformações na estrutura do mercado de trabalho que podem ser resumidas a duas grandes tendências. A primeira é relativa a um aumento progressivo do número de postos de alta escolaridade em setores não-produtivos do setor público, particularmente em áreas ligadas à prestação de serviços como educação, saúde, assistência social ou cultura⁶⁹. A segunda se refere ao aumento da quantidade relativa e absoluta de empregos (com vários níveis de qualificação) no setor terciário (Bidou-Zachariassen, 1984).

Várias ocupações de nível superior – publicidade, informática, *design*, relações públicas, arquitetura, *marketing*, tecnologia – tiveram um papel importante nesse processo. Na outra ponta desse cenário a classe operária diminuiu seu peso estrutural na sociedade francesa pela primeira vez na história moderna do país (Bidou-Zachariassen, 1984). Os dados dos censos populacionais realizados entre 1954 e 1982 confirmam essa direção. O percentual de empregados em postos de comando e alta qualificação aumentou de 2,9% para 7,7%⁷⁰. Nos setores intermediários o percentual subiu de 5,8% para 13,8%⁷¹. Nos postos de baixa qualificação⁷² o percentual passou de 10,8% para 19,9%. Ao longo desse período o número relativo de operários manteve-se estável mas sinalizando para uma tendência de queda no final: 33,8% em 1954, 37,7% em 1975, 35,1% em 1982⁷³. No setor agrícola a queda foi evidente: de 26,7% em 1954 para 7,5% em 1982 (Hélène-Bacqué & Vermeersch, 2007). Dados mais recentes apresentados por Louis Chauvel indicam que essas tendências seguiram presentes no recenseamento realizado no ano 2000. O número de empregados

⁶⁹ A autora coloca que entre 1954 e 1975 o número de professores e pesquisadores quadruplicou e o de profissionais de saúde e assistência social triplicou.

⁷⁰ No termo original usado pelos censos populacionais franceses: *Professions Libérales Et Cadres Supérieurs* depois atualizado para *Cadres Et Professions Intellectuelles Supérieures*.

⁷¹ No termo original *Cadres Moyens* depois atualizado para *Professions Intermédiaires*.

⁷² No termo original *Employés*.

⁷³ No termo original *Ouvriers*.

de baixa qualificação no setor terciário (29,9%) tinha superado o número de operários (27,9%) e o número de empregados nos setores intermediários chegou a 19,9% do total da população francesa (Chauvel, 2001). Esses dados reforçam as teses que vinham diagnosticando a formação de um capitalismo cada vez mais urbanizado e assentado sobre o setor terciário. Mas essa passagem esteve longe de representar um movimento “natural” ou “inevitável” como defendido por muitos. O tópico anterior procurou demonstrar que havia um interesse explícito dos agentes econômicos e políticos em fazer com que essa passagem acontecesse. A “nova classe média” foi um aliado importante para isso.

Os autores acima citados apontam que o crescimento desses setores intermediários foi alvo de um intenso debate acadêmico durante as décadas de 1970 e 1980. Alguns setores das ciências sociais interpretaram esse crescimento como parte de aumento generalizado no nível de vida da população, expressão dos bons resultados gerados pelo regime fordista e sua conseqüente superação (Bidou-Zachariassen, 2003). Os defensores dessa tese tomavam os “trinta anos gloriosos” de estabilidade econômica e bons níveis de produtividade, como um período que teria gerado uma sociedade marcada por uma baixa desigualdade em termos de renda e por uma homogeneização das práticas sociais decorrentes da universalização do acesso aos bens de consumo (Bidou-Zachariassen, 2003).

Essa interpretação ficou conhecida como a tese da “*moyennisation*” e apontaria para o fim da importância da “classe social” como categoria explicativa relevante para compreender as contradições da sociedade capitalista, pois todos estariam em vias de acessar um padrão médio de vida que teria diluído as diferenças econômicas e culturais entre os diferentes segmentos da estrutura social. Essa posição encontrou eco nas teorias de Alain Touraine sobre a “sociedade pós-industrial” e os “novos movimentos sociais” que também negavam a centralidade do conflito de classe em nome de um deslocamento da questão social para o problema da exclusão⁷⁴. Para o autor interessava discutir quem está “dentro” e quem está “fora” desse sistema (não mais quem está “em cima” e “em baixo”) a partir de outros recortes como a questão racial ou a questão da precariedade (Bidou-Zachariassen, 2003). Após as violentas revoltas populares

⁷⁴ Essa linha tem como uma de suas principais referências o livro “A sociedade pós-industrial” de Alain Touraine (Touraine, 1969).

ocorridas na periferia de Lyon em 1981 – protagonizadas por jovens de ascendência africana que enfrentavam problemas graves de desemprego – esse modelo assumiu um grande protagonismo dentre as análises feitas pela grande mídia e passou a ser incorporado como referência pelas políticas públicas direcionadas para os “bairros periféricos” ou para a “população vulnerável” (Tissot, 2007). Essa virada foi uma marca importante dos governos socialistas nas décadas de 1980 e 1990, conforme dito nas páginas anteriores.

Essas teses foram largamente criticadas pelos setores das ciências sociais que seguiam alinhados com o referencial marxista e defendiam a manutenção do conflito de classe como contradição central para compreender a organização da sociedade francesa⁷⁵. Catherine Bidou-Zachariassen também se mostra reticente em relação a essas análises, mas sua crítica segue por outro caminho e aponta como fragilidade uma confusão entre a melhora das condições de vida da classe operária com a emergência de setores intermediários que possuíam níveis de renda semelhantes, mas com uma inserção completamente diferente no mundo do trabalho. A autora vai defender que esse aumento no nível de vida da população gerou diferenciações na estrutura social e não a generalização de um abstrato “setor médio” (Bidou-Zachariassen, 2003).

Com isso é sinalizada uma definição de “classe media” que não se resume ao nível salarial ou à capacidade de consumo das famílias. Existe um conjunto de práticas que vão marcar sua diferenciação onde as dimensões identitária e cultural possuem uma centralidade enquanto categorias de análise. Nesse ponto é importante marcar uma diferença em relação ao aporte da autora e dos autores de orientação marxista. Serge Bosc coloca que para eles (incluindo nesse grupo nomes de peso como Pierre Bourdieu) o grupo emergente ligado aos setores intermediários da estrutura social era compreendido como parte de uma pequena burguesia que se mantinha subordinada às classes dominantes. A sociedade seguiria marcada por uma contradição central e aqueles indivíduos que estivessem apresentando um movimento ascendente tenderiam a reproduzir os estilos de vida e os princípios morais da burguesia. Eles buscavam incorporar os

⁷⁵ Sobre isso ver as considerações de Jean Lojikine (Lojikine, 2005) e Louis Chauvel (Chauvel, 2001).

seus traços distintivos como forma de legitimação e isso consistiria em uma das expressões mais evidentes dessa posição subalterna (Bosc, 1993).

Catherine Bidou-Zachariassen contesta essa definição e defende a autonomia da classe média em relação à burguesia e sua capacidade de inovação social. Serge Bosc coloca que diversos autores seguiram por esse mesmo caminho – em geral apoiados por pesquisas de campo com uma base etnográfica bastante consistente – e apontaram que uma das principais características dos indivíduos pertencentes a esses setores intermediários residia, justamente, na negação consciente e intencional de valores tradicionais e historicamente defendidos pela burguesia⁷⁶.

Esse distanciamento se constituiu através de uma aproximação ao liberalismo cultural que emergiu nas décadas de 1960 e 1970, resultando na construção de uma “identidade ideológica” que procurou articular a valorização das capacidades individuais com o engajamento em ações coletivas. Isso fez com que esses indivíduos seguissem posicionados à esquerda do espectro político, porém reconstituindo muitos dos valores da “esquerda tradicional” a partir de um viés autonomista e libertário. Houve um renascimento do associativismo comunitário em torno de causas diversas (das hortas urbanas à integração dos imigrantes) e o envolvimento crescente dos indivíduos em iniciativas voltadas para melhorar a qualidade de vida de seus bairros e vizinhanças. Uma visão de mundo que dava centralidade à dimensão local mas valorizando a incorporação de valores cosmopolitas e a abertura para a alteridade (Bosc, 1993). Uma geração que apostou na luta contra as hierarquias e as relações de poder, construindo um programa de transformação social centrado na vida cotidiana e dotado de um hedonismo que defendia um processo de emancipação individual atravessado pelo corpo, pela arte, pela cultura (Collet, 2015).

Marie-Hélène Bacque e Stéphanie Vermeersch apontam que em muitos desses estudos foram usadas as categorias “*classe d’alternative*” para marcar essas diferenças identitárias ressaltadas por Serge Bosc. As autoras seguem por esse mesmo caminho e acrescentam alguns outros elementos que seriam

⁷⁶ São citados como exemplo o reconhecimento das hierarquias, o respeito às autoridades estabelecidas, o puritanismo religioso, etc. (Bosc, 1993).

representativos desse grupo emergente. É citada a militância em torno da igualdade de gênero, defesa da qualidade de vida, questão ambiental e climática, desenvolvimento do terceiro mundo e anti-militarismo. Interesses atravessados por valores como o individualismo, a liberdade, a autonomia, além do pragmatismo manifesto pela expressão “*do it yourself*”. Valores que se inscrevem em uma herança direta dos eventos ocorridos durante o Maio de 1968. Alguns chegavam a ir mais longe, propondo novas modalidades de consumo e práticas econômicas menos hierárquicas. É importante ressaltar que o engajamento com essas questões passou a ser desenvolvido no tempo livre (além do ambiente de trabalho), criando novos espaços de militância que escapavam às esferas tradicionais – particularmente os sindicatos e os partidos – dentro das quais se organizavam os debates políticos. A ênfase estava colocada em formas de organização que privilegiassem modos autogestionários construídos pelos indivíduos. A transformação da sociedade deveria acontecer de baixo para cima. O slogan “tudo é política” foi bem representativo dessa nova forma de pensar a prática política que resolveu se voltar para a esfera do cotidiano e da experimentação social. Isso marcou um distanciamento em relação ao socialismo estatizante (de matriz marxista/leninista) e um desinteresse em conquistar o poder através da via institucional (Hélène-Bacqué & Vermeersch, 2007)⁷⁷.

Esse amplo espectro ideológico certamente teve diferentes níveis de apropriação dentre os indivíduos que foram enquadrados pela bibliografia como parte da “nova classe média”. Marie-Hélène Bacque e Stéphanie Vermeersch afirmam que eles não estão isentos de contradições e o descompasso entre o “dito” e o “feito” tende a ser mais evidente dentre eles, quando comparado a outros segmentos da estrutura social. Nas décadas de 1960 e 1970 eles estiveram engajados na construção de um repertório de elementos discursivos associado às utopias que estavam em voga nesse período. Essa construção teve um papel importante na “tomada de consciência” dos indivíduos que se reconheciam como parte de um mesmo segmento social e alinhados aos mesmos preceitos culturais, estéticos, identitários, políticos (Hélène-Bacqué &

⁷⁷ Serge Bosc ressalta que isso não invalidou a recorrência de certas preferências eleitorais. Essa “nova classe média” passou a constituir uma oposição militante aos partidos alinhados com a extrema direita nacionalista e um apoio aos partidos da esquerda ecologista ou da esquerda socialdemocrata que defendiam posições universalistas (Bosc, 1993).

Vermeersch, 2007). Um grupo que dizia muito “sobre si mesmo” e “para si mesmo” e dependia desse dizer para marcar a sua posição emergente na estrutura social. O que estava em jogo para esses indivíduos, naquele momento, era se reinventar em suas trajetórias pessoais através da constituição de um novo espaço. Eles formavam um grupo bastante heterogêneo em sua origem social – descendentes de operários, agricultores, pequenos artesãos, profissionais liberais e em menor escala de membros da elite dirigente e econômica – na maioria das vezes vivendo processos de mobilidade social ascendente provocados pela estabilização econômica do pós-guerra e pela universalização do acesso ao ensino superior (Bidou-Zachariassen, 1984). Com isso não é possível falar em uma “origem cultural ou social” comum entre eles. São indivíduos que possuem biografias distintas mas estavam buscando conscientemente delimitar suas diferenças em relação às práticas sociais dos outros grupos estabelecidos. Catherine Bidou-Zachariassen usa a noção de “modelo cultural” para nomear esse sistema abstrato (eu diria esse campo de possibilidades) que orientava as visões de mundo e tomada de decisão desses indivíduos. Um modelo que dependia do engajamento concreto nas diferentes esferas da vida social (família, trabalho, militância, lazer) para se efetivar (Bidou-Zachariassen, 1984).

A inserção no mundo do trabalho foi um elemento importante nesse processo. A bibliografia costuma caracterizar o campo de atuação profissional desses setores intermediários a partir de três categorias: profissões intelectuais (professores, pesquisadores, arquitetos, médicos, advogados, etc.), trabalho social (assistentes sociais, animadores sociais⁷⁸, educadores, etc) e funcionários do setor público e privado (técnicos, engenheiros, administradores, etc.). Eles teriam em comum um alto nível de escolaridade e a atuação em postos de trabalho que dependiam dessa formação para o desenvolvimento de suas atividades. Eles possuem um certo grau de liberdade e autonomia no exercício de suas funções mas não exercem cargos de comando. São próximos da elite dirigente mas não fazem parte dela. Por isso são considerados um grupo intermediário: não participam diretamente da produção nem do comando. Seu

⁷⁸ Essa categoria é muito comum na França e corresponde aos profissionais que atuam oferecendo cursos, oficinas, assessorias, assistências em áreas diversas, ligadas a iniciativas do poder público ou do terceiro setor voltados para a população em geral.

poder reside em suas capacidades intelectuais e culturais para produzir idéias, representações, valores, símbolos. Muitas dessas ocupações estão diretamente ligadas ao avanço de setores do *welfare state* ocorrido partir da década de 1960, quando um grande quantidade de equipamentos públicos passou a ser implantado nas periferias modernistas para atender as demandas sociais que começavam a se manifestar (Hélène-Bacqué & Vermeersch, 2007; Bidou-Zachariassen, 1984; Collet, 2015).

Essa aproximação contribuiu para a formação de uma sensibilidade maior em relação aos grupos populacionais mais vulneráveis e às desigualdades urbanas existentes nas grandes cidades. Algo que pode ser colocado como uma das origens do interesse pela militância local que caracteriza esses setores intermediários. Esse engajamento corresponde a uma resignificação da atuação profissional e da formação intelectual desses indivíduos, onde elas se convertiam em saberes específicos que permitiam que eles fossem reconhecidos como especialistas pelos movimentos sociais aos quais decidiam fazer parte (Hélène-Bacqué & Vermeersch, 2007; Tissot, 2007). Isso os coloca em uma situação contraditória. Seguem mantendo seus cargos nos setores público ou privado mas se engajam em movimentos e experimentos sociais que buscam fazer frente aos poderes estabelecidos. Defendem idéias universalistas e coletivistas mas sem negar os seus valores e suas capacidades individuais. Eles concebem o trabalho como uma fonte de renda mas também de realização pessoal. Nesse sentido a escolha por determinada profissão envolve também a opção por um determinado estilo de vida, no qual há uma diluição entre vida profissional e pessoal e entre trabalho e lazer (Bidou-Zachariassen, 1984). A “nova classe média” se constituiu a partir de um projeto alternativo de sociedade mas animada pela vontade de conservar o status social que seus membros foram adquirindo ao longo do tempo. Essa ambigüidade será recorrente em várias esferas, particularmente no que diz respeito à relação entre as escolhas residenciais (Hélène-Bacqué & Vermeersch, 2007). Os bairros centrais se transformaram em espaços privilegiados para a construção dessa “identidade de classe” e para a efetivação desse “modelo cultural”. Desde a década de 1970 eles vêm sendo apropriados de forma sistemática pela “nova classe média”, em uma ocupação que reinseriu e

ressignificou a importância desses espaços para as dinâmicas econômicas, políticas e sociais da cidade como um todo.

Figura 19 - "Reclaim your city"



Fonte: Do autor (2015)

Quatro pesquisas serão retomadas para explicitar melhor essa relação e destacar alguns elementos discursivos acionados para justificar essa escolha pelas áreas centrais. A primeira delas foi realizada por Catherine Bidou-Zachariasen no final da década de 1970, junto a um conjunto de famílias que tinham se mudado para uma região empobrecida e de tradição operária do 12^o *Arrondissement* de Paris⁷⁹. A autora coloca que dentre as motivações acionadas com mais frequência pelos entrevistados para justificar a mudança, estava o reconhecimento do bairro como um "*vrai quartier*". Uma categoria que fazia referência à diversidade da população do bairro e à presença de uma composição social/étnica/profissional variada, que fazia dele um lugar qualificado pelos novos moradores como "autêntico", "vivo", "animado". Uma expressão daquilo que seria a "autêntica vida parisiense", ao contrário de outros espaços como os bairros burgueses ou conjuntos habitacionais modernistas. Essa relação entre diversidade social e autenticidade era uma marca discursiva dos entrevistados e

⁷⁹ Foi uma das primeiras pesquisas sobre o tema desenvolvidas na França. O trabalho de campo foi realizado com famílias de classe média que residiam em uma área localizada entre a *Place de La Bastille* e *Place de La Nation*.

envolvia uma série de referências a um passado idílico (e em grande medida fantasioso) que lhes interessava. A diversidade de usos e práticas sociais também era ressaltada. Era elogiada a variedade de comércios e pequenos serviços existentes nos andares térreos, a possibilidade de resolver as demandas cotidianas a pé pela vizinhança, a presença de pessoas conversando e interagindo pelas ruas. A figura do “*quartier-village*” era frequentemente acionada para valorizar a proximidade, os encontros, as trocas, a solidariedade. Tudo que supostamente não acontecia nos espaços “frios” dos *grands ensembles* construídos no pós-guerra ou nos bairros “arrogantes” que concentravam as famílias da elite tradicional. Outro ponto recorrente era a valorização da dimensão histórica da região e seu caráter cosmopolita, com a “exuberante” diversidade étnica dos imigrantes recém-chegados e suas práticas culturais (Bidou-Zachariasen, 1984).

A pesquisa realizada por Anais Collet em um bairro da área central da cidade de Lyon apresenta considerações semelhantes⁸⁰. A região também possuía um histórico ligado à classe operária e tinha passado por um processo de empobrecimento nas décadas de 1950 e 1960, que envolveu o deslocamento de parte da população para os conjuntos habitacionais na periferia. Ele passou a ser habitado por imigrantes e houve uma degradação física considerável das edificações existentes em função das limitações econômicas dos moradores e do descaso do poder público. Na década de 1970 ele foi ocupado por jovens interessados em romper com as normatizações de seus meios sociais de origem e negar as possibilidades profissionais e de moradia que tinham à sua disposição. Eles mantinham uma postura crítica e contestadora, apostavam em pequenos trabalhos de cunho artístico ou intelectual, experimentavam novas formas de organização coletiva. Pretendiam também escapar dos valores tradicionais associado à moradia burguesa e operária (propriedade privada, família nuclear, sociedade do consumo) em nome de propostas mais libertárias (Collet, 2015).

Eles estavam em busca de um local onde pudessem expressar suas visões de mundo e desenvolver o estilo de vida que lhes interessava. A dimensão

⁸⁰ O trabalho de campo foi realizado no bairro *Pentes de la Croix-Rousse*. A autora entrevistou famílias de duas gerações da “nova classe média” que chegaram ao bairro, respectivamente, na década de 1970 e 2000.

econômica teve um peso importante nesse processo. Os bairros centrais da cidade passavam por um momento de grande desvalorização e isso permitiu que eles conseguissem ter acesso aos imóveis por um preço condizente com os poucos recursos que suas escolhas profissionais propiciavam. A atitude contestatória e engajada permitiu também que eles tolerassem os estereótipos negativos (violência, pobreza, degradação) que pairavam sobre esses espaços no senso comum e lutassem pela sua superação (Collet, 2015).

A dimensão experimental que foi marca dessa primeira onda de ocupação logo se consolidou em um movimento mais concreto de reapropriação. Anaïs Collet ressalta que em pouco tempo o bairro assumiu a fama de “bairro alternativo” e no final da década de 1970 começou a atrair novos moradores interessados nessa condição. Isso deu origem a um processo de produção simbólica e imagética voltada para a construção de uma identidade de “bairro transgressor” ou “bairro de resistência”. Os novos moradores recuperaram um passado de lutas operárias que tinha marcado o bairro no século XIX, para construir uma “tradição local” associada à “militância política”. Isso foi feito evocando uma série de episódios específicos, alinhados com as preferências políticas e ideológicas que interessavam aos novos moradores. Ao dizer de seu local de moradia eles também pretendiam dizer sobre si mesmos. Esse processo de construção simbólica foi facilitado pela atuação profissional de muitos desses indivíduos e sua inserção em círculos formadores de opinião: eram intelectuais, pesquisadores, artistas, produtores culturais, jornalistas. Eles passaram a produzir livros, textos, filmes e exposições em que se difundiu uma imagem associada à diversidade cultural e a uma nostalgia centrada no caráter “tradicional” do bairro.

A figura do “*quartier village*” também era recorrente nas falas de seus entrevistados. Algo quase sempre marcado por uma visão estereotipada dos moradores “locais” com seu modo de vida e suas ocupações profissionais “pitorescas”. Paralelo a isso eles investiam na reforma de suas residências, lutavam por melhoras nos espaços públicos, organizavam associações e atividades comunitárias, promoviam eventos e festas “de bairro”, abriam novos pontos de comércio e assim por diante. Uma atuação que resultou em melhorias

concretas na ambiência do bairro e no reconhecimento de suas demandas pelo poder público (Collet, 2015).

Nas décadas seguintes esse movimento seguiu se intensificando e o bairro tornou-se (ironicamente) um dos mais caros da cidade de Lyon. O mesmo pode ser dito sobre os bairros pesquisados por Catherine Bidou-Zachariasen em Paris. Isso indica que esse processo de apropriação não foi excepcional nem accidental. Ele foi parte de uma tendência que se multiplicou por toda a França na década de 1970 e acompanhou a acomodação da “nova classe média” na estrutura social francesa. Conforme ela foi ganhando mais espaço e conseguindo ampliar o reconhecimento de suas visões de mundo e impor a sua legitimidade, o interesse pelos “bairros históricos” e pelas “áreas centrais” foi se alastrando e se transfigurando como parte de um conjunto de referências estéticas e culturais desejado por muitos.

Um movimento que foi potencializado pelas forças políticas e econômicas que também estavam se consolidando durante esse mesmo período e se apropriaram desses elementos para criar novas frentes de atuação. Mas essa dimensão “estrutural” não deve diminuir a importância do ímpeto transformador que marcou a geração da década de 1970 e o total imbricamento da dimensão urbana com a questão identitária. Foi esse imbricamento que potencializou os investimentos realizados (a reforma dos imóveis, a militância nas associações locais, a produção imagética) e a reificação de uma determinada visão de mundo através de elementos como a casa, o bairro, a vizinhança. As gerações seguintes perderam muito do desejo de insubordinação que esteve presente no início desse processo, em função da acomodação dos movimentos contraculturais e da valorização econômica de suas ocupações decorrentes da consolidação do setor terciário na economia. Mas isso não fez desaparecer esse imbricamento nem diminuiu a importância estruturante que tinha sido assumida pelo Dizer-Cidade em suas estratégias de ação.

O estudo de Anaïs Collet mostra que novos moradores seguiram chegando ao bairro na década de 2000, em grande parte motivados pela imagem vernacular e cultural que tinha sido constituída sobre o bairro nas décadas anteriores e pela possibilidade de adquirir um ativo imobiliário com boas chances

de valorização no futuro. Algo que jamais passaria pela cabeça dos primeiros moradores. A autora cita como exemplo desse processo a produção de inúmeros produtos imobiliários que apostavam na reabilitação das antigas casas operárias, apresentando-as como alternativa às moradias modernistas. Essa reabilitação era feita de forma a combinar elementos construtivos e estéticos que remetessem ao suposto passado “tradicional” do bairro, com facilidades domésticas características do mundo cosmopolita e globalizado. Algo que também marca uma diferença em relação à primeira geração de moradores estudada pela autora, que se apropriavam dos imóveis degradados e realizavam gradativamente as reformas necessárias para adequá-los às suas demandas. Os entrevistados que chegaram na década de 2000 seguiam reproduzindo elementos discursivos presentes desde as primeiras ondas de ocupação que começaram na década de 1970. Eles justificavam com frequência suas escolhas residenciais acionando sua preferência pelos “bairros antigos”, “cheios de história” ou “com cara de cidade pequena”. Também ficava evidente o interesse pela possibilidade de desenvolver um estilo de vida marcado pela sociabilidade, lazer e cultura (Collet, 2015).

A pesquisa realizada na década de 2000 por Sophie Corbillé na região leste de Paris reforça esses elementos⁸¹. Seus entrevistados apontaram o interesse em estar próximo da vida cultural e das possibilidades de lazer existentes nas áreas centrais da cidade, valorizam a oferta variada de comércio e serviços que seria precária na periferia, além de exaltarem uma forma urbana marcada por pequenos prédios, ruas estreitas, becos sinuosos e escadarias. A categoria “*quartier village*” também é apontada pela autora como recorrente para fazer referência ao que seria a “verdadeira Paris”, com seu perfil popular, diversificado e solidário. Um lugar onde todos se conhecem, freqüentam os mesmos estabelecimentos comerciais, se cruzam pela rua diariamente. Formulações marcadas por inúmeras idealizações – inclusive romantizando a vida das famílias de baixa renda que fariam parte dessa paisagem urbana tida como “verdadeira” – que articulavam o “tradicional” e o “contemporâneo” com naturalidade (Corbillé, 2013).

⁸¹ O trabalho de campo foi realizado na região leste e norte de Paris – abrangendo o 10^o, 11^o, 12^o, 18^o, 19^o e 20^o *Arrondissement* – que vem se transformando em vetores importantes de concentração da classe média desde a década de 2000. Particularmente nas regiões de Oberkampf e Belleville.

O perfil dos imóveis desejados possuía algumas particularidades que procuravam dar conta dessas preferências estéticas e políticas. Suas moradias procuravam interligar os espaços funcionais com os espaços de sociabilidade – a cozinha integrada com a sala de jantar, a sala de estar associada ao escritório, o jardim agregado ao atelier – quebrando com divisões estanques entre os cômodos e apostando em soluções arquitetônicas inovadoras como mezaninos, clarabóias, telhados verdes e afins. Era comum o investimento em reformas e transformações para deixar os imóveis adquiridos de acordo com as preferências de cada morador. Eles eram considerados como uma extensão e expressão de seus modos de vida e por isso costumavam receber investimentos consideráveis (Corbillé, 2013).

Esses elementos logo passaram a fazer parte dos portfólios dos agentes imobiliários, que criaram um mercado de “*espaces atypiques*” voltados para esse público. Um produto recorrente eram as antigas oficinas ocupadas por pequenas fábricas que foram gradativamente sendo fechadas nas décadas de 1970 e 1980. Seus espaços amplos podiam ser facilmente transformados em espaços residenciais, em locais de trabalho coletivo para profissionais liberais, em pontos de comércio ou em espaços multifuncionais que abrigassem várias funções e atividades. Esse interesse pelo “antigo” e pelo “tradicional” se mostrava presente também na escala doméstica. A decoração interna das residências dos entrevistados mostrava que não existia uma diferença clara entre os objetos de decoração e os objetos de uso cotidiano. Um conjunto de painéis de ferro fundido poderia ser pendurado na parede ao lado de telas compradas de algum artista de rua. A bancada da cozinha poderia ser usada como um espaço de sociabilidade em reuniões com os amigos em um *loft* cuidadosamente instalado em um antigo depósito de ferramentas “reabilitado”⁸². Era comum também a presença de elementos “étnicos” ou “exóticos”, onde uma estante marroquina poderia compor com um conjunto de poltronas feitas com material reciclado, ou um aparador de jacarandá era colocado ao lado de uma luminária *vintage* herdada dos avôs. Era comum a existência de narrativas associadas a cada uma dessas peças

⁸² Anais Collet faz uma boa reflexão à figura do “*loft*” enquanto espaço residencial emblemático dessa ascensão da “nova classe média” e suas preferências estéticas e urbanas (Collet, 2012).

“excepcionais”, que descreviam a “história” e as “particularidades” de cada uma delas (Corbillé, 2013).

Esse dado é interessante, pois revela o investimento simbólico e identitário envolvido na escala residencial. A casa não era tida como algo que pudesse ser generalizado sob a forma de um modelo abstrato ou funcional. Aqui é marcada uma diferença importante com os pressupostos do Movimento Moderno. A casa era tida como a expressão da individualidade e da densidade simbólica presente na vida cotidiana. Algo que seguia no caminho oposto do “bloco-tipo”, do “apartamento-tipo” ou de qualquer outra categoria homogeneizante ou universalista. O mesmo pode ser dito sobre forma como eram compreendidos o bairro e a cidade.

Esse investimento feito pela “nova classe média” procurou instituir discursivamente uma cidade – em suas várias escalas – que estivesse em consonância com os seus desejos e as suas motivações. Isso teve consequências e acirrou conflitos. A pesquisa de Sophie Corbillé demonstra que esse interesse pelos bairros centrais animou o mercado imobiliário e os preços dos imóveis começaram a aumentar de forma generalizada. Paralelo a isso começou a ocorrer uma renovação progressiva das opções de comércio existentes nos bairros estudados para atender ao perfil dos novos moradores que vinham se estabelecendo. Surgiram lojas especializadas em decoração, bazares sofisticados, restaurantes cosmopolitas e assim por diante (Corbillé, 2013).

As três autoras acima citadas ressaltam que esse tipo de relação com a Cidade não pode ser compreendido fora desse “modelo cultural” que orientava as visões de mundo da “nova classe media”. Eles não queriam qualquer Cidade e seu pragmatismo hedonista (com altas doses de individualismo) serviu de apoio a uma série de ações concretas – coletivas ou não – voltadas para a materialização dos seus desejos. É importante ressaltar que se trata de um segmento social que costuma agregar um alto capital cultural. Esse elemento foi freqüentemente acionado para driblar as suas limitações econômicas, possibilitando a apropriação de áreas que vinham passando por processos de degradação e reverter essa condição a seu favor.

Isso fica explícito na pesquisa realizada na década de 2000 por Anaïs Collet em Montreuil, cidade de tradição operária contígua à cidade de Paris. A cidade vinha sofrendo desde a década de 1980 as consequências negativas do processo de desindustrialização – diminuição da atividade econômica, níveis crescentes de desemprego, concentração de famílias vulneráveis – e contava com um grande estoque de imóveis vazios. Durante as décadas de 1990 e 2000 a cidade passou a ser ocupada pela classe média que não conseguia mais acessar os bairros centrais da cidade de Paris e se recusavam a aceitar os *grands ensembles* modernistas da periferia ou as casas do subúrbio como opção de moradia. Inúmeros imóveis (fábricas, armazéns, pequenos prédios) começaram a ser comprados e “reabilitados” para residência ou para a instalação de espaços profissionais, reproduzindo o que já vinha acontecendo em inúmeras outras cidades francesas desde a década de 1970 (Collet, 2015).

O baixo preço dos imóveis facilitou esse processo. Mas a autora ressalta que esse fator por si só não explica a força assumida por esse movimento, pois se tratava de um “nicho de mercado” que não podia ser acessado facilmente por qualquer um. Ele dependia de uma vasta rede de solidariedade que facilitava o acesso aos imóveis desejados e possibilitava a sua transformação. Era preciso ter acesso direto aos proprietários para sondar a possibilidade de compra, conhecer a legislação e as regulações existentes para avaliar a viabilidade das intervenções desejadas, negociar com os órgãos municipais a possibilidade da transformação do uso dos imóveis, obter financiamentos ou empréstimos para viabilizar as transações, contatar profissionais para avaliar a melhor forma de conduzir as reformas, além de possuir um regime de trabalho flexível o suficiente para se dedicar a esse tipo de atividade. Isso só era possível devido à existência de uma rede de contatos característica desse segmento social, que envolvia arquitetos, paisagistas, advogados, técnicos da prefeitura, contadores, designers, dentre outros. Sendo necessário em muitos casos recorrer a estratégias jurídicas e fiscais para legalizar os projetos de “reabilitação”, ou mesmo envolver pequenas fraudes ou o uso de mão-de-obra irregular para baratear a compra ou a reforma (Collet, 2015).

Essa consideração reforça a importância de reconhecer a dimensão de classe presente nessa “redescoberta” das áreas centrais por esses setores da “nova classe média”. O ímpeto modernizador do pós-guerra tinha transferido o foco dos investimentos públicos e privados para as grandes operações de renovação urbana, principalmente aquelas realizadas na periferia das grandes cidades a partir das normatizações propostas pelos grandes esquemas de planejamento desenvolvidos. Os preceitos da hegemônica arquitetura modernista prezavam pela reconstrução da cidade tradicional e pela reorganização de suas dinâmicas, de forma a torná-las mais afeitas aos auspícios da eficiência tão desejadas pela burocrática estatal. O voluntarismo dos governantes encarregou-se de abrir intermináveis canteiros de obra e atropelar (sem grandes pudores) as marcas de uma vida urbana que deveria ser superada. Em meio a essas intervenções abertamente autoritárias, vários enclaves tidos como “insalubres” ou “inadequados” conseguiram permanecer nos bairros centrais e abrigar parcelas empobrecidas da classe operária ou do emergente setor terciário de baixa qualificação, que seguiam reproduzindo suas práticas sociais (mesmo que de forma precária) e se adequando aos efeitos do processo de reestruturação econômica que estava em curso. Muitos desses espaços passaram também a abrigar famílias de imigrantes em situação vulnerável, a exemplo dos bairros parisienses de Belleville, Chateau-Rouge, La Chapelle, Montmartre, além da própria cidade de Montreuil.

A geração contestadora das décadas de 1960 e 1970 resolveu fazer frente a esse modelo modernizador acionando um universo semântico centrado em figuras discursivas como a “vida cotidiana”, a “experimentação social”, a “diversidade cultural” ou a “escala local”. Esses elementos foram articulados de forma a instituir esses enclaves localizados nas áreas centrais enquanto espaços marcados por uma excepcionalidade que representaria uma espécie de “essência” da vida urbana. A “verdadeira cidade” conforme discutido anteriormente. Algo supostamente suprimido pela dureza das intervenções realizadas no pós-guerra em muitos dos países centrais do capitalismo. Há que reconhecer que essa formulação desempenhou um papel importante no reconhecimento do valor histórico e da preservação efetiva desses espaços. As quatro pesquisas citadas colocam que o engajamento desse segmento social em

ações concretas para melhorar suas vizinhanças, produziu efeitos positivos ao pressionar o poder público por mais investimentos e pela adoção de modelos de planejamento menos tecnocráticos e mais participativos.

Cabe falar em uma dinâmica urbana, na qual muitos espaços de fato foram sendo transformados gradativamente de “baixo para cima”. Um movimento ao mesmo tempo difuso e coordenado, onde os indivíduos buscavam investir em projetos pessoais mas envolvidos em uma trama discursiva que os levava a querer dizer – cada um à sua maneira – praticamente a mesma coisa em termos daquilo que pretendiam enquanto Cidade. Mas cabe ressaltar que a força assumida por esse Dizer-Cidade só foi possível por se tratar de um segmento social em ascensão, que acionava esses elementos enquanto parte de estratégias para ampliar o seu poder político. Marie-Hélène Bacque e Stéphanie Vermeersch colocam que, na década de 1980, muitos desses indivíduos foram incorporados aos quadros dos centros de ensino e pesquisa, onde puderam operar uma militância acadêmica voltada para a difusão de suas visões de mundo sob a forma de novas construções teóricas e metodológicas (Hélène-Bacqué & Vermeersch, 2007)⁸³. Com a chegada do Partido Socialista ao poder esse ciclo se fecha e o “modelo cultural” das “novas classes médias” passa a alimentar as políticas públicas ao nível nacional.

Figura 20 - "Stop Gentrification"



Fonte: Do Autor (2015)

⁸³ Sylvie Tyssot cita o exemplo da influente revista *Esprit*, usada de forma intensa para isso durante a década de 1990 (Tissot, 2007).

Na outra ponta desse processo ocorreu o inevitável. As famílias de baixa renda foram aos poucos tendo que deixar esses espaços e a sua elitização tornou-se irreversível. Todo o apelo à “diversidade”, ao “pitoresco”, ao “exótico” – presente de forma constante nas pesquisas acima citadas – logo revelou-se um desejo muito mais estético do que de efetiva transformação social. Os poucos enclaves que ainda conseguiam se manter em meio às áreas centrais como suporte para as práticas sociais das classes populares, foram sendo transformados em cenografias urbanas construídas sobre formulações estilizadas dos “antigos artesãos e seus ofícios”, dos “imigrantes e suas vestes peculiares”, dos “pequenos comércios de rua”, ou de inúmeras outras referências a uma “cidade tradicional” que nunca existiu. Mas Cidade é sempre aquilo que se quer ela seja. É sempre aquilo que se diz Cidade. Anaïs Collet ressalta que os novos moradores de classe média que ocuparam Montreuil na década de 2000, também fizeram grandes investimentos simbólicos – à semelhança do verificado no caso de Lyon – para reconstruir a “história” da cidade a partir de elementos que lhes interessavam. Nesse processo eles simplesmente apagaram o passado industrial da cidade para se desconectar do peso negativo que estava ligado à *banlieue* leste de Paris. Como alternativa escolheram voltar aos séculos XVIII e XIX, para recuperar a imagem dos antigos *faubourgs* parisienses (pequenas vilas localizadas fora dos muros da capital) e usá-las para potencializar aquilo que diziam que a Cidade deveria ser (Collet, 2015). Novamente fica evidente a importância do Dizer-Cidade como uma maneira de dizer de si mesmo.

O caso francês teve suas particularidades mas processos semelhantes também foram descritos em outros países centrais do capitalismo. Sally Banes faz uma excelente análise do cenário contestador e libertário que marcou a ocupação do bairro de Greenwich Village em Nova York nas décadas de 1960 e 1970, gerado pela presença de inúmeros profissionais de classe média que acionavam elementos – a “comunidade”, o “coletivo”, a “liberdade” – que também atravessaram as formulações discursivas da “geração contestadora” francesa que foi descrita acima (Banes, 1999). Na década anterior a ativista Jane Jacobs escrevia o livro/manifesto “Morte e Vida das Grandes Cidades Americanas”, denunciando as grandes operações urbanas que vinham transformando radicalmente a cidade de Nova York. As críticas aos grandes conjuntos

habitacionais e às vias expressas construídas por Robert Moses era acompanhada por uma defesa da “escala local”, da “diversidade de usos”, do “espaço público” e assim por diante. Muitas vezes com a autora fazendo referência ao seu próprio bairro para embasar as suas argumentações (Jacobs, 2003).

A figura do “balé das calçadas” é uma das mais evidentes e guarda semelhanças com as figuras do “pitoresco” e do “tradicional” defendidas pelos franceses. David Brooks aponta que o caso americano também ficou marcado por uma transformação demográfica, ligada a universalização do ensino superior no pós-guerra, que formou uma nova classe média escolarizada e alimentada por um desejo de se diferenciar da elite vitoriana norte-americana e de suas hierarquias sociais. Alimentadas pela contra-cultura da década de 1960, eles apostaram em uma série de setores emergentes da economia – informática, telecomunicações, indústria cultural, ensino e pesquisa, marketing, design – e desenvolveram um estilo de vida marcado por um pragmatismo hedonista, que o autor resume sobre a alcunha de “burgueses boêmios” (Brooks, 2002).

David Ley também faz considerações sobre a relação entre os segmentos emergentes de “alto capital cultural e baixo capital econômico” e seu interesse pelas áreas centrais das principais cidades canadenses (Ley, 2003). Na sociologia inglesa há um sólido conjunto de estudos acadêmicos – desde o trabalho pioneiro de Ruth Glass – que vem relacionando a ocupação das áreas centrais com a emergência de novos segmentos da estrutura social marcados por alta escolaridade e a ocupação de profissões intermediárias (Butler & Robson, 2003). Essas semelhanças indicam que esse sentimento de “revalorização das áreas centrais” foi uma marca importante e que esteve presente de forma relativamente ampla nos países centrais do capitalismo, marcando uma geração e sendo atravessado por outras transformações estruturais que vinha se desenvolvendo durante a década de 1970. O mundo se transformou e parte dessa transformação ficou marcada por novos desejos e novas motivações. A Cidade não teve como ficar imune a isso.

O “NOVO CONSENSO URBANÍSTICO” E SUA FORÇA

Ao longo deste texto procurei construir uma narrativa assentada sobre várias histórias. Cada uma delas acionada e articulada intencionalmente em uma trama discursiva, que tinha como objetivo explorar uma questão específica: a emergência de um modelo de planejamento urbano centrado em projetos de “revitalização” das áreas centrais. Falei das transformações econômicas relacionadas aos processos de reestruturação produtiva e da emergência da globalização, das inovações implementadas no âmbito das estruturas institucionais e de governança alinhadas ao ideário neoliberal, além da renovação do campo político com a reconfiguração do espectro ideológico e o surgimento de novas forças. Trouxe também as transformações demográficas ocorridas no pós-guerra, as conseqüentes alterações ocorridas na estrutura social com a emergência de novos segmentos, alimentadas por mudanças no âmbito das visões de mundo e das construções identitárias. Em menor escala foi falado também do surgimento de novas formulações teóricas no âmbito das ciências sociais e das disputas internas a este campo do conhecimento. Por fim foram citadas também as mudanças de paradigma que marcaram o campo da arquitetura e do urbanismo. Tudo isso sob um recorte temporal que começa na década de 1960 e termina na década de 2000. E com um recorte geográfico centrado nos países centrais do capitalismo, dando proeminência ao caso francês tido como exemplar para as discussões realizadas.

Cada uma dessas histórias poderia ter sido contada de forma independente e isso certamente teria resultado em uma análise mais profunda e detalhada do seu desenvolvimento ao longo do período considerado. Preferi não seguir esse caminho por dois motivos. O primeiro deles diz respeito ao meu interesse em ressaltar o caráter multidimensional da questão discutida. Não creio que o surgimento desses programas de revitalização possa ser explicado tendo como base apenas um desses processos citados ou a partir de uma única dinâmica – política, econômica, sociológica, cultural – que se sobreponha às demais. Prefiro tratá-los como um “fato social total” – para usar um conceito já

secular de Marcel Mauss⁸⁴ – de forma a ressaltar a sua complexidade e seu imbricamento nas diferentes dimensões que constituem o mundo social. Procurei mostrar ao longo do texto que o interesse pelas áreas centrais pode ser melhor compreendido a partir de uma cadeia de forças que se sobrepuseram em suas trajetórias e com isso foram sendo potencializadas mutuamente, mas sem constituir necessariamente um movimento orquestrado de forma consciente ou calculista. As críticas ao Movimento Moderno alimentaram a insurreição dos grupos sociais emergentes, que criaram novas possibilidades de mercado para o grande capital, que deu suporte às políticas urbanas dos governos socialdemocratas, que se alimentaram das novos paradigmas teóricos para embasar suas decisões políticas, que agradaram aos críticos do Movimento Moderno e assim por diante. A complexidade desse processo envolveu desejos e motivações diversos que encontraram um ponto de apoio em comum: o Dizer-Cidade.

O segundo motivo refere-se à minha tentativa em mostrar que esse tipo de fenômeno social não cabe em explicações lineares que resumidas a relações de causa e efeito. A potência assumida por esse tipo de intervenção urbana – e sua transformação em algo amplamente difundido e assumido enquanto legítimo em todo o mundo – esteve na sua capacidade de articular várias forças (inclusive conflitantes entre si) em diferentes escalas e temporalidades. A defesa das áreas centrais conseguiu agradar à indústria do turismo interessada em ampliar seus ganhos, às classes médias intelectualizadas em busca de referências identitárias, aos arquitetos e urbanistas em sua busca por novos padrões construtivos ou ao mercado imobiliário com seus novos “nichos de mercado”. Todos buscavam Dizer-Cidade. E não se tratava de qualquer cidade.

O sentido assumido por essa palavra nunca pode ser tomado como dado. Ele é sempre fruto de uma inventividade que vai enunciado o mundo que lhe interessa em meio às possibilidades que estejam postas. Os indivíduos buscam viver o mundo que lhes interessa viver. Porém se movem atravessados e sendo levados por forças que lhes escapam. Com isso pretendo dizer que é preciso estar operando sempre entre as escalas de análise, considerando que as forças

⁸⁴ Conforme teorizado no texto “Ensaio sobre a dádiva. Forma e razão de troca nas sociedades arcaicas” (Mauss, 2015).

que operam na escala macro – a exemplo dos fluxos transnacionais de investimento ou dos modelos abstratos de planejamento – não devem se desconectadas das suas possibilidades de efetivação em cada contexto que esteja sendo considerado. Mas isso não impede que se considere as relações de poder e dominação que de fato impõem “de cima para baixo” muitos desses modelos, particularmente quando assumem a forma de “formulações abstratas” a serem difundidas pelo mundo, particularmente nos países periféricos.

A força desse “novo consenso urbanístico” esteve em seu imbricamento com o contexto social/econômico/político formado nesse período que foi aqui discutido. Digo que surgiu de “baixo para cima” no sentido de estar embebido por uma série de forças sociais que precisavam dele como suporte para se reproduzir. O caso francês foi usado como exemplo para mostrar isso. Isso torna a questão da transferência desse tipo de política urbana como um problema pois o lastro social existente fez com ela se efetivasse de forma única. Ao final, cabe dizer novamente que nada é mas tudo *existe*. Uma existência totalmente imbricado ao meio que a faz existir. E esse existir nada mais é do que uma vontade de dizer.

TEXTO N.º3:

RELATO DE (ALGUM) MEGAEVENTO

As memórias do memorialista não são as memórias do poeta. Aquele viveu talvez menos, porém fotografou muito mais e nos diverte com a perfeição dos detalhes; este nos entrega uma galeria de fantasmas sacudidos pelo fogo e a sombra de sua época.
(Pablo Neruda – Confesso que vivi)

Naquele tempo eu era ainda um menino de treze anos. Tinha enfrentado várias horas de viagem para chegar à capital, que não visitava com muita frequência, e minha ansiedade deveria ser grande, afinal, todos os olhares estavam voltados para aquele que prometia ser o maior e mais importante evento internacional já realizado no país. Isso mostravam os telejornais e suas manchetes quase sempre descomedidas, que não cansavam de exaltar a grandeza daquele momento de todas as formas possíveis e impossíveis. Mostravam a cidade cheia de turistas vindos de todas as partes do mundo, grandes investimentos, visitantes ilustres, alegria sem fim pelas ruas, hotéis e restaurantes lotados, as medidas de segurança tomadas para que tudo corresse da melhor forma possível, enfim... Um momento que indiscutivelmente ficaria para a história. Era o que diziam também os políticos, que não cessavam de se vangloriar de seu protagonismo em um feito que prometia ser tão grandioso e mudar para sempre os rumos da cidade. Era o

que todos diziam. Todos aqueles a quem era dado o direito de dizer, claro. Ouvi isso por algumas vezes também na escola, de meus professores e professoras que ressaltavam a importância do evento para renovar uma grande área degradada e trazer novas possibilidades de desenvolvimento que seriam benéficas para todos. Lembro de ter ouvido que ele iria ocorrer em uma área (um antigo porto, talvez) que seria completamente reurbanizada, reconstruída, revitalizada, transformada em um novo bairro moderno e cosmopolita. Falavam muito no caso da cidade Barcelona, que tinha feito algo semelhante com grande sucesso alguns anos atrás para a realização dos Jogos Olímpicos. Hoje não saberia dizer o nome de nenhum atleta participante ou sequer citar os países que ficaram à frente do quadro de medalhas. Mas lembro bem da música-tema dos jogos – uma espécie de “ópera-pop” – interpretada de forma visceral por Freddie Mercury e Montserrat Caballé. Além do ápice da cerimônia de abertura, quando um arqueiro posicionado em meio ao Estádio Olímpico lança sua flecha flamejante em direção à pira olímpica e consegue acendê-la em um momento indiscutivelmente icônico. Há pouco tempo atrás descobri que o cineasta Carlos Saura tinha sido contratado para realizar o registro audiovisual do evento e alguns filmes oficiais resultaram disso. O esporte passa mas o espetáculo fica.

E o espetáculo se repetia. E devo confessar que estava completamente envolvido por tudo aquilo. Ao menos é assim que lembro. Ou é assim que digo que lembro. E digo agora. Pois não há nada que não seja o que é agora. Nem nossas supostas memórias. Mas isso já remete a outra história, que certamente não passava na cabeça daquele menino que resolvi instituir como personagem deste pequeno relato. A ele interessava muito mais aproveitar aquele grande evento, se misturar às massas que tomavam conta das ruas, apreciar os painéis coloridos, acompanhar as atrações musicais, vivenciar as festividades. Evidente que eu não estava sozinho. Eram muitos à minha volta e todos pareciam dizer a mesma coisa. Não que tivesse conversado como alguém. Mas diziam lançando seu corpo em massa contra toda aquela efusividade. Hoje eu poderia tranquilamente conceituar aquele evento enquanto um “fenômeno social”, característico da “sociedade do espetáculo” ou do “capitalismo globalizado” ou da “expropriação financeira”. Certamente adotaria um tom crítico em relação a tudo isso. Mas vou deixar essa dureza de lado neste momento.

Chegamos ao parque onde estava acontecendo o grande evento ainda pela manhã. Era um passeio em família daqueles que costumávamos fazer nas férias. Lembro de sair da estação de metrô e dar de frente com uma impressionante edificação, composta por uma grande estrutura horizontal de aço branco e vidro. A cobertura era composta por linhas fluídas e desconstruídas (parábolas, arcos, estruturas vazadas) que contrastavam com o céu azul que aparecia ao fundo, em um cenário digno de capa de qualquer um desses livrões de arquitetura que quase nunca tenho dinheiro para comprar. Hoje considero uma bela obra. Talvez uma das poucas de Santiago Calatrava que me agradam. Passado esse primeiro impacto foi preciso superar as burocracias necessárias para entrar em qualquer grande evento. Algo que aconteceu sem grandes problemas e com isso não foi preciso sofrer com o sol impiedoso que se colocava. Recordo que fazia muito calor, afinal deveria ser julho ou agosto.

Tinha um pequeno mapa em mãos onde ia rabiscando os pontos que mais me interessavam e tentando convencer os que me acompanhavam de que minhas escolhas eram as mais acertadas. Dentro do parque havia muita gente por todos os lados e muitas filas. Isso prejudicou um pouco meu roteiro cuidadosamente traçado. Uma grande decepção foi o aquário. Anunciado como o maior do país, o mais completo, o mais moderno. Mas ninguém achou que a espera de três horas na fila iria valer a pena. O curioso é que esse adjetivos exagerados se repetiam com muita frequência, como se houvesse a necessidade de estar constantemente lembrando (talvez convencendo) a todos que não se tratava de uma mera festividade ou de qualquer evento. Tratava-se de um passo adiante para uma “nação”. Quase como uma vitória com sabor de superação. Acho até compreensível. Fazia sentido, tratando-se de um país que sempre foi tido como periférico e vinha conseguindo apresentar bons níveis de crescimento econômico e integração com as “tão desejadas” forças globais. Aquele evento, em grande medida, também representava isso. Representava uma condição histórica que estaria sendo deixada para trás. E já que toquei no assunto, não custa dizer que minhas lembranças daqueles tempos reforçam esse sentimento de pujança econômica. Grandes obras pela cidade, mercado imobiliário aquecido como nunca, boa oferta de empregos, turismo internacional em alta, várias áreas

sendo “revitalizadas”... Mal sabia eu que em poucos anos todo esse deslumbre ia dar lugar a uma crise econômica e social sem precedentes.

Após a fracassada tentativa de visitar o aquário o passeio precisava continuar. Na seqüência de meu roteiro havia vários pavilhões menores para visitar. Brasil, Colômbia, França, Suíça, Alemanha e mais alguns outros que não lembro. Lembro bem do Pavilhão de Portugal, composto por duas edificações monumentais paralelas e de volumetria semelhante, conectadas por uma fina cobertura de concreto que formava uma grande praça coberta. Algo que certamente foi de grande valia em meio ao sol forte que fazia. Hoje me arrependo de não ter dedicado mais tempo a uma das obras primas de Álvaro Siza. Mas nem podia imaginar que algum dia ele iria se tornar um de meus arquitetos preferidos. Sequer que ia me interessar por arquitetura. Havia também um teleférico. Aparentemente ele não possuía nenhuma função além servir de mero atrativo turístico. Foi a primeira vez que andei em um, e confesso que a vista foi muito recompensadora. De dentro da cabine era possível contemplar a grande massa de água formada pelo estuário do rio (quase uma baía), aquela que alguns diziam ser a maior ponte do mundo, as cidades vizinhas ao fundo... E apesar de distante, dava para ver a famosa estátua do Cristo Rei com seus braços abertos. Hoje parece que esse teleférico foi desativado pelo alto custo de manutenção. Nem tudo dura ou é feito para durar. Ao menos enquanto materialidade. Pois a experiência parece ainda não ter se perdido. Falando nisso, lembro de um relógio que meu pai comprou na loja de um dos patrocinadores oficiais para me dar de presente. Os patrocinadores, inclusive, eram muitos. Em vários momentos era até difícil saber se eles eram parte das atrações do evento ou não. Talvez essa divisão nem fizesse muito sentido. Sobre o relógio, devo dizer que era um bom relógio mas também não durou. Só que neste caso a responsabilidade foi toda minha.

O passeio seguia e havia um tal de Pavilhão do Futuro (ou do Amanhã?) na minha lista de prioridades. Tratava-se de uma grande edificação que reunia em seu interior várias atrações interativas, bastante tecnologia de ponta, filmes em terceira dimensão, lições de moral sobre a importância do meio ambiente e da sustentabilidade, gente falando sobre um amanhã promissor... Nem lembro se

gostei. Vou assumir que não, para fingir que eu já possuía um incipiente olhar questionador aos meus treze anos. Outros vários pavilhões foram visitados, as alamedas arborizadas percorridas, algumas paradas para assistir aos espetáculos artísticos que aconteciam em pequenos palcos... Teve também a inevitável visita à loja de “*souvenir*” e várias bugigangas foram compradas. Em algum momento o dia foi acabando. Não sei se todas as minhas expectativas foram contempladas, mas a facilidade que tive para escrever este relato revela que os rastros daquele dia ainda reverberam em meu corpo. Parece até que estive lá no ano passado. Ao final de tudo voltamos para o hotel tranquilamente, na moderna linha de metrô que tinha sido construída para facilitar o acesso dos turistas ao parque onde estava acontecendo o evento. E pensar que já se passaram dezenove anos que visitei a Expo’98 em Lisboa.

Indiscutivelmente não sou mais o mesmo. Enquanto escrevia este relato estive permanentemente tentado a desconstruir qualquer boa impressão que me restava daquele evento, à luz de todas as críticas que devem ser feitas a esse tipo de iniciativa. Não encontrei nenhum registro oficial sobre processos de remoção ou de violência sobre a população local. Mas isso não quer dizer que eles não tenham ocorrido. Já a valorização imobiliária da área está muito bem documentada. O local onde ocorreu o evento foi transformado posteriormente em um novo bairro, hoje marcado pela concentração de empreendimentos residenciais e empresariais voltados para um público de alta renda e para o terciário avançado. Muitos dos equipamentos construídos foram apropriados pelas forças globalizadas do mercado (o Pavilhão da Utopia virou o espaço multiuso MEO Arena, a Torre Vasco da Gama foi incorporada a um hotel luxo) mas vários seguiram sem um uso definido desde então. A edificação projetada por Álvaro Siza foi uma delas. Recuperando algum material oficial de divulgação, redescobri que o tema da Exposição Mundial de 1998 foi “Os oceanos: um patrimônio para o futuro”. Isso foi incorporado pela proposta de reurbanização através de uma série de elementos que procuraram “restabelecer” a relação da cidade de Lisboa com o Rio Tejo. A fórmula hoje é bem conhecida: produzir espaços públicos de qualidade, criar alguns pontos para contemplar uma paisagem cenográfica, instalar empreendimentos âncora (como foi o caso do Aquário), atrair investidores privados, usar a arquitetura de ponta. Devo lembrar

que na década de 1990 esse era o modelo hegemônico e ainda vendido enquanto uma novidade promissora. Sua retórica em torno do “renascimento” tinha uma força que também não deve ser desconsiderada

Vejamos o caso de Portugal. O país tinha restituído o regime democrático em 1976 e ingressado na Comunidade Económica Europeia (atual União Europeia) em 1986. Eu cheguei a Portugal em 1987 e lá fiquei até 1999. Durante esse período pude acompanhar uma década de estabilidade política e económica que resultaram em bons índices de crescimento e um amplo processo de modernização. Os generosos financiamentos oferecidos pela União Europeia tiveram um papel central nesse processo. Lembro que as placas do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional eram onipresentes na cidade onde vivia, anunciando obras de infraestrutura, novos equipamentos públicos de qualidade e a multiplicação das estruturas turísticas. Na outra ponta desse processo as redes internacionais de hotelaria começavam a se estabelecer, alguns *shopping centers* foram construídos, grandes cadeias de varejo se instalaram. Era o capitalismo em sua forma globalizada fazendo seu trabalho. Em 1992 é quebrado o monopólio da televisão estatal e chegam os canais comerciais e a televisão à cabo. Com isso o espetáculo passa a estar conectado em tempo real com todas as tendências que vinham dos países do *mainstream* europeu.

Vale lembrar que em 1992 Portugal assumiu a presidência do Conselho da União Europeia (alternada periodicamente entre os países membros), instalada em uma bela edificação projetada por Manuel Salgado e Vittorio Gregotti em Belém, em frente ao local que teria servido de ponto de partida para o processo de colonização nos séculos XVI e XVII. Em 1994 Lisboa foi escolhida como Capital Europeia da Cultura e em 1998 José Saramago recebe o Premio Nobel da Literatura. A Expo'98 se colocava à época como a apogeu desse percurso. Mas devo ressaltar que havia também um saudosismo imperialista bem presente no projeto do parque e na concepção do evento como um todo. Alguns elementos deixam isso bem evidente, como as referências aos “grandes navegadores” na nomeação dos espaços públicos (Vasco da Gama, Bartolomeu Dias, Fernão de Magalhães), o pavilhão dedicado às “comunidade portuguesas”, um jardim em homenagem ao Timor.

Figura 21 - EXPO'98 Lisboa – Mapa Geral



Fonte: Acervo do autor (1998)

Não pretendo fazer nenhuma análise profunda sobre a história recente de Portugal. Trata-se apenas de um relato. Uma pequena narrativa que resolvi acionar para dar para dar um colorido etnográfico a algumas questões que estão sendo discutidos neste conjunto de textos. Particularmente para mostrar que a compreensão das inúmeras dimensões estruturais envolvidas – a geopolítica da globalização, o capitalismo financeirizado, a formação dos grandes blocos econômicos – não podem estar desconectada das diferentes escalas necessárias para a sua efetivação e legitimação. Aquele grande evento dependia daquele menino de treze anos para acontecer da forma como aconteceu.

Obviamente que sua explicação não se limita a isso. Mas não há como desconsiderar o que acontece no nível da rua, do cotidiano, dos afetos, das partilhas. Esses eventos sabem bem como cativar os indivíduos e essa talvez seja a sua maior perversidade. Além da sua capacidade inegável para potencializar projetos políticos modernizadores e capitalizar ciclos econômicos ascendentes. Para encerrar este relato devo dizer que Portugal voltaria a sediar outro grande evento seis anos mais tarde. Em 2004 ele foi palco do Campeonato Europeu de Futebol da UEFA, considerado o terceiro maior evento esportivo do mundo. Mas o desfecho não foi dos melhores. Após chegar à final, a seleção portuguesa foi derrotada em Lisboa pela seleção grega e deixou escapar o título inédito. Não perderam de 7 x1 mas o impacto deve ter sido o mesmo. Ao longo da década seguinte o país enfrentou uma grave crise fiscal resultante do endividamento excessivo do poder público (em grande parte ligado aos devaneios da década de 1990) e da estagnação da economia nacional, que resultou em intervenções restritivas por parte do Fundo Monetário Internacional e do Banco Central Europeu. Um período longo de austeridade e crise social que só agora começa a dar sinais de melhora.

Muitos anos depois da experiência que foi relatada neste breve texto, fui envolvido por outros dois grandes eventos: A Copa do Mundo de 2014 e os Jogos Olímpicos de 2016. Poderia fazer um relato semelhante para cada um deles mas acho que ia soar um pouco repetitivo. Ou será que não estive falando deles este tempo todo?

TEXTO N.º4:

RIO DE JANEIRO: DA CIDADE QUE SE DIZ ESTRATÉGIA ÀS ESTRATÉGIAS
QUE DIZEM CIDADE

RIO DE JANEIRO CIDADE GLOBAL?

A cidade do Rio de Janeiro passou por uma década intensa. O período compreendido entre a realização dos Jogos Pan-Americanos de 2007 e os Jogos Olímpicos de 2016 ficou marcado pela inserção da cidade em um circuito internacional de grandes eventos de diversas ordens, que mobilizaram um volume significativo de recursos (públicos e privados) e foram usados como pretexto para a realização de diversas intervenções urbanas de grande porte na cidade. Fazendo um rápido retrospecto dos principais eventos ocorridos, cabe citar os V Jogos Mundiais Militares do CISM em 2011⁸⁵, a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (RIO+20) em 2012, a Copa das Confederações FIFA de 2013⁸⁶, a XXVIII Jornada Mundial da Juventude de 2013⁸⁷, a Copa do Mundo FIFA de Futebol Masculino de 2014, além dos já citados Jogos Olímpicos e Paralímpicos de Verão de 2016. Ao lado destes eventos organizados por grandes e poderosas instituições internacionais, poderia acrescentar também vários outros eventos esportivos mais modestos – exposições

⁸⁵ Trata-se do Conselho Internacional do Desporto Militar, entidade transnacional fundada após o final da Segunda Guerra mundial e sediada em Bruxelas. Organiza competições regulares desde a década de 1950 e em 1995 passou a organizar eventos quadrienais similares aos Jogos Olímpicos.

⁸⁶ Competição realizada pela FIFA um ano antes da Copa do Mundo para divulgar o evento e servir como teste para a organização das cidades-sede. No caso brasileiro ela esteve envolta pela onda de manifestações que tomou conta do país em 2013.

⁸⁷ Evento bienal organizado pela Igreja Católica desde 1985. A edição carioca teve cerca de 400.000 inscritos e algumas atividades públicas chegaram a reunir mais de um milhão de pessoas, particularmente aquelas que contaram com a presença do Papa Francisco.

com celebridades do mundo do esporte, campeonatos mundiais de diversas modalidades, provas especiais como maratonas – além de incontáveis feiras e convenções ligadas ao mundo corporativo e empresarial. No campo do entretenimento, tivemos a volta do Rock in Rio em 2011 e sua transformação em um evento bienal que consolidou a presença da cidade no calendário dos grandes festivais internacionais de música *pop*, atraindo desde então um público aproximado de meio milhão de pessoas a cada edição⁸⁸.

A inserção do Rio de Janeiro nesse circuito não se deu por acaso nem deve ser considerada como um mero reflexo das “dinâmicas do mercado” e seus “fluxos globais de investimento”. Um dos objetivos que orientam este texto é discutir o quanto esse processo foi parte de um arranjo complexo, que instituiu a projeção da cidade no cenário nacional e internacional como um movimento calculado (e calculista), efetuado pelas forças que controlaram a administração municipal ao longo das últimas duas décadas. Havia um interesse explícito em dizer a cidade do Rio de Janeiro dessa forma. Isso foi parte tanto de uma estratégia política que envolveu seis mandatos de três prefeitos diferentes, quanto de uma estratégia econômica que pretendia integrar a cidade à ordem que se estabelecia nos planos nacional e internacional.

Durante esse período – que atravessou na esfera federal os governos de Fernando Henrique Cardoso, Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff – a cidade apostou de forma continuada em um urbanismo de caráter neoliberal (para usar um termo comum na literatura especializada) e procurou reproduzir muitas das soluções urbanísticas e institucionais que vinham sendo adotadas por grandes cidades dos países centrais desde meados da década de 1980. O prefeito César Maia (com ajuda incontestada de seu Secretário Municipal de Urbanismo Paulo Conde) foi quem assentou as bases desse “projeto de cidade” que só foi alcançar seu ápice nos dois mandatos de Eduardo Paes (2009-2012 e

⁸⁸ Dados da EMBRATUR indicam que em 2013 o Brasil assumiu a segunda posição no *ranking* dos países do continente americano que mais sediaram eventos, ficando atrás apenas dos Estados Unidos da América (EMBRATUR, 2015). Pesquisa realizada pelo SEBRAE segue na mesma direção e aponta que entre 2001 e 2013 o número de eventos aumentou em 80,4% e a receita gerada cresceu em 465,2%. Metade dos quase 600.000 eventos realizado no país durante esse período ocorreu na região sudeste e o protagonismo incontestado nesse setor segue sendo da cidade de São Paulo, agora seguida e perseguida de perto pela cidade do Rio de Janeiro (SEBRAE/ABEOC, 2014).

2013-2016). Mas ele não alcançou este feito sozinho. A participação do governo federal – com o interesse político de Lula aliado ao projeto desenvolvimentista de Dilma Rousseff e Guido Mantega – foi fundamental para a efetivação das propostas que deram forma a este projeto, inclusive para conseguir atrair e concretizar a tão desejada Olimpíada. A dimensão multiescalar desse arranjo será explorada ao longo do texto. Serão discutidas também quais as soluções urbanísticas que foram adotadas para dizer esse projeto que foi estabelecido para a cidade do rio de Janeiro. Compreender como a prefeitura usou – e irei me concentrar nos mandatos de Eduardo Paes – a transformação da cidade como marca de um determinado dizer.

Eduardo Paes investiu forte nesse programa de “cidade-evento” ao longo das duas gestões em que esteve à frente da prefeitura. Se tomarmos como exemplo um manual para investidores internacionais publicado pela Agência Rio Negócios no ano de 2014⁸⁹, vemos que a “indústria dos megaeventos” estava colocada em destaque como segmento estratégico para a atração de investimentos e como vetor importante para o desenvolvimento de outras áreas ligadas ao turismo e ao setor de serviços. Documento que aciona em seu *briefing* vários *standards* desses manuais de *best practices* sobre gestão pública – “desenvolvimento sustentável”, “ambições estratégicas”, “cidade inteligente”, “criatividade” – além de diversos clichês – “exuberância natural”, “riqueza cultural”, “receptividade dos cariocas” – largamente difundidos sobre a cidade desde princípios do século XX (Rio Negócios, 2014).

Esses elementos discursivos foram repetidos exaustivamente pela Prefeitura na justificativa de suas ações, na divulgação de seus projetos, nos debates públicos sobre as intervenções realizadas ou mesmo em seus diagnósticos e relatórios oficiais. A grande mídia, que sempre foi conivente e generosa com as ações de Eduardo Paes, colaborava reforçando essas formulações através de seus editoriais e cadernos especiais que tiveram um papel significativo na difusão dessas narrativas. O tom adotado pelo “discurso oficial” durante os seus governos era de que a cidade do Rio de Janeiro estava

⁸⁹ Agência criada pela prefeitura do Rio de Janeiro em 2010 – na primeira gestão de Eduardo Paes – para promover a atração de investimentos do setor privado, dando suporte às empresas interessadas e promovendo ações de divulgação da cidade.

(finalmente) em vias de se tornar uma potência global, uma metrópole cosmopolita e empreendedora, um *pool* transnacional de negócios. Formulações que estiveram permeadas por um ufanismo que também transparece no supracitado documento da Agência Rio Negócios, quando afirma que: “*Brazil has finally become a ‘country of the present’ rather than the ‘perpetual country of the future’*” (p.12). Ou ao proclamar de forma peremptória que “*Rio de Janeiro is living at a new ‘Golden Age’*” (p.22). O uso da palavra Rio-de-Janeiro como metonímia de Brasil também se tornou recorrente, tanto por parte da prefeitura quanto do governo federal, indicando que o interesse no “projeto de cidade” em jogo e a crença em seu suposto “sucesso” não estava limitado à esfera local.

De fato, é difícil negar que o momento em que Eduardo Paes esteve à frente da prefeitura parecia promissor. A cidade recebia grandes investimentos públicos por parte das três esferas de governo e as taxas de ocupação se aproximavam de uma situação de pleno-emprego. O aumento real progressivo do salário mínimo estava efetivamente melhorando as condições de vida da população⁹⁰ e os índices de criminalidade vinham caindo e se estabilizando, após um período de intensos conflitos sociais nas duas décadas anteriores⁹¹. Em meio a isso chega a tão festejada vitória na disputa para sediar as primeiras Olimpíadas do continente sul-americano.

Ruben Oliven e Arlei Damo lembram que a cerimônia oficial para escolha da cidade-sede, realizada pelo Comitê Olímpico Internacional em Copenhagen no ano de 2009, foi transmitida ao vivo pela Rede Globo e a prefeitura organizou um grande evento simultâneo na Praia de Copacabana, que reuniu mais de 50.000 pessoas para acompanhar o anúncio em grandes telões instalados na areia. Após a confirmação, o público comemorou efusivamente como se estivesse festejando a conquista de algum título inédito. O que não deixava de ser verdade. O

⁹⁰ Segundo os números da Pesquisa Mensal de Emprego do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), entre 2010 e 2015 as taxas de desemprego permaneceram a maior parte do tempo abaixo dos 5%, tendo alcançado 3% em agosto de 2014 (IBGE, 2017). O aumento real constante do salário mínimo foi uma das medidas adotadas pelos governos do Partido dos Trabalhadores de maior impacto na economia, com fortes reflexos na diminuição da desigualdade social verificada no período e no aumento do consumo das famílias (Singer, Os sentidos do lulismo. Reforma gradual e pacto conservador, 2012)

⁹¹ Segundo dados do Instituto de Segurança Pública do Governo do Estado do Rio de Janeiro, as taxas de letalidade violenta caíram de um pico de 75,9 por 100.000 habitantes em 1994 para uma média de 24/25 por 100.000 habitantes entre 2012 e 2015 (ISP-RJ, 2017).

Presidente Luiz Inácio Lula da Silva (presente na cerimônia oficial) declarava com grande entusiasmo: “É dia de comemorar, porque eu acho que o Brasil saiu do patamar de país de segunda classe (...) Porque o Rio de Janeiro e o Brasil provaram ao mundo que nós conquistamos cidadania absoluta, absoluta mesmo. Ninguém agora tem mais dúvida da grandeza econômica, da grandeza social, da capacidade nossa de apresentar um programa” (Oliven & Damo, 2013, p. 33). Dois anos antes já havia sido confirmada a escolha do Brasil para sediar a Copa do Mundo de 2014, com final marcada para acontecer no Estádio do Maracanã. A realização das Olimpíadas representava o auge de uma era virtuosa para o Brasil e para o Rio de Janeiro. Eduardo Paes soube capitalizar muito bem esse momento a seu favor e foi uma figura fundamental para a sua efetivação.

Mas antes de seguir nessa narrativa, devo lembrar que essa “conquista” de Eduardo Paes representam a concretização de um ciclo que começou a ser gestado ainda na década de 1990, durante a primeira gestão do prefeito César Maia. Algumas considerações sobre isso merecem ser feitas para compreender o que representava para a cidade aquela vitória em Copenhagen.

Durante a década de 1990, o Brasil vinha ensaiando um novo período de estabilidade institucional após uma década de transição política e ajuste econômico. Os governos de João Figueiredo (1979-1985) e José Sarney (1985-1990) tinham sido marcados por crises fiscais agudas, que tiveram impactos restritivos sobre a capacidade de investimento do Estado – falo aqui principalmente da crise da dívida que levou à moratória declarada por Sarney em 1987 – e por uma sequência de planos econômicos pouco efetivos que buscavam equilibrar a inflação explosiva e restabelecer o poder de compra da população. Nesse mesmo período se consolidou também a abertura política e a reconstituição das bases democráticas suprimidas durante os governos militares, com a realização da Assembleia Constituinte em 1987 e a retomada das eleições diretas para Presidente da República em 1989. Foi quando se acomodou o novo espectro partidário que viria a dominar a política nacional até meados da década de 2010, com desdobramentos da ARENA e do MDB em legendas como o Partido Progressista (PP), Partido da Frente Liberal (PFL), Partido do Movimento

Democrático Brasileiro (PMDB) e Partido da Social-Democracia Brasileira (PSDB).

O campo progressista também voltou a ter liberdade para se organizar e viveu um período deveras bastante profícuo. Houve a volta dos partidos herdeiros do trabalhismo varguista – Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e Partido Democrático Trabalhista (PDT) – a recomposição de siglas que remetiam à antiga militância comunista – Partido Popular Socialista (PPS), Partido Comunista Brasileiro (PCB), Partido Comunista do Brasil (PC do B) – além da criação do Partido dos Trabalhadores (PT) que rapidamente se transformou no maior partido de esquerda do país. Ao lado deles houve também a organização e reorganização de diversos movimentos (muitos deles também chamados de “novos” movimentos sociais) que passaram a desempenhar um papel fundamental na luta por direitos e cidadania: Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST), Movimento Nacional de Luta pela Moradia (MNLN), Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), O Fórum Nacional da Reforma Urbana (FNUR), dentre outros ligados a agendas emergentes no campo progressista como meio ambiente, gênero e igualdade racial.

Isso indica que a década de 1980 esteve longe de ser uma “década perdida”, como insistem muitos analistas excessivamente preocupados com desempenho dos indicadores econômicos. Marcos Souza defende que foi um período de grande aprendizado democrático e intensa experimentação institucional, marcado por uma luta entre projetos concorrentes de desenvolvimento que reverbera até os dias de hoje (Souza M. B., 2013). Havia grupos progressistas se articulando para consolidar princípios universalistas e políticas públicas de caráter redistributivo (muitas delas consolidadas pela Constituição de 1988); setores hegemônicos alinhados aos interesses do capital internacional que se organizavam para inserir o país no “ciclo neoliberal”; além de grupos políticos tradicionais que procuravam alianças para seguir reproduzindo as mesmas lógicas – clientelistas, paternalistas, coronelistas – há muito presentes em nossa prática política.

O governo de Fernando Collor (1990-1992) foi uma primeira aposta na busca pela constituição de uma nova hegemonia, sustentada por um arranjo

político conservador, que colocou como prioridade a reforma do Estado através da adoção de uma agenda econômica neoliberal voltada para a abertura da economia nacional e o desmonte das estruturas herdadas dos ciclos nacional-desenvolvimentistas precedentes. Collor, inclusive, foi responsável pela primeira candidatura olímpica do país visando sediar os jogos de 2000 em Brasília. A candidatura pouco avançou e o presidente sequer chegou a encerrar o seu mandato, tendo sido derrubado por um processo de *impeachment*.

Marcos Souza ressalta que a constituição de uma hegemonia capaz de sustentar esse projeto de forma consistente foi acontecer apenas durante os governos de Fernando Henrique Cardoso (1995-1998 e 1999-2002). No âmbito da economia, o Plano Real lançado no governo de Itamar Franco (1992-1994) tinha conseguido produzir efeitos positivos sobre a estabilização monetária e controle da inflação, ao passo que a liquidez existente no cenário internacional vinha direcionando um bom fluxo de capitais para a América Latina. No âmbito político tinha se constituído uma coalizão partidária de centro-direita comandada pelo PSDB e pelo PFL (atual DEM), que sustentou no Congresso Nacional as medidas necessárias para implementar o programa proposto pelo governo. A eleição de vários governadores alinhados na eleição de 1994 – a exemplo de São Paulo (Mário Covas/PSDB), Rio de Janeiro (Marcelo Alencar/PSDB), Minas Gerais (Eduardo Azeredo/PSDB) e Bahia (Paulo Souto/PFL) – também ajudou a fortalecer esse cenário. A “virada neoliberal” apostou no tripé monetarismo/desregulação/privatização, manifesto em uma política de juros altos, abertura comercial ampla, ajuste fiscal progressivo, câmbio valorizado, quebra de monopólios estatais, além de uma rejeição às políticas de subsídios ou incentivo à produção industrial para evitar “distorções” no mercado (Souza M. B., 2013).

Nesse período a influência exercida pelas agências multilaterais no Brasil tinha crescido de forma significativa. Os acordos de renegociação da dívida externa firmados com o Fundo Monetário Internacional e com o Banco Mundial, exigiram uma série de contrapartidas voltadas para a reforma das instituições e dos modelos de desenvolvimento econômico⁹² (Arantes P. F., 2006). As diretrizes

⁹² “Em 1993, o Banco Mundial afirma que 90% de seus projetos na América Latina pretendiam ter impacto sobre a governança. Nunca antes as instituições financeiras haviam interferido tanto na organização política e na maneira de governar dos países devedores. Em um quadro de

de ambas as agências defendiam a adoção de políticas urbanas que fossem baseadas em receitas não-subsidiadas e que desonerassem os orçamentos dos altos custos envolvidos na provisão e manutenção das redes de infraestrutura e serviços básicos. No plano da gestão municipal era advogada a adoção de “modelos de gestão empreendedora” que visassem a transformação das cidades em “máquinas de produzir riqueza”. O “planejamento estratégico” passa a ser vendido aos países da América Latina como a solução mais adequada para efetivar essa agenda e as “parcerias público-privadas” como a melhor forma de executar os investimentos (Arantes P. F., 2006).

Os três mandatos de César Maia (1993-1996; 2001-2004; 2005-2008) e o mandato de Luiz Paulo Conde (1997-2000) à frente da prefeitura do Rio de Janeiro, representaram o desdobramento dessas mesmas diretrizes políticas e econômicas no plano local⁹³. A elaboração do primeiro plano estratégico da cidade entre 1993 e 1996 (o plano Rio-Sempre-Rio) pode ser considerado como o “mito de origem” do modelo de desenvolvimento urbano que desaguou, duas décadas depois, onda de grandes eventos e de projeção da cidade no cenário internacional. A retórica adotada pela prefeitura apostava em elementos relacionados à “modernização da gestão”, às “capacidades competitivas da cidade”, à “inserção no mundo globalizado” e assim por diante. Paulo Conde tinha incentivado o prefeito César Maia a contratar a empresa catalã de consultoria *Tecnologias Urbanas Barcelona S.A* – liderada por Jordi Borja – para elaboração do plano estratégico, sendo de esperar que as soluções defendidas não apresentassem muitas novidades em relação ao que vinha sendo feito em outros países, reproduzindo muito do “senso comum urbanístico” que tinha se constituído na década de 1990⁹⁴.

privatização de empresas públicas e ampliação dos negócios internacionais, elas passam a exigir um Estado eficiente na proteção e garantia dos direitos contratuais e de propriedade, com um corpo de leis e regulações desenhado para advogar credibilidade para esses direitos” (Arantes P. F., 2006, p. 68)

⁹³ Cabe ressaltar que Luiz Paulo Conde foi um aliado importante de César Maia e desempenhou um papel central como Secretário Municipal de Urbanismo durante a sua primeira gestão, que lhe garantiu capital político suficiente para disputar e vencer o pleito seguinte sobre os candidatos Sergio Cabral Filho (PSDB) e Chico Alencar (PT). Nos anos seguintes ele rompeu com César Maia e chegou a disputar contra ele, sem sucesso, as eleições municipais de 2000 e 2004.

⁹⁴ Termos que remete à discussão apresentada previamente no Texto nº2 desta tese.

Ao dizer Rio, a prefeitura estava explicitamente querendo dizer Barcelona ou qualquer outra grande cidade que tivesse investido em projetos semelhantes. O plano chega a citar os exemplos de Lisboa, Bilbao, São Francisco e Quito. Mas é importante ressaltar que ao dizer Rio o plano também estava querendo dizer Rio. Afirmar o que ele deveria ser enquanto Cidade. E para isso ele estabelecia uma gramática de elementos discursivos que possibilitava a realização desse dizer, redobrado sobre o desejo de concretizar um projeto político emergente e o interesse em conformar um novo arranjo econômico que acomodasse as forças envolvidas. O plano foi uma aposta de um grupo político, que pretendia marcar posição em um contexto que se mostrava propício ao estabelecimento de novas referências e quiçá de novas lideranças. O investimento em modelos ditos inovadores de gestão pública e planejamento urbano foi um recurso usado para isso. Um recurso nada ingênuo, pois possibilitava a constituição de pontes concretas entre um “projeto de cidade” que garantia grande visibilidade no plano nacional e internacional e os diversos interesses que estavam em jogo.

Um rápido olhar sobre os principais projetos apresentados pelo plano Rio Sempre Rio, demonstra o quanto ele estava alinhado com a experiência internacional. Fora incluída a construção de um parque tecnológico associado ao campus da Universidade Federal do Rio de Janeiro na Ilha do Fundão; o Programa Favela-Bairro que pretendia promover uma integração física das áreas de favela ao tecido urbano da dita “cidade formal” e chegou a contar com o apoio do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID); a construção de um porto marítimo em Sepetiba para transformar a cidade em *hub* internacional de transporte de carga; o Programa de Design do Rio de Janeiro para incentivar a tão desejada indústria criativa; a implementação do Teleporto do Rio para criar a infraestrutura necessária para atrair o terciário avançado; além de um programa para “revitalizar” a área central e a região portuária (Rio de Janeiro, 1996).

Esses projetos caminharam a passos lentos e, em termos concretos, Cesar Maia e Paulo Conde conseguiram efetivar apenas algumas intervenções pontuais relacionadas a eles. A prefeitura investiu na produção de grandes “objetos arquitetônicos”, que tinham por objetivo operar como catalisadores para o desenvolvimento de determinados bairros e favorecer a constituição de uma

imagem publicitária que mostrasse uma “cidade competitiva” investindo na sua “modernização”. Grande parte deles estava localizada sobre um eixo que começava na região portuária e seguia pelos bairros da Zona Sul até chegar à Barra da Tijuca (Ribeiro, 2009). Devo destacar aqui os projetos da Cidade do Samba na Gamboa, do Museu Guggenheim no Píer Mauá projetado por Jean Nouvel (que nunca saiu do papel) e da Cidade da Música na Barra da Tijuca projetada por Christian de Portzamparc⁹⁵.

De maneira geral os investimentos eram justificados a partir da suposta necessidade de criar um ambiente urbano que favorecesse a atração de investidores e melhorasse a qualidade de vida da população local. Fica evidente aqui o papel do *city marketing* (que se tornou um dos pilares da política urbana da prefeitura desde então) mas também a assunção de uma concepção de investimento público, em que a população da cidade passa a ser concebida enquanto “consumidora” ou “usuária” de espaços públicos diferenciados (Ribeiro, 2009). Uma visão conflitante com os princípios universalistas do *welfare state*, por atrelar as intervenções urbanas ao seu potencial de retorno econômico para os cofres públicos (e privados também), algo que tende a privilegiar determinados recortes territoriais mais afeitos às possibilidades de interesse do capital. Isso ficou evidente na centralidade que foi dada à região central/portuária da cidade como campo aberto para novos investimentos e à região da Barra da Tijuca que já vinha concentrado os interesses do capital imobiliário desde a década de 1970. Adotando os termos empregados por Carlos Vainer: um projeto político em que a *polis* enquanto expressão da cidadania, passa a ser subjugada pela *city* enquanto espaço de negócios (Vainer, 2016).

Fernanda Sánchez *et alli* apontam que uma das implicações da adoção desse planejamento “estratégico” e “empreendedor” foi a desarticulação de estruturas mais abrangentes de planejamento urbano, particularmente através da desmobilização da equipe técnica que era responsável pela coordenação do Plano Diretor vigente e de um forte questionamento quanto à pertinência desse instrumento. Algo compreensível pois o plano remetia em sua origem ao ideário desenvolvimentista e tinha sido atualizado em 1992 com a incorporação de

⁹⁵ A Cidade da Música só foi finalizada por Eduardo Paes e rebatizada de Cidade das Artes.

elementos do debate progressista ligados aos princípios da reforma urbana (Sánchez et alli, 2012). A posição de César Maia pretendia se situar no outro polo desse espectro político e apostar na suposta “modernidade” do “urbanismo de resultados” que estava em voga.

As posições de Paulo Conde – que além de político era arquiteto e professor de uma das mais importantes faculdades de arquitetura do país – também se mostravam críticas em relação aos instrumentos tradicionais de planejamento. Ele advogava (ao refletir sobre a situação do Rio de Janeiro) a favor de uma concepção de planejamento urbano em que a cidade fosse vista como o aglomerado de uma multiplicidade de lugares, que demandariam medidas localizadas que atentassem à dinâmicas diferenciadas mas coexistentes da vida urbana. Não daria para resumir o planejamento a um conjunto de instrumentos jurídicos ou índices estáticos e de caráter homogeneizante. Com isso o *desenho urbano* e o *projeto urbano* eram acionados como modalidades de intervenção privilegiadas para transformar a cidade. A dimensão do “espaço público” surge como outra categoria associada a essa defesa da escala local e de um “micro-planejamento” que buscasse privilegiar e exaltar a vida cotidiana e suas dinâmicas (Novais, 2003).

Um dos resultados concretos dessa visão foi o Programa Rio-Cidade, voltado para a execução de melhorias pontuais no espaço público e na infraestrutura de diversos bairros. Outra medida a ser destacada foi o aumento da violência dos aparatos de repressão sobre determinados usos do espaço público – comércio informal, mendicância, prostituição, biscates – considerados como expressão da degradação urbana que tinha tomado conta da cidade ao longo das décadas anteriores. O discurso oficial se apoiava sobre o argumento de que era preciso “resgatar” o espaço da rua para “devolvê-lo aos cariocas” e acabar com a sua privatização indevida (Sánchez et alli, 2012). A Guarda Municipal da Cidade do Rio de Janeiro foi implantada em 1993 para ajudar a desempenhar esse papel. Além da limpeza social explícita e o caráter excludente desse tipo de formulação leviana – pois sabemos bem qual o perfil socioeconômico dos indivíduos envolvidos nesse tipo de atividade que estava sendo condenada – transparece também uma marca importante desse urbanismo contemporâneo defendido por

César Maia e Paulo Conde ou por tantos outros “gestores” mundo afora: a crescente necessidade de militarizar os espaços públicos para viabilizar os programas e projetos de “revitalização” propostos. Há que considerar o agravamento dessa questão nos países da América Latina – com seus significativos níveis de pobreza urbana e desigualdade social – que assentavam essas intervenções sobre um sentimento generalizado de “crise urbana” que se constituiu ao longo da década de 1980⁹⁶.

Não faria sentido aqui discutir se havia de fato uma crise urbana ou não, cabe apenas deixar claro que essa questão estava formalmente posta pelo discurso oficial e que as respostas oferecidas recaíram sobre os segmentos mais vulneráveis da estrutura social. Algo que estava longe de ser uma novidade na história da cidade do Rio de Janeiro⁹⁷. Formulações que insistiam em adotar uma retórica sobre o “renascimento”, mas deixando evidente que ele não estaria acessível para todos.⁹⁸.

Para Fernanda Sánchez *et alli*, é possível resumir as ações governamentais que começaram a ser implementadas no primeiro mandato de César Maia a partir de duas grandes diretrizes: a fragmentação do planejamento através de intervenções pontuais e as ações de ordenamento urbano voltadas para a normatização dos espaços públicos. Ambas norteadas pelo interesse em criar uma nova identidade para a cidade e gerar um sentimento de pertencimento

⁹⁶ É digno de nota que o avanço dos condomínios fechados enquanto opção de moradia para as classes médias e altas também foi significativo ao longo das décadas de 1980 e 1990 em grande parte dos países da América Latina. Para uma reflexão clássica sobre essa questão para o caso brasileiro ver as considerações de Teresa Caldeira sobre São Paulo (Caldeira, 2000). Cabe citar considerações semelhantes sobre Buenos Aires (Lacarrière & Thuillier, 2001), Santiago do Chile (Hidalgo *et alli*, 2006) e Caracas (Garcia & Villá, 2001). Mike Davis também ressalta a relação entre a “revitalização” da área central de Los Angeles na década de 1990 e a crescente militarização do espaço públicos (Davis, 1992)

⁹⁷ Isso vem sendo algo recorrente na cidade do Rio de Janeiro desde finais do século XIX. Historicamente os espaços populares sofrem com os abusos exercidos pelo poder público e estão sujeitos a ações violentas de repressão ou remoção, na maioria das vezes “justificadas” pela necessidade efetuar melhorias ou intervenções no espaço urbano.

⁹⁸ Basta ler as críticas de Manuel Delgado ao tão bem quisto “Modelo de Barcelona” para se avaliar o quão restritiva pode se tornar essa “ideologia do espaço público” quando associada a grandes projetos de intervenção urbana: “Barcelona está se tornando o paradigma de um estilo de construção da vida urbana que aparece marcada pela re-apropriação capitalista da cidade, numa dinâmica em que os elementos fundamentais e recorrentes são a transformação do espaço urbano em um parque temático, a gentrificação dos centros urbanos – após a devida expulsão da história –, a terceirização – o que implica a reconversão de bairros industriais inteiros –, a disseminação de uma miséria crescente que não se consegue ocultar, o controle sobre um espaço público cada vez menos público, quer dizer, acessível a todos” (Delgado, 1995)

para seus moradores (Sánchez et alli, 2012). A tentativa de transformar a cidade em um polo cultural e de entretenimento também fazia parte desse projeto, assim como a realização de grandes eventos esportivos internacionais (Ribeiro, 2009).

Os mandatos de Eduardo Paes deram continuidade a essas diretrizes e intensificaram muitas dessas proposições. O plano Rio Sempre Rio também já apresentava em suas considerações a importância de avaliar uma candidatura da cidade para os Jogos Olímpicos de 2004. Essa proposta foi elaborada pela Prefeitura em 1995, mas segundo Katia Rubio não houve o envolvimento necessário por parte das diferentes esferas de governo para desenvolver um projeto integrado, com força política e garantias econômicas suficientes para convencer o Comitê Olímpico Internacional (Rubio, 2010). A cidade nem chegou a se classificar para a fase final do processo seletivo. A relação pouco amistosa entre o prefeito César Maia e governador Marcelo Alencar dificultou a coordenação de qualquer investimento que pudesse ajudar a viabilizar as intervenções propostas e disputas internas dentro da Prefeitura também atrapalharam. Gabriel Silvestre aponta que o prefeito César Maia e Carlos Arthur Nuzman (recém empossado presidente do Comitê Olímpico Brasileiro) passaram a se posicionar contra o projeto que estava sendo desenvolvido e o prefeito sequer recebeu a comitiva do Comitê Olímpico Internacional em sua visita à cidade (Silvestre, 2017).

A animosidade do prefeito César Maia decorreu principalmente das opções urbanísticas adotadas pela equipe responsável pelo projeto. Em 1995 foi criada uma empresa de consultoria específica para preparar a candidatura – a Rio Barcelona Consultores – coordenada pelo arquiteto Lluís Millet, que esteve envolvido na preparação da cidade de Barcelona para as Olimpíadas de 1992. O projeto carioca seguiu o mesmo “espírito” do projeto catalão e procurou distribuir os equipamentos de forma a favorecer mudanças estruturais na cidade e promover um impacto urbano significativo. Ao lado de áreas escolhidas por sua importância simbólica ou esportiva (o Estádio do Maracanã, a Lagoa Rodrigo de Freitas, a Marina da Glória, as praias da Zona Sul, a Vila Militar de Deodoro) foram destinados alguns poucos investimentos para a Barra da Tijuca (Velódromo, Ginásio, Centro de Tiro com Arco, atividades no Riocentro), ficando

decidido que o Parque Olímpico seria instalado na Ilha do Fundão (Silvestre, 2017). Millet pretendia resgatar o projeto do Estádio Universitário que já constava no plano diretor original feito pelo arquiteto Jorge Machado Moreira para a ilha na década de 1950 e construir uma série de instalações esportivas que seriam incorporadas posteriormente pelo patrimônio da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Dentre elas a construção de uma Vila Olímpica que seria transformada em alojamento para estudantes e docentes e a implantação de um parque linear para recuperar a orla da ilha⁹⁹. Havia também o interesse em melhorar as redes de transporte que serviam a ilha, despoluir as águas da Baía da Guanabara, além de promover melhorias nas áreas de favela vizinhas ao parque olímpico (Silvestre, 2017).

O projeto não agradou o prefeito César Maia que passou a fazer oposição aos esforços do secretário Paulo Conde e Lluís Millet para viabilizar a proposta. Parece que nem tudo que vinha de Barcelona interessava ao prefeito. Após o fracasso (anunciado) dessa primeira tentativa, a prefeitura resolveu concentrar seus esforços na candidatura para os Jogos Pan-Americanos de 2007. Foi feito um grande investimento em campanhas de *marketing* para promover a cidade do Rio de Janeiro e houve um empenho pessoal do prefeito César Maia para angariar apoio, conseguindo articular um poderoso grupo de agentes que envolveu técnicos do executivo, membros do legislativo municipal e estadual, além de empresários da cidade (Sánchez et alli, 2012).

O projeto foi bem sucedido e abriu as portas da cidade para o tão desejado mundo dos grandes eventos internacionais. Desta vez o projeto privilegiou a Barra da Tijuca, deixando claro o interesse da prefeitura em contribuir com a sua valorização e articulação com a obscura rede empresários do setor imobiliário que atuam naquela região¹⁰⁰. Houve também a construção do Estádio Olímpico João Havelange em Engenho de Dentro, de instalações esportivas na Vila Militar de Deodoro e de estruturas temporárias em partes da Zona Sul. Um dos objetivos dos Jogos Pan-Americanos era capacitar a cidade para uma nova candidatura Olímpica. César Maia tentou em seu último mandato sediar os Jogos

⁹⁹ Algo semelhante ao ocorrido com as instalações dos Jogos Pan-Americanos de 1963 e a sua incorporação pela Universidade de São Paulo após o fim do evento.

¹⁰⁰ Sobre o processo de urbanização da Barra da Tijuca e a atuação dos empresários do setor imobiliário, ver a dissertação de Renato Cosentino Guimarães (Guimarães R. C., 2015).

Olímpicos de 2012, mas novamente não obteve sucesso. Coube a Eduardo Paes a realização desse feito consagrado em 2009¹⁰¹.

O sucesso da candidatura para os Jogos Olímpicos de 2016 foi fruto de um arranjo muito particular. Quando Eduardo Paes assumiu a prefeitura do Rio de Janeiro em 2009, o país estava entrando em um ciclo econômico virtuoso. Algo decorrente do projeto desenvolvimentista implementado pela equipe econômica do segundo mandato de Luiz Inácio Lula da Silva (2007-2010), como estratégia para fazer frente aos efeitos da crise econômica internacional iniciada no ano anterior. Com Guido Mantega no Ministério da Fazenda e Dilma Rousseff na Casa Civil, o governo passou a intervir de forma mais sistemática na economia criando grandes programas de investimento (são exemplos o Minha Casa Minha Vida e o Programa de Aceleração do Crescimento) e ampliando e intensificando as operações da Petrobrás no país e no exterior. Foi feito grande uso dos bancos públicos (Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) para aumentar o crédito e incentivar o setor privado, fundos institucionais (principalmente o FGTS) foram usados para financiar investimentos, dentre outras medidas. Esse modelo econômico foi intensificado no primeiro mandato de Dilma Rousseff (2011-2014) com o lançamento da Nova Matriz Econômica¹⁰².

A cidade e o estado do Rio de Janeiro foram muito beneficiados por esse cenário. Obras emblemáticas do Programa de Aceleração do Crescimento foram realizadas na cidade (a exemplo dos projetos de urbanização e habitação em Manguinhos ou da construção do teleférico no Complexo de Favelas do Alemão) e mais de cem mil unidades do Programa Minha Casa Minha Vida foram

¹⁰¹ Eduardo Paes também começou sua carreira política junto ao grupo de César Maia mas acabou rompendo com ele em 2002. Em sua trajetória política passou por diversos partidos: PV, PFL, PTB, PSDB e encontra-se atualmente filiado ao PMDB. Foi um parceiro importante do Presidente Lula no cenário político local. Lembrando que é sempre um desafio compreender as lógicas que regem essas dinâmicas de alianças da elite política do Rio de Janeiro, que historicamente demonstra uma grande instabilidade entre acordos, rompimentos, pactos, brigas e afins.

¹⁰² Para uma discussão mais detalhada sobre o modelo de desenvolvimento adotado nos governos petistas ver as reflexões de André Singer (Singer, 2012; Singer, 2015). Sobre a importância das políticas habitacionais nesse contexto ver o texto de Aduino Cardoso e Samuel Thomas Jaenisch (Cardoso & Jaenisch, 2017)

contratadas na região metropolitana¹⁰³. Um volume importante das operações da Petrobrás acontecia em municípios vizinhos à capital e em municípios do norte fluminense, aquecendo o setor petroquímico e gerando desdobramentos importantes sobre a indústria naval local. Com isso cresceu a importância dos *royalties* para os orçamentos municipais¹⁰⁴.

Havia uma articulação muito bem tramada entre os três níveis de governo (como poucas vezes se viu na história recente do país), em torno de uma agenda comum que tomou a cidade do Rio de Janeiro como uma grande vitrine para o projeto de desenvolvimento que estava sendo posto em prática pelo governo federal¹⁰⁵. Por um lado, o Presidente Lula sabia do potencial midiático oferecido pela cidade e sua capacidade de projetar suas ações no âmbito nacional e alavancar a imagem do país no exterior. Dizer Rio de Janeiro era dizer Brasil com uma potência imagética dificilmente alcançada por outras cidades do país. De outro lado, a prefeitura e o governo do estado tinham plena consciência do capital político que poderia ser adquirido ao colaborar com os programas de investimento que estavam sendo propostos. Esse arranjo se efetivou com a aliança político/eleitoral fechada entre PT e PMDB à nível nacional, manifesta em sua plenitude com a “sinergia” existente entre o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva

¹⁰³ Para uma análise mais detalhada sobre esses programas ver as considerações de Aduato Cardoso e Samuel Thomas Jaenisch (Cardoso & Jaenisch, 2017a)

¹⁰⁴ Houve espaço também para alguns projetos extravagantes como a retomada da construção da usina nuclear de Angra 3 em Angra dos Reis, a base naval do Programa de Desenvolvimento de Submarinos em Itaguaí, o Porto do Açú em São João da Barra, além do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (COMPERJ) em Itaboraí.

¹⁰⁵ A cerimônia de lançamento das obras do PAC Mangueiras – em 7 de março de 2008 – é emblemática desse arranjo político que estava se constituindo. Estavam presentes o Presidente Lula, o governador Sérgio Cabral, a então ministra Dilma Rousseff, o então vice-governador Luiz Fernando Pezão, o então secretário estadual de Turismo, Esporte e Lazer Eduardo Paes, além de várias lideranças comunitárias e outros membros dos quadros políticos tradicionais do Rio de Janeiro. O senador Marcelo Crivela também estava presente. Lula diz o seguinte: “Primeiro, quero cumprimentar o meu querido companheiro governador do estado do Rio de Janeiro, o nosso querido companheiro Sérgio Cabral que, graças ao seu jeito de ser, graças ao seu jeito de enxergar o governo e o estado do Rio de Janeiro, permitiu que nós pudéssemos construir a mais importante parceria já feita entre o governo federal e o governo estadual (...) Por isso, Serginho, parabéns por tudo que você tem contribuído para o Rio de Janeiro (Presidência da República, 2008)”. Em outro trecho o presidente não perde a chance de alfinetar o então prefeito e opositor César Maia (ausente na cerimônia), que no ano seguinte seria substituído por Eduardo Paes: “Eu quero, primeiro, que vocês compreendam o que está sendo feito aqui. O governo federal, o governo estadual, eu não sei se a prefeitura também, um pouco... (...)” (Presidência da República, 2008).

(PT), o Governador Sérgio Cabral (PMDB) e o Prefeito Eduardo Paes (PMDB) ¹⁰⁶. As eleições de Dilma Rousseff (PT) em 2010 e Luiz Fernando Pezão (PMDB) em 2014 deram continuidade a esse processo.

Esse alinhamento das forças políticas conseguiu potencializar o projeto olímpico do Rio de Janeiro de forma até então inédita. Kátia Rubio ressalta que tanto a FIFA quanto o COI são instituições privadas que possuem seus interesses econômicos e políticos, exigindo em seus cadernos de encargos um comprometimento efetivo das cidades e dos países que estão dispostos a sediar os seus eventos (Rubio, 2010). Isso não tinha acontecido nas candidaturas anteriores. Mas desta vez o projeto olímpico tinha sido incorporado a um projeto de desenvolvimento econômico mais amplo e o governo federal estava disposto a pagar o preço necessário para efetivá-lo. Lula gostava da ideia. Sérgio Cabral e Eduardo Paes também. Ademais, havia uma equipe econômica favorável a esse tipo de investimento, empresários dispostos a abraçar o projeto (particularmente as grandes empreiteiras) e uma aliança política consolidada no Congresso Nacional para aprovar as medidas necessárias. Cabe lembrar que várias mudanças foram necessárias para adequar o quadro jurídico do país às imposições da FIFA e do COI. Algo que envolveu questões como isenção fiscal para patrocinadores, regimes especiais de tributação, segurança jurídica para os organizadores, facilidades para importação de material, entrada de estrangeiros no país, além de medidas na área da segurança pública¹⁰⁷. Como os movimentos sociais organizados estavam acomodados como parte da base de sustentação do Partido dos Trabalhadores no governo, a possibilidade de enfrentar resistência popular parecia remota. Apenas parecia¹⁰⁸.

¹⁰⁶ A relação e admiração mútua entre esse três “personagens” parecia de fato transcender a institucionalidade e pragmatismo político. Isso ficou expresso em um famoso diálogo telefônico entre Lula e Eduardo Paes divulgado durante as investigações da Operação Lava-Jato, quando assim disse o então prefeito: “Mas ó, meu amigo, falando sério, eu tô aqui do teu lado (...) Aqui o senhor tem um soldado. Tô aqui administrando as minhas crises também. Segurando o Pezãozinho. Eu sempre tenho que falar uma coisa pro senhor: a minha vida começou com Lula e Cabral. Terminou com Dilma e Pezão. Puta que me pariu!” (O Globo, 2016)

¹⁰⁷ Esses instrumentos jurídicos ficaram conhecidos como “Lei Geral da Copa” (Lei nº 12.663, de 5 de junho de 2012), “Lei Geral das Olimpíadas” (Lei nº 13.284, de 10 de maio de 2016), além da polêmica “Lei Antiterrorismo” (Lei nº 13.260, de 16 de março de 2016).

¹⁰⁸ Assim dizia o Dossiê de Candidatura: “Na condição de país democrático e progressista, o Brasil permite a realização de protestos pacíficos. Apesar disso, os protestos violentos e de grande dimensão são raros no Rio de Janeiro”. E segue: “Não houve protestos significativos durante os

A cidade foi classificada para a fase final do processo seletivo do Comitê Olímpico Internacional ao lado de Chicago, Tóquio e Madri. Ruben Oliven e Arlei Damo descrevem muito bem esse processo. Eles apontam que durante o ano de 2009 foi elaborada a proposta final de candidatura (que custou cerca US\$ 64 milhões aos cofres públicos) e mobilizada uma comitiva para entregar o dossiê pessoalmente na sede da instituição em Lausanne na Suíça, que contou Eduardo Paes, Sérgio Cabral e Carlos Nuzman. A cidade foi a única das concorrentes a fazer isso. Chicago enviou a sua pelo correio. Enquanto isso, uma grande mobilização foi organizada entre as embaixadas brasileiras no exterior para divulgar a candidatura brasileira junto aos delegados que iriam participar da votação final, principalmente entre os representantes dos países sul-americanos e africanos (Oliven & Damo, 2013).

O *lobby* foi feito e chegou o dia da cerimônia oficial em Copenhagen ficou ainda mais evidente o esforço coletivo que estava sendo travado. A comitiva brasileira contou com celebridades como o escritor Paulo Coelho, o cineasta Fernando Meireles (que produziu o filme institucional da candidatura), além do ex-jogador Pelé. Durante a apresentação falaram João Havelange, Sérgio Cabral, Eduardo Paes e Henrique Meireles. Cada um explorou as garantias que lhe cabia. O governador falou das medidas de segurança pública, o prefeito da infraestrutura prometida e das instalações esportivas, o presidente do Banco Central sobre os recursos econômicos existentes (Oliven & Damo, 2013). Lula fechou (propositalmente) a série com o carisma que lhe é característico e explorando a “grandeza” de um país que vinha se dedicando para aumentar o seu protagonismo internacional: “Digo com toda franqueza: chegou nossa hora. Chegou! Entre as dez maiores economias do mundo, o Brasil é o único país que não sediou os Jogos Olímpicos e Paralímpicos. (...) Essa candidatura não é só nossa. É também da América do Sul (...)” (Presidência da República, 2009).

O projeto olímpico também era um projeto geopolítico. Lula vinha desde o início de seu primeiro mandato investindo na promoção do Brasil no exterior, tentando criar e fortalecer circuitos de poder dentre os países emergentes, além de se apresentar como uma liderança local dentre os países vizinhos. No trecho

Jogos Pan-Americanos Rio 2007, e não são esperados protestos para a Copa do Mundo da FIFA de 2014” (Rio 2016, 2009b).

seguinte voltam os clichês: “O Rio está pronto. Os que nos derem esta chance não se arrependerão. Estejam certos: os Jogos Olímpicos do Rio serão inesquecíveis, pois estarão cheios da paixão, da alegria e da criatividade do povo brasileiro” (Presidência da República, 2009).

Os Jogos Olímpicos aconteceram mas o desfecho dessa história esteve longe de corresponder aos auspícios anunciados em Copenhagen. A crise institucional iniciada em 2013 acabou eclipsando as pretensões que estavam postas e esfacelando o arranjo que tinha sido constituído. O desfecho dessa história foi o *impeachment* sofrido por Dilma Rousseff em 2016. Vale lembrar que o projeto político do Partido dos Trabalhadores à frente da Presidência da República foi cheio de ambiguidades e contradições, estando muitas delas expressas na forma como a efetivação do projeto olímpico foi conduzido. Mas independente dessas contradições, não como negar que o longo ciclo que começou com a eleição de César Maia em 1993 e encerrou com o fim do segundo mandato de Eduardo Paes em 2016, deixou suas marcas e conseguiu sustentar um “projeto de cidade” relativamente homogêneo por mais de vinte anos no Rio de Janeiro.

A preparação da cidade para os Jogos Olímpicos de 2016 foi o momento onde este projeto pode ser efetivado em toda a sua plenitude, inclusive conseguindo realizar muitas das intervenções urbanas que tinham sido propostas ainda na década de 1990. Vou dedicar algumas páginas para explorar de forma mais detalhada o que diz este projeto, tomando como referência as intervenções feitas na Barra da Tijuca e na região portuária da cidade. Poderia discutir inúmeras outras questões, mas acredito que nestes dois exemplos esteve exposto com primazia muitos dos elementos discursivos que caracterizaram o Dizer-Cidade que se constituiu como hegemônico e provocou transformações efetivas na cidade. Um dizer que consolidou muitas dinâmicas que já tinham sido anunciadas e enunciadas pelo Plano Rio Sempre Rio e pela realização dos Jogos Pan-Americanos de 2007.

UM OU MUITOS NEOLIBERALISMOS?

Antes de seguir tratando especificamente do Rio de Janeiro, cabe colocar de forma um pouco mais detalhada o que está sendo entendido por neoliberalismo e suas implicações. Dentre as inovações institucionais criadas pela Constituição Federal de 1988, esteve o reconhecimento do município enquanto ente federativo responsável pela execução de um amplo conjunto de serviços (educação básica, saúde, assistência social, cultura) e pela definição dos rumos tomados pela política urbana. O objetivo desse arranjo institucional era superar a centralização administrativa que tinha sido característica dos governos militares, tornando as esferas locais soberanas para criar suas próprias políticas ou escolher aderir aos programas propostos pelos níveis de governo mais abrangentes. Uma opção que agradava aos segmentos tanto da esquerda progressista quanto da direita liberal. Mas Marta Arretche ressalta que essa autonomia sempre esteve limitada pela dependência financeira que se manteve em relação ao governo federal, além da baixa capacidade administrativa da grande maioria dos municípios para propor inovações institucionais significativas. Algo que teria criado uma espécie de “descentralização dependente” no âmbito do pacto federativo instituído (Arretche, 1999).

Durante a “virada neoliberal” dos governos de Fernando Henrique Cardoso esse arranjo institucional se consolidou, com um aumento paulatino do rol de responsabilidades delegadas aos municípios, mas com uma regulação cada vez mais estrita sobre a autonomia alocativa de seus recursos orçamentários. No plano da gestão fiscal foram estabelecidos parâmetros para a vinculação de receitas, tetos máximos para certas despesas (como gastos com a folha do funcionalismo), limites para o endividamento, além da constituição de fundos para o financiamento de políticas específicas (Vasquez, 2014).

Esse cenário foi uma consequência direta das políticas de ajuste fiscal implementadas para atender às imposições do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional. A aparente contradição entre o aumento das responsabilidades e a contração dos recursos tinha um objetivo: levar as administrações municipais a abrir suas estruturas administrativas ao capital privado e buscar soluções no mercado. Tudo em nome da “eficiência” e da

“modernização” do setor público. Essa estratégia teve impactos significativos no âmbito da provisão de serviços e infraestrutura urbana. Pedro Arantes ressalta que fazia parte do arcabouço de “recomendações” dessas instituições tornar os municípios autofinanciáveis no mercado, devendo para isso adotar medidas como a criação de agências para captar investimentos ou conduzir a implementação de projetos em parceria com o setor privado. Era colocada também a importância de levantar recursos nos mercados de crédito nacional e internacional, emitir títulos financeiros para financiar obras, além de privatizar ou abrir o capital de empresas públicas (Arantes P. F., 2006).

Em termos da política urbana, uma das inovações criadas nesse contexto foram as Operações Urbanas Consorciadas e seu financiamento através dos Certificados do Potencial Adicional de Construção (CEPAC's), títulos financeiros usados para captar recursos no mercado de capitais e financiar intervenções urbanas em determinadas áreas da cidade. Esse recurso foi muito usado na cidade de São Paulo (nas operações urbanas Faria Lima, Água Branca, Centro, Águas Espraiadas) e empregado para viabilizar o Projeto Porto Maravilha na cidade do Rio de Janeiro¹⁰⁹. Foram criados também uma série de instrumentos financeiros de base imobiliária para criar novas possibilidades de financiamento para o setor imobiliário, que oferecessem alternativas aos fundos públicos. Exemplo disso foram os Fundos de Investimento Imobiliário ou dos Certificados de Recebíveis Imobiliários¹¹⁰.

Estes exemplos indicam que o urbano foi uma das frentes usadas para favorecer a entrada do neoliberalismo (assim como do capitalismo em sua forma financeirizada) no país. O capital estava em busca de novas estratégias para se reproduzir e a cidade oferecia boas possibilidades para tal, seja abrindo setores da economia até então monopolizados pelo poder público ou criando novas frentes de investimento através de grandes programas de “revitalização” de áreas de urbanização consolidada¹¹¹. Mas para isso acontecer se fazia necessário a

¹⁰⁹ Para uma reflexão crítica sobre o uso desse instrumento ver os trabalhos de Mariana Fix (Fix, 2000; Fix, 2009) e Álvaro Pereira (Pereira, 2015)

¹¹⁰ Para uma discussão mais ampla e detalhada da criação do Sistema Financeiro Imobiliário e seus impactos sobre a produção do urbano no Brasil, ver os trabalhos de Adriano Botelho (Botelho, 2007) e Álvaro Pereira (Pereira, 2015).

¹¹¹ Esta tese foi bem desenvolvida por David Harvey (Harvey, 1989) .

criação de marcos institucionais favoráveis. Investimentos nesse sentido começaram a ser feitos nos governos de Fernando Henrique Cardoso e continuaram nos governos de Luiz Inácio Lula da Silva. Isso reforça a ideia de que não se trata de um “movimento natural do capital” e sim um arranjo político e econômico, resultado de um projeto consciente e que precisou instituir o seu espaço e constituir uma hegemonia para se efetivar. Vale lembrar que durante as décadas de 1980 e 1990 tivemos algumas iniciativas ligadas ao campo progressista que buscaram oferecer alternativas a esse processo, como nas gestões de Luiza Erundina (PT) em São Paulo, de Olívio Dutra (PT) em Porto Alegre, de Celso Daniel (PT) em Santo André. O primeiro governo de Leonel Brizola (PDT) à frente do Estado do Rio de Janeiro também merece ser citado. O urbanismo neoliberal de César Maia e Paulo Conde não era o único caminho possível de ser seguido. Foi uma escolha deliberada.

As considerações de Jamie Peck e Adam Tickel reforçam esse caráter processual e dialógico do avanço da agenda neoliberal. Para eles, trata-se de sempre de uma “neoliberalização” e nunca de um estado final apenas implantado unilateralmente nos contextos que estejam sendo considerados. Esse avanço depende das coalizões e alianças possíveis de serem feitas entre as forças que operam em uma escala dita “global” e as instituições sociais e grupos políticos atuantes na escala “local” (Peck & Tickel, 2000). O neoliberalismo não se inseriu da mesma forma no Brasil pós-regime militar, na Romênia pós-socialista, na França pós-maio de 1968 ou na África do Sul pós-apartheid. Isso implica em considerar as regularidades que constituíram um substrato inegavelmente global a esse fenômeno, mas levar em consideração os contornos que reconstituem suas diretrizes na relação com trajetórias institucionais específicas. Algo que os economistas chamam de *path dependence*¹¹². Eu diria também que esses processos precisam estar constantemente sendo reafirmados discursivamente, de forma a instituir possibilidades de dizer o mundo que sejam compatível com a eficácia econômica/social/política prometida por esse modelo. Afinal, só pode haver neoliberalismo em um mundo que se diga inevitavelmente como neoliberal.

¹¹² Para uma discussão desse conceito aplicado ao caso brasileiro, ver o trabalho de Marcos Souza (Souza M. B., 2013).

E como esse pretense mundo estaria sendo dito? De forma geral a fórmula neoliberal costuma ser apresentada enquanto uma agenda política centrada na atuação dos mercados, defensora de um modelo institucional de caráter empresarial que aposte na desregulação e na redução do peso da máquina pública. Com isso as empresas e serviços controlados pelo Estado devem ser privatizados para abrir novas frentes de investimento para o setor privado e a dureza dos grandes planos de desenvolvimento flexibilizada em nome de um planejamento econômico mais fluido e pragmático. No âmbito da regulação do sistema financeiro é defendida a liberação de quaisquer normas ou regulamentações excessivas que possam atrapalhar o fluxo e a livre circulação de capitais externos e investimentos internacionais. E de forma complementar, ainda são exigidas revisões das leis trabalhistas (para torná-las menos custosas ao patronato) e a imposição de restrições ao campo de ação dos sindicatos e entidades de classe. Algo que para Wendy Larner pode ser resumido em cinco elementos centrais: “indivíduo, liberdade de escolha, segurança dos mercados, livre-comércio, governo mínimo” (Larner, 2000)

Para essas formulações a flexibilização é apontada como fundamental para atrair as forças do mercado e garantir uma boa inserção dos países emergentes na nova ordem econômica que supostamente vinha se estruturando no cenário global durante aquele período (Maricato, 2000). A partir da década de 1990 esses princípios foram sendo progressivamente incorporados por importantes organismos internacionais de fomento e imputados aos governos do Brasil e de seus países vizinhos. Um movimento que foi acompanhado pela atuação de diversos *think tanks* que promoviam a disseminação desses ideais, através da realização de seminários de formação e da elaboração de manuais com fórmulas prontas a serem seguidas pelos gestores públicos em suas administrações no âmbito local. Outros organismos multilaterais – Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), a Organização Mundial do Comércio (OMC), o Programa das Nações Unidas Para Assentamentos Urbanos (ONU-HABITAT) – também passaram a se aproximar desses preceitos e a defender a sua adoção pelos países periféricos (Maricato, 2000)

A força desses agentes citados por Ermínia Maricato – e de outros, como as grandes corporações multinacionais que também tinham seus interesses alinhados com esses preceitos – contribuiu para a formação de um discurso relativamente homogêneo que alimentou a disseminação do neoliberalismo pelos países da América Latina. Essas regularidades estão evidenciadas, por exemplo, pelas muitas linhas de convergência que podem ser traçadas pelas medidas econômicas adotadas na década de 1990 pelos governos de Carlos Menem na Argentina e de Fernando Henrique Cardoso no Brasil. Luiz Alberto Bandeira recorda que ao longo dessa década inúmeros países do continente – Chile, México, Venezuela, Colômbia, Peru, Equador, Bolívia – investiram em políticas fiscais e cambiais semelhantes, voltadas para a estabilização monetária e redução de seus déficits orçamentários, que resultaram em um recuo significativo do papel regulador e provedor desempenhado pelo Estado. Ressaltando que a privatização das empresas estatais e a liberalização unilateral do comércio exterior, foram exigências impostas para que esses países pudessem renegociar a sua dívida externa e receber qualquer recurso das agências financeiras internacionais. Algo que teria os deixado cada vez mais sujeitos ao controle externo de suas respectivas políticas econômicas e decisões de investimento (Bandeira, 2002).

Sabemos que a disseminação desses modelos é sempre marcada por relações assimétricas de poder econômico, simbólico, cultural, político ou mesmo militar. Mas a geopolítica também se faz com discursos. E quanto a isso, cabe explorar um pouco mais as considerações de Jamie Peck e Adam Tickel sobre como o neoliberalismo começou a ser formulado discursivamente durante as décadas de 1960 e 1970. Os autores colocam que seus ideólogos e propagadores concentraram-se em criar uma retórica que buscasse exaltar as virtudes de uma economia baseada no tripé livre-comércio/trabalho-flexível/iniciativa-individual, de forma a desqualificar qualquer proposição que lembrasse as iniciativas *keynesianas* de bem-estar social, amplamente adotadas na América do Norte desde a década de 1930 e em parte da Europa Ocidental após a Segunda Guerra Mundial. Qualquer projeto político e econômico que estivesse associado a um planejamento mais programático por parte do Estado na economia, era imediatamente atacado enquanto retrógrado frente ao suposto

“novo mundo fluido e globalizado” que estaria surgindo naquele período e colocado como inadequado para garantir níveis satisfatórios de desenvolvimento (Peck & Tickel, 2000). As considerações feitas por Jordi Borja e Manuel Castells na década de 1990 expressam isso.

A força dessa formulação deve ser tributada à sua insistência em apresentar o par neoliberalização/globalização enquanto processos externos e desconectados de qualquer contexto político ou sociológico. Quase como um caminho natural a ser seguido rumo a um cenário inevitável de convergências e homogeneização (Peck & Tickel, 2000). Uma espécie de *telos* que coloca a adoção dos princípios neoliberais como um destino a ser atingido por uma história que para muitos dos seus defensores estaria chegando ao seu fim¹¹³. Lembrando que os efeitos dos choques do petróleo no final da década de 1970 e a queda do domínio soviético na Europa do Leste durante a década de 1990, ofereceram argumentos de peso a favor dessa formulação de tom milenarista que prometia (após um longo e vitorioso período de disputa política/econômica/simbólica com seu *alter* socialista) a multiplicação das benesses do livre-capital e do livre-mercado em sua forma plena pelo mundo (Peck & Theodore, 2007).

Essa univocidade presente nos discursos neoliberais está aqui sendo compreendida como um recurso empregado estrategicamente para invalidar qualquer alternativa que escape aos termos que estão propostos em sua própria formulação. Ao colocarem-se como absolutos, eles simplesmente negam tanto a possibilidade de reconhecer simetricamente o outro enquanto um interlocutor legítimo para o debate, quanto o caráter político que envolve qualquer disputa sobre modelos econômicos ou de desenvolvimento. E assim assumem a inevitável prepotência de qualquer discurso que pretende se apresentar enquanto uma verdade única e absoluta.

Uma contribuição interessante para reforçar esta consideração é dada por Isabelle Stengers e Philippe Pignare quando colocam que o capitalismo contemporâneo opera de forma a reduzir qualquer possibilidade “de fazer

¹¹³ As teses sobre o “fim da história” ganharam força no final do século XX – particularmente após a queda do Muro de Berlim em 1989 e o colapso da União Soviética em 1991 – defendendo que finalmente o mundo ocidental seguia rumo a um equilíbrio definitivo, promovido pela ascensão da democracia burguesa e do liberalismo econômico. Obra emblemática nesse sentido é Fim da História de Francis Fukuyama, lançada em 1989.

política”, em nome de um discurso “de teor pedagógico” que apenas prevê como possibilidade a submissão e a resignação frente a um conjunto de decisões colocadas como inelutáveis. Os autores chamam esse mecanismo de “alternativas infernais”: recursos discursivos que são construídos de forma a deixar como opção para as questões colocadas, tão somente a aceitação de seus termos em nome de um suposto fim que já estaria dado. E nesse sentido a “boa governança” passa a ser aquela que procura cada vez menos problematizar as escolhas econômicas adotadas ou reconhecer os confrontos e divergências políticas que inevitavelmente marcam qualquer processo social que esteja sendo considerado.

Falando a partir do caso da França, eles citam o esforço que foi feito pelo governo de François Mitterrand na década de 1980, para convencer a população de que não havia alternativa viável às políticas de austeridade fiscal e modernização da gestão pública que estavam sendo implementadas. Como se nada pudesse ser feito para conter o avanço dos processos de “globalização” e a crescente necessidade de tornar o país mais “competitivo”. Algo que por sua vez envolveria também alguns “sacrifícios” necessários que deveriam ser aceitos por todos em nome de um suposto bem maior. E aos críticos restaria a pecha de estarem retardando a resolução das dificuldades que estavam postas.

Esse mecanismo que seguiu sendo usado no contexto europeu para impor uma série de outras decisões indiscutivelmente políticas mas sempre apresentadas de maneira dissimulada sob a forma de “ajustes” ou “reformas”, tidas como a única alternativa para fazer frente a figura da “crise” cada vez mais onipresente nessas formulações enquanto uma ameaça à estabilidade econômica e social. Incluindo-se aí temas tão variados como o desmantelamento das estruturas de seguridade social para dar conta das restrições fiscais, a repressão aos novos fluxos migratórios vindos dos continentes africanos e asiáticos para evitar o caos nas cidades, ou mesmo a aceitação do consumo de produtos geneticamente modificados como solução para a escassez de alimentos (Stengers & Pignarre, 2011). Poderia acrescentar a essa lista a necessidade de “revitalizar” os centros urbanos para fazer “renascer” as cidades ou atrair grandes eventos internacionais para gerar “desenvolvimento”. A realização dos Jogos

Olímpicos na cidade do Rio de Janeiro sempre foi tratada dessa forma pelas forças políticas que sustentaram esse projeto.

Mas o fato das formulações neoliberais se apresentarem como absolutas em termos de seu modo de operar e de não reconhecerem a legitimidade de discursos divergentes, não significa que o conteúdo que é acionado esteja fechado ou que elas não sejam capazes de se reestruturar frente aos processos de desestabilização ou resistência que porventura possam contra elas emergir. Essa talvez seja uma de suas mais perigosas e perversas virtudes. Ao discutirem o caso dos Estados Unidos da América e do Reino Unido, Adam Tickel e Jamie Peck colocam que a agenda neoliberal foi sendo progressivamente modificada a partir da década de 1990, para fazer frente às demandas institucionais emergidas a partir de contradições decorrentes das próprias políticas de desenvolvimento econômico adotadas na década de 1980 (Peck & Tickel, 2000).

A literatura crítica sobre esse tema aponta que as medidas de flexibilização do trabalho adotadas nos países centrais (e mais tarde exportadas para o resto do mundo) contribuíram para aumentar a precarização do emprego de uma parcela significativa da classe operária. Setor que já vinha sofrendo com a diminuição de uma série de garantias sociais, que tinham sido cortadas em função dos processos de privatização e desmantelamento do amplo sistema de bem-estar social construído ao longo da primeira metade do século XX (Harvey, 2010). Com isso a população foi sendo progressivamente obrigada a buscar “soluções de mercado” para serviços básicos – saúde, educação, previdência, moradia – que passaram a envolver e comprometer parcelas cada vez maiores de suas rendas pessoais (Lapavistas, 2009). Em muitos casos sendo levadas a criar vínculos nocivos de dependência com circuitos do capital financeiro que não possuem nenhum interesse além de suas próprias taxas de lucro. Exemplo disso foram as situações dramáticas ocorridas nos Estados Unidos da América e na Espanha após as crises que atingiram os sistemas de hipotecas de ambos os países entre 2007 e 2009, resultando na desapropriação de centenas de milhares de famílias que não conseguiram arcar com os custos e encargos de seus financiamentos imobiliários (Garcia-Lamarca & Kaika, 2016).

A vulnerabilidade social aumentou e a desigualdade no acesso aos bens e serviços se acentuou. Além disso, o sistema capitalista como um todo tornou-se cada vez mais instável e passou a acumular crises e períodos de recessão cada vez mais recorrentes e com efeitos mais duros sobre a população¹¹⁴. As grandes manifestações realizadas contra a reunião da Organização Mundial do Comércio no ano de 1999 em Seattle foram uma primeira expressão dos inúmeros movimentos de resistência, que estavam se organizando para denunciar os efeitos espúrios causados pelo avanço do neoliberalismo no mundo. Muitas das promessas feitas entre as décadas de 1970 e 1990 tinham se esvaído. Recentemente esses focos de resistência voltaram a se manifestar com força, resultando em movimentos como *Occupy Wall Street* em Nova York, a *Plataforma de Afectados por la Hipoteca* em Barcelona, além do partido de esquerda radical *Syriza* na Grécia. Essa resistência indica que as reformas políticas e econômicas que foram implementadas nos países centrais durante a segunda metade do século XX não foram capazes de produzir resultados equânimes. No âmbito da questão urbana, aos poucos foi ficando evidente que todos os ditos esforços para “revitalizar” ou “fazer renascer” as cidades, não passavam de uma acomodação das políticas públicas frente aos interesses do capital. Nos países periféricos, a ausência de um estado de bem-estar social consolidado e os altos índices de desigualdade social certamente agravaram ainda mais os efeitos negativos desse modelo político e econômico.

Essas desestabilizações fizeram com que fossem ressignificados alguns preceitos elaborados nas décadas anteriores (que precisavam seguir sendo legitimados) e criadas novas possibilidades para continuar atendendo aos interesses que estivessem em jogo. Para Jaime Peck e Adam Tickel isso teria resultado na construção de novas estruturas institucionais e o aumento da intervenção estatal em algumas áreas específicas. A retórica do “estado mínimo” (que efetivamente nunca passou de uma apologética neoliberal) deu lugar a um

¹¹⁴ Cabe destacar os dados apresentados por François Chesnais sobre isso. A taxa de crescimento anual do produto mundial por habitante (indicador que apesar de mascarar as diferenças na distribuição da riqueza oferece um bom indicativo de seu desempenho global) foi de 4% entre 1960 e 1973, caiu para 2,4% entre 1973 e 1980, não sendo maior que 1,2% entre 1980 e 1993 (Chesnais, 2005).

recrudescimento das “regulações” necessárias para fazer o sistema seguir funcionando a partir das lógicas que estavam postas.

No plano da economia isso teria ficado evidente nas investidas efetuadas para consolidar as políticas econômicas – centradas na proeminência do mercado financeiro, manutenção da dívida externa, manipulação das taxas de juros, controle rigoroso da inflação, comércio exterior livre, mercado de trabalho flexível – que seguiu sendo progressivamente despolitizada e assumindo o status de algo dado e indiscutível. E no plano das políticas sociais isso teria resultado ações mais duras e incisivas em áreas como a gestão do espaço urbano, segurança e ordem pública, além de um controle mais restrito sobre a migração internacional (Peck & Tickel, 2000). Wendy Larner ressalta com muita pertinência, que no neoliberalismo até pode haver menos “governo” mas isso não significa que haja menos “governança” (Larner, 2000). Isso ficou evidente durante o processo de preparação da cidade do Rio de Janeiro para os Jogos Olímpicos de 2016. Um programa colocado como parte desse arcabouço de soluções neoliberais, que acirrou e reafirmou os processos de segregação social que já eram marca da cidade há muito tempo. Dito isso, cabe voltar ao caso do Rio de Janeiro pra explorar os desdobramentos desses processos na cidade.

A CIDADE OLÍMPICA E SUAS MARCAS

O projeto elaborado pela cidade do Rio de Janeiro para os Jogos Olímpicos de 2016, definiu quatro *clusters* onde estariam distribuídos os equipamentos esportivos e as demais estruturas operacionais necessárias para a realização do evento. O principal deles foi a Barra da Tijuca. Os outros foram nomeados de Deodoro, Copacabana e Maracanã. O dossiê elaborado para a candidatura oficial da cidade junto ao Comitê Olímpico Internacional, colocou como parte da “visão estratégica” do projeto olímpico a importância de produzir uma série de infraestruturas urbanas, que deveriam atender às necessidades temporárias (o afluxo de turistas, o deslocamento dos atletas, a presença de autoridades) mas se desdobrar em contribuições permanentes para o desenvolvimento econômico futuro da cidade. Isso fica sintetizado pelo seguinte trecho: “O Rio de Janeiro terá cada vez mais o perfil de cidade global, e se tornará

um lugar ainda melhor para viver, realizar negócios e fazer turismo” (Rio 2016, 2009a, p. 22). Os elementos acionados nesta formulação deixam claro que não se tratava de qualquer desenvolvimento. Fica explícito o interesse em ressaltar a dimensão cosmopolita da cidade e propiciar a sua abertura para um mundo competitivo em busca de “lugares” e “experiências” diferenciadas¹¹⁵.

O documento cita repetidas vezes o compromisso com melhorias previstas na questão ambiental e investimentos na área da segurança pública. Mas as principais intervenções de despoluição propostas – da Baía da Guanabara, das Lagoas de Jacarepaguá, dos cursos de água que desembocam nos arredores do Parque Olímpico – não foram realizadas ou avançaram muito aquém do prometido¹¹⁶. Além disso, a Prefeitura decidiu investir na polêmica construção de um novo campo de golfe para as disputas da modalidade durante o evento, em meio a uma área de preservação ambiental vizinha à Lagoa de Marapendi¹¹⁷. O projeto foi resultado de uma “parceira” do poder municipal com a construtoras RJZ Cyrela e Fiori Empreendimentos Imobiliários, que arcaram com os custos da construção do equipamento esportivo em troca de benefícios legais para erguer seus empreendimentos residenciais em terrenos vizinhos ao campo (Justiça Global, 2016). Um deles já se encontra em estágio avançado de construção. Trata-se de um condomínio fechado de alto luxo, nomeado (com certo cinismo) de *Riserva Golf*, que possui dentre os apartamentos disponíveis uma cobertura linear com 1.308,28 m² de área útil e seis suítes¹¹⁸. O campo de golfe será incorporado como parte dos “atrativos” oferecidos pelo condomínio.

Este empreendimento já evidencia qual o perfil dos investimentos e do público que estava sendo esperado e desejado. Em uma entrevista concedida um

¹¹⁵ Um exemplo disso foi uma linha de financiamento criada pelo BNDES que liberou mais de R\$800.000.000,00 para a construção de hotéis de alto padrão – Hilton, Hyatt, Mercure – nos bairros turísticos da cidade (Novaes & Santos Junior, 2016).

¹¹⁶ Essa questão foi amplamente discutida pela imprensa (Konchinski, 2016; Nogueira, 2016; Alencar, 2015).

¹¹⁷ A cidade já contava com dois campos de golfe à disposição. Mas a Prefeitura alegou que eles não atendiam aos requisitos da Federação Internacional de Golfe e do Comitê Olímpico Internacional. O próprio COI desmentiu essa informação publicamente após o início das polêmicas. Vários protestos foram feitos contra a construção por ambientalistas e entidades da sociedade civil, que chegou a resultar em movimento chamado “Golfe para quem?” (Mansani, 2015; Pimentel, 2016).

¹¹⁸ Informações obtidas na página de divulgação do empreendimento:

<<http://www.cyrela.com.br/imovel/riserva-golf-vista-mare-residenziale-apartamento-barra-da-tijuca-zona-oeste-rio-de-janeiro-rj>>

ano antes do início dos Jogos, o empresário Carlos Carvalho – dono da construtora Carvalho Hosken – chegou ao ponto de rebater a crítica feita ao processo de elitização que estava ocorrendo na Barra da Tijuca, com a seguinte indagação: “Como é que você vai botar o pobre ali?”. Carlos Carvalho é conhecido como “Dono da Barra”, por possuir mais de dez milhões de metros quadrados de terra na região (Puff, 2015). Sua empreiteira participou da construção do Parque Olímpico ao lado da Odebrecht e da Andrade Gutierrez. Ela também será a responsável por comercializar os 3.604 apartamentos construídos para abrigar a Vila dos Atletas. Vale lembrar que a Vila Olímpica erguida para os Jogos Pan-Americanos de 2007 também foi transformada em um condomínio fechado de alto padrão, demonstrando a falta de qualquer iniciativa por parte do poder público para garantir uma função social a esses equipamentos após a realização dos eventos.

Em certa medida, o dossiê de candidatura não esconde esse interesse comercial, ao afirmar que: “A Barra da Tijuca é a área de expansão natural do Rio de Janeiro, o lugar preferido pelas famílias para adquirir seu primeiro imóvel” (Rio 2016, 2009a, p. 38). Essa consideração coaduna com as tendências apresentadas pelo mercado imobiliário da cidade na última década. Dados fornecidos pela ADEMI-RJ¹¹⁹, indicam que entre 2003 e 2013 cerca de 18% do total de unidades residenciais lançadas na cidade estavam localizadas no bairro da Barra da Tijuca. Se somarmos os bairros vizinhos (Jacarepaguá, Freguesia, Curicica, Taquara, Recreio dos Bandeirantes) esse percentual chega a 51,51%. Ressaltando que o bairro da Barra da Tijuca sozinho concentrou cerca de 40% das unidades comerciais novas lançadas nesse período. O projeto olímpico era também um projeto para o setor imobiliário.

Se as coisas não avançaram bem nos projetos ambientais, na área de segurança pública os impactos na cidade foram muito mais efetivos e incisivos. O dossiê de candidatura dedica um capítulo inteiro a isso, que apresenta diagnósticos e ações preventivas sobre questões diversas como: incêndios, invasões às instalações olímpicas, desobediência civil, crime, riscos tecnológicos, tráfego, desastres naturais e terrorismo (Rio 2016, 2009c). Não irei entrar em

¹¹⁹ Trata-se da Associação de Dirigentes de Empresas do Mercado Imobiliário.

detalhes sobre o que estava proposto para cada uma delas. Mas vale destacar a plena integração entre as forças de segurança dos vários níveis de governo, que consta nos diversos organogramas e planos de ação apresentados como garantia para viabilizar a realização do evento. Muitas das ações apresentadas respondem a protocolos internacionais e demandas específicas do Comitê Olímpico Internacional (controle do espaço aéreo, segurança de autoridades, garantia de exclusividade aos patrocinadores) mas a candidatura olímpica deixou bem claro que todo o efetivo policial disponível estaria nas ruas disposto a garantir o bom andamento das atividades previstas.

Ao transitar pelos locais de prova ou pelos diversos espaços de convívio e entretenimento criados na cidade para atividades paralelas (os chamados *live sites*), a presença da polícia militar era constante e ostensiva. Ela esteve acompanhada por agentes da Força Nacional de Segurança Pública¹²⁰ e por guarnições das Forças Armadas. No trajeto entre a Estação Ricardo de Albuquerque e o Parque Radical de Deodoro (o caminho de acesso “oficial” ao equipamento indicado pela organização do evento) era possível ter uma dimensão desse aparato: militares do exército perfilado ao longo da Estrada Marechal Alencastro, um *check-point* para revista de pedestres e automóveis alguns metros antes da entrada do parque, além de blindados do exército posicionados nos arredores. Nas outras estações da Supervia e do BRT que atendiam aos equipamentos instalados na região, a presença militar também era constante. Lembrando que o uso de aparato bélico para oferecer segurança a esse tipo de evento também não era uma novidade na cidade. Operações semelhantes já tinham sido organizadas anteriormente para a realização da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento em 1992 (ECO-92) ou para os Jogos Pan-Americanos de 2007.

Há que reconhecer que essa ostentação militar nos espaços públicos de grande circulação cumpre um papel basicamente imagético. Na Baía da Guanabara, a Marinha do Brasil chegou a posicionar algumas fragatas nos arredores de pontos estratégicos como o Aeroporto Santos Dumont ou a Ponte

¹²⁰ Consiste em uma força policial subordinada ao Ministério da Justiça, em geral usada para efetuar operações de segurança pública em casos excepcionais. Sua atuação deve ser solicitada formalmente pelos governadores estaduais. Foi criada pelo presidente Lula em 2004.

Rio-Niteroi, mas é pouco provável que elas fossem usar sua artilharia em caso de necessidade para conter algum incidente ou distúrbio. Essa presença era apenas parte do *marketing* voltado para criar um maior sensação de segurança nas áreas que interessavam. O ponto mais crítico das ações de segurança que envolveram esse ciclo de grandes eventos na cidade (e onde a repressão foi de fato sentida pelos moradores) esteve nas intervenções realizadas sobre os espaços populares. No ano de 2010 o Conjunto de Favelas do Alemão foi ocupado pelo exército em uma operação com forte repercussão na imprensa nacional e internacional. A ocupação foi encerrada em 2012 e substituída pela implementação de quatro Unidades de Polícia Pacificadora na região. O complexo de favelas da Maré também foi ocupado em 2014 (pouco antes do início da Copa do Mundo) e assim permaneceu até 2015. Ambos os processos estiveram envolvidos em uma série violações de direitos humanos e abusos por parte das forças policiais, muito bem registrados em documentos elaborados por organizações da sociedade civil (Justiça Global, 2016; Comitê Popular, 2015; Anistia Internacional , 2016)

Figura 22 - Arredores da estação Magalhães Bastos da Supervia



Fonte: do autor (2016)

A grande expressão dessas políticas de ocupação e controle dos espaços populares foi o projeto das Unidades de Polícia Pacificadora, criado em 2008 pelo Governo de Estado sob a égide do então Secretário de Segurança José Beltrame.

Existe um amplo debate sobre o assunto que não será aqui explorado. Devo apenas ressaltar que a localização das favelas escolhidas reforça muitos dos interesses econômicos que sustentaram esse “projeto de cidade” que vinha sendo constituído desde a década de 1990.

A maioria das 42 unidades implantadas, encontra-se em favelas situadas em um eixo que parte dos bairros da Grande Tijuca, passa pela Região Central, chegando aos bairros da Zona Sul. Christopher Gaffney aponta que foi possível mensurar nessas regiões resultados positivos em termos do quantitativo de crimes violentos e das possibilidades de circulação nas favelas ocupadas. Mas é importante ressaltar que o interesse maior estava em garantir a inserção desses espaços e seu entorno em novos ciclos de valorização econômica, principalmente ligado ao setor imobiliário e ao turismo (Gaffney, 2016). Dados compilados pelo Comitê Popular da Copa e das Olimpíadas indicam que entre agosto de 2012 e agosto de 2015, o valor médio do metro quadrado dos imóveis vendidos na cidade do Rio de Janeiro aumentou 29,4% (Comitê Popular, 2015). Demian Castro *et alli*, colocam que em muitos dos bairros localizados nesse eixo das UPP's, a valorização entre 2008 e 2014 passou dos 200%. Na favela do Vidigal (que recebeu uma UPP em 2012) esse percentual chegou a 477,24% (Demian Castro *et alli*, 2015).

Com o passar dos Jogos Olímpicos e a crise fiscal que se instaurou no Estado do Rio de Janeiro, esse projeto começou a ser progressivamente enfraquecido e desde 2017 os confrontos violentos voltaram a figurar no cotidiano desses espaços que eram tidos como “pacificados”. Isso demonstra que as prometidas contribuições à longo prazo para o desenvolvimento econômico e social da cidade, não passaram de mero recurso retórico usado para potencializar as formulações discursivas que sustentaram o “projeto olímpico”¹²¹. O caso das Unidades de Polícia Pacificadora revela também que o Rio de Janeiro foi usado

¹²¹ Em um trecho inacreditável do dossiê de candidatura, chegou a ser afirmado que: “O Brasil não sofre com o terrorismo doméstico e a sua sociedade é caracterizada por níveis relativamente altos de **harmonia racial e social**, particularmente **em áreas urbanas**” (Rio 2016, 2009c, p. 32). Vale lembrar também, que o prefeito Eduardo Paes convidou a Major Pricilla Azevedo – que comandou a primeira UPP instalada no Morro Santa Marta por dois anos – para compor a comitiva que foi a Copenhague em 2009.

durante esse período como um grande laboratório para experimentar inovações institucionais na área da segurança pública e das estruturas de gestão.

Nesse contexto foram criadas a Secretaria Extraordinária para a Segurança de Grandes Eventos (SESGE) no plano federal e o Centro Integrado de Comando e Controle (CICC) no plano estadual. O segundo foi entregue antes da Copa do Mundo de 2014 e sua principal função é monitorar a cidade em tempo real através de mais de 500 câmeras de vigilância e outras 1000 câmeras integradas às viaturas da Polícia Militar. Além disso, ele seria responsável pela coordenação de ações de Governo do Estado em caso de crises ou acontecimentos excepcionais. O Centro de Operações Rio (COR) foi criado em 2010 pela Prefeitura para cumprir uma função semelhante na esfera municipal (Gaffney, 2016). Nesse contexto também foi criada a Autoridade Pública Olímpica, enquanto uma estrutura administrativa transversal aos três níveis de governo para coordenar as ações necessárias durante a preparação da cidade para os Jogos Olímpicos, adotando no setor público práticas de gestão e modelos de governança de caráter empresarial e corporativo.

Os investimentos feitos na área da segurança pública revelam que havia um interesse em usar esses recursos para criar (inclusive com o uso da força) um ambiente favorável na cidade para investimentos que eram esperados. Isso envolveu uma repressão policial forte sobre os espaços populares mas também implicou em uma série de remoções forçadas durante esse período. A maioria delas foi justificada pelas autoridades responsáveis a partir de diagnósticos técnicos, relacionados aos investimentos em infraestrutura que estavam sendo realizados. O Comitê Popular da Copa e das Olimpíadas dividiu os núcleos residenciais afetados em cinco grupos: atingidos pela construção dos corredores do BRT, atingidos pela ampliação do Aeroporto Internacional Tom Jobim (Galeão), relacionados à construção dos equipamentos olímpicos, decorrentes das intervenções realizadas na região portuária, além daquelas justificadas por risco ou interesse ambiental. Esta última considerada como uma estratégia da Prefeitura para fundamentar e legitimar “cientificamente” a remoção de moradias de baixa renda (em geral ocupações irregulares em encostas, margens e afins)

localizadas em áreas de expansão imobiliária e valorização turística¹²² (Comitê Popular, 2015).

Conforme relatório da organização Justiça Global, as obras para implantação dos corredores de BRT promoveram a remoção de comunidades inteiras estabelecidas há décadas na zona oeste (Restinga, Vila Harmonia, Vila Recreio II, Campinho, Largo do Tanque), em muitos casos contando com abusos e ameaças por parte do poder municipal ou contrapartidas financeiras insuficientes às necessidades das famílias (Justiça Global, 2016). O caso da Vila Recreio II é emblemático das arbitrariedades que estiveram envolvidas nesses processos. A remoção de suas 194 famílias assentadas às margens da Avenida das Américas foi justificada pela construção do BRT Transoeste, mas o terreno nunca chegou a ser utilizado e encontra-se vazio até hoje¹²³.

Outro caso que teve grande repercussão foi a remoção da Vila Autódromo, uma ocupação com 550 famílias vizinha ao Parque Olímpico e estabelecida no local há mais de trinta anos. A comunidade já vinha sendo ameaçada de remoção desde a década de 1990 (mesmo com muitos moradores possuindo documentos de concessão real de uso fornecidos pelo governo estadual) quando as avenidas Abelardo Bueno e Salvador Allende começaram a se destacar no mercado de lançamentos imobiliários de alto padrão. A construção do Parque Olímpico foi a “deixa” para a prefeitura voltar a investir nesse projeto sob justificativas diversas (elas foram variando ao longo dos anos), relacionadas a “inevitabilidade” da remoção para o pleno desenvolvimento dos Jogos Olímpicos.

Os moradores se organizaram em uma das frentes de resistência mais contundentes ao “projeto olímpico” que se formou na cidade, contando com a participação ativa de setores da universidade, de organizações da sociedade civil, da Defensoria Pública, além de grupos alternativos de mídia (Comitê Popular, 2015). Apesar da assimetria existente nessa disputa (e em tantas outras que vem ocorrendo mundo afora contra esse urbanismo neoliberal) foi possível explicitar o quanto de arbitrário existe nas supostas univocidades presentes nas formulações relacionadas a esse “modelo de cidade”, tão defendido desde finais do século

¹²² Esse recurso ao “risco ambiental” para justificar as remoções foi muito usado pelo prefeito Eduardo Paes ao longo de seus mandatos (Cardoso et alli, 2017)

¹²³ Esse caso chegou a ser noticiado pela imprensa (Nascimento, 2014)

passado. Ao final desse processo apenas vinte famílias restaram e foram reassentadas em um conjunto habitacional construído pelo poder público no local. Muitas das demais acabaram aceitando apartamentos do Programa Minha Casa Minha Vida localizados no bairro de Jacarepaguá como contrapartida.

É difícil apresentar números exatos sobre as remoções que aconteceram ao longo deste ciclo de grandes eventos devido à falta de transparência do poder municipal. Mas alguns pesquisadores chegam a falar em cifras superiores a 70.000 pessoas expulsas de suas casas entre 2009 e 2015 (Faulhaber & Azevedo, 2015). Muitas dessas famílias foram reassentadas em empreendimentos financiados pelo Programa Minha Casa Minha Vida. Isso reforça a consideração feita anteriormente, sobre o arranjo institucional articulado entre as diferentes esferas de governo para viabilizar a realização dos Jogos Olímpicos no Rio de Janeiro. Sem essa possibilidade oferecida pelo Governo Federal, seria muito mais difícil efetivar as remoções nas áreas de interesse do governo municipal.

O mesmo pode ser dito sobre os investimentos nas áreas de segurança e transporte. O Governo Federal teve um papel fundamental ao liberar recursos humanos e financeiros e criar linhas de financiamento nos bancos públicos para viabilizar as obras prometidas ao Comitê Olímpico Internacional. Até hoje o valor gasto para a extensão do metrô de Ipanema até a Barra da Tijuca é alvo de polêmicas. Mas as estimativas feitas apontam um valor superior a oito bilhões de reais (Novaes & Santos Junior, 2016). Os três corredores de BRT construídos – Transoeste, Transcarioca, Transolímpica – também envolveram recursos consideráveis. Assim como a duplicação do Elevado do Joá, a ampliação das avenidas Salvador Allende e Abelardo Bueno, além da reforma do Terminal Alvorada. Todos investimentos que redundam na região da Barra da Tijuca, facilitando sua ligação com vias estratégicas (Linha Vermelha, Via Dutra, Avenida Brasil) e favorecendo a sua integração com outras áreas que vinham se destacando como frentes de expansão do mercado imobiliário na Zona Oeste (particularmente os bairros de Campo Grande e Santa Cruz).

Se avaliarmos o projeto olímpico em sua totalidade, fica evidente que a grande maioria dos investimentos estiveram concentrados no *cluster* da Barra da

Tijuca. Isso reflete um desejo que vinha sendo nutrido há décadas pelas elites políticas da cidade e que finalmente tinha conseguido estabelecer um arranjo consistente que lhe desse o protagonismo esperado. Vale lembrar que Eduardo Paes começou sua carreira política como sub-prefeito da Barra da Tijuca em 1993 ao lado do prefeito César Maia. Os demais *clusters* receberam investimentos pontuais e circunscritos aos equipamentos esportivos. No *cluster* Deodoro houve a construção do acima citado Parque Radical de Deodoro e da Arena da Juventude, além da implantação de estruturas temporárias para a prática de onze modalidades olímpicas. Também foram feitas melhorias nos já existentes centros de Hipismo, Tiro e Natação¹²⁴. Além disso, houve a construção da linha de BRT Transolímpica para conectar a região com o Parque Olímpico da Barra e os demais sistemas de transporte coletivo da cidade. No *cluster* Copacabana foram instaladas estruturas na Praia de Copacabana e na Lagoa Rodrigo de Freitas. No *cluster* Maracanã foi feita uma reforma no Sambódromo que recuperou o projeto original de Oscar Niemeyer. Foram feitas também intervenções no Estádio Nilton Santos (Engenhão) e no Estádio do Maracanã.

Estas últimas merecem um pequeno comentário devido a pertinência de alguns elementos presentes nos respectivos projetos, que remetem a temas discutidos nos textos precedentes. O Estádio Nilton Santos tinha sido construído para os Jogos Pan-Americanos de 2007 e sofreu poucas intervenções para os Jogos Olímpicos de 2016. Porém, estava previsto para o seu entorno uma série de obras de urbanização que pretendiam articular melhorias no espaço público com a valorização do patrimônio industrial remanescente no local. Isso resultou na inauguração da Praça do Trem em 2016. Trata-se uma grande esplanada que incorporou em seu projeto dois galpões que chegaram a ser usados para a realização de alguns eventos culturais, além de uma terceira edificação que deveria abrigar uma unidade do programa municipal de “Naves do Conhecimento”. Mas na prática essa intervenção acabou se transformando em um mero espaço aberto, usado para facilitar o acesso ao estádio e sem nenhum tipo de desdobramento sobre quarteirões vizinhos.

¹²⁴ As duas primeiras tinham sido construídas para os Jogos Pan-Americanos de 2007.

O Estádio do Maracanã passou por intervenções mais significativas que modificaram muitas das suas características originais. Inaugurado para a realização da Copa do Mundo de futebol de 1950, ele foi ao longo do tempo recebendo investimentos que o transformaram em um grande complexo esportivo controlado pelo poder municipal. Suas dependências contavam com o Ginásio do Maracanãzinho, o Parque Aquático Julio Delamare, o Estádio de Atletismo Célio de Barros, além da Escola Municipal Friedenreich. Com a realização da Copa do Mundo 2014 e dos Jogos Olímpicos de 2016 foi apresentado um projeto de “modernização”, que pretendia transformar o antigo “estádio” em uma sofisticada “arena” e construir espaços de consumo no seu entorno. Tudo gerido pela iniciativa privada ¹²⁵. Um espaço voltado para o esporte que passa a ser ressignificado como um espaço voltado para o entretenimento. Um equipamento público que assume uma forma privada.

Todas as intervenções feitas nesses quatro *clusters* tinham uma relação direta com a realização dos Jogos Olímpicos de 2016, mas creio ter deixado claro que outros interesses econômicos e políticos também estavam envolvidos, tendo influenciado (talvez de forma definitiva) muitas das escolhas tomadas. Devo encerrar esta discussão recuperando aquela que me parece a marca mais emblemática de todo esse ciclo que começou na década de 1990 e alcançou seu auge na década de 2010, mesmo não tendo recebido provas de nenhuma modalidade esportiva: o Projeto Porto Maravilha.

Ao longo desse período outras iniciativas já tinham sido feitas para tentar “revitalizar” a área. Na década de 1980 houve a criação da Área de Proteção Ambiental e Cultural Saúde/Gamboa/Santo Cristo. Na década de 1990 as administrações de César Maia e Paulo Conde buscaram implementar várias medidas, tentando inclusive articular a região portuária com outros projetos voltados para as regiões da Lapa e da Praça Tiradentes. Mas eles avançaram pouco devido à falta de recursos e de apoio político. Grande parte dos terrenos da região portuária eram de propriedade do Governo Federal, sendo imprescindível a

¹²⁵ O estádio de atletismo chegou a ser demolido como parte desse processo. Ressaltando que em 2013 todo o complexo foi concedido a um consórcio formado pelas empresas Oberecht, IMX e AEG.

sua participação para efetivar qualquer intervenção de grande porte. Algo que só veio a acontecer com o arranjo político formado em torno do “projeto olímpico”.

Essa proposta constava no dossiê de candidatura: “Com sua renovação, o Porto do Rio irá se transformar em um atraente centro comercial, cultural e de entretenimento, com excelentes opções de transporte, bem no centro da cidade. Ele também servirá para reaproximar a cidade do seu porto, em uma área de impressionante de patrimônio histórico-arquitetônico” (Rio 2016, 2009c, p. 74). Eduardo Paes assumiu a Prefeitura e no mesmo ano começou a articular um novo arranjo institucional para viabilizar o projeto. O Projeto Porto Maravilha foi uma das grandes bandeiras de seu programa político. Em novembro de 2009 foram criadas a Operação Urbana Consorciada da Região Portuária do Rio de Janeiro (uma grande parceria público-privada responsável pela implementação do projeto) e a Companhia de Desenvolvimento Urbano da Região do Porto do Rio de Janeiro (sociedade de economia mista municipal responsável pela coordenação do projeto). Foram estabelecidas normas de zoneamento bastante flexíveis e previstas isenções fiscais para empreendimentos lançados nos primeiros anos da operação, enquanto medidas que visavam atrair os investidores (Pereira, 2015). Ficou decidido que as intervenções urbanas realizadas seriam financiadas com recursos arrecadados com a venda dos CEPAC’s, tentando repetir experiências semelhantes realizadas na cidade de São Paulo. Uso desse recurso foi amplamente usado como parte da retórica do poder municipal, que insistiu em afirmar que todo o projeto seria bancado pela iniciativa privada. Algo que efetivamente nunca aconteceu.

A primeira etapa do projeto foi licitada em março de 2010 sob a forma de um “projeto piloto” que envolveu um conjunto pequeno de melhorias nas redes de infraestrutura urbana dos bairros Saúde, Gamboa e Morro da Conceição. Nesta etapa foram feitas algumas intervenções de grande visibilidade em locais como o Largo de São Francisco da Prainha e a Pedra do Sal. Em agosto do mesmo ano é licitada a segunda e definitiva etapa do projeto. Ela foi vencida pela concessionária Porto Novo (formada pelas empresas Odebrecht, OAS e Carioca Engenharia) que ficou responsável pela grande maioria das intervenções realizadas na região (Pereira, 2015).

O projeto envolvia grandes obras viárias e de infraestrutura – demolição do Elevado da Perimetral, a construção da Via Expressa e da Via Binário do Porto, um complexo de túneis, implantação de rede cicloviária, redes de saneamento – restauração de edificações de valor histórico e cultural, a construção de equipamentos culturais, além de projetos paisagísticos. Ressaltando que o contrato firmado previa também a delegação de uma série de serviços urbanos (coleta de lixo, iluminação, limpeza urbana, manutenção, controle de tráfego) para o consórcio responsável por um período de quinze anos. Paralelo à Operação Urbana foram realizados outros dois contratos para intervenções urbanas feitas no Morro da Providência (cujas principais obras foram a construção de um teleférico) e para a implantação do Veículo Leve sobre Trilhos (VLT) na região. A grandiosidade da operação envolvia altos custos e o poder municipal precisava apresentar resultados rápidos para conseguir o retorno político desejado. Para tal foi realizada uma manobra financeira que novamente dependeu de uma participação decisiva do Governo Federal. Todos os CEPAC's disponíveis no leilão de 2011 foram arrematados por um único comparador: o FGTS com conivência da Caixa Econômica Federal. Algo inédito em operações do gênero no país. Isso resultou em um afluxo de 3,5 bilhões de reais repassados de uma vez só para o poder municipal começar a financiar as obras. Em 2015 um novo aporte de 1,5 bilhões precisou ser feito pelo FGTS (Pereira, 2015).

Com todas essas manobras institucionais o projeto foi tomando forma rapidamente. O resultado urbanístico tornou-se um grande mosaico de soluções projetuais nada originais. Ao circular pelo 3,5 km que compõem o principal trecho da área “revitalizada” – rebatizada de Orla Conde – é possível identificar uma série de elementos que vêm sendo amplamente reproduzidos por cidades do mundo inteiro desde a década de 1990. Há um espaço público generoso criado pela demolição do Viaduto da Perimetral, que possibilitou a incorporação de diversos logradouros em um grande parque linear, articulado ao longo do seu percurso com diversos equipamentos culturais. O mobiliário urbano é de alta qualidade (contrastando com o restante da região central) e o paisagismo adota soluções que se pretendem sofisticadas. Vários pontos foram criados para favorecer a proximidade dos visitantes com a Baía da Guanabara e a contemplação da paisagem envolvente.

O trecho que envolve o Largo da Misericórdia, a Praça Marechal Âncora e a Praça XV é um dos mais funcionais, por articular uma série de equipamentos de grande circulação (o Tribunal de Justiça, a Assembleia Legislativa, a Estação das Barcas), dois centros culturais (Museu Histórico Nacional e o Paço Imperial), além da Feira de Antiguidades e o polo gastronômico do Arco do Teles. O trecho que começa no entorno da Praça da Candelária e segue até a Praça Mauá, há o diálogo com outros equipamentos culturais (como o Centro Cultural Banco do Brasil, a Casa França Brasil, o Espaço Cultural da Marinha), porém a parte da Avenida Rodrigues Alves que contorna o acesso à Ilha das Cobras é quase todo envolvido por fachadas cegas que resultaram em um percurso inóspito e pouco atrativo.

O entorno da Praça Mauá pode ser considerado o ponto de maior projeção do projeto. Lá foram implantados o Museu de Arte do Rio e o Museu do Amanhã. Este contou com projeto sofisticado de Santiago Calatrava e uma implantação primorosa sobre o antigo Píer Mauá, que projeta a edificação sobre as águas da Baía da Guanabara formando uma imponente cenografia. Na praça foi instalado o principal palco que recebeu as atrações musicais durante os Jogos Olímpicos de 2016. Ela oferece também acesso ao polo cultural criado no Morro da Conceição e é cortada pela linha de VLT implantada na região. O último trecho da Orla Conde percorre os antigos armazéns portuários existentes na Avenida Rodrigues Alves e encerra no Aquário Marinho do Rio de Janeiro, inaugurado em 2016 e tido como o maior da América do Sul. Neste trecho é possível ter acesso ao sítio arqueológico do Cais do Valongo e aos dois únicos grandes (e envidraçados) empreendimentos corporativos instalados na região até o momento: o Edifício Vista Guanabara (vazio no momento) e o edifício-sede da multinacional L’Oreal Brasil.

Um conjunto significativo de itens que caracterizam o “senso comum urbanístico” envolvido nesse tipo de intervenção urbana estão presentes: Espaço Público, Cultura, Patrimônio, Museu, Paisagismo, Terciário Avançado, Armazéns, Transporte Sustentável, Turismo e assim por diante. O dossiê de candidatura também reforça esse mesmo repertório de soluções: “O projeto permitirá a realização de melhorias estruturais e a criação de instalações para os navios de

cruzeiro, sempre com um foco turístico. Toda a área do porto, com seus prédios antigos e docas históricas, se tornará uma atração cheia de vitalidade, no coração do Rio” (Rio 2016, 2009a, p. 34). Mas esse compêndio de clichês não invalida a potência assumida pelo Porto Maravilha quando o resultado final foi entregue à cidade. As obras foram finalizadas em etapas desde o ano de 2012. Mas o último trecho da Orla Conde foi entregue apenas em agosto de 2016, dias antes do início dos Jogos Olímpicos.

Figura 23 - Rio 2016/Boulevard Olímpico



Fonte: Do autor (2016)

Durante todo o evento ela foi transformada em uma grande esplanada aberta ao público – o *Boulevard* Olímpico – que reuniu atividades culturais diversas, praças de alimentação repletas de *food trucks*, estandes dos patrocinadores com atrações especiais (balão panorâmico da Skol, *Bungee Jump* da Nissan, maquete da cidade em Lego), telões para acompanhar as provas, pavilhões temáticos... Além da primeira pira olímpica da história instalada fora de um parque olímpico. As multidões se aglomeraram nesse espaço durante todo o evento. Certamente havia turistas, mas não hesito em dizer que a grande maioria eram moradores da cidade e da região metropolitana. Todos certamente atraídos pela potência midiática gerada por esse evento. Ou será que também não estavam em busca de um espaço público diferenciado e inexistente em seus bairros de origem? Mas isso é apenas uma hipótese. O Parque Olímpico foi um espaço que seguiu restrito àqueles que tiveram condições de arcar com o custo dos ingressos e dos inúmeros modais de transporte necessários para chegar à Barra da Tijuca. Já o *Boulevard* Olímpico poderia ser facilmente acessado pelas inúmeras redes de transporte público que ligam o centro da cidade aos bairros periféricos e municípios vizinhos.

Qualquer balanço geral desse ciclo de grandes eventos que começou com o Pan-Americano de 2007 e terminou com os Jogos Olímpicos de 2016 merece todas as ressalvas possíveis. Muitas promessas foram feitas. Mas promessas são coisas que os defensores dos programas neoliberais sabem fazer como ninguém. Com o final dos Jogos Olímpicos muitos dos programas de treinamento esportivo de alto nível foram descontinuados no país e muitos dos equipamentos esportivos construídos encontram-se abandonados. Uma situação que repete o ocorrido em edições anteriores do evento como Atenas e Pequim. As obras inconclusas (como as voltadas para a questão ambiental) também não devem ser finalizadas¹²⁶. Onde então foi parar o tão prometido legado? Quem deve responder a essa pergunta são os agentes do mercado imobiliário que atuam na região da Barra da Tijuca. O protagonismo exercido pela região em todo esse processo reforçou sua condição de “nova centralidade” da cidade, ainda

¹²⁶ Havia a promessa de transformar a Arena de Handebol em quatro escolas municipais e transformar o Parque Radical de Deodoro em parque público para os moradores da Zona Oeste. Ambos os projetos também estão encontrando dificuldade para se concretizar.

mais valorizada em função da conjunção dos grandes investimentos públicos e privados que foram para lá direcionados. O Porto Maravilha insurge como um marco que (finalmente) conseguiu criar um espaço público capaz de espelhar às várias tendências que vinham sendo difundidas pelos grandes centros desde a década de 1990. O sucesso de público que vem sendo verificado desde a sua entrega (inclusive com um bom número de visitantes nos equipamentos culturais instalados) indica que foi uma jogada de *marketing* muito acertada por parte do poder municipal. Porém se todos os recursos lá investidos tivessem sido descentralizados, talvez efeitos mais equânimes em termos de bem-estar poderiam ter sido produzidos para a cidade como um todo. Mas igualdade esteve longe de ser a marca desses mais de vinte anos de política urbana que foram aqui (brevemente) relatados.

Ao final desse ciclo o sólido arranjo político e institucional acabou sendo esfacelado. Em 2013 tomou forma uma inesperada onda de protestos de rua que questionaram fortemente esse modelo de desenvolvimento que estava sendo implementado no Rio de Janeiro e no Brasil como um todo. O tema é complexo. Devo apenas ressaltar que no início as palavras de ordem se voltaram contra o dispêndio obscuro de recursos que estavam sendo destinados às obras da Copa do Mundo de 2014 e em nome de serviços públicos de qualidade. O Partido dos Trabalhadores poderia ter tentado dialogar e rever suas posições. Mas preferiu seguir investindo em seu “desenvolvimentismo neoliberal”. Ao final dos Jogos Olímpicos tínhamos Dilma Rousseff destituída, Sérgio Cabral preso, Lula investigado em várias frentes, além vários membros dos executivos municipal e estadual condenados por diversos crimes relacionado à Operação Lava Jato. O mesmo pode ser dito dos executivos de diversas empreiteiras que deram suporte a todo esse processo. As eleições de 2016 representaram um revés histórico para o Partido dos Trabalhadores e (o antigo aliado) Marcelo Crivela (PRB) assume a prefeitura do Rio de Janeiro. Ainda é cedo para avaliar o quanto desse “projeto de cidade” irá permanecer e que alianças (políticas e econômicas) serão constituídas. Mas as marcas desse processo permanecem e suas consequências para a cidade também

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não pretendo encerrar este conjunto de textos com nenhuma conclusão axiomática, capaz de sintetizar as discussões feitas em um punhado de páginas ou apresentar resoluções definitivas sobre os temas abordados. Na introdução procurei deixar claro que esta tese deveria ser lida como um compêndio de textos, que procuraram refletir sobre os ditos “projetos contemporâneos de revitalização de áreas centrais” a partir de diferentes entradas. Devo dizer também que considero cada um destes escritos como uma “agenda de pesquisa”, que segue aberta para desenvolvimentos futuros. Cada um deles reflete um conjunto particular de preocupações e procurou dialogar com problemáticas específicas relacionadas ao campo do planejamento urbano, sem hesitar em se aventurar por outras áreas do conhecimento julgadas pertinentes. Essa escolha certamente resultou em lacunas. Revisões bibliográficas mais completas poderiam ter sido apresentadas e considerações mais extensas poderiam ter sido feitas. Na maioria das vezes, escolhi apostar por desenvolver os temas propostos de forma um tanto aberta. Estive sempre procurando discutir questões que me interessavam, fazendo isso a partir de escolhas deliberadas, por vezes experimentais e exploratórias.

Algumas rápidas considerações podem ser feitas sobre cada um dos textos apresentados, como forma de redobrar as discussões realizadas sobre elas mesmas, procurando sinalizar alguns caminhos que podem ser seguidos daqui para frente por este sujeito-autor. Um autor que segue interessado na questão urbana e não pretende se eximir do sujeito-acadêmico e do sujeito-político, que inevitavelmente se constituiu ao longo da trajetória que resultou nesta tese. Pôr um ponto final neste conjunto de textos não significa (absolutamente) a conclusão de nada. Significa lançar no mundo uma escritura atravessada por uma série de

desejos e motivações, que passam a estar disponíveis para constituir novos arranjos, novas confluências, novas possibilidades.

Quanto a isso, devo colocar que o primeiro texto me leva a pensar sobre a importância de considerar qualquer fenômeno urbano como um processo, no qual os sentidos estão sempre em disputa. Nada está dado. Não existe “Área Central” sem que ele seja dito enquanto tal. E esses dizeres nunca são inocentes. Não se trata de uma simples nomeação. São sempre formulações discursivas atravessadas por interesses e motivações de diversas ordens, que buscam definir um dado fenômeno a partir daquilo que lhes interessa. Creio que a força desse tipo de compreensão reside na exaltação da dimensão política (em sentido amplo) envolvida nesses processos. Ao buscar impor determinado discurso como único, há sempre o interesse em deslegitimar de qualquer outra possibilidade de dizer o mundo. Deixar isso claro é de suma importância para desconstruir qualquer ordem transcendente que possa ser acionada (o progresso, a eficiência, o desenvolvimento, o mercado) e reposicionar a discussão no âmbito dos embates que acontecem nas diferentes arenas em que eles se manifestam. As verdades estão sempre em disputa. E essa chave de análise me parece muito pertinente para compreender as escolhas que vêm sendo tomadas no plano das políticas urbanas nas últimas décadas.

Essa consideração guarda uma relação importante com o que foi colocado no segundo texto. Nele procurei explorar de forma mais detalhada quais forças estiveram envolvidas nessa “virada urbanística”, manifesta entre nos países centrais do capitalismo entre a década de 1970 e 1990. Não há como negar que o mundo se transformou de forma significativa durante esse período (como bem colocam Manuel Castells, David Harvey ou tantos outros intérpretes). Mas essas transformações não aconteceram *per se*, nem como parte de algum movimento inexorável de uma dada “história universal”. O mesmo pode ser dito sobre as escolhas que incidiram sobre os campos do planejamento urbano e da gestão pública. Falei das forças políticas ligadas aos governos progressistas europeus, das forças econômicas envolvidas com o capitalismo neoliberal, dos segmentos emergentes na estrutura social de alguns países. Eventualmente citei também disputas ocorridas nos meios acadêmicos e a atuação de movimentos

sociais organizados ou não. Foi essa confluência, com todas as suas contradições e complexidades, que acabou por criar um campo de possibilidades discursivas, que alimentou muitas das formulações em torno da “volta à cidade” que surgiram nesse período. O caso da França foi muito usado para explorar esse processo.

Hoje temos nas diferentes áreas do conhecimento que se dedicam ao urbano, um conjunto sólido de excelentes pesquisas que discutem esse mesmo processo, tratando das relações entre a produção da cidade e as dinâmicas do capitalismo neoliberal. Mas creio que um ponto ainda pouco explorado seja a relação dos projetos de revitalização das áreas centrais com a social-democracia europeia da década de 1990. Esse tema foi aqui discutido a partir do caso da França de François Mitterrand e do Reino Unido de Tony Blair, mas também se manifestou em inúmeros outros países do continente europeu que não tive condições de investigar com a devida profundidade. O caso de Portugal foi apresentado brevemente. Acredito que esse seja um campo de pesquisa bastante profícuo e de suma importância para compreender a força assumida por essa agenda urbana e as motivações que atravessaram a sua constituição. Principalmente se levarmos em consideração que esse movimento político também refletiu em grande medida os desejos que tinham se constituído em meio à contracultura das décadas de 1960 e 1970.

Procurei mostrar que a década de 1990 conseguiu conjugar para os países da Europa Ocidental um cenário econômico abundante, um arranjo político favorável, além de um suporte social significativo. Mas com isso estou contando apenas uma parte da história. Essa “sociologia da década de 1990” não pode deixar de falar de uma série de conflitos sociais e políticos que se acirravam nesse mesmo período. Enquanto a cidade de Paris inaugurava seus museus e celebrava o espaço público, a cidade de Sarajevo era destruída e via suas ruas esvaziadas em uma das guerras mais sangrentas da Era Moderna. Enquanto Portugal festejava seu bom momento econômico com a Exposição Mundial de 1998, suas ex-colônias Timor e Angola sofriam com guerras civis intermináveis. Poderia citar inúmeros outros exemplos semelhantes.

Essas contradições estiveram presentes na escala macro e também na escala micro. Essa celebrada e animada “volta à cidade” aconteceu, sabemos bem, acompanhada por uma série de processos violentos de remoção e segregação. Mas esse “modelo de cidade” soube dissimular muito bem seu caráter excludente sob o colorido e a festividade de seu urbanismo. O terceiro texto retrata isso. Aquela “autobiografia ficcional” procurou mostrar o quanto é possível se embriagar com aquela Cidade que estava sendo oferecida e por todo o contexto discursivo construído em torno dela. Grandes eventos tem uma potência inegável. E as forças políticas sabem muito bem como manipular a sua força de forma a consagrar projetos políticos favoráveis. Isso está presente no quarto texto que compõe esta tese. Ao falar do “projeto olímpico” da cidade do Rio de Janeiro, estive todo o tempo falando dos arranjos políticos que envolveram e sustentaram a sua concretização. Um arranjo que soube articular inúmeras imagens mas também muitos desejos. Inúmeras pesquisas de opinião realizadas logo após o anúncio feito pelo Comitê Olímpico Internacional atestavam a satisfação da população com esse feito. Um feito capitaneado por um governo de centro-esquerda que se dizia progressista (sempre é bom lembrar) mas não relutou em fechar os olhos à todas as denúncias de violência que estiveram envolvidas nesse projeto.

O Projeto Porto Maravilha é um bom representante disso. Enquanto grandes equipamentos culturais eram entregues e investimentos massivos eram feitos no espaço público, famílias eram removidas violentamente do Morro da Providência e de diversas ocupações existentes na região portuária. Esse tema também já está bem discutido e debatido. Algo que talvez mereça uma atenção maior seja o avanço desse modelo de cidade – que vou finalizar chamando de forma totalmente descompromissada de *urbanismo hipster* – em contextos menos espetaculares e mais diluídos no tecido urbano como um todo. Que forças sociais estão sustentando essa cidade das galerias de arte, das cafeterias, dos espaços de *coworking*, dos festivais de *design*, das lojas de comércio étnico, da arquitetura pitoresca, dos *foodtruck's*, dos bares com música *underground*, da indústria

criativa e assim por diante? Há diferenças entre o Museu de Arte do Rio e a Fábrica da Behring¹²⁷? Para mim, ambas parecem fruto de um mesmo contexto.

¹²⁷ Sede da antiga indústria de chocolates Bhering, localizada na região portuária da cidade do Rio de Janeiro. A fábrica foi desativada e passou um longo tempo fechada. Nos últimos anos seus espaços passaram a ser alugados para artistas e pequenas empresas da área da cultura e design. Em 2012 o poder municipal abriu um processo de tombamento e desapropriação.

REFERÊNCIAS

AGACHE, Donat-Alfred. **Cidade do Rio de Janeiro. Extensão, remodelação, embelezamento.** Paris: Foyer Brésilien, 1930.

ALDUY, Jean-Paul. L'aménagement de la région de Paris entre 1930 e 1975: de la planification à la politique urbaine. **Sociologie du Travail**, 21(2), 1979, pp. 167-201.

ALENCAR, Emanuel. **Recuperação das lagoas da Zona Oeste não será concluída antes das Olimpíadas.** O Globo, 12 de abril de 2015.

ANISTIA INTERNACIONAL. **Um legado de violência. Homicídios praticados pela polícia e repressão a protestos na Olimpíada Rio 2016.** Rio de Janeiro: Anistia Internacional Brasil, 2016

APPERT, Manuel. Ville globale versus ville patrimoniale? Des tensions entre libéralisation de la skyline de Londres et préservation des vues historiques. **Revue Géographique de l'Est**, 48, 2008.

ARANTES, Otília. **Urbanismo em fim de linha.** São Paulo : Edusp, 1998.

ARANTES, Otília. Uma estratégia fatal: a cultura nas novas gestões urbanas. In: Otília Arantes; Carlos Vainer; Ermínia Maricato (Org.) **A cidade do pensamento único.** Desmanchando consensos. Petrópolis: Vozes, 2002.

ARANTES, Otília. **O lugar da arquitetura depois dos modernos.** São Paulo: Edusp, 2015.

ARANTES, Pedro Fiori. O ajuste urbano: as políticas do Banco Mundial e do BID para as cidades. **Revista Pós**, nº20, 2006, pp. 60-75.

ARANTES, Pedro Fiori. O grau zero da arquitetura na era financeira. **Novos Estudos CEBRAP**, nº80, 2008, pp. 175-195.

ARAUJO et alli. Manifestações ou sete atos e um desatino. **Anais da XX Semana de Planejamento Urbano e Regional.** Rio de Janeiro: Amiga Digital, 2014.

ARAUJO, Frederico Guilherme Bandeira. "Identidade" e "território" enquanto simulacros discursivos. In: Frederico Araújo; Rogério Haesbaerth (Org.), **Identities e Territórios: Questões e olhares contemporâneos**. Rio de Janeiro: Access, 2007.

ARAUJO, Frederico Guilherme Bandeira. Das artes e agruras do falar cidade. **Anais do XIV Encontro Nacional da ANPUR**. Rio de Janeiro, 2011.

ARRETCHE, Marta. Políticas Sociais no Brasil: descentralização em um Estado federativo. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, Volume 14(40), 1999, 111-141.

BANDEIRA, Luis Antônio. As políticas neoliberais e a crise na América do Sul. **Revista Brasileira de Política Internacional**, nº45(2), 2002, 135-146.

BANES, Sally. **Greenwich Village 1963**. Avant-Garde, performance e o corpo efervescente. Rio de Janeiro: Rocco, 1999.

BECATTINI, Giacomo. O Distrito Marshalliano. Uma noção socioeconômica. In: George Benko; Alain Lipietz (Org.) **As regiões ganhadoras**. Distritos e redes: novos paradigmas da geografia econômica. Oeiras: Celta, 1994.

BENKO, George. Novos espaços industriais e tecnopolos: algumas reflexões. In: George Benko (Org.) **Economia, espaço e globalização na aurora do século XXI**. São Paulo: Hucitec, 1996.

BIDOU-ZACHARIASEN, Catherine. **Les aventuriers du quotidien** : essai sur les nouvelles classes moyennes. Paris: Presses Universitaires de France, 1984.

BIDOU-ZACHARIASEN, Catherine. Les rigidités de la ville fordiste. Sur la genèse des dysfonctionnements dans les banlieues françaises. **Espaces et Sociétés**, nº82-83, 1996, pp. 149-166.

BIDOU-ZACHARIASEN, Catherine. La réussite du modèle de la "moyennisation" de la société: context d'émergence et effects de champs. **Capitalisme contemporain – recherche d'alternatives**. Orgeval, 2003.

BIDOU-ZACHARIASEN, Catherine. **De volta à cidade**. Dos processos de gentrificação às políticas de "revitalização" dos centros urbanos. São Paulo: Annablume, 2006.

BIDOU-ZACHARIASEN, Catherine. Gentrificação na França. Considerações sobre a gênese e história do conceito na sociologia urbana francesa (Samuel Thomas Jaenisch & Patrícia Ramos Novaes, Entrevistadores). **Revista e-metropolis**, Edição 26, 2016.

BOSC, Serge. **Stratification et classes sociales**. La société française en mutation. Paris: Nathan, 1993.

BOTELHO, Adriano. **O urbano em fragmentos**. A produção do espaço e da moradia pelas práticas do setor imobiliário. São Paulo : Annablume, 2007.

BRANDÃO, Carlos Antônio. **A formação do homem moderno vista através da arquitetura**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

BROOKS, David. **BUBOS no paraíso**. A nova classe alta e como chegou lá. Rio de Janeiro: Rocco, 2002.

BRUANT, Catherine. Donat Alfred Agache: urbanismo, uma sociologia aplicada. In: Luis Cesar Ribeiro; Robert Pechman (Org.) **Cidade, povo e nação**. Gênese do urbanismo moderno. Rio de Janeiro: 1996.

BRUM, Mario. Favelas e remocionismo ontem e hoje: da Ditadura de 1964 aos Grandes Eventos. **O social em Questão**, Ano XVI (nº29), 2013, 179-208.

BUTLER, Tim. Re-urbanizing London Docklands: Gentrification, Suburbanization or New Urbanism? **International Journal of Urban and Regional Research**, nº31(4), 2007, pp. 759–781.

BUTLER, Tim; ROBSON, Gary. **London Calling**. The middle classes and the re-making of inner London. Oxford: Berg, 2003.

CALDEIRA, Teresa Pires. **Cidade de Muros**. Crime, segregação e cidadania em São Paulo. São Paulo: Editora 34, 2000.

CARDOSO, Adauto Lucio; JAENISCH, Samuel Thomas. Mercado imobiliário e política habitacional nos governos de Lula e Dilma: entre o mercado financeiro e a produção habitacional subsidiada. **Anais do XVII Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional** . São Paulo: ANPUR, 2017.

CARDOSO, Adauto Lucio; JAENISCH, Samuel Thomas. Nova política e velhos desafios. Problematizações sobre a implementação do Programa Minha Casa Minha Vida na Região Metropolitana do Rio de Janeiro. In: Vinícius Netto; Renato Saboya; Júlio Celso Vargas; Thereza Carvalho (Org.) **Efeitos da arquitetura**. Os impactos da urbanização contemporânea no Brasil. Brasília: FRBH, 2017a.

CASTELLS, Manuel. **The world has changed: can planning change?** Keynote Speech - ACSP Annual Meeting. Austin, 1990.

CASTELLS, Manuel, & BORJA, Jordi. As cidades como atores políticos. **Novos Estudos - CEBRAP**, nº45, 1996, pp. 152-166.

CHAUVEL, Louis. Le retour des classes sociales? **Revue de l'OFCE**, 2001, p. 315 a 359.

CHESNAIS, François. O capital portador de juros: acumulação, internacionalização, efeitos econômicos e políticos. In: François Chesnais. **A finança mundializada**, raízes sociais e políticas, configuração, consequências. São Paulo: Biotempo, 2005.

CHOAY, Françoise. Urbanisme. In: Françoise Choay; Pierre Merlin (Org.) **Dictionnaire de l'urbanisme et de l'aménagement** (pp. 683-690). Paris: PUF, 1988.

CHOAY, Françoise. **O urbanismo**: utopias e realidades. São Paulo: Perspectiva, 2013.

CIAM - Congresso Internacional de Arquitetura Moderna. **Carta de Atenas**. Atenas, 1933.

CLERVAL, Anne. **La gentrification à Paris intra-muros**: dynamiques spatiales, rapports sociaux et politiques publiques. Tese de Doutorado. École doctorale de Géographie de Paris. Université Paris 1 - Panthéon Sorbone . Paris, 2008.

COLLET, Anais. Le Loft: Habitat atypique et innovation sociale por deux générations de "nouvelles classes moyennes". **Espaces et sociétés**, nº148-149, 2012, pp.37-52.

COLLET, Anais. **Rester Bourgeois**. Les quartiers populaires, nouveaux chantiers de la distinction. Paris: La Découverte, 2015.

COLOMB, Claire. Le new labour et le discours de la « Renaissance urbaine » au Royaume-Uni. Vers une revitalisation durable ou une gentrification accélérée des centres-villes Britanniques? **Sociétés contemporaines**, nº63, 2006, pp.15-37.

COMAROFF, John. & COMAROFF, Jean. Naturalizando a Nação: Estrangeiros, o Apocalipse e Estado Pós-Colonial. **Horizontes Antropológicos**, 7(15), 2001, 57-106.

COMITÊ POPULAR. **Megaeventos e violações de direitos humanos no Rio de Janeiro**. Dossiê do Comitê Popular Da Copa e das Olimpíadas do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Comitê Popular Da Copa e das Olimpíadas do Rio de Janeiro, 2015.

CORBILLE, Sophie. **Paris bourgeoise, Paris bohème** : la ruée vers l'Est. Paris: PUF, 2013.

DAVI, Laura. **Alisson e Peter Smithson**: uma arquitetura da realidade. Rio de Janeiro: Dissertação de Mestrado em Arquitetura defendida junto ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2009.

DAVIS, Mike. **Fortress Los Angeles**: The militarization of urban space. In: M. Sorkin, Variations on a Theme Park. The new american city and the end of public space. Nova York: Hill and Wang, 1992.

DE BIASE, Alessia. **Por uma postura antropológica de apreensão da cidade contemporânea**. Redobra, Nº10, 2012, pp.190-206.

DEL RIO, Vicente. **Voltando às origens**. A revitalização de áreas portuárias nos centros urbanos. Vitruvius/Arquitextos, Nº. 015.06, 2001.

DELEUZE, Gilles. **Nietzsche e a filosofia**. Rio de Janeiro: Editora Rio, 1976

DELEUZE, Gilles. **A Lógica do Sentido**. São Paulo: Perspectiva, 2011.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Felix. **Mil Platôs - Volume 1**. São Paulo: Editora 34, 2012.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Felix. **Mil Platôs - Volume 4**. São Paulo: Editora 34, 2012^a.

DELGADO, Manuel. **Barcelona**: o mito do espaço público. Humboldt nº147, 1995.

DEMIAN CASTRO et alli. O projeto olímpico na cidade do Rio de Janeiro: reflexões sobre os impactos dos megaeventos esportivos na perspectiva do Direito à Cidade. In: Demian Castro; Christopher Gaffney; Patrícia. Novaes; Juciano Rodrigues; Carolina. Santos; Orlando Santos Junior (Org.) **Rio de Janeiro**. Os impactos da Copa do Mundo 2014 e das Olimpíadas 2016. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015.

DERRIDA, Jacques. **Khôra**. Campinas: Papiros, 1995.

DERRIDA, Jacques. **A Gramatologia**. São Paulo: Perspectiva, 2004.

DERRIDA, Jacques. **A farmácia de Platão**. São Paulo: Iluminuras, 2005.

DONZELOT, Jacques; Estébe, Phillipe. **L'État animateur**. Essai sur la politique de la ville. Paris: Esprit, 1994.

EMBRATUR. **Indústria de eventos movimentada mais de R\$ 200 bilhões por ano**. Ministério do Turismo - Instituto Brasileiro do Turismo, 2015

FAULHABER, Lucas; AZEVEDO, Lena. **SMH 2016: remoções no Rio de Janeiro Olímpico**. Rio de Janeiro: Mórula, 2015.

FIX, Mariana. A "fórmula mágica" da parceria público-privada: Operações Urbanas em São Paulo. **Cadernos de Urbanismo**, nº1(3), 2000.

FIX, Mariana. Uma ponte para a especulação: ou a arte da renda na montagem de uma "cidade global". **Caderno CRH**, 22(55), 2009, pp. 41-64.

FOURCAUT, Annie. Une histoire d'urbanisation et d'industrie. Une culture entre enracinement et ébranlement. **Revue Projet**, nº299, 2007.

FOURCAUT, Annie. **Décret nº 58-1464 relatif aux zones à urbaniser en priorité**. Fonte: France Archives, 2008.

GAFFNEY, Christopher. Segurança pública e grandes eventos no Rio de Janeiro. In: Demian Castro; Christopher Gaffney; Patrícia. Novaes; Juciano Rodrigues; Carolina. Santos; Orlando Santos Junior (Org.) **Rio de Janeiro**. Os impactos da Copa do Mundo 2014 e das Olimpíadas 2016. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2016

GARCIA, Jose; VILLÁ, Marc. De la sociabilidad vigilante a la urbanidad privativa. Homonegenización residencial, usos ciudadanos y ciudadanía em Caracas. **Perfiles Latinoamericanos**, nº19, 2001, pp.57-82.

GARCIA-LAMARCA, Melissa; KAIKA, Maria. Mortgaged Lives: the biopolitics of debt and housing financialisation. **Transactions of the institute of British Geographers**, 2016.

GREGOTTI, Vittorio. Território e Arquitetura [1958]. In: Kate Nesbitt (Org.) **Uma nova agenda para a arquitetura**. São Paulo: Cosac e Naify, 2014.

GROUPE DE SOCIOLOGIE URBAINE DE NANTERRE. PARIS 1970: reconquête urbaine et rénovation-déportation. **Sociologie du Travail**, nº2(4),1970, pp.488-514.

GUIMARÃES, Roberta. Representações, apresentações e presentificações do Morro da Conceição: uma reflexão sobre cinema, patrimônio e projetos urbanísticos. In: Marco Antônio Gonçalves, & Scott Head, **Devires Imagéticos: a etnografia, o outro e suas imagens**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2009.

GUIMARÃES, Renato Cosentino. **Barra da Tijuca e o projeto olímpico: a cidade do capital**. Rio de Janeiro: Dissertação de mestrado defendida junto ao Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2015.

HALL, Peter. **Cidades do Amanhã**. São Paulo: Perspectiva, 1988.

HARVEY, David. From managerialism to entrepreneurialism: the transformation in urban governance in late capitalism. **Geografiska Annale**, 1989.

HARVEY, David. Neoliberalismo como destruição criativa. **InterfacEHS. Revista de gestão integrada em saúde do trabalho e meio ambiente**. Nº2, 2007

HARVEY, David. **The enigmas of capital and the crisis of capitalism**. London: Profile Books, 2010.

HÉLÈNE-BACQUÉ, Marie; VERMEERSCH, Stephanie. **Chager la Vie? Les classes moyennes et l'heritage de Mai 68**. Paris: Les Editions de l'Atelier, 2007.

HIDALGO et alli. Os megaprojetos de bairros fechados e as novas periferias nas metrópoles latino-americanas – O caso de Santiago de Chile. In: P. C. Pereira, & R. L. Silveira, **Dinâmica imobiliária e reestruturação urbana na América Latina**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2006.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Mensal de Emprego - Série Histórica**. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2017.

INGOLD, Tim. Trazendo as coisas de volta à vida: emaranhados criativos num mundo de materiais. **Horizontes Antropológicos**, nº18(37), 2012, pp 24-44.

INGOLD, Tim. Making. Anthropology, archaeology, art and architecture. Londres: Routledge, 2013.

ISP-RJ. **Série histórica da taxa de letalidade violenta por 100 mil habitantes**. Município do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Instituto de Segurança Pública, 2017.

JACOBS, Jane. **Morte e Vida das Grandes Cidades**. Martins Fontes: São Paulo, 2003.

JACQUES, Paola. **Errâncias urbana**: a arte de andar pela cidade. ARQTEXTO, nº7, 2005, pp.16-25.

JAILLET, Marie-Christine. La politique de la ville en France: histoire et bilan. **R&T / Le Point Sur: Quel(s) avenir(s) pour la politique de la ville?**, 2004, pp. 5-18.

JAMESON, Fredric. Pós-Modernidade e sociedade de consumo. **Novos Estudos CEBRAP**, nº12, 1985, pp. 12-26.

JUSTIÇA GLOBAL. **Violações de direitos na cidade olímpica**. Rio de Janeiro: Justiça Global, 2016.

KONCHINSKI, Vinicius. Rio rescinde contrato e abandona último legado ambiental. **UOL Notícias**, 17 de março de 2016.

LACARRIEU, Monica; THUILLIER, Guy. Las urbanizaciones privadas em Buenos Aires y su significación. **Perfiles Latinoamericanos**, nº19, 2001, 83-113.

LAPAVISTSAS, Costa. Financialised Capitalism: Crisis and Financial Expropriation. **Research on Money and Finance Discussion Papers**, 2009.

LARNER, Wendy. Neo-liberalism: Policy, Ideology, Governmentality. **Studies in Political Economy**, nº63, 2000, pp.5-25.

LATOUR, Bruno. **Jamais Fomos Modernos**. Rio de Janeiro: Editora 34, 2011.

LEY, David. Artists, Aestheticisation and the Field of Gentrification. **Urban Studies**, nº40(12), 2003, pp.2527–2544.

LIPIETZ, Alain. O mundo do pós-fordismo. **Indicadores Econômicos FEE**, nº24(4), 1997, pp. 79-130.

LIPIETZ, Alain., & LEBORGNE, Danièle. L'Après-Fordisme et son espace. **Le Temps Modernes**, 1988.

LOJIKINE, Jean. **L'adieu à la classe moyenne**. Paris: La Dispute, 2005.

LOPES, Rodolfo. Introdução. In: Platão. **Timeo-Críticas**. Coimbra: Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos, 2011.

MANSANI, Tainã. O campo de golfe da discórdia. **Carta Capital**, 11 de agosto de 2015.

MARICATO, Ermínia. As idéias fora do lugar e o lugar fora das idéias. Planejamento urbano no Brasil. In: Otília Arantes; Carlos Vainer; Ermínia Maricato (Org.) **A cidade do pensamento único**. Desmanchando consensos. Petrópolis: Vozes, 2000.

MARQUES, Rosa Maria; NAKATANI, Paulo. **A finança capitalista**: A contribuição de François Chesnais para a compreensão do capitalismo contemporâneo. Revista Economia Ensaios, Nº24(1), 2009.

MAUSS, Marcel. Ensaio sobre a dádiva. Forma e razão da troca nas sociedades arcaicas. In: Marcel Mauss, **Sociologia e Antropologia**. São Paulo: Cosac & Naify, 2015.

O DIA. **BRT remove 194 famílias do Recreio sem necessidade**. 14 de abril de 2014.

NESBITT, Kate. Uma nova agenda para a arquitetura. Introdução. In: Kate Nesbitt (Org.) **Uma nova agenda para a arquitetura**. São Paulo: Cosac e Naify, 2014.

NOGUEIRA, Ítalo. Rio descumpre todas as metas ambientais para a Olimpíada. **Folha de São Paulo**. 02 de julho de 2016.

NOVAES, Patrícia., & SANTOS JUNIOR, Orlando. O projeto olímpico da cidade do Rio de Janeiro: investimentos públicos e participação do setor privado. In: Demian Castro; Christopher Gaffney; Patrícia. Novaes; Juciano Rodrigues; Carolina. Santos; Orlando Santos Junior (Org.) **Rio de Janeiro**. Os impactos da Copa do Mundo 2014 e das Olimpíadas 2016. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2016

NOVAIS, Pedro. **Uma estratégia chamada Planejamento Estratégico**: deslocamentos espaciais e atribuições de sentido na teoria do planejamento urbano. Rio de Janeiro: Tese de doutorado defendida no Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2003.

NUNES, Julieta. Remoções em foco: Políticas Públicas para as Favelas Cariocas em tempos de Megaeventos. **VI Encontro Nacional de Pesquisadores em Gestão Social**. São Paulo, 2012.

O GLOBO. **Ouçã a íntegra da gravação entre Lula e Eduardo Paes**. Jornal O Globo. 17 de março de 2016.

OLIVEIRA, Fabrício. **Competitividade e Pragmatismo no Rio de Janeiro**: A difusão de novas práticas de planejamento e gestão das cidades na virada do século. Rio de Janeiro: Tese de doutorado defendida no Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2003.

OLIVEN, Ruben., & DAMO, Arlei. O Brasil no horizonte dos megaeventos esportivos. De 2014 a 2016: sua cara, seus negócios e seus sócios. **Horizontes Antropológicos**, nº19(40), 2013, pp.19-63.

PECK, Jamie., & THEODORE, Nick. Variegated Capitalism. **Progress in Human Geography**, nº31(6), 2007, pp.731-772.

PECK, Jamie., & TICKEL, Adam. Neoliberalizing Space. **Antipode** (12), 2000, pp. 380-404.

PEREIRA, Álvaro. **Intervenções em centros urbanos e conflitos distributivos**: modelos regulatórios, circuitos de valorização e estratégias discursivas. Tese de

Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2015.

PIANO, Renzo. *Éthique et stratégies pour des villes heureuses*. In: Ariella Masbounji (Org.) **Renzo Piano. Penser la ville heureuse**. Paris: Éditions de la Villette, 2005.

PIMENTEL, Mauro. Em área de preservação ambiental, campo de golfe olímpico gera polêmica. **Folha de São Paulo**, 11 de abril de 2016.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. (2008). **Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de assinatura de ordem de início das obras do PAC na comunidade de Manguinhos**. Brasília.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. (2009). **Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na sessão de apresentação da Candidatura Rio 2016 ao Comitê Olímpico Internacional (COI)**. Brasília.

PUFF, Jefferson. **"Como é que você vai botar o pobre ali?", diz bilionário "dono da Barra da Tijuca"**. BBC Brasil, 10 de agosto de 2015.

PURDY, Sean. **1968: a rebelião estudantil nos Estados Unidos**. Cult (126), julho de 2008.

RAAD, Lina. **Transformations sociales en banlieue rouge. Politiques locales, stratégies résidentielles et inscription territoriale des classes moyennes**. Paris: Tese defendida na École doctorale de Géographie de Paris da Université Paris Diderot - Paris 7, 2014.

RABINOW, Paul. Ordonnance, discipline, regulation: Some reflections on urbanism. In: Setha Low, & Denise Lawrence-Zuniga, **The anthropology of space and place**. Locating culture. Oxford: Blackwell Publishing, 2003.

RIBEIRO, Viviane. **A (des)construção do espaço carioca na "Era Cesar Maia" (1993-2008)**. Reflexões sobre o modelo de planejamento urbano estratégico e o conjunto de objetos arquitetônicos denominado 'Pentágono do Milênio'. Rio de Janeiro: Tese de doutorado apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2009.

RIO 2016. **Dossiê de candidatura do Rio de Janeiro a sede dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos de 2016 - Volume 1**. Rio de Janeiro: Comitê Olímpico Brasileiro, 2009a.

RIO 2016. **Dossiê de candidatura do Rio de Janeiro a sede dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos de 2016 - Volume 2**. Rio de Janeiro: Comitê Olímpico Brasileiro, 2009b.

RIO 2016. **Dossiê de candidatura do Rio de Janeiro a sede dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos de 2016 - Volume 3**. Rio de Janeiro: Comitê Olímpico Internacional, 2009c

RIO DE JANEIRO. **Plano Estratégico da cidade do Rio de Janeiro - Rio Sempre Rio**. Rio de Janeiro: Prefeitura da cidade do Rio de Janeiro, 1996.

RIO DE JANEIRO. **Plano Estratégico da Prefeitura do Rio de Janeiro Pós-2016**. Rio de Janeiro: Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro, 2014.

RIO NEGÓCIOS. **Doing Business in Rio**. Brazil in the path of sustainable future. Rio de Janeiro: Rio Negócio/EY, 2014.

ROLNIK, Suely. **Cartografia Sentimental**. Transformações contemporâneas do desejo. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2014.

RUBIO, Katia. Postulações brasileiras aos Jogos Olímpicos: considerações acerca da lenda do distanciamento entre política e movimento olímpico. **Biblio 3W. Revista Bibliográfica De Geografía Y Ciencias Sociales**, XV(895), 2010.

SÁNCHEZ ET ALLI. Megaeventos e Metrôpoles. Insumos do Pan-2007 e as perspectivas para as Olimpíadas de 2016. In: Fabrício Oliveira; Aduino Lucio Cardoso; Heloísa Moura Costa; Carlos Vainer, **Grandes Projetos Metropolitanos**. Rio de Janeiro e Belo Horizonte. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2012.

SÁNCHEZ ET ALLI. Produção de sentido e produção do espaço: convergências discursivas nos grandes projetos urbanos. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, 2004, pp.39-56.

SÁNCHEZ, Fernanda. A Reinvenção das cidades na virada do século: agentes, estratégias e escalas de ação política. **Revista Sociologia e Política**, nº16, 2001, pp.31-49.

SÁNCHEZ, Fernanda; MOURA, Rosa. Cidade-Modelo: espelhos de virtude ou reprodução do mesmo? **Cadernos IPPUR**, Ano XIII(2), 1999, 95-114.

SEBRAE/ABEOC. **II Dimensionamento Econômico da Indústria de Eventos no Brasil - 2013**. São Paulo: Expo Editora, 2014.

SHUMACHER, T. Contextualismo: ideais urbanos e deformações [1971]. In: Kate Nesbitt (Org.) **Uma nova agenda para a arquitetura**. São Paulo: Cosac e Naify, 2014

SILVESTRE, Gabriel. O não legado e os Jogos que não foram. A primeira candidatura olímpica do Rio de Janeiro e o imaginário de legado urbano para a cidade. **Arquitextos**, nº17, 2017.

SINGER, André. **Os sentidos do lulismo**. Reforma gradual e pacto conservador. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

SINGER, André. Cutucando onças com varas curtas. O ensaio desenvolvimentista no primeiro mandato de Dilma Rousseff. **Novos Estudos – CEBRAP**, nº102, 2015, 39-67.

SMITH, Neil. A gentrificação generalizada: de uma anomalia local à "regeneração" urbana como estratégia urbana global. In: Catherine Bidou-Zachariassen (Org.) **De volta à cidade**. Dos processos de gentrificação às políticas de "revitalização" dos centros urbanos. São Paulo: Annablume, 2006.

SOJA, Edward. Los Angeles 1965-1992: From crisis-generated restructuring to restructuring-generated crisis. In: Alan Scott, & Edward Soja (Org.) **The City**. Los Angeles and the urban theory at the end of the twentieth century. Berkeley: University of California Press, 1998.

SOUZA, Marcos Barcelos. **Variedade de capitalismo e reescalonamento espacial do Estado no Brasil**. Campinas: Tese de doutorado defendida no Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas, 2013.

STENGERS, Isabelle. Histoire du milieu: entre macro et mésopolique. (Brian Massumi; Erin Manning, Entrevistadores) **Inflexions: A Journal for Research Creation**, nº3, 2009.

STENGERS, Isabelle; PIGNARRE, Phillipe. **Capitalist Sorcery**. Breaking the Spell. Londres: Palgrave Macmillan, 2011.

SWYNGEDOUW, Erik; MOULAERT, Frank; RODRIGUEZ, Arantxa. Neoliberal Urbanization in Europe: Large-Scale Urban Development Projects and the New Urban Policy. **Antipode**, volume 34(3), 2002, pp. 547-582.

SYKES, Krista. Apresentação. Carta do Novo Urbanismo. In: Krista Sykes (Org.), **O campo ampliado da arquitetura**. São Paulo: Cosac Naify, 2013.

THIOLLENT, Michel. Maio de 1968 em Paris. Testemunho de um estudante. **Tempo Social**. Revista de Sociologia da USP, 1998, pp. 63-100.

TISSOT, Sylvie. **L'État et les quartiers**. Genèse d'une catégorie de l'action publique. Paris: Seuil, 2007.

TOURAINÉ, Alain. **La société post-industrielle**. Paris: Editions Denoël, 1969.

URBAN TASK FORCE.. **Towards an Urban Renaissance**. Executive Summary. Londres: Urban Task Force, 1999.

VAINER, Carlos. Pátria, Empresa e Mercadoria. Notas sobre a estratégia discursiva do Planejamento Estratégico Urbano. In: Otília Arantes; Carlos Vainer; Ermínia Maricato (Org.) **A cidade do pensamento único**. Desmanchando consensos. Petrópolis: Vozes, 2000.

VAINER, Carlos. Megaeventos, cidade de excessão e democracia direta do capital: reflexões a partir do Rio de Janeiro. In: Carlos Vainer; Anne Marie. Broudehoux; Fernanda Sanchez; Fabrício Oliveira (Org.). **Os megaeventos e a cidade**. Perspectivas críticas. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2016.

VASQUEZ, Daniel. Mecanismos institucionais de regulação federal e seus resultados nas políticas de educação e saúde. **DADOS - Revista de Ciências Sociais**, Volume 57(4), 2014, pp.969-1005.

VENTURI, Robert; BROWN, Denise. Uma significação para os estacionamentos A&P, ou aprendendo com Las Vegas [1968]. In: Kate Nesbitt (Org.). **Uma nova agenda para a arquitetura**. São Paulo : Cosac e Naify, 2014.

VIVANT, Elsa. L'instrumentalisation de la culture dans les politiques urbaines: un modèle d'action transposable? **Espaces et sociétés** n°131, 2007, pp.49-66.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. Filiação Intensiva e Aliança Demoníaca. **Novos Estudos CEBRAP**, n°77, 2007, pp.90-126.

ZOURABICHVILI, François. **Vocabulário de Deleuze**. Campinas: IFCH-UNICAMP, 2004.